

A(S) AMAZÔNIA(S) EM SEUS MÚLTIPLOS CENÁRIOS E DESAFIOS:

**Questões
socioambientais,
políticas públicas
e migração na
Pan-Amazônia**

 **NAEA**
EDITORA

**A(S) AMAZÔNIA(S) EM SEUS
MÚLTIPLOS CENÁRIOS
E DESAFIOS: questões
socioambientais, políticas
públicas e migração na Pan-
Amazônia**

Cassia Karimi Vieira Cativo
Marilena Loureiro da Silva
Thales Maximiliano Ravena Cañete
Hisakhana Pahoona Corbin
Carlos Potiara Ramos de Castro
(Organizadores)



Universidade Federal do Pará – UFPA

Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Vice-Reitora: Loiane Prado Verbicaro

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Maria Iracilda da Cunha Sampaio

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA

Diretor Geral: Armin Mathis

Diretora Adjunta: Mirleide Chara Bahia

Editora

Editor-Chefe: Silvio José de Lima Figueiredo

Diretora Executiva: Aurilene Ferreira Martins

Conselho Científico

Presidente - Prof. Dr. Armin Mathis – Universidade Federal do Pará.

Vice-Presidente – Profa. Dra. Mirleide Chara Bahia - Universidade Federal do Pará.

Profa. Dra. Ana Paula Vidal Bastos – Universidade Nacional de Brasília.

Prof. Dr. Carlos Alberto Mejías Rodríguez – Universidad de La Habana, Cuba.

Prof. Dr. Germán Alfonso Palacio Castañeda – Universidad Nacional de Colombia, Letícia.

Prof. Dr. Julien Meyer – Université Grenoble Alpes, CNRS, GIPSA-lab, France.

Prof. Dr. Josep Pont Vidal – Universidade Federal do Pará.

Profa. Dra. Maria Manuel Rocha Teixeira Baptista – Universidade de Aveiro, Portugal.

Prof. Dr. Miguel Pinedo-Vasquez – Columbia University – New York, EUA.

Prof. Dr. Ronaldo de Lima Araújo – Universidade Federal do Pará.

Coordenação de Comunicação e Difusão Científica

Prof. Dr. Armin Mathis

Texto revisado conforme as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Diagramação e Capa

Wagner Ladislau

Revisão

Helbert Michel Pampolha de Oliveira

Apoio financeiro



O presente livro foi realizado com apoio do PROEX, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), por meio do PPGDSTU.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Biblioteca do Naea/UFGPA-Belém-PA

A489 A (s) Amazônia (s) em seus múltiplos cenários e desafios [recurso eletrônico] : questões socioambientais, políticas públicas e migração na Pan-Amazônia / Organizadores: Cassia Karimi Vieira Cativo ... [et al.]. — Belém: NAEA,2024.
1 recurso online

Modo de acesso: <http://www.naea.ufpa.br/index.php/livros-publicacoes>Inclui bibliografias
ISBN 978-85-7143-244-4

1. Amazônia – Aspectos sociais. 2. Política pública – Amazônia. 3. Migração – Amazônia. 4. Educação ambiental – Amazônia. 5. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. I. Cativo, Cassia Karimi Vieira, org.

CDD 23. ed. – 981.1

Elaborado por Maria do Socorro Barbosa Albuquerque – CRB-2/871

© Direitos Reservados à Editora Naea

Av. Augusto Corrêa, nº 1 - Campus Universitário do Guamá, CEP: 66.075-750
Belém, Pará, Brasil

(91) 3201-7231 | editora_naea@ufpa.br

Sumário

PREFÁCIO..... 08

Luis Eduardo Aragon Vaca

APRESENTAÇÃO.....12

PARTE I - Amazônia: fundamentos econômicos, socioculturais e políticos 16

Educação em tempos de crise e a construção de diálogos insurgentes.....17

Marilena Loureiro da Silva

Michèle Sato

Amazônia: da natureza intocada às colônias de controle social: o caso da vila santo Antônio do prata, Pará41

Amanda Mesquita Cristo

Tamires de Fátima Pinto Lisboa Guimarães

Imaginário amazônico e a Vila Santo Antônio do Prata: atuação municipal e a governança pública na vila64

Caio Túlio Pompeu Borges

Cristiane da Costa Gonçalves de Andrade

Mariana Cunha Bhering

Estrutura fundiária e concentração de terras no estado do Pará..... 97

Alan Tiago Corrêa

Cassia Karimi Vieira Cativo

Thales Maximiliano Ravena Cañete

Marinalva Cardoso Maciel

Por uma amazônia múltipla: retratos de pluralidade de educação ambiental na Pan-amazônia- (Brasil e Peru)..... 114

Maria Ludetana Araújo

Marilena Loureiro da Silva

Percepção ambiental como ferramenta ao planejamento de propostas em educação ambiental: ações e reflexões na vila de santo Antônio do prata, Igarapé-açu/PA..... 131

Carolina Sozinho da Silva

Rodrigo Fiel Barreto

Valleria de Cássia Tavares da Silva

Marilena Loureiro da Silva

Um canto de resistência: a amazônia nas toadas dos bois bumbás de Parintins-AM..... 152

Cassia Karimi Vieira Cativo

Alan Tiago Corrêa

Laiane Katrine da Silva Castro

Camilla Souza Barbosa

PARTE II – Estado e políticas públicas.....174

Amazônia sob controle: biopoder e a fragmentação das políticas públicas na RESEX do rio Unini 175

Cassia Karimi Vieira Cativo, Alan Tiago Corrêa

Os usos do poder do estado e a necropolítica: o caso do território quilombola ariramba194

Laiane Katrine da Silva Castro

Vigiai teu patrimônio: governança e governabilidade dos patrimônios históricos cabanos em Vigia (PA)213

Jamyle Cristine Abreu Aires

Cenas de uso de crack e as políticas públicas para o contexto no Brasil, uma reflexão preliminar: meandros entre autoridade e cuidado230

Alan Pereira Dias

Atitude descolonial sobre as realidades urbanas da orla de Belém-PA..... 251

Camilla Souza Barbosa

Edna Ramos de Castro

Juliano Pamplona Ximenes Ponte

Conjunturas do transporte coletivo de passageiros em diferentes espaços: uma relação com as políticas públicas269

Gabriel Augusto Nogueira dos Santos

PARTE III - Migrações 285

A migração chinesa para a América latina e o Caribe (ALC) no século xix: observações preliminares sobre brasil, cuba, Guiana, Guiana francesa e peru.....286

Drivia Louren Rodrigues Guevara
Hisakhana Pahoona Corbin

Migração de retorno internacional para a amazônia legal do Brasil: observações recentes para além dos dados censitários.....309

José Luis Felix Neto
Hisakhana Pahoona Corbin

PREFÁCIO

FOMENTANDO A FORMAÇÃO DE NOVOS PESQUISADORES NA AMAZÔNIA

O livro **“A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios: questões socioambientais, políticas públicas e migração na Pan-Amazônia”**, que hoje tenho o privilégio de prefaciar, reveste-se de suma relevância para a produção acadêmica do NAEA em múltiplos aspectos. Destaco cinco deles:

1. A iniciativa de publicar artigos elaborados por discentes do PPGDSTU nas disciplinas do programa é louvável e muito oportuna. É louvável porque permite revisar e aprofundar as temáticas sobre as quais o NAEA pesquisa e estuda ao longo de sua história. No conteúdo desses textos, destacam-se palavras-chave que caracterizam a produção do conhecimento da comunidade acadêmica naeana, tais como: desenvolvimento, sustentabilidade, meio ambiente, Amazônia, interdisciplinaridade, políticas públicas, e que dão identidade própria ao NAEA. Os artigos desta coletânea, em especial aqueles de autoria de discentes do Núcleo, em coautoria com outros discentes ou com professores, revelam avanços no debate desses temas. Muitas vezes, esses trabalhos, derivados das discussões e conteúdo das disciplinas do PPGDSTU, ao não serem publicados e difundidos, ficam esquecidos, sem que sejam aproveitados por outros pesquisadores. A iniciativa de publicar artigos produzidos por discentes resultantes das disciplinas deveria ser uma prática melhor aproveitada para estimular o aprimoramento da produção discente, não somente nos meios de divulgação científica do NAEA (como os Novos Cadernos NAEA, os Papers do NAEA e os livros), mas também em revistas e livros de produção externa.

2. A importância da inclusão de discentes de graduação neste livro deve ser realçada. Essa iniciativa faz parte da iniciação científica de novos pesquisadores. É nesta fase que a curiosidade científica, o estímulo ao trabalho em equipe e a ambição por superar desafios se fortalecem. O discente envolvido em pesquisa não é só um auxiliar, um levantador de dados, mas sim um colaborador, com autonomia em sua própria contribuição e responsável também pelos resultados dela. E isso deve ficar evidente nas publicações produzidas e na difusão do conhecimento. É nesta fase da iniciação científica que o potencial de novos pesquisadores começa a florescer, e esse potencial deve ser cada vez mais estimulado, tornando esses pesquisadores cada vez mais autônomos, capazes de levar mais adiante as fronteiras do conhecimento. Nesse sentido, vale a pena mencionar o pronunciamento do Prof. Leon Lederman (1922-2018), Prêmio Nobel de Física de 1988, no Fórum Internacional de Jovens Cientistas, realizado durante a II Conferência Mundial sobre Ciência, em Budapeste (Hungria), de 26/06 a 01/07/1999, que enfatizou a urgência da educação científica no nível do ensino fundamental e médio e a necessidade de reconhecer a importância do trabalho de jovens cientistas, que “não devem ser considerados como simples mão de obra barata”, mas, pelo contrário, como o futuro mesmo da ciência.¹ E, nesse contexto, o NAEA, ao ofertar disciplinas para os programas de graduação da Universidade e ao publicar livros como este, entre outras importantes iniciativas, fortalece o vínculo entre pós-graduação e graduação, permite identificar futuros discentes de seu próprio programa de pós-graduação e fomenta a formação de novos cientistas, contribuindo assim para garantir a sustentabilidade da produção de conhecimento com a marca NAEA.

1 Aragón, Luis E. A Conferência Mundial sobre Ciência: um novo compromisso? In: Aragón, Luis E. *Ciência e educação superior na Amazônia: desafios e oportunidades de cooperação internacional*. Belém: UNAMAZ/NAEA, 2001, p. 93.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

3. No mundo digital em que vivemos, o trabalho de campo, muitas vezes, não é valorizado como se merece. Os artigos derivados do trabalho de campo realizado na vila Santo Antônio do Prata, no município de Igarapé-Açu, Pará, permitem fazer uma reflexão sobre a importância dessa prática. Além de entrevistas e outras atividades, foram tiradas fotografias e realizados desenhos por estudantes das escolas sobre seu cotidiano e percepção de futuro. Esse material é valioso para entender a realidade desses lugares e gerar insumos para futuras pesquisas. A iconografia e demais registros revelam a realidade de monumentos, pessoas, paisagens e outros elementos em um dado momento, que se tornarão fontes históricas com o tempo, quando a realidade retratada mudar ou mesmo desaparecer. É através desses registros que se conseguirá reconstituir a realidade da época para melhor entender a realidade do presente.
4. A dimensão internacional da Amazônia, contemplada em alguns capítulos deste livro, segue o esforço do NAEA desde sua fundação em estudar a Amazônia como um todo e não somente a Amazônia brasileira: “E porque há muitas soberanias sobre a Amazônia continental, que tudo seja numa ótica pan-amazônica”, declarava Armando Mendes em sua aula inaugural do primeiro FIPAM, em fevereiro de 1973². Hoje, em boa medida devido ao esforço do NAEA, reconhece-se cada vez mais a importância da dimensão internacional da Amazônia³. Regionalmente, a Amazônia é dividida em nove partes, cada uma sob uma soberania diferente, mas quando se fala da Amazônia nesses países, geralmente se trata da Amazônia do respectivo país e pouco se sabe sobre as Amazônias dos demais países ou das relações existentes entre as Amazônias nacionais. E, em nível global, a importância ecológica e econômica da Amazônia, como a maior floresta úmida tropical do mundo, alcançou os mais altos foros mundiais.

2 Mendes, Armando Dias. Aula inaugural do FIPAM I, fevereiro de 1973. In: Mendes, Armando Dias. *A cidadela transversa*. 2. ed. rev. aum. Brasília, 2011. 1 CD-ROM. Fac-simile.

3 Aragón, Luis E. A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação. *Revista NERA*, v. 28, n. 3, p. 85-98, 2018.

Atualmente, existem no NAEA grupos de pesquisa, pesquisadores e discentes que abordam a Amazônia como um todo, ou Pan-Amazônia, e sua relevância mundial. Essa prática representa uma importante contribuição para o avanço do conhecimento da Amazônia, o enriquecimento do acervo bibliográfico do NAEA produzido nos outros países amazônicos e o fortalecimento dos laços de cooperação com instituições e pesquisadores dos demais países amazônicos. Neste livro incluem-se análises de temas pouco abordados pela literatura, como a migração internacional e a educação ambiental. O NAEA é pioneiro na pesquisa sobre esses temas.

5. Este livro mantém uma coerência interna. Não é uma coleção de artigos sem nexos entre si. O artigo das professoras Marilena Loureiro da Silva e Michele Sato justifica o título da obra e dá coesão aos diversos capítulos, funcionando como uma espécie de pano de fundo ou marco teórico. Como dito no item 1 deste prefácio, os conteúdos dos diversos capítulos discorrem sobre assuntos frequentemente abordados pela comunidade acadêmica do NAEA, e sua produção é amplamente referenciada, aprofundando o conhecimento acumulado ao longo de sua história.

Finalmente, pela sua relevância, abrangência, conteúdo e corpo de autores, considero esta obra leitura obrigatória para todos aqueles interessados em conhecer mais de perto a realidade amazônica e a ciência que se produz no NAEA.

Luis E. Aragón

**Professor titular do NAEA/UFPA e
Coordenador da Cátedra UNESCO
de Cooperação Sul-Sul para o
Desenvolvimento Sustentável**

Apresentação

Este livro se origina dos diálogos interdisciplinares entre, principalmente, três componentes curriculares desenvolvidos no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), e traz resultados dos trabalhos de pesquisa desenvolvidos por alunos de mestrado e doutorado no âmbito do PPGDSTU, bem como, ainda, de discentes de graduação envolvidos nas pesquisas então realizadas.

Dessa maneira, o livro busca socializar os estudos elaborados e apresentados no contexto da disciplina “Amazônia: fundamentos econômicos, socioculturais e políticos”, a qual tem como objetivo “apresentar os principais debates sobre a formação da Amazônia em seus aspectos histórico, econômico, sociocultural e político, dialogando com as principais questões teóricas para a sua interpretação enquanto região”. As discussões nela realizadas têm como base a análise das teorias e dados sobre a ocupação da região por povos ameríndios pré-coloniais, assim como dos primeiros textos e ideários sobre a região, dos cronistas coloniais aos viajantes naturalistas dos séculos XVIII e XIX, considerando, outrossim, o momento das políticas desenvolvimentistas, os impactos de grandes projetos agroextrativistas e mineradores e os fluxos populacionais que dinamizam os modelos ditos desenvolvimentistas na região. Por fim, a disciplina aborda as condições de formação e de estudo de uma cultura amazônica e das dimensões que integram um homem amazônico.

Por meio desses elementos, o conteúdo programático da disciplina em questão foi organizado nas seguintes discussões temáticas: 1) as imagens e o lugar da Amazônia no cenário latino americano – representações e estigmas; 2) ocupação da região amazônica e sua leitura a partir dos cronistas coloniais aos viajantes naturalistas dos séculos XVIII e XIX até os dias atuais; 3) formação econômica e social da Amazônia – questões teóricas, históricas e políticas; 4) a integração da Amazônia ao cenário nacional – políticas desenvolvimentistas e seus impactos na região; e 5) cultura(s) amazônica(s) – condições de formação e dimensões que integram as populações amazônicas em sua multidimensionalidade.

A metodologia para o desenvolvimento da disciplina constituiu-se de aulas teóricas e da realização de trabalho de campo; incursão esta com o objetivo de identificar as relações econômicas, sociais e histórico-culturais em uma comunidade em situação de vulnerabilidade, a Vila de Santo Antônio do Prata, situada nas proximidades de Belém, no município de Igarapé Açu.

Os resultados desse trabalho de campo são apresentados nos artigos “Amazônia da natureza intocada às colônias de controle social: o caso da Vila Santo Antônio do Prata – Pará”, de autoria das doutorandas Amanda Mesquita Cristo e Tamires de Fátima Pinto Lisbôa Guimarães, “Imaginário amazônico e a Vila Santo Antônio do Prata: atuação municipal e a governança pública na Vila”, de autoria dos doutorandos Caio Pompeu Borges, Cristiane da Costa Gonçalves de Andrade e Mariana Cunha Bhering, e “A percepção ambiental na construção de didáticas à Educação Ambiental: abordagem na Vila de Santo Antônio do Prata, Igarapé-Açu-PA”, artigo originário da disciplina “Educação, Meio Ambiente e Sociedade”, ofertada para alunos de diferentes cursos de graduação, dos quais, Carolina Sozinho e Felipe Souza, autores dessa última contribuição, participaram das atividades de campo realizadas na Vila.

Outros artigos elaborados por alunos da disciplina do PPGDSTU, porém, sem as referências à pesquisa na Vila do Prata, também compõem o presente livro, são eles: “Estrutura fundiária e concentração de terras no estado do Pará”, do mestrando Alan Tiago Corrêa, da doutoranda Cassia Karimi Vieira Cativo e dos professores Thales Maximiliano Ravena Cañete e Marinalva Cardoso Maciel; “Por uma Amazônia múltipla: retratos de pluralidade de Educação Ambiental na Pan-Amazônia (Brasil e Peru)”, das professoras Maria Ludetana Araujo e Marilena Loureiro da Silva; e “Um canto de resistência: a Amazônia nas toadas dos Bois Bumbás de Parintins-AM”, dos discentes Cassia Karimi Vieira Cativo, Alan Tiago Corrêa, Laiane Katrine da Silva Castro e Camilla Souza Barbosa. Os artigos apresentados demonstram um entrecruzamento de vários olhares sobre as múltiplas realidades amazônicas e seus processos de formação. Ademais, resultam de uma perspectiva praxiológica, em que a integração entre teoria e prática se apresenta como um recurso imprescindível para a análise de realidades diversas.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

No cerne das Ciências Sociais contemporâneas, a disciplina “Estado e Políticas Públicas” buscou apresentar a relação entre o Estado, a sociedade e as políticas públicas, a qual emerge como um campo de investigação crucial para compreender os desafios do mundo contemporâneo. Mediante esse prisma, este livro reúne estudos que analisam essas dinâmicas por meio de diferentes perspectivas, desde as teorias do Estado até suas implicações práticas em contextos variados.

Assim, no artigo “Amazônia sob controle: biopoder e a fragmentação das políticas públicas na RESEX do Rio Unini”, Cassia Karimi Vieira Cativo e Alan Tiago Corrêa investigam como o biopoder e a fragmentação estatal moldam as políticas públicas em áreas de conservação na Amazônia. Laiane Katrine da Silva Castro, em “Os usos do poder do estado e a necropolítica: o caso do território quilombola Ariramba”, explora as práticas de necropolítica e as exclusões históricas impostas pelo Estado a comunidades quilombolas. Já Jamyle Cristine Abreu Aires, na contribuição “Vigiai teu patrimônio: governança e governabilidade dos patrimônios históricos cabanos em Vigia (PA)”, discute as interações entre memória, governança e poder institucional na preservação do patrimônio cultural cabano.

Na perspectiva dos estudos urbanos, Camilla Souza Barbosa, Edna Ramos de Castro e Juliano Pamplona Ximenes Ponte trazem uma análise descolonial das políticas urbanas em “Atitude descolonial sobre as realidades urbanas da orla de Belém-PA”, destacando as contradições entre neoliberalismo e inclusão social. Alan Pereira Dias, no artigo “Cenas de uso de crack e as políticas públicas para o contexto no Brasil, uma reflexão preliminar: meandros entre autoridade e cuidado”, problematiza a dualidade entre autoridade e cuidado nas políticas públicas de saúde para usuários de drogas. Por fim, Gabriel Augusto Nogueira dos Santos, em “Conjunturas do transporte coletivo de passageiros em diferentes espaços: uma relação com as políticas públicas”, analisa as contradições nas políticas públicas de mobilidade e seu impacto no transporte coletivo. Juntos, esses artigos oferecem um panorama crítico e interdisciplinar sobre o Estado moderno, suas instituições e os desafios das políticas públicas no Brasil e na Amazônia, conectando conceitos como poder, sociedade, economia e governança a questões práticas e contextos históricos e contemporâneos.

Já a disciplina “Uma introdução à migração e desenvolvimento”, ministrada pelo Prof. Dr. Hisakhana, P. Corbin, abordou as questões ligadas à migração internacional e ao desenvolvimento no contexto da Pan-Amazônia, oferecendo uma visão geral sobre tais aspectos nessa porção do território sul-americano. Nesse particular, a disciplina aborda as tendências históricas e recentes na Amazônia brasileira e nos países que compõem o Planalto das Guianas (Colômbia, Guiana, Guiana Francesa, Suriname e Venezuela), com os seguintes objetivos: a) definir a/as: Amazônia, Amazônia Legal do Brasil, Pan-Amazônia e Guianas; b) fornecer subsídios teóricos e apresentar resultados de estudos acadêmicos sobre migração internacional e desenvolvimento da Pan-Amazônia com ênfase na Amazônia brasileira e nos países que compõem o Planalto das Guianas (Colômbia, Guiana, Guiana Francesa, Suriname e Venezuela); e c) apresentar a agenda de pesquisa sobre migração internacional e desenvolvimento - sendo um componente importante das atividades de pesquisa realizada pelo Grupo de Pesquisa Meio Ambiente, População e Desenvolvimento da Amazônia (MAPAZ), do NAEA/UFPA.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

PARTE I - AMAZÔNIA: FUNDAMENTOS ECONÔMICOS, SOCIOCULTURAIS E POLÍTICOS

EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE E A CONSTRUÇÃO DE DIÁLOGOS INSURGENTES

*Marilena Loureiro da Silva*⁴

*Michèle Sato*⁵

1. Introdução

Ao longo dos últimos anos, observa-se que, quando vista em seu aparato formal e sistemático, a educação não conseguiu ainda se aproximar do que seriam seus ideais mais simples, inobstante tantas transformações discursivas, traduções em políticas e legislações, bem como um sem-número de tentativas de planos e programas, não logrando, portanto, a construção de um novo cenário para a humanidade.

Nota-se que apesar da evolução das ideias pedagógicas e dos diálogos incessantes acerca do papel importante e estratégico da educação, a sociedade continua aprisionada em ditames formativos mais próximos de princípios da tradição formalista e burocrática de pessoas reféns de processos educativos meramente reprodutivistas, pouco capazes, por assim dizer, da geração de pensamento mais aberto, plural e reflexivo.

No primeiro quartel do século XXI, a escola permanece ainda no dilema de tentar se ausentar da cena política, econômica e social, em sua gama de complexidades. Essa tentativa de se ausentar da vida pelo apego aos ditames do formalismo pedagógico, por sua vez, parece deslocar a ação educativa formal escolar para um mundo aparentemente e desprovido de possibilidades de novas proposições para a vida. Um lugar preenchido pelo burocratismo, sem cores próprias, sem pessoas vistas em seus lugares de fala e de direitos, um lugar amorfo!

4 Doutora em Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: marilenals@ufpa.br

5 Doutora em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). E-mail: michelesato@ufmt.br

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Assim sendo, a pergunta que orienta nossas reflexões neste texto ensaístico é: como – deste lugar escola – se poderá gerar, a partir de suas contradições, um outro lugar, aberto à formação de pessoas da vida, em um processo de dialogia, que consiga impulsionar o desejo de transformações sociais? Ou seja, como, desse lugar, podemos pensar a formação de pessoas para o enfrentamento dos dilemas do mundo presente, um mundo em emergências de várias ordens? Será isso efetivamente possível? Alimentamos o esperar que sim, e que nesse lugar se pode pensar a construção de novos contrapontos à cultura hegemônica, colonialista, ainda presente nas práticas pedagógicas vivenciadas.

Nossas tentativas de aproximações às respostas possíveis e provisórias se assentam na compreensão de que é, sim, dentro desse lugar chamado escola que se pode forjar uma nova perspectiva de resistência aos dogmas da hegemonia presente, contudo, esse desenho de escola atual precisaria ser absolutamente problematizado e questionado para atender às exigências de uma formação plural e anticolonialista.

Nesse sentido, as reflexões aqui apresentadas se assentam nas análises propostas por matrizes teóricas que vão desde a Sociologia da Emergência, de Boaventura de Sousa Santos, até as críticas de Eustáquio Romão, na Razão Oprimida, em diálogo com Tomas Tadeu da Silva e Dominique Perrot, na discussão sobre o que produz e o que reproduz em educação, e a emergência da Pedagogia da Catástrofe, para se chegar a aproximações da Pedagogia da Complexidade, de Enrique Leff, em diálogo com as formulações da Cartografia do Imaginário, com Michèle Sato, na inspiração poética de Bachelard.

2. Das novas epistemologias, diálogos insurgentes e ressignificação de velhas práticas: uma revolução silenciosa em curso

Ainda nos idos dos anos 1990, o debate acerca de novas possibilidades para a educação à luz da teoria crítica se ampliava, com base na releitura do materialismo histórico-dialético, o que, na sociologia da educação, significava uma leitura ampliada dos princípios do reprodutivismo em educação. Essa leitura fora realizada a partir, sobretudo, das formulações

de Pierre Bourdieu, dos estudos do sistema educacional francês, em sua dualidade e terminalidade bipartida e desigual, marcadamente classista, que orientou os sistemas educacionais de países de desenvolvimento econômico e social tardio ou retardatário, a exemplo do Brasil e de outros países, tidos pela teoria econômica de origem cepalina como países periféricos (Bourdieu; Passerón, 1992; Bourdieu, 2008).

Desse modo, os princípios da teoria reprodutivista em educação partem da compreensão de que a escola, tal como estruturada pelo Estado classista, converte-se em aparelho de cópia ideológica do Estado, ampliando, portanto, a reprodução e a propagação das desigualdades sociais, e não possuindo, em si, componentes capazes de superar seus objetivos reprodutivistas.

A releitura da teoria crítico-reprodutivista, à luz dos pressupostos gramscianos para a educação e da colaboração dos estudos críticos frankfurtianos, trouxe à tona a análise que indica que a educação favorece as condições de desigualdade da sociedade. Contudo, em razão da consideração das contradições que se interpõem nos processos sociais, há que se entender que essa mesma educação que corrobora as desigualdades e sua base ideológica, também pode colaborar para a sua própria superação, assim como das desigualdades produzidas pelos processos de dominação presentes na racionalidade capitalista. Daí, a teoria sociológica da educação faz coro com a tese de Tomas Tadeu da Silva, ao se perguntar “o que cria e o que se imita em educação?”.

É dentro desse cenário de busca de novos significados e novos referenciais para as práticas educativas que vimos novos enunciados, com fundamento na afirmação de que se a educação serve aos pressupostos de reprodução da lógica capitalista, colonialista, racista e aos pressupostos da ampliação das desigualdades sociais, ela também pode, na contramão dessa mesma lógica, servir aos gritos daqueles educadores e educadoras sensíveis ao processo de construção de novas relações nessa sociedade adoecida e estranha aos sentidos do humano, em seu processo de aniquilamento pela via do esvaziamento das relações substantivas, podendo, dialeticamente, insurgir-se contra esses ditames e em favor de novas formas de pensar e efetivar um novo ato educativo.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Com base em Paro (2010) e Tomas Tadeu da Silva (1992), podemos afirmar que é a natureza específica do ato pedagógico que faz dele uma possibilidade de se constituir como um ato insurgente, um ato de resistência à lógica hegemônica dominante na sociedade.

Os colaboradores dessa perspectiva de insurgência afirmam as contradições presentes na produção do ato educativo e indicam que é exatamente nessas antíteses que pode residir e surgir as possibilidades de um novo fazer educativo. Esse novo fazer seria, por certo, um fazer comprometido com a vida em sua gama de complexidades e contradições a serem superadas, um saber plural e necessariamente diverso, um saber avesso aos ditames de uma hegemonia global, que se organizou por séculos desde os princípios do *Ratum Studiorum*, na adoção da educação clássica, elitista e cristã, reprodutora magistral dos princípios de uma pedagogia que apenas reproduziria em grande escala a vida organizada na divisão de sociedade de classes.

Por longos séculos, educar se constituiu como sinônimo de inculcação ideológica dos valores de uma sociedade classista e, em termos do que se constituiu tratar como a evolução das ideias pedagógicas, pode-se enunciar as escolas liberais, com suas respectivas pedagogias, que vão desde a pedagogia tradicional, a pedagogia renovada – ou também chamada Escola Nova – e a pedagogia tecnicista, até a ruptura com os pressupostos liberais e a inauguração da escola crítica, que vai desde a pedagogia histórico-crítica, a Pedagogia Libertária até a Pedagogia ou Educação Libertadora, fundada nos pressupostos freirianos de educação.

Em associação às mudanças discursivas e tentativas de afirmação de novas ideias e concepções de educação, e subjacentes a elas, observou-se no plano da materialidade histórica da sociedade uma série de transformações econômicas e sociais, com rebatimentos na cultura e na forma de construir novas perspectivas de educação. A crise do socialismo real e a queda do muro de Berlim podem ser vistas como marcos de uma espécie de ampliação da crise de referenciais utópicos na sociedade, marcada pelo esgotamento das energias utópicas e pelo mergulho em um quase fatalismo, por muitos anunciado como o “fim da história”.

Essa percepção trouxe à tona o movimento descrito por Boaventura de Sousa Santos (2006) como “a crise de confiança epistemológica na ciência”, cujas implicações nos levariam a um questionamento dos paradigmas hegemônicos, em um momento peculiar de transição epistemológica, associado a uma transição também societal, uma Transição Paradigmática. Assim, no Plano Epistemológico, Santos (2006) fala de uma ruptura e passagem da ciência moderna para um conhecimento pós-moderno, enquanto no Plano Societal haveria uma passagem da sociedade capitalista para uma outra forma societal que tanto pode ser melhor como pior.

Na esteira da discussão sobre as bases para as rupturas paradigmáticas em curso e, mais especificamente, em relação à ciência, pode-se dizer que as contribuições de autores originários da resistência aos ditames do colonialismo ocidental se deram e se constituíram como a base para a busca da superação de uma espécie de invisibilidade dos conhecimentos produzidos pelos países do sul, na tentativa de superação do eurocentrismo, bem como de um processo traduzido como epistemicídio; processo esse que negou por séculos os conhecimentos tradicionais dos povos *desde el Sur*. Dessa maneira, a busca da superação do colonialismo gerou a necessidade de valorização de novas epistemologias banhadas nos saberes e tradições não hierarquizadas pelo pensamento colonialista.

Nossa tentativa de aproximação dessas perspectivas insurgentes e de matriz plural para a compreensão da sociedade, assim como de uma ciência mais aberta às necessidades da vida cotidiana de homens, mulheres, crianças e jovens em seus contextos de vida e vulnerabilidades, assenta-se, portanto, na crítica ao pensamento fechado e ideologicamente comprometido com a reprodução da sociedade classista em seus valores e princípios hegemônicos na sociedade. Além do mais, busca a construção dialógica com outras formas de pensar e de tentar compreender essa sociedade. Para tanto, uma matriz importante a ser reconhecida é aquela que assume que não há matriz fundamental ou que, ao menos, não há uma só matriz fundamental, a ciência. O conhecimento necessário na contemporaneidade impõe ser compreendido como algo em permanente abertura epistemológica para um encontro com seus contrários, com suas contradições e oposições, imune ao culto suicida da negação de outras falas, só porque são diferentes.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

É possível que essa arrogância científica tenha segregado a sociedade da produção do conhecimento, contudo, vale ressaltar que o negacionismo científico é exagerado como resposta. Obviamente, compreendemos que não se trata de ceticismo científico que gera debates, mas, ao invés de argumentos sofisticados ou discursos lógicos, o negacionismo é um aparato político que despreza a racionalidade ou o conhecimento, visando confundir, gerar conflitos ou simplesmente instituir o poder de qualquer maneira.

Em concordância com as formulações de Romão (2010), em suas análises sobre as Razões Oprimidas, observamos a necessidade de um mergulho na contramaré, uma corrida na contramão dos cânones vigentes, para, assim, compreender que os esforços em torno de um novo paradigma avesso aos princípios do colonialismo em suas várias dimensões e manifestações impõe um mergulho nos conhecimentos dissonantes. Trata-se, ainda, de uma tentativa muito insistente e vigorosa de ouvir as vozes diferentes de nosso culto academicista, com vistas ao encontro com nossos outros e, por assim dizer, com nossa ancestralidade latino-americana ou afro-indígena amazônica, se focarmos a(s) realidade(s) amazônica(s) como ponto de partida, a partir de novos códigos de linguagem menos formais no trato ao conhecimento, com a inserção da arte, das representações mentais, do conhecimento não necessariamente disciplinarizado.

Nessa perspectiva, Romão (2010) acrescenta que:

Não é uma questão de “novas gramáticas”, porque as gramáticas sempre tiveram (e ainda tem) o sentido do enquadramento, da regulação, da normalização, da hegemonia. Uma “nova gramática do conhecimento” certamente significaria uma nova norma para pensar, criada por alguém que imagina ser possível pensar de uma forma exclusiva, única, singular, “verdadeira” e “absoluta”. O que necessitamos, agora, é de uma nova geopolítica do saber, isto é, do reconhecimento de vários conhecimentos, da convicção de que há vários lugares de enunciação científica. Cabe enfatizar que vivemos em uma época que tem possibilitado, por um lado a potencialização da crítica à falácia do conhecimento científico único, da denúncia do exclusivo espaço de enunciação do saber; e por outro lado, da necessidade de outras perspectivas, que

tiveram origem em lugares diferentes dos tradicionalmente considerados como sítios de formulação científica e epistemológica. A capacidade de perceber essa complexa situação é muito mais exigente do que aquela que propõe simplesmente, a substituição de paradigmas (Romão, 2010, p. 8).

A construção desse mergulho contra a maré é mais densa e mais complexa, indicando uma necessidade profunda de olhar para dentro de nossas trajetórias como sociedade latino-americana em seus saberes e em seu permanente embate com a lógica eurocêntrica, da dominação das ideias, da negação da fala e dos demais sentidos colonialistas marcados pela resistência à morte e à dizimação, tal como realizada historicamente pelos processo de colonização e extermínio das populações indígenas na Amazônia brasileira e em toda a América Latina, a expropriação do trabalho e da condição de humano realizada pelo tráfico de pessoas do continente africano na diáspora, que sustentou os processo de transformação econômica do continente.

Segundo Romão (2010), tal como para outros epistemólogos que dialogam com a crise da razão ocidental, tratar-se-ia de uma desconstrução do pensamento único e de um processo que, nos termos wallersteinianos, remetem-nos a uma espécie de transição. Para Leff (2001, 2006), isso seria uma transição da razão instrumental para a racionalidade complexa, produzida a partir de amplos processos de complexificação do pensamento em crise e sua abertura à compreensão da superação do que temos identificado como crise ambiental, mediante sua identificação como crise de conhecimentos, crise das formas arraigadas pelas quais a sociedade construiu sua relação com a natureza.

Isso, por sua vez, implicaria a adoção do diálogo entre saberes múltiplos e complexos, capazes de forjar um novo campo para a educação e para a pedagogia, preenchido pelo atravessamento de compreensões plurais da vida na busca pelo re-conhecimento do mundo, e sua reapropriação.

[...] a pedagogia da complexidade ambiental reconhece o conhecimento, contempla o mundo como potência e possibilidade, entende a realidade como construção social mobilizada por valores, interesses e utopias [...] não se identifica com o conformismo, com o viver ao sabor do momento, com a sobrevivência [...]

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Trata-se de uma educação que permite que os indivíduos se preparem para a construção de uma nova racionalidade; não por uma cultura de desesperança e alienação, mas, pelo contrário, para um processo de emancipação que permita o surgimento de novas formas de reapropriação do mundo (Leff, 2001, p. 219).

Para Santos (2006), esse processo de reconstrução da ciência e do saber científico dialoga necessariamente com a crise da razão moderna e implica em uma transição tanto epistemológica como societal, em um processo de necessária reinvenção das formas de analisar a sociedade em seus movimentos. Implica, ainda, na construção de novas metodologias para a leitura crítica da realidade em crise, metodologias necessariamente colaborativas e dirigidas a um questionamento radical das bases do modo de produção capitalista.

Em recente reflexão (Santos, 2020), o autor em comentário estabelece uma comparação entre a pandemia do coronavírus e o colonialismo, posto que, para ele, o poder dos colonizadores era semelhante ao poder do vírus atual que assola a humanidade na sociedade planetária, na medida em que não se podia lutar contra os colonizadores, apenas se tentava fugir deles, se esconder, tal como as pessoas escravizadas em fuga e a conseqüente constituição dos quilombos, tal qual as populações indígenas isoladas. Por assim dizer, o colonialismo foi a primeira pandemia da sociedade e para a qual ainda não tivemos cura, visto que a sociedade capitalista está plenamente assentada nas bases do colonialismo e suas heranças, do patriarcado e seus corolários.

Para Santos (2020), a crise sanitária vivenciada pela humanidade nesses tempos pandêmicos desnuda em profundidade as desigualdades que marcam esta sociedade e suas formas de organização em um estado capitalista, colonialista e patriarcal, isso porque:

As veias abertas do mundo, não somente da América Latina, mas do mundo, todas as desigualdades estão abertas. A pandemia não é democrática. Ela sabe quem mata, ela mata as classes vulnerabilizadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado [...] E para onde vamos: num primeiro cenário distópico, muitos querem voltar à normalidade, mas que normalidade e essa: do racismo, do extermínio de jovens negros, de violência contra as mulheres.

Tudo vai piorar e a democracia não se vai sustentar; num segundo cenário, algumas coisas vão melhorar, algumas mudanças para que nada mude; num terceiro cenário, a presença de dois componentes: uma outra economia plural, não capitalista, uma transição. Não uma utopia geral, mas um artesanato de práticas, outras formas de energia, dirigidas a construção de transição para a refundação democrática do Estado, da Educação e da Economia (Santos, 2020, p.23).

Embora tenhamos concordância com o pensamento de Santos (2020), entendemos a pandemia não é uma crise meramente sanitária, posto que ela é originária dos modelos capitalistas da “grande aceleração” da Era Industrial, com alto consumo energético, que, corroborado a mecanização da agricultura, trouxe a crise climática. O coronavírus pode contaminar a população universal, mas é na periferia que a morte está mais presente. Portanto, a pandemia é uma crise planetária, injustamente forjada pelas ações humanas que fomentaram a destruição da natureza para enriquecimento da minoria.

A compreensão ampliada desse processo de crise civilizatória indica a necessidade de construção de novas formas de conhecer o mundo, um novo conhecimento, uma nova racionalidade. É, portanto, nessa busca pela razão insurgente, que Romão (2010) apresenta uma sumarização das principais contribuições das várias correntes de pensamento que agrupam pensadores latino-americanistas, a saber: razões alternativas, razão fronteiriça ou liminar (Mignolo, 2003); razão mestiça (Ribeiro, 1995); razão híbrida (García-Canclini, 1998); razão exterior (Dussel, 2002); e razão oprimida (Freire, 1978).

Esse conjunto de formulações converge para a compreensão de que a análise mais acurada e mais profunda das formas de pensar e de se organizar dos povos colonizados e invadidos pela lógica do conhecimento hegemônico, dominado pela negação da fala e da expressão política, é uma urgência; movimento esse que só pode partir das fraturas do próprio pensamento hegemônico instauradas pelo questionamento radical da polifonia das vozes subalternizadas, o que implicaria em uma revolução nas formas de se produzir ciência, política e economia.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Cada um ao seu modo busca a análise da fecundidade das vozes silenciadas pelo processo de negação de si mesmas, a partir da adesão ao ideário colonialista hegemônico que impõe valores e perspectivas de vida fundamentadas na aceitação dessa mesma negação, bem como da condição de negados, de não existentes ou de existentes apenas na complementaridade ou suplementaridade da existência superior de seus algozes; algozes esses que, continuamente, aceleram e aprofundam os campos de exploração a partir das relações entre capital e trabalho no capitalismo em suas diferentes feições.

Nesse processo de aceitação da lógica da subalternização, oriunda dos processos não apenas de colonização político-econômica, instaura-se também e de modo bastante acentuado a colonização do imaginário, das subjetividades, dos saberes múltiplos, das possibilidades de saída desse mesmo processo expropriador das condições humanas de existência para além da dimensão material. A compreensão da necessidade de desconstrução desses processos implica a ruptura com a(s) racionalidade(s) hegemônica(s) que o(s) engendra(m), o que, para Wallerstein (1996), indicaria, por meio da análise dos movimentos do modo de produção capitalista, um estado aparentemente transacional.

Esse estado, para o autor, adquire expressão tanto em termos dos modelos epistemológicos quanto dos modelos sociais associados às dinâmicas de construção das vozes subalternizadas, nas lutas dos “contramodelos antissistêmicos”, em um mundo em crise e em transição, que precisa se posicionar em um campo de escolhas entre o que, para ele, fora denominado como “uma reconstrução controlada ou uma desintegração mais solta, menos estruturada”.

A atual crise no sistema mundial significa para Wallerstein que os modelos epistemológicos da modernidade, inclusive seus contramodelos anti-sistêmicos devem passar por um questionamento minucioso. Se a geocultura da modernidade, compreendida como, “a estrutura cultural dentro da qual opera o sistema mundial (capitalista) (Geopolitics, 11), está atravessando uma crise fundamental, não há saída a não ser que compreendamos primeiro até que ponto nossos instrumentos discursivos acham-se eles próprios comprometidos pela crise.

Se nosso questionamento pode ser suficientemente radical, ou se estamos sempre destinados a descobrir que nossas supostas desconstruções longe de desestabilizarem “um sistema não igualitário” (Geopolitics, 229), podem apenas acabar por reforçá-lo, perpetuando assim a crise – esta é na verdade a questão da transição em termos epistemológicos (Moreiras, 2001, p. 103).

Para Wallerstein, o planeta está vivendo a crise final do “Sistema Mundo” e ainda que generoso com os povos oprimidos, este autor não consegue superar seu pessimismo, na medida em que não vê saída para a humanidade. Para ele, o mundo que emergirá depois da etapa de anomia de cinquenta anos não é possível de ser previsto; não podemos saber como ele será. Teremos um mundo imprevisível, porque o que desaparece é um “Sistema-Mundo” de cinco séculos de idade, que será substituído por outro, impossível de ser conhecido ou previsto com as ferramentas analíticas de que dispomos hoje. ‘O quadro que venho pintando não é realmente muito agradável. É um cenário de grande desordem e incertezas e insegurança pessoal. É um quadro de problemas estruturais fundamentais para os quais não só não existe solução fácil, mas talvez até pouca perspectiva de que a coisa se amenize. É um quadro de um sistema histórico em meio a uma grande crise. Alguns dirão que é uma visão pessimista. Eu sustento que é realista, mas não necessariamente pessimista. É claro, se vocês estão certos que viveram até hoje no melhor dos mundos possíveis, não ficarão muito contentes ao ouvir que ele está chegando ao fim. Mas se vocês já tiveram algum nível de dúvida de que este é o melhor dos mundos, serão capazes de encarar o futuro com um pouco mais de sangue frio’ (Wallerstein, 2003, p. 84-85) (Romão, 2010, p. 9-10).

A análise empreendida por Moreiras (2001) acerca da transição do discurso latino-americanista, com base nas formulações wallersteinianas associadas aos estudos de Romão (2010), sobre as razões oprimidas, ajudam-nos a compreender o quanto o debate em torno da ampliação das vozes das populações vulnerabilizadas não somente da América Latina, mas de todo o planeta precisa ainda ser aprofundado.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Ademais, tal debate precisa ser traduzido em campos de concretude de nossa existência material humana, precisa ser mais bem acolhido no âmbito de nossos estudos nas nossas universidades, nos nossos centros de formação de novos cientistas, se concretizar na realidade, em condições de alterar as subjetividades humanas em um redesenho que as faça se encontrar com uma outra condição existencial e humana.

3. Novos pressupostos para a educação em tempos de transição epistemológica e societal

Na década de 2000, em meio às discussões do necessário aprofundamento dos estudos no campo teórico da educação ambiental brasileira, em diálogo com os processos de globalização da economia e da cultura naquele momento, fazíamos a seguinte reflexão teórica por ocasião da escrita de um artigo para uma publicação intitulada “Múltiplas falas, saberes e olhares da educação ambiental”, na abertura daquelas discussões:

Qual o lugar da educação nesse emaranhado de relações sociais fundamentadas na racionalidade instrumental, como a educação relaciona-se àqueles axiomas erigidos pela modernidade, e com àquelas dificuldades fundamentais para construção de uma existência sustentável que reordene o tempo e o espaço de modo a reconectá-los com a realidade dos sujeitos concretos, sem, no entanto, limitar as possibilidades de percepção da nova realidade social nos marcos da globalização presente e da consideração as questões socioambientais? (Silva, 2008, p.78).

A problematização dessa questão nos tem instigado à continuidade de uma série de estudos na expectativa de uma aproximação, ainda que provisória, de possíveis respostas, ainda que tidas como permanentemente abertas e incompletas. Para efeito das discussões até aqui empreendidas, vamos nos aproximar das nossas últimas reflexões acerca da educação vista como lócus muito específico e privilegiado da construção de dinâmicas de resistência, de pensamento transformador e potencialmente alinhado ao lado dos movimentos de resistência ao pensamento hegemônico, de matriz antropocêntrica, eurocêntrica, colonialista, capitalista, racista e patriarcal.

É desse lugar de ciência, como exercício militante, que vemos as possibilidades de soerguimento ou de ressurgimento de novas energias utópicas para o enfrentamento aos dilemas, tragédias e desigualdades, em um contínuo e acelerado aprofundamento das assimetrias globais e de seus impactos na vida das populações subalternizadas.

Na concordância com a epistemologia e os princípios teórico-metodológicos da educação freiriana, que tem no diálogo a sua maior força e potência, fazemos ecoar a compreensão acerca da “razão oprimida” (Romão, 2010), terminologia que mais se aproxima das respostas educativas que esse momento da história da civilização humana impõe, isto é, um apelo a práticas educativas alicerçadas na escuta das tradições, na ruptura com visões de conhecimento fechado e só mecanicamente repassado. Nesses termos, fala-se de práticas que não dissociam saberes científicos de saberes tradicionais, preenchidos de vida e historicidade, de arte e de cultura, uma educação aberta ao acesso qualificado às tecnologias, sem considerá-las em seu viés meramente instrumental, ou seja, que dialogue com a vida em suas múltiplas realidades, uma educação para a libertação do oprimido, mas também do opressor.

Uma educação para a melhor enunciação da razão oprimida:

[...] uma síntese que abre espaço para abrigar toda as “epistemologias alternativas”. Ao propor a audiência, nos círculos de cultura, a todas as expressões, inclusive, às dos oprimidos, na verdade Paulo sintetizou não somente a possibilidade do resgate das racionalidades silenciadas, como também o das epistemologias contemporâneas que tentam a construção de uma nova geopolítica do conhecimento fora do âmbito das epistemologias hegemônicas [...] Mais ainda, demonstrando, em Pedagogia do Oprimido, que somente os(as) oprimido(as), em se libertando, libertam, também, seus(suas) opressor(as), acabou por potencializar que esses novos espaços de enunciações apresentam vantagens sócio-históricas de conhecimento sobre os espaços das enunciações hegemônicas, em todos os campos da realizações humanas (Romão, 2010, p. 11).

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Nas tentativas de aproximação dessa razão oprimida que desvela o sentir e o existir das populações vulnerabilizadas e silenciadas, realizamos, em associação a uma pesquisa nacional intitulada “Educação, Pobreza e Desigualdades Sociais” (2015-2018), uma imersão teórica na problematização das imagens da pobreza e dos impactos das políticas afirmativas. Nesse caso específico, as políticas de renda (Programa Bolsa Família) na vida dessas populações em 15 estados brasileiros, com destaque para o estado do Pará, nosso recorte na região amazônica, onde em um dos estudos de caso realizados observamos as imagens que as crianças em situação de risco e vulnerabilidade social e econômica conseguiam construir em termos de perspectivas de futuro.

Figura 1 - Desenho de projeção de futuro de Fabrício, (7 anos), aluno de Programa socioeducativo na Vila de Santo Antonio do Prata, município de Igarapé-Açu-PA.



Foto: Silva, 2018.

Questões socioambientais, políticas públicas e migração na Pan-Amazonia.

Figura 2 - desenho de projeção de futuro de Luis Otávio, (7 anos), aluno de Programa socioeducativo na Vila de Santo Antônio do Prata, município de Igarapé-Açu-PA.

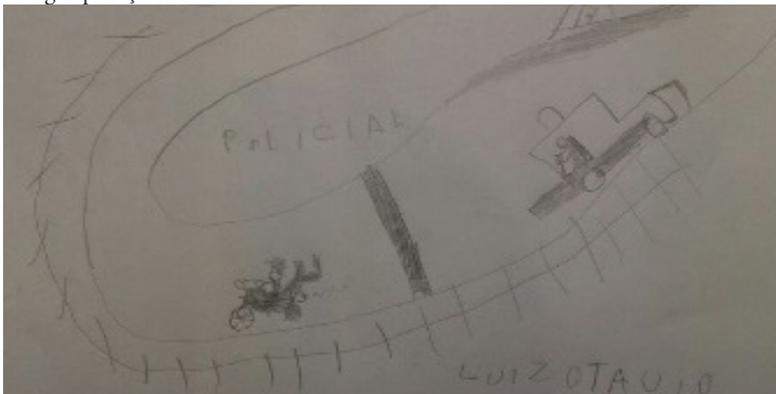
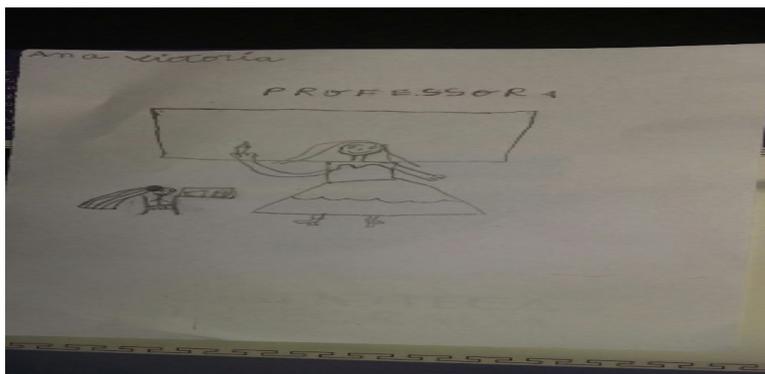


Foto: Silva, 2018.

Figura 3 - Desenho de projeção de futuro de Ana Vitória, (7 anos), aluna de Programa socioeducativo na Vila de Santo Antônio do Prata, município de Igarapé-Açu-PA.



Fonte: Silva, 2018.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

A análise dos desenhos construídos pelos dois meninos, Fabrício e Luis Otávio, e pela menina, Ana Vitória, traz-nos a impressão muito forte de que suas perspectivas de futuro são estritamente circunscritas ao universo das relações de trabalho, e de um trabalho que reifica sobremaneira a lógica hegemônica e reprodutora das relações sociais de exploração de um mundo fundamentado nas relações capitalistas, colonialistas e patriarcais.

O futuro se confunde e se representa pela expectativa de inserção no mundo do trabalho e em profissões que reproduzem o círculo de vida que eles já vivem, visto ser a Vila do Prata, uma vila rural nas proximidades da sede dos municípios de Igarapé-Açu, Castanhal e Santa Maria, no interior do estado do Pará, uma localidade que se origina de uma colônia de segregação da população acometida pela doença hanseníase, com uma população que sobrevive a partir dos programas sociais, de subemprego nas fazendas da região, nos pequenos comércios locais e do serviço público, sem atividades econômicas mais dinâmicas. Trata-se de uma vila que, nos anos recentes, assistiu à ampliação de sua situação de vulnerabilidade pela entrada de atividades do narcotráfico e seu combate com o incremento da violência policial e de outros tipos de violência.

As imagens representativas das expectativas de futuro das crianças da vila redundam na reprodução de suas experiências de dominação. Isso porque, o primeiro menino aponta o desejo de ser vaqueiro no futuro, o que pode facilmente ser explicado pela presença das fazendas na região, bem como pela imagem do fazendeiro como ícone do poder econômico e provedor das possibilidades de acesso a bens e serviços sociais, em uma lógica patrimonialista, inquestionável e naturalizada. Mas observem que ele não quer ser o fazendeiro, ele aspira ser o vaqueiro da fazenda.

O segundo menino aspira ser policial, e isso num cenário de incremento da violência, que, por vezes, resulta em incremento de abusos e de aumento da violência policial diante da fragilidade das políticas sociais, em especial a política de segurança pública. É possível que esse desejo de ser policial se relacione com aquele desejo de se tornar o opressor, detentor de poder sobre a vida e a morte de outros a serem oprimidos, independentemente de sua origem de classe, em uma espécie de adesão à consciência do opressor, imersa na consciência do oprimido, como já bem analisou Paulo Freire (1978).

A expectativa de futuro da menina, por sua vez, dirige-se a um querer ser professora, algo que, possivelmente, guarda relação com o cenário de muitas dificuldades e vulnerabilidades de várias ordens que a mulher está submetida, em que a imagem feminina mais próxima da superação dos ciclos de reprodução da pobreza e da submissão às já quase naturalizadas trajetórias de uma precoce iniciação em práticas sexuais abusivas, assim como a gravidez na infância e adolescência, o abandono e a criação dos filhos com a ajuda dos benefícios sociais e de outros suportes, e a continua exposição a violência nos bares locais, em uma situação de ciclo vicioso, que reproduz em grande parte a trajetória das mães.

Esse cenário indica a reprodução dos ciclos de ampliação da pobreza e miséria partilhados pelas trajetórias das classes subalternizadas e vulnerabilizadas, que, mesmo em tempos tidos para muitos como pós-modernos, ainda se mantém em convivência com práticas de exploração humana nos moldes de relações pré-capitalista de trabalho, como o trabalho análogo à escravidão.

É esse contexto de ampliação de desigualdades sociais e econômicas que praticamente condena o futuro de crianças em situação de vulnerabilidade à mera reprodução dessas mesmas desigualdades. E em um diálogo com o que seria uma nova perspectiva de educação para o enfrentamento dessa(s) realidade(s), que instaure, ao menos de leve, uma ruptura epistemológica em vista de novas sociabilidades, por certo uma educação para a superação radical daquilo que Darcy Ribeiro (1995) chamou de “ninguendade”, na formação social do povo brasileiro, e que Eduardo Galeano (2002) tão fortemente tratou no poema “os ninguéns”:

As pulgas sonham em comprar um cão, e os ninguéns como deixar a pobreza, que em algum dia mágico de sorte chova a boa sorte a cântaros; mas a boa sorte não chove ontem, nem hoje, nem amanhã, nem nunca, nem uma chuvinha cai do céu da boa sorte, por mais que os ninguéns a chamem e mesmo que a mão esquerda coce, ou se levantem com o pé direito, ou comecem o ano mudando de vassoura. **Os ninguéns:** os filhos de ninguém, os donos de nada. **Os ninguéns:** os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos. Que não são embora sejam. Que não falam idiomas, falam dialetos. Que não praticam religiões, praticam superstições.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Que não fazem arte, fazem artesanato. Que não são seres humanos, são recursos humanos. Que não têm cultura, têm folclore. Que não têm cara, têm braços. Que não têm nome, têm número. Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local. Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata! (Galeano, 2002, p. 42, grifos do autor).

A construção de outra racionalidade possível para o desvelamento desse processo de aniquilamento do futuro das crianças das classes vulnerabilizadas implicaria na adoção radical de novas perspectivas de educação; perspectivas essas que pudessem dialogar com a desconstrução desse ciclo aparentemente tão fechado de aprisionamento do futuro na mera reprodução do passado dos “ninguéns”, porque nega o presente e sua pulsão criadora e transformadora, deslocando para o futuro as expectativas de reconstituição desse presente esvaziado de sentido, um presente irrefletido que projeta, pois, como nos diria Santos (2006), o vazio do futuro é tão somente um futuro vazio.

Para esse processo de desconstrução, Santos (2006) apresenta três dificuldades fundamentais: a primeira, identificada como a dificuldade do sujeito, na medida em que há que se ressignificar as compreensões acerca do sujeito social nos marcos da aceleração da racionalidade capitalista, produtivista, que toma os sujeitos sociais como objetos em processo de plena coisificação pela lógica instrumental; a segunda, relacionada à temporalidade própria das soluções a serem apresentadas pela sociedade para o enfrentamento de suas crises, que, em geral, não são pensadas e produzidas no tempo das exigências apresentadas pelas crises; e a terceira, relativa à percepção de que, para o enfrentamento das crises do tempo presente, incluindo-se neste cenário a crise do sujeito, são soluções intergeracionais que necessariamente implicariam uma releitura das relações e tempos históricos em sua inteireza, entre passado, presente e futuro.

E é nesse espaço de construção de uma nova perspectiva de educação que dialogue com a necessidade da releitura do passado no presente, preenchido por uma ampla gama de complexidades, na esteira da construção de um futuro preenchido de sentido, que pensamos possível um encontro com a responsabilidade histórica da cena educativa, o diálogo com o

desvelamento do caráter colonialista, racista e patriarcal da sociedade em crise, um exercício dialógico com os princípios da decolonialidade, com a compreensão de que essa nova feição da educação precisa se nutrir da análise e compreensão das trajetórias históricas das populações vulnerabilizadas.

Nesse cenário, ademais, tem-se a necessidade de se reencontrar com a educação, vista como comunicação intercultural a partir de uma leitura das desigualdades e das assimetrias globais, visto serem as lutas das classes subalternizadas do sul uma contraposição à lógica eurocêntrica, continuamente acendedora das perspectivas de neocolonialismo econômico e cultural; lutas essas tidas como as únicas capazes de se constituírem como portadoras de condição de saída dessa lógica de subalternização pela leitura radical de sua condição material e existencial.

Os (as) oprimidos, ao contrário, sonham com as mudanças de uma formação social que só lhes exige sacrifícios e sofrimentos e, por isso, estão mais abertos à reflexão crítica. Além disso, como vivem no olho do furacão das contradições – afinal, percebem a incoerência entre um discurso elitista que promete o paraíso para todos e que o realiza, ao preço do inferno para muitos, apenas para uma minoria –, são mais “potencializados” para uma Razão Dialético-Dialógica do que para uma lógica estrutural imobilista (Romão, 2010, p. 17).

O enfrentar de questões centrais apresentadas ao tempo presente impõe a reflexão sobre a qualidade da ação educativa e seus resultados para a geração de sujeitos de uma nova percepção da relação entre sociedade, natureza, cultura e luta de classes, pela aproximação das práticas de outras experiências educativas realizadas nos mais diferentes contextos, desde aquelas realizadas nas florestas pelas populações tradicionais, até aquelas realizadas nas periferias dos grandes centros urbanos. É nesse diálogo, então, que podem se revelar possibilidades novas de pensar e fazer educação.

Em trabalhos anteriores já indicamos a necessidade de revisão da educação e de sua estrutura para adequar-se aos interesses e necessidades das populações marginais latino-americanas, bem como a afirmação da emergência de uma possível “Pedagogia da Catástrofe”. Nesse particular, Perrot (1994) entende que:

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Para uma sociedade que se diz evoluir muito rapidamente, é mesmo estranho que os quase 40 anos de desenvolvimento e de crescimento, que se desembocaram nas situações anteriormente evocadas, até agora não tenham conseguido colocar seriamente em questão o modelo de desenvolvimento fundado sobre o crescimento. Que catástrofe esperamos para nos colocarmos as questões de fundo, em vez de procurar falsas respostas a questões que nos recusamos a colocar em debate? (Perrot, 1994, p. 41).

A afirmação da necessidade da problematização da(s) realidade(s) no interior das práticas educativas de caráter marcadamente decoloniais é a afirmação da necessidade do enfrentamento de nossos problemas fundamentais, das desigualdades estruturais que ordenam a sociedade e se reproduzem continuamente, e que, em suma, só podem ser questionadas a partir das histórias e trajetórias compostas na contramão da cultura e do poder hegemônicos.

Esse exercício, por sua natureza, deve estar fundamentado no aprofundamento da leitura crítica das situações de classe e das assimetrias globais atuantes na manutenção da situação de opressão, de modo a perseguir a superação dessa situação a partir das contradições e conflitos presentes nas práticas educativas realizadas nos mais diversos contextos do mundo subalternizado.

4. Algumas conclusões...

As discussões até aqui empreendidas tentam se aproximar da percepção do fenômeno de educar visto em sua complexidade e inteireza, bem como enquanto um canal de aproximação dos nossos desejos e opções em torno de uma nova possibilidade de compor nossas relações históricas com a vida em sua profunda complexidade. Trata-se de um olhar profundo para as possibilidades de a educação tecer novas tramas relacionais que consigam abrir novos caminhos à problematização do quanto nossas relações ainda estão pautadas na lógica de aniquilamento das trajetórias de sujeitos completamente desprovidos de voz, não pelos seus próprios desejos de não falar, mas pela negação dessa fala em razão de uma razão opressora.

Para a conclusão, ainda que provisória dessas discussões, voltamos ao começo, isto é, à pergunta que originou nossas reflexões a partir da análise da educação em seus processos formativos e nos seus espaços privilegiados, as escolas; lugares esses vistos como espaços preñes de amplas e profundas contradições, para, aos moldes do pensamento freiriano, compreender que o fenômeno educativo guarda as condições de forjar, no aprofundamento das contradições de classe, a possibilidade da inauguração de construção dialógica de um novo saber. Esse enquanto um saber circunstanciado, aberto ao encontro com nossas origens históricas, desafiador da lógica colonialista, em uma busca por impulsionar o desejo de transformações sociais, na lógica de contramão, que precisa tecer respostas aos dilemas da vida presente, e emergir de sua quase letargia, em razão do culto à razão instrumental ainda hegemônica.

A construção de espaços de dialogia acerca dos esforços de descolonização de nossas práticas educativas situa-se em um campo de proposição e de resistência à hegemonia presente, de modo a se conectar com os interesses emergentes de uma nova epistemologia pautada em um exercício de problematização e questionamento da ordem vigente, com base no enunciado dos princípios a seguir:

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

- Compreensão dos conflitos e ambivalências das práticas educativas situadas em contextos concretos, vistos como fontes de questionamentos e problematização permanentes das condições históricas dos povos vulnerabilizados pela história ocidental e sua razão opressora;
- Questionamento e combate a perspectivas de educação baseadas no formalismo burocrático e circunscritas aos espaços formais;
- Compreensão da educação como prática de resistência, geradora de um novo pensar sobre as relações entre sociedade e natureza, nos marcos de um reconhecimento da natureza e da percepção de sujeitos humanos como sujeitos integrados à natureza;
- Aceitação das contradições e paradoxos presentes nas práticas educativas, e leitura ampla da realidade, a qual não se apresenta de uma única forma;
- Compreensão de que o conhecimento para se relacionar com a complexidade da realidade precisa adotar uma postura epistemológica que refunde o próprio conhecimento à luz da complexidade dos problemas presentes;
- Refundação das relações de poder presentes na ação educativa, com ênfase na democratização do conhecimento para a transformação social;
- A educação anticolonialista se nutre das trocas e diálogos entre saberes de diferentes origens, não hierarquizados e absolutamente plurais, e relacionados aos movimentos da vida que pulsa nas lutas e em seus campos de resistência.

Esses são apenas alguns princípios pensados como importantes para o vislumbrar de uma prática educativa comprometida com a formação de homens e mulheres que se sabem portadores de condições de superação do autoritarismo e da negação de sua condição de sujeitos da vida. E viver para as populações premidas pela razão dominante, significa resistir... e resistir!

Referências

BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C. **A reprodução**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

DUSSEL, E. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. 2. ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GALEANO, E. **O livro dos abraços**. Tradução Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GARCÍA-CANCLINI, N. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

MIGNOLO, W. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Tradução Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

MOREIRAS, A. **A exaustão da diferença: a política dos estudos culturais latino americanos**. Tradução Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

PARO, V. H. **Administração escolar: uma introdução crítica**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

PERROT, D. **Dérives humanitaires**: Etats d'urgence et droit d'ingérence. Paris: Presses Universitaires, 1994.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

ROMÃO, J. E. Razões oprimidas. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 23, n. 2, p. 7-34, 2010.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SOUSA, B. S. A Curuel Pedagogia do Vírus. Coimbra: EdiçõesAlmedina S.A, 2020

SILVA, M. L. **Educação Ambiental e cooperação internacional na Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA, 2008.

SILVA, T. T. **O que produz e o que reproduz em educação**: ensaios de Sociologia da Educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

WALLERSTEIN, I. (org.). **Para abrir as Ciências Sociais**: relatório da Comissão Gulbenkian sobre a Reestruturação das Ciências Sociais. Lisboa: Europa-América, 1996.

AMAZÔNIA: DA NATUREZA INTOCADA ÀS COLÔNIAS DE CONTROLE SOCIAL: O caso da Vila Santo Antônio do Prata, Pará

*Amanda Mesquita Cristo*⁶

*Tamires de Fátima Pinto Lisboa Guimarães*⁷

1. Introdução

Sabemos que os estereótipos construídos no decorrer da história dos processos de desenvolvimento da Amazônia costumam ser um grande aliado das narrativas sobre a região. Ocorre que, quando essas narrativas dizem respeito à história de vida de uma comunidade, elas muitas vezes reduzem e enraízam a exclusão social. Este é o caso da Vila Santo Antônio do Prata, localizada no município de Igarapé Açu, estado do Pará, uma das milhares de ramificações da região amazônica, fruto de planos de criação de novas cidades e reduzida a certo discurso, tão enraizada no seu passado de uma política de exclusão de doentes de hanseníase.

6 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: amanddamesquita@gmail.com

7 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: tamilisboa@yahoo.com.br

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Nesse sentido, apresentamos os resultados advindos da integração entre o tripé ensino, pesquisa e extensão no âmbito das pesquisas desenvolvidas no doutorado, turma de 2022, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Como alunas da disciplina “Amazônia: fundamentos econômicos, socioculturais e políticos”, ministrada pela Profa. Dra. Marilena Loureiro, realizamos um trabalho de pesquisa e extensão na Vila Santo Antônio do Prata.

Esse percurso propiciou três importantes momentos que serviram de base à motivação da construção deste estudo, levando-se em consideração a necessidade de construir olhares múltiplos (Bueno, 2002), a partir da percepção do que Leff (2001) denomina enquanto fazer da “complexidade ambiental”, que é a desconstrução de olhares unidimensionais sobre a região amazônica.

Em um primeiro momento do nosso percurso motivacional, a referida disciplina teve por objetivo apresentar os principais debates sobre a formação da Amazônia em seus aspectos históricos, econômicos, socioculturais e políticos, trazendo para a discussão as principais questões teóricas da sua interpretação enquanto região. Outrossim, possibilitou a análise dos debates, das teorias e de dados sobre a ocupação da região por povos ameríndios pré-coloniais, assim como a análise dos primeiros textos e imagens sobre a região, dos cronistas coloniais aos viajantes. Na ocasião, ademais, tivemos a oportunidade de estudar as obras de autores interessados na relação imagética da Amazônia, como Leila da Costa Ferreira (2011), em *A questão ambiental na América Latina*, Magali Franco Bueno (2002), na dissertação *O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa*, Edna Castro e Índio Campos (2015), no livro *Formação socioeconômica da Amazônia*, Kelerson Costa (2009), no texto “Apontamentos sobre a formação histórica da Amazônia”, Bertha Becker (2001), no artigo “Revisão das políticas de ocupação da Amazônia” e Carlos Walter Porto-Gonçalves (2008), na contribuição *Amazônia, amazônias*.

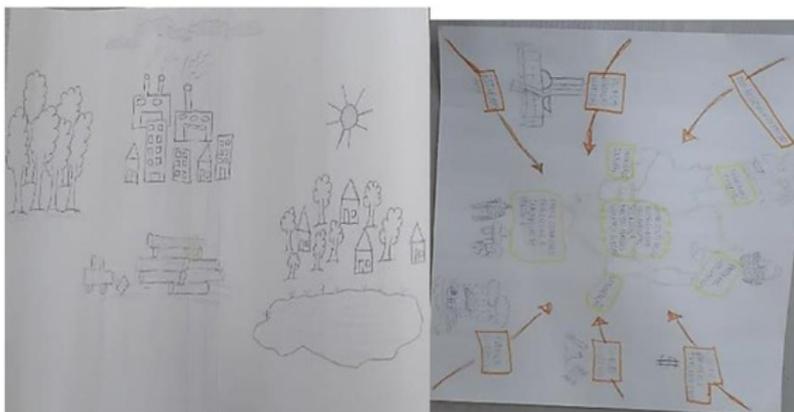
As leituras destas produções nos permitiram conhecer as narrativas descritivas feitas sobre a Amazônia e os discursos que são/estão sendo reproduzidos nos grandes meios de circulação (livros, vídeos, filmes etc.).

No segundo momento, considerando as variadas maneiras de trabalhar os conteúdos temáticos no decorrer da disciplina e o estigma de como a Amazônia vem sendo reproduzida, realizamos uma atividade, em sala de aula, onde fomos orientados pela professora a desenhar “como as imagens historicamente construídas sobre a Amazônia determinam o nosso imaginário amazônico atual”.

Por meio de desenho livre, conduzimos descrições sistemáticas qualitativas ou quantitativas prescritas nas análises de conteúdo de Bardin (1977), que possibilita a análise de uma variedade de materiais visuais verbais ou não verbais. Nesse sentido, ressalta-se que os desenhos produzidos se configuraram em fonte documental para este texto através do conteúdo expresso (Figura 1).

Acrescenta-se que a análise dos desenhos teve como objetivo identificar as percepções dos alunos sobre os estigmas que permanecem em nossa memória sobre a Amazônia. E em nosso trabalho de descrição imagética enfatizamos o desenho do grupo A (realizado por nós).

Figura 1 - Desenhos produzidos pelos grupos A, B e C, em sala de aula.



(Continua)

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

(Continuação)

Figura 1 - Desenhos produzidos pelos grupos A, B e C, em sala de aula.



Fonte: Dados da atividade da disciplina Amazônia, 2022.

Nesse desenho, após a leitura do material bibliográfico da disciplina, identificamos três espaços de ocupação na Amazônia: 1) o espaço da floresta: ligado à natureza, à riqueza e às colonizações (Bueno, 2002; Costa, 2009; Ferreira, 2011); 2) o espaço operacional/atribuído: elaborado no modelo exógeno, da devastação, da exploração e da violência (Becker, 2001); e o 3) o espaço endógeno: dos corredores de conservação ecológica, da resistência e das reivindicações sociais (Becker, 2001) (Figura 2).

Figura 2 - O desenho: ponto de partida da disciplina Amazônia.

Desenho



Fonte: Elaborado pelas autoras, atividade realizada em sala de aula, 2022.

De acordo com a descrição imagética acima, e na visão de Bueno (2002), Costa (2009) e Ferreira (2011), a Amazônia do primeiro espaço da floresta descreve uma região que é fortemente ligada à natureza intocada, à riqueza e ao paraíso, estereotipada, contraditória e incompleta, proveniente do construto das narrativas dos viajantes que nela chegaram. Trata-se de uma imagem norteada pelo discurso do determinismo geográfico, pelo evolucionismo e pelo darwinismo, com animais e diferenças climáticas, raciais, culturais e geográficas, com predomínio de uma visão hiperbólica, contraditória, fantástica e paradisíaca. Tais descrições, na visão de Gondim (2007), dão conta de uma Amazônia quase sempre representada pela dualidade entre o paraíso e o inferno, que reforça ainda mais esse imaginário de uma Amazônia inventada e que vem sendo reproduzida em diferentes linhas interpretativas, que une alguns autores e diferencia outros.

O segundo espaço operacional/atribuído, elaborado, na visão de Becker (2001), no modelo exógeno, associa a Amazônia à posição geográfica de valor estratégico e às riquezas naturais (madeira, minério, água e outros potenciais energéticos). Nesse momento, verifica-se a alteração do significado da Amazônia com o aumento de vários desequilíbrios sociais e ambientais decorrentes do crescimento econômico, o qual não traz melhoria à qualidade de vida da população. O segundo espaço do desenho cria o que Becker (2001) denomina de espaços pessimistas de uma política de desenvolvimento, de um modelo que é falho e traz muitos impactos socioambientais, não favorecendo a região.

Já o terceiro espaço, dos corredores de conservação ecológica, é a proposta mais recente de modelo endógeno que combina pressão ambientalista, interesses geopolíticos e melhoria da qualidade de vida, além da implementação da governança ambiental como forma de transformação socioeconômica, política e ambiental da Amazônia (Becker, 2001). Nele, a imagem do padrão de desenvolvimento da Amazônia muda em busca de demandas de desenvolvimento alternativo associadas à bio-sociodiversidade, às áreas protegidas (Unidades de Conservação-UCs, demarcação de terras indígenas etc.). Por outro lado, destaca-se o aumento das reivindicações sociais por melhoria da qualidade de vida.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Dessa forma, percebe-se que a descrição imagética de um único desenho, associada às leituras realizadas durante a disciplina, possibilitou concluir que ainda é preciso tecer rupturas quanto à percepção dominante de uma Amazônia homogênea e seus estigmas, que permaneceram no decorrer da história e que tendem a enfraquecer a construção de políticas públicas para esta região, como o caso da Vila Santo Antônio do Prata, no estado do Pará; área essa onde ainda se percebe a existência de discursos estruturados em clichês, tais como “região atrasada”, “indolente” e “região das doenças”, atrelada a expressões de “vazio demográfico”, “eldorado” e “paraíso”. Tais discursos continuam a representar a região e, por isso, nos impõem a necessidade de construir olhares múltiplos (Bueno, 2002), especialmente a partir da percepção do que Leff (2001) denomina enquanto fazer da “complexidade ambiental”, que é a desconstrução de visões unidimensionais do que se entende acerca da invenção da Amazônia, de construtos de narrativas de autores como Gondim (2007), que reproduziram o imaginário dos cronistas coloniais aos viajantes.

No terceiro momento do nosso percurso motivacional, com o nosso compromisso político com a sociedade, ressaltamos a importância da pesquisa associada à extensão, como uma prática relevante para a divulgação e resolução de problemas existentes em uma dada sociedade.

Nesse contexto, realizamos um survey na Vila do Prata, estado do Pará, com visitas ao patrimônio histórico e cultural, de modo a caracterizar as edificações históricas dos núcleos de controle social, construídas durante a história de ocupação da Amazônia, e seus contextos de vulnerabilidade social, aprofundados pelos estigmas que permaneceram no decorrer de sua história. Isso foi realizado considerando-a, primeiro, como um Núcleo voltado à educação indígena e, em seguida, enquanto uma Colônia, com a criação do Lazarópolis do Prata, e, por fim, como uma Vila, após o encerramento das atividades da colônia.

Sendo assim, o trabalho possui esse caráter objetivo de relatar a história de grupos sociais esquecidos nos núcleos de controle social criados na Amazônia em uma perspectiva vista de baixo, sobretudo a partir da experiência obtida por meio de uma pesquisa de campo realizada na Vila Santo Antônio do Prata.

Nesse exercício, buscamos compreender até que ponto os discursos midiáticos identificam, de fato, o espaço amazônico de povos que foram historicamente marginalizados e que reivindicam uma narrativa diferente do seu tempo histórico.

2. Percurso metodológico

O percurso metodológico do presente trabalho consistiu em: 1) sistematização e análise das visões de Amazônia abordadas e discutidas nos textos que embasaram a disciplina “Amazônia: fundamentos econômicos, socioculturais e políticos”; e 2) análise dos dados do trabalho de campo realizado no contexto dessa disciplina, assim como de textos voltados para a área do trabalho de campo, que teve como destino a Vila do Prata, no município de Igarapé-Açu, estado do Pará.

3. Das diferentes visões de Amazônia

As análises das diferentes visões de Amazônia e dos dados do trabalho de campo nos possibilitaram acompanhar os diferentes contextos históricos em que a região esteve e está inserida, uma vez que compreender a sua complexidade perpassa pela necessidade de entender as diferentes óticas/lentes utilizadas para a leitura desta região em diferentes momentos.

Para tanto, partimos da análise de Ferreira (2011), no texto intitulado “América Latina: entre imagens e estigmas”, que subsidia a visão de natureza intocada, construída a partir da visão dos colonizadores sobre a América. Salientamos que esse foi o primeiro texto a ser utilizado para auxiliar as discussões da disciplina e seguimos com as análises feitas por Bueno (2002), que aborda as ideias generalizadoras e estereotipadas sobre a região amazônica, bem como, de Castro e Campos (2015) e de Porto-Gonçalves (2008), os quais problematizam o exotismo como uma marca e uma ferramenta de dominação e poder.

Já uma autora como Becker (2001), no texto “Revisão das políticas de ocupação da Amazônia”, busca identificar os modelos inseridos no processo de uso e ocupação da região, considerando suas motivações, estratégias e incidências sobre o território, de modo a “extrair lições” para o futuro da região.

Costa (2009), por sua vez, em “Apontamentos sobre a formação histórica da Amazônia”, chama a atenção para três fatores de extrema relevância para a compreensão da região, a saber: 1) a diversidade geográfica e ecológica desta imensa região; 2) as rupturas e descontinuidades dos padrões e processos de ocupação; e 3) a diversidade dos processos de colonização iniciados pelos países europeus, no século XVI até a primeira metade do século XIX.

4. Da natureza intocada

Para compreender a história e a sociedade latino-americana, Ferreira (2011) destaca ser necessária uma abordagem ampla e flexível (Skidmore *et al.*, 1984 *apud* Ferreira, 2011). Segundo a autora, a noção de América Latina pretende proporcionar unidade e continuidade a um conjunto de coisas que não guardam uma identidade entre si, o que só reforça o peso que o exotismo teve e tem nas maneiras por meio das quais a América Latina foi e permanece sendo imaginada. Nessa perspectiva, “aquilo porque as coisas são chamadas é mais importante do que aquilo que elas são de fato” (Nietzsche, 1882 *apud* Kossovitch, 1979, p. 46).

As relações entre a Europa e a região que seria designada pelo termo “América Latina” foram e continuam sendo pautadas por relações de poder assimétricas, que, assim como a própria relação entre Ocidente e Oriente, consiste em uma relação de poder, de dominação e de graus variados de uma complexa hegemonia, onde o poder europeu busca reafirmar seu domínio e sua autoidentidade (Said, 1974 *apud* Ferreira, 2011). A autora também reforça que não se quer dizer com isso que tal assimetria tenha resultado na construção de imagens pejorativas a respeito da região “descoberta” pelos europeus, mas que, em ambos os casos, as imagens construídas foram e continuam sendo carregadas pelo exotismo.

A análise do diário de Cristóvão Colombo, feita por Todorov (1999), evidencia a admiração em relação à diversidade e exuberância do mundo natural do novo continente. Os relatos desse diário revelam que, ao desembarcar, “viram árvores muito verdes, muitas águas e frutas de várias espécies, aqui os peixes são tão maiores que os nossos que é uma verdadeira maravilha, alguns são ornados com as cores mais brilhantes do mundo” (Todorov, 1999, p. 94).

Ademais, Colombo expressou sua admiração pelo fato de o lugar por onde passara estar repleto de árvores bem verdes e muito grandes: “O canto dos pássaros da vontade de nunca mais ir embora, e os bandos de papagaios chegam a escurecer o sol” (Todorov, 1999, p. 97). Os relatos também evidenciam uma admiração pelos habitantes locais: “muito bem feitos, de corpos muito bonitos e cara muito boa” (Todorov, 1999, p. 97), entretanto Ferreira (2011) evidencia que este sentimento de simpatia também foi acompanhado pela imagem de uma suposta imaturidade cultural, política e intelectual daquelas “gentes nuas”. Para o almirante, os índios eram dóceis e bons para receber ordens.

Portanto, atrelada à noção de natureza intocada está a imagem de imaturidade cultural, psicológica, política e moral dos habitantes nativos. A relação de alteridade que colocou a América e a Europa em dois mundos distintos foi transplantada para dentro do continente americano, considerando as fronteiras entre a porção norte e a sul. Nesse sentido, Ferreira (2011) ressalta a importância de salientar que a consolidação do domínio norte-americano sobre a América Latina se fez acompanhar de mais um novo momento de construção e projeção de imagens a seu respeito.

Segundo Bueno (2002), os discursos sobre a Amazônia não são construídos sobre a realidade, mas sobre os outros discursos sobre a Amazônia, sobre a América, sobre o Novo Mundo e até mesmo sobre as Índias. E algumas das expressões como “Eldorado” e “Paraíso”, ligadas ao Novo Mundo, ainda estão ligadas à Amazônia. Para a autora, a construção do imaginário sobre a Amazônia se deu a partir do século XVI, que era uma imagem associada ao Novo Mundo e não à Amazônia especificamente. As imagens que privilegiam a floresta também reforçam a noção de vazio demográfico e da inacessibilidade de lugares. Estas noções implicam em se considerar estes locais ainda não explorados, o que não deixa de estar associado à ideia de paraíso.

Castro e Campos (2015), em suas análises, descrevem que os indígenas foram visualizados pela ótica dos colonizadores, mediante um imaginário de inferior e pagãos aos olhos do descobridor. Foram inventados por narrativas e nomeações que definem lugares e classificam o outro no contexto da cultura ocidental.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Ainda conforme esses autores, as relações entre portugueses e indígenas foram marcadas por confrontos sangrentos que ocupavam toda a costa atlântica da Província do Grão-Pará e Maranhão e as áreas interiores.

Para Porto-Gonçalves (2008), a imagem que se tem da Amazônia é mais uma imagem sobre a região do que da região; situação essa que decorreria da posição geográfico-política a que ficou submetida desde o período colonial, pois a incorporação de uma ordem moderna à região foi vista mais pela ótica dos colonizadores do que dos antigos habitantes. Segundo o autor, a população da região fora vista como primitiva, indolente e preguiçosa, incapaz de se redimir da situação de subdesenvolvimento a qual foi/está submetida e mesmo na ótica de uma visão mais generosa, que reconhece a brutal exploração que se estabeleceu sobre as populações da região, ao acentuar o nível de embrutecimento a que foram submetidos os índios e caboclos, parece indicar que eles não seriam capazes de reverter sua situação de “desenvolvimento”, estando condenados ao passado.

4.1. Das missões religiosas

A ocupação da Amazônia nasceu sob o signo da disputa territorial de caráter colonial, para garantir territórios aos portugueses diante do caráter disperso do povoamento indígena ao longo dos rios, e o colonizador vinculou a ordem da Igreja à sua política de dominação territorial. O Estado colonial autorizou as Ordens Religiosas a catequizarem as almas indígenas (Porto-Gonçalves, 2008).

A cartografia produzida pela colonização europeia permite a leitura do processo de expansão territorial e desenha as missões religiosas que se sucederam e formaram os lugares estratégicos fronteiriços mais avançados da ocupação colonial. Nos vastos rios amazônicos, como no vale do Rio Tocantins, foram assentadas diversas missões, muitas delas transformadas em aldeamentos de repartição, de onde eram disseminados os índios para áreas de trabalho nas cidades da região amazônica. As missões constituíam grandes empreendimentos de produção de bens e serviços (Castro; Campos, 2015).

Ao longo do Rio Amazonas, na confluência com outros rios, surgiram diversos aldeamentos e vilas que se transformaram, ao longo do tempo, em cidades regionais culturalmente importantes, como Santarém, na confluência com o Rio Tapajós; Óbidos, na foz do Rio Trombetas; Manaus, na foz do Rio Negro; Tefé, na foz do Rio Japurá; além de Belém, situada na foz de toda a bacia e que, por isso, ganhara um maior significado (Porto-Gonçalves, 2008).

4.2. Do vazio demográfico

Como ressalta Porto-Gonçalves (2008), uma das imagens mais arraigadas em relação à Amazônia é a que se trata de uma região de baixa densidade demográfica, um vazio demográfico. Entretanto, é necessário entender que o conceito de densidade demográfica é relativo. Primeiramente, deve-se considerar que a relação população/área deve ser equacionada com relações sociais que regem a vida dos habitantes entre si e destes com a natureza. Em seguida, deve-se considerar que o conceito de densidade demográfica se torna evidentemente relativo quando a ele se associam valores padrão de baixo ou alto. Assim, a densidade demográfica da Amazônia o é em relação a quê? Essa ideia de vazio demográfico é utilizada para justificar a necessidade de ocupar a região (Porto-Gonçalves, 2008).

A partir de 1966, o Estado toma a iniciativa de criar um novo e ordenado ciclo de devastação amazônica, por meio de um projeto geopolítico de modernização da sociedade e do território nacional como um todo. Nesse projeto, a ocupação da Amazônia era derivada de várias razões, dentre as quais podemos citar: a solução para as tensões sociais internas decorrentes da expulsão de pequenos produtores do Nordeste e do Sudeste pela modernização da agricultura, bem como e a possibilidade de nela se desenvolverem focos revolucionários (Becker, 2001).

Como ressalta Becker (2001), as inúmeras estratégias serviram de suporte aos diversos projetos de ocupação acelerada da região amazônica. No ano de 1966, o Banco de Crédito da Borracha foi transformado em Banco da Amazônia (BASA) e a SPVEA em Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). No fim da década de 1960, assiste-se à criação da Zona Franca de Manaus.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

A manipulação do território pelo Estado foi um elemento fundamental da estratégia do governo federal, que criou territórios sobre os quais exercia jurisdição absoluta e/ou direito de propriedade. A primeira extensão territorial criada foi na Amazônia Legal, superposta à Região Norte. Em seguida, determinou-se que uma faixa de 100 km de ambos os lados, de toda estrada federal, deveria pertencer à esfera pública, na justificativa de distribuir aos camponeses em projetos de colonização. Para tal, o povoamento regional passou a se concentrar, majoritariamente, ao longo das rodovias. Em uma outra escala, o fluxo das estradas na borda da floresta gerou o que se denominou de “arco de desmatamento”.

Assim, ao passar pelo processo de colonização, Becker (2001) sustenta que a Amazônia se tornou uma floresta urbanizada, com 61% da população em 1996 vivendo em núcleos urbanos, criados pelos projetos de colonização, em ritmo de crescimento acelerado em relação aos das demais regiões em 1970, e uma desconcentração urbana, na medida em que cresceu a população não mais apenas nas capitais estaduais, mas nas cidades de menos de 100.000 habitantes.

Dessa maneira, dois processos opostos culminam no ano 1985: a) o esgotamento do nacional-desenvolvimentismo e da intervenção do Estado na economia e no território; e b) a pressão dos órgãos ambientalistas internacionais e nacionais visando resgatar o modelo endógeno a que se reivindica (Becker, 2001).

4.3. Dos grandes projetos

A partir da década de 1970, a Amazônia passou a atrair grandes capitais, principalmente após as pesquisas realizadas pelo Projeto RadamBrasil, que revelaram nas proximidades da Serra dos Carajás uma das maiores províncias minerais do mundo, contribuindo para a implantação de um complexo mineiro-metalúrgico para a exploração de ferro, cobre, ouro, caulim e bauxita na região (Porto-Gonçalves, 2008).

Nesse particular, o Estado se fez fortemente presente nesses setores e, para isso, contou com importantes aportes de recursos internacionais, para os quais, em troca, foram feitas concessões a grandes grupos nacionais e internacionais, os quais, acreditava-se, iriam trazer desenvolvimento para a região.

Entretanto, formou-se a chamada economia de enclaves, que, na verdade, não são enclaves, porque provocam desestruturação. Com isso, problemas de poluição e erosão são gerados, a exclusão da sociedade local é perversa e a atração de imigrantes é intensa (Becker, 2001; Porto-Gonçalves, 2008).

Ainda segundo Becker (2001), aponta-se que esses projetos têm como principais características: a) a escala gigante; b) o isolamento e dissociação das forças locais; c) a conexão com sistemas econômicos globais e a implantação de ferrovia ou portos para exportação da produção; e d) a presença de núcleos espontâneos ao lado do núcleo planejado, expressando a segmentação da força de trabalho.

4.4. Do desenvolvimento sustentável

Por muito tempo os recursos naturais das matas brasileiras foram considerados inesgotáveis, mas, atualmente, o desafio que se apresenta, tanto para o governo brasileiro quanto para a sociedade civil, é o de conciliar a preservação dos recursos naturais disponíveis com o desenvolvimento da Amazônia, ou seja, promover o desenvolvimento da região de forma sustentável (Themoteo, 2009).

O conceito de desenvolvimento sustentável nasce, como um novo padrão de desenvolvimento, atrelado ao ecodesenvolvimento proposto por Maurice Strong, secretário da Conferência de Estocolmo, segundo o qual o ecodesenvolvimento significa o “[...] desenvolvimento endógeno e dependente de suas próprias forças, tendo por objetivo responder à problemática da harmonização dos objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio [...]” (Raynaud; Zanoni, 1993, p. 31).

Esse novo padrão de desenvolvimento foi amplamente difundido por Ignacy Sachs, a partir de 1974, segundo o qual, era “necessário gerir a natureza de forma a assegurar aos homens de nossa geração e a todas as gerações futuras a possibilidade de se desenvolver” (Sachs, 1991, p. 9). O conceito ganhou maior repercussão com a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas para discutir e propor meios de harmonizar o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental, em 1987.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

A comissão recomendou a criação de uma nova declaração universal sobre a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável, o Relatório Brundtland, que foi publicado com o título “Nosso Futuro Comum”.

O relatório retoma o conceito de desenvolvimento sustentável dando-lhe a seguinte definição: “desenvolvimento que responde às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades” (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991, p. 46). Este, por sua vez, abarca outros dois conceitos chave: 1) o de necessidades, sobretudo o de necessidade dos pobres, que devem ser prioritários; e 2) o de limitações, que o estágio da tecnologia e da organização social impõem ao meio ambiente (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991; Raynaut; Zanoni, 1993).

Azevedo-Ramos (2009) discute o desenvolvimento sustentável na perspectiva da floresta, abordando que a escolha de um modelo de desenvolvimento para a Amazônia brasileira precisa levar em consideração a vocação florestal da região, uma vez que um modelo de desenvolvimento sustentável precisa considerar a preservação dos recursos da floresta, além de valorizar a diversidade cultural da região.

Nessa perspectiva, a iniciativa Uma Concertação pela Amazônia (2021) reúne planejamento e propostas de ações voltadas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. No documento intitulado “Uma agenda pelo desenvolvimento da Amazônia”, apresenta-se o que denominam de “caminhos” para o desenvolvimento da região, em forma das seguintes premissas: 1) aumento da qualidade de vida da população; 2) valorização da cultural-identitária; 3) estabelecimento da região como removedora das emissões de carbono; 4) reforço à incentivos às atividades econômicas de valorização da floresta em pé; e 5) resgate e fortalecimento dos princípios democráticos dos povos (Uma concertação pela Amazônia, 2021).

Além dos caminhos, tem-se a proposição de um quadro que referencia didaticamente a Amazônia a partir de “quatro Amazônia(s)”, as quais são: 1) floresta conservada; 2) áreas de transição; 3) áreas convertidas; e 4) cidades.

Visando contemplar medidas que viabilizem o desenvolvimento destas “quatro Amazônias”, o documento apresenta seis frentes de ações específicas: 1) economia; 2) instrumentos fiscais e mecanismos financeiros; 3) ordenamento e regularização fundiária; 4) ciência, tecnologia e inovação; 5) infraestrutura; e 6) questões dos povos indígenas.

Ressalta-se que “Uma concertação pela Amazônia” também chama a atenção para a necessidade de se promover o desenvolvimento local, pois reforça a necessidade de fomentar as capacidades institucionais locais, considerando-se inegável a importância de ações em nível local/global mediante políticas integradoras em conjunto com governos nacionais.

5. Do núcleo de controle social à Vila do Prata

Pela ótica de Gondim (2007), as características simbólicas que guardam o vigor no imaginário dos primeiros navegadores ao desconhecido, carregam o peso das narrativas estereotipadas sobre a Amazônia – construídas desde o “descobrimento” da região e alicerçadas na literatura – e traçam relatos de ações humanas localizadas em um tempo e espaço definidos. Além disso, se pensarmos a partir da hermenêutica, uma história que é vista de baixo não possui uma única interpretação por estar sempre aberta ao questionamento.

A exemplo da história da Colônia de Santo Antônio do Prata, área construída para isolar os doentes de hanseníase no ano de 1924, cuja memória recria o passado e é projetada no futuro. Mesmo quem não mora nesta região – onde foram construídas instituições de controle social e suas diversas especificidades – a conhece pelo que foi relatado e veiculado pelos meios de comunicação. Até porque a memória é uma forma de imaginação que foi narrada pelos pertencentes a essa comunidade amazônica (Pollak, 1992).

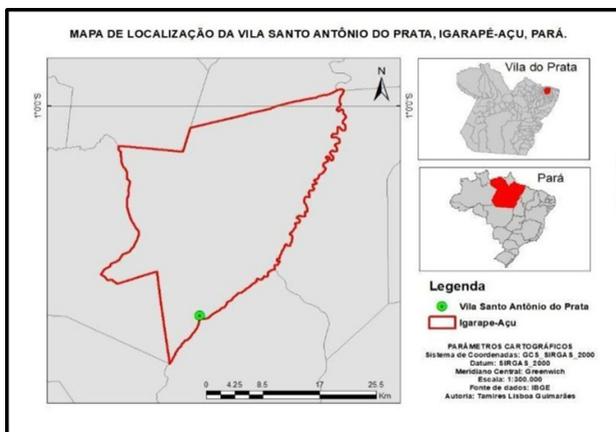
De acordo com a Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) e a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2019), 2017 a 2022 foram notificados 119.698 casos de hanseníase em todo o Brasil. Desse total, 24.602 correspondem a Região Norte do país e 11.890 pertencem ao estado do Pará (Brasil, 2023), com grande parte desse total localizado na Vila de Santo Antônio do Prata.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Mesmo após a abolição do isolamento compulsório e dos esforços para o controle da doença, a hanseníase ainda é altamente presente na comunidade, enraizada pelo estigma e preconceito da doença. A pertinência do olhar a que estão vinculados e que não puderam fugir nos ajuda a entender, atualmente, o olhar limitado e preconceituoso sobre os habitantes da Amazônia.

Nesse contexto, realizamos em outubro de 2022 uma visita à Vila do Prata, que fica a 110 km de Belém, passando por Castanhal, até chegar ao trajeto de Igarapé-Açu à Vila do Prata (Figura 3).

Figura 3 - Localização da área de estudo.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Ao chegar na Vila, a impressão foi de um lugar abandonado, caracterizado pelos casarões deteriorados. O pavilhão D, prédio construído e destinado à educação indígena e que posteriormente foi utilizado como leprosário, carrega o estigma de um passado embasado na lógica de controle social e exclusão (Figura 4). Lopes e Portal (2018), no artigo “Leprosários na Amazônia: reflexões entre arqueologia, patrimônio e memória”, trazem essas construções que passam a fazer parte permanentemente do cotidiano dos indivíduos. Uma dessas espacialidades é a reutilização do Pavilhão D e suas diversas memórias já deterioradas pelo tempo.

Figura 4 - Pavilhão D



Fonte: Acervo das autoras, 2022.

A Igreja de Santo Antônio do Prata é a única que ainda está intacta e funcionando ao lado do pavilhão D (Figura 5). A sua construção foi autorizada no governo Paes de Carvalho, durante a missão Capuchinha, e tinha função central no processo de catequese, juntamente com a missa. Hoje não corresponde mais com os objetivos para os quais foi criada a catequese indígena, porém, ainda é estigmatizada por um passado que é criado e recriado midiaticamente.

Figura 5 - Igreja de Santo Antônio do Prata.



Fonte: Acervo das autoras, 2022.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Nesse contexto, o espaço e a narrativa estão entrelaçados e, nesse espaço, durante o período do Núcleo Indígena (1898-1921), existiram indígenas dos povos Tembés/Tenetehara, que moravam próximo ao município de Igarapé-Açu, e foram fortemente catequizados e educados pelos frades Capuchinhos, que lá fundaram um educandário, em 1898. No início dos trabalhos para a fundação do “Núcleo urbano” do Prata, o governador da época, Paes de Carvalho, foi quem sugeriu o local para a missão Capuchinha, onde os missionários tiveram o papel fundamental no processo de evangelização indígena. Salienta-se que os indígenas sempre estiveram na história do Brasil e foram frutos dos objetivos dos religiosos de colonização e catequese com a finalidade de proteger as fronteiras, como queriam os governos na época (Lopes; Portal, 2018).

Anos depois, o núcleo transformou-se em Colônia de Santo Antônio do Prata (1924- 1980), o período da “Lazarópolis”, cidade pensada e projetada para isolar os doentes de hanseníase. O significado dessa espacialidade de controle e isolamento é narrado pelo medo, sofrimento e abandono, e desvelado em documentos oficiais e, posteriormente, na literatura produzida a partir das visualidades narradas pelos pertencentes a essa região (Lopes; Portal, 2018). Após o encerramento das atividades da colônia e suas representações negativas sobre a doença, a colônia passa a ser definida como Vila Santo Antônio do Prata. Nessa espacialidade atual, o espaço da constituição da Vila já não se refere à sua história narrada.

A Vila é a fuga de um passado narrado da política de exclusão de doentes de hanseníase. A Vila é a decodificação de uma imagem criada de um passado de sofrimento. É uma contranarrativa. Hoje, a Vila é palco de muitos saberes e culturas de grupos sociais diversos que migraram para a região após o encerramento das atividades da colônia do Prata (Lopes, 2017).

As diversas especificidades da região – primeiro como um núcleo, depois uma colônia e por último uma vila – simbolizam e carregam o estigma do afastamento de um passado que foi de catequese, colonização e sofrimento, próprio dos processos de colonização da Amazônia.

Assim, as narrativas contadas pelos pertencentes à região são incorporadas à memória, tornando-se difícil percorrer um caminho oposto para combater o preconceito com as pessoas que ainda vivem na região do Prata, tanto no que diz respeito à saída dos habitantes quanto à entrada de novos habitantes.

Entender a relação entre o espaço e o tempo da ambivalência da Vila do Prata é fundamental para construir um pensamento sobre as transformações que atravessaram a vida em sociedade desta região. De relações sociais historicamente determinadas, das alterações no espaço, primeiro como instituição educadora, depois como instituição de isolamento e, por último, pela tentativa de apagar uma memória de sofrimento com a demarcação da vila e assumir novos sentidos ao longo do processo histórico, uma vez que o estereótipo ao longo do tempo se torna incômodo para pessoas que lidam no dia a dia com o preconceito e a marginalização.

Portanto, temos o dever de estranhar o cotidiano amazônico que nos é apresentado e desenvolver, sobre ele, uma postura crítica acerca das formas de reprodução dos estereótipos da cultura de cada povo na Amazônia, no sentido de transformar a imagem de uma espacialidade que foi tão arraigada, conformando uma lógica identitária bastante forte na região do Prata. Evidentemente, tal exercício também inclui as narrativas que foram contadas e recontadas, de geração em geração, e que carregam em si notáveis características do estereótipo preconceituoso da doença, o que alimenta ainda o medo e o distanciamento.

6. Considerações Finais

Através das diferentes visões e contextos apresentados sobre a Amazônia, podemos compreender que a região precisa ser vista a partir de sua pluralidade e diversidade, seja ela étnica, cultural, econômica, ecológica e de saberes tradicionais. O reconhecimento dessa diversidade, que por muitos séculos foi negligenciada, é extremamente necessário para a escrita dos cenários futuros que têm sido pensados para a região. Desenvolver, de forma sustentável, implica em aumentar a qualidade de vida da população local, no incentivo a todas as atividades econômicas que valorizem a floresta em pé, na valorização da experiência e dos saberes a partir de uma abordagem sustentada no tripé técnico-científico, sensível e cultural, na cooperação local-global, assim como no fortalecimento de capacidades institucionais locais.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

O percurso da tríade ensino, pesquisa e extensão nos possibilitou compreender que os discursos midiáticos sobre a Amazônia persistem na história brasileira. E hoje é preciso contar histórias de vidas reais que vivem e trabalham na região, de populações que já não mais se identificam com as narrativas construídas de um passado de sofrimento. Daí a necessidade de construir novos olhares a partir da história vista de baixo, que busca a valorização dos atores atuais e a desconstrução dos preconceitos e estigmas.

Dessa forma, é preciso lutar pela decolonização das mentalidades e construir novas narrativas que valorizem a diversidade cultural em abolição ao estereótipo de povos colonizados. Em termos de políticas públicas, é preciso ampliar iniciativas do enfrentamento ao preconceito contra a hanseníase, que ainda são tímidas e não simbolizam uma campanha nacional de combate ao estigma da doença. Adverte-se, ainda, que tais iniciativas não devem ser reduzidas apenas a uma campanha “Janeiro Roxo”, mas às leis plausíveis discriminatórias contra as pessoas acometidas pela doença e penalidades impostas para quem as infringirem.

Nessa perspectiva, há um caminho muito longo para combater o estereótipo peculiar aos processos de ocupação da Amazônia e que vêm sendo reproduzidos no meio científico-acadêmico. A reprodução dos discursos que chegam até nós, em uma Amazônia em constante processo de transformação e que requer novos olhares, “não é também fruto de uma dada inércia e de certa desatenção em relação a uma nova ordem das ‘coisas’?” (Ferreira, 2011, p. 47).

Na tentativa de reverter os estereótipos dos vestígios alusivos dos espaços arruinados do Prata, vislumbra-se ficar “atento ao significado que se quer emprestar a Amazônia” (Porto-Gonçalves, 2008, p. 16), ou seja, há diferentes histórias, “há diferentes interesses e há diferentes verdades sobre a Amazônia” (Porto-Gonçalves, 2008, p. 16). Nela, outrossim, há diferentes imagens e novos significados de diferentes protagonistas que vivem na região e já não mais se identificam com o estereótipo que ainda alimenta o preconceito.

Esta pesquisa, portanto, não se configura como um resultado definitivo, uma vez, que a Vila de Santo Antônio do Prata é um campo muito promissor de estudos em um período que pode ser identificado como “crise dos paradigmas”, no qual se passa para o pluralismo epistemológico e temático da forma de fazer e ver a ciência, privilegiando assim o estudo a partir de uma visão integradora e olhares múltiplos das linhas de investigação pela diversidade de métodos e teorias.

Referências

AZEVEDO-RAMOS, C. Desenvolvimento sustentável sob a ótica da floresta. **Cadernos Adenauer**, [s. l.], n. 4, p. 9-21, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. Disponível em: <https://www.ets.ufpb.br/pdf/2013/.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2022.

BECKER, B. Revisão das políticas de ocupação na Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, Brasília, DF, n. 12, p. 135-159, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico de Hanseníase**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/especiais/2023/boletim_hanseniose-2023_internet_completo.pdf. Acesso em 22 out. 2024.

BUENO, M. F. **O imaginário brasileiro sobre a Amazônia**: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa, 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

CASTRO, E.; CAMPOS, I. (org.) **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso**

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Futuro Comum. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COSTA, K. Apontamentos sobre a formação histórica da Amazônia: uma abordagem continental. **FLACSO – Brasil**, São Paulo, p. 1-25, jun. 2009. Disponível em: https://flacso.redelivre.org.br/files/2014/12/Kelson_Costa.pdf. Acesso em: 23 jun. 2022.

FERREIRA, L. C. **A questão ambiental na América Latina:** teoria social e interdisciplinaridade. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

GONDIM, N. **A invenção da Amazônia.** 4. ed. Manaus: Valer, 2007.

KOSSOVITCH, L. **Signos e poderes em Nietzsche.** São Paulo: Ática, 1979.

LEFF, H. **Epistemologia ambiental.** São Paulo: Cortez, 2001.

LOPES, R. C. S. **Tempos, espaços e cultura material na Vila Santo Antônio do Prata, Pará.** 2017. 170 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

LOPES, R. C. S.; PORTAL, V. L. M. Leprosários na Amazônia: reflexões entre arqueologia, patrimônio e memória. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 1-19, 2018.

OMS. Diretrizes para o diagnóstico, tratamento e prevenção da hanseníase. **Organização Mundial da Saúde**, [s. l.], 2019. Disponível em: <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/274127/9789290227076-por.pdf?sequence=47&isAllowed>. Acesso em: 22 out. 2024.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTO-GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, amazônias.** São Paulo: Contexto, 2008.

RAYNAUT, C; ZANONI, M. La construcción de la interdisciplinariedad en formación integrada del ambiente y del desarrollo. **Educación Superior y Sociedad**, [s. l.], v. 4, n. 1-2, p. 30-54, 1993.

SACHS, I. **Equitable development on a healthy planet**. Amsterdam: [s.n.], 1991. (mimeo.).

THEMOTEO, R. Amazônia e desenvolvimento sustentável. **Cadernos Adenauer**, [s. l.], n. 7-8, p. 3-8, 2009.

TODOROV, T. **The conquest of America: the question of the other**. New York: Harper Perennial, 1999.

UMA CONCERTAÇÃO PELA AMAZÔNIA. **Uma agenda pelo desenvolvimento da Amazônia**. São Paulo: Uma Concertação pela Amazônia, 2021. Disponível em: <https://concertacaoamazonia.com.br/estudos/uma-agenda-pelo-desenvolvimento-da-amazonia/>. Acesso em: 13 out. 2022.

IMAGINÁRIO AMAZÔNICO E A VILA SANTO ANTÔNIO DO PRATA: ATUAÇÃO MUNICIPAL E A GOVERNANÇA PÚBLICA NA VILA

*Caio Túlio Pompeu Borges*⁸

*Cristiane da Costa Gonçalves de Andrade*⁹

*Mariana Cunha Bhering*¹⁰

1. Introdução

A Amazônia é uma região que comporta grande diversidade ambiental, cultural, econômica e social. O imaginário registrado pelos primeiros exploradores da região, desde o período da colonização, reforça a ideia de um lugar a ser desenvolvido tendo como referência os moldes da economia europeia, resultando em intervenções de políticas externas que não consideram a diversidade cultural e ambiental.

Assim, como demonstra Becker (2001), o empenho do governo e empresas na intervenção na Amazônia com grandes projetos não é exemplo de planejamento para a região:

8 Doutorando do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). E-mail: borgesadm.publica@gmail.com

9 Doutoranda do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Supervisora de Relação Porto Cidade e Meio Ambiente na Companhia Docas do Pará (CDP). E-mail: candrade@cdp.com.br

10 Doutoranda do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: marianacbhering@gmail.com

O privilégio atribuído aos grandes grupos e a violência da implantação acelerada da malha tecno-política, que tratou o espaço como isotrópico e homogêneo, com profundo desrespeito pelas diferenças sociais e ecológicas, teve efeitos extremamente perversos nas áreas onde foi implantada, destruindo, inclusive, gêneros de vida e saberes locais historicamente construídos. Essas são lições a aprender como não planejar uma região (Becker, 2001, p. 141).

Entre o fim do século XIX e início do século XX, os frades capuchinhos Lombardos chegam ao Pará com a missão de estabelecer missões indígenas na Amazônia. Na Vila de Santo Antônio do Prata, em particular, catequizaram o povo Tembé, população tradicional na região. A Vila também sofreu isolamento no período de funcionamento do leprosário, a partir de 1924, fazendo com que o povo Tembé e os frades saíssem da localidade. Os pacientes ficavam na Colônia do Prata e seus/suas filhos(as) no Educandário do Prata, localizado em Belém, Pará. O Educandário e Leprosário foram desativados em 1986, tendo funcionado, portanto, por 62 anos.

Considerando as particularidades da história social, política e econômica da Vila Santo Antônio do Prata, esta pesquisa se propõe a analisar a atuação municipal e a governança pública na Vila, a partir da construção do imaginário sobre a região amazônica, bem como sua dinâmica de ocupação territorial. A abordagem que caracteriza este artigo é qualitativa e tem como meios a pesquisa bibliográfica e estudo de caso.

Yin (2001) defende que o estudo de caso é uma escolha pela investigação empírica que pesquisa um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, no qual permite preservar a característica holística deste, como, por exemplo, ciclos de vidas pessoais, processos organizacionais e administrativos e mudanças ocorridas em regiões urbanas.

Para o estudo de caso, o autor em comentário indica algumas habilidades que contribuem para tanto, tais como: fazer boas perguntas e interpretá-las, ouvir com atenção, ser adaptável e flexível em ver situações como oportunidades e não ameaças, noção clara das questões e estar atento às provas contraditórias. Ademais, podem compor os procedimentos de campo do protocolo os seguintes itens:

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Obter acesso a organizações ou a entrevistados-chave. Possuir materiais suficientes enquanto estiver no campo - incluindo um computador pessoal, material para escrever, papel, cliques e um local calmo e preestabelecido para tomar notas em particular. Desenvolver um procedimento para pedir ajuda e orientação, se necessário for, de pesquisadores ou colegas de outros estudos de caso. Estabelecer uma agenda clara das atividades de coleta de dados que se espera que sejam concluídas em períodos especificados de tempo. Preparar-se para acontecimentos inesperados, incluindo mudanças na disponibilidade dos entrevistados, assim como alterações no humor e na motivação do pesquisador do estudo de caso (Yin, 2001, p. 94-95).

A escolha da Vila do Prata se deu a partir do desenvolvimento da disciplina “Amazônia: fundamentos econômicos, socioculturais e políticos”, ministrada pela Profa. Dra. Marilena Loureiro para mestrandos(as) e doutorandos(as) no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, pertencente ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos Programa (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Uma primeira versão da proposta do artigo foi feita através de um exercício em sala de aula, momento em que cada grupo ou indivíduo elaborou uma imagem em cartaz compondo um imaginário sobre a Amazônia, de modo a compreender o passado, o presente e o futuro.

Com a preocupação de concernir melhor a formação e ocupação do território da Amazônia, a Profa. Marilena Loureiro já desenvolve um trabalho de Educação Ambiental na Vila do Prata, o qual foi debatido em sala de aula, de forma a subsidiar a visita a campo, tendo como referenciais Becker (2001), Costa (2009), Bueno (2002) e Lopes (2017). Assim, o artigo se configurou em uma versão estendida, que, além de tratar do imaginário da Amazônia, também direciona a reflexão sobre a ocupação do território na dimensão da atuação municipal e da governança pública na Vila Santo Antônio do Prata.

Na etapa seguinte, os autores do artigo desenvolveram o planejamento de campo, utilizando-se de pesquisa semiestruturada aberta e registro de observações da dinâmica social da Vila, a fim de compreender as questões pertinentes à gestão e governança. Entre os entrevistados no

dia 15 de outubro de 2022, estão algumas lideranças da Vila do Prata, como o Sr. Agenor, professor, e o Sr. Chapeta, técnico em enfermagem e que desenvolve suas atividades no então abrigo.

Dessa maneira, o artigo está organizado em quatro principais sessões, além desta introdução e das considerações finais. A primeira, logo na sequência, problematiza o imaginário amazônico em relação à Vila de Santo Antônio do Prata, enquanto a segunda realiza abordagem histórica acerca da ocupação da colônia do Prata até a atual Vila. A terceira, por sua vez, trata da discussão no campo teórico, discorrendo sobre a gestão municipal – atuação em rede e a governança pública –, e, a quarta, aborda aspectos concernentes à relação entre a gestão municipal e a governança pública da Vila, considerando-se, a partir do estudo de caso, as entrevistas mencionadas e as percepções geradas mediante a visita técnica.

Destaca-se que a Vila do Prata é um pedacinho da Amazônia e, não diferente das outras regiões, foi cenário de intervenções, sobretudo no que diz respeito à colonização e à abertura de grandes eixos rodoviários. O processo de civilização e catequese dos indígenas locais foi marcado por violência silenciosa, com o objetivo claro de mudança dos costumes e da cultura dos nativos.

2. Do imaginário amazônico à Vila de Santo Antônio do Prata

A Amazônia “foi”¹¹ conhecida sob a perspectiva do imaginário de viajantes, aventureiros, cientistas, dentre outros, que enviamos esforços em longas viagens, com objetivos particulares que foram desde empreendimentos coloniais, crenças e de dominação religiosa e até outras formas de exploração do território. Ao longo do tempo, tais viajantes apresentaram seus testemunhos com riqueza de detalhes, revelando um mundo místico e lendário. Segundo Bueno (2002), os motivos que incitaram as expedições ao Novo Mundo eram compreendidos pela busca de riquezas e do Éden, de modo a encontrar a fonte da eterna juventude, a “terra da canela”, o Eldorado e o reino das Amazonas.

11 As aspas (“”) estão sendo utilizadas devido à percepção dos autores de que a Amazônia não somente *foi* conhecida sob a perspectiva do imaginário, como ela *ainda é* conhecida por esse mesmo imaginário, como, por exemplo, a percepção de pulmão do mundo ou de notícias que a identificaram como Eldorado em pleno século XXI, conforme discutido em sala.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Contudo, as narrativas de viagens já compunham um imaginário sob a ótica europeia, que penetrava os sentidos dos novos viajantes. Antes da chegada à América já havia um pré-conceito criado, como é destacado por Gondim (1994) na narrativa da aventura de Frei Gaspar de Carvajal, cronista da viagem de Francisco de Orellana, que relata com riqueza de detalhes a ocasião do encontro com mulheres amazônicas e apresenta dados sobre a possível existência delas.¹² Da mesma forma que, na terceira década do século XVII, com objetivos expansionistas europeus, os relatos de Christovão d'Acuña, cronista de Pedro Teixeira, faz relatos de fontes secundárias a um lago dourado, índios gigantes, índios tupinambás que não precisavam de tradutores por possuir língua geral, nação de anões e outras, cujos ocupantes possuem os pés formados para trás, monstros humanos, éden terrestre e inúmeros elementos que conformam os relatos fantasiosos identificados na literatura sobre o tema (Gondim, 1994).

Isto é, a visão dos exploradores europeus não revelava a verdadeira história dos povos do novo mundo, tendo o objetivo de valorizar o fluido mitológico que existia e ainda tinha fôlego em uma sociedade especialmente assinalada pela riqueza do seu imaginário. Em outros termos, esses imaginários, segundo Castro e Campos (2015), foram inventados por narrativas que selecionam categorias de nomeação, definem lugares e classificam o outro no contexto da cultura ocidental, supostamente universal e superior, além de buscarem desenvolver uma realidade interessada a alguns.

Cabe ressaltar ainda a natureza dos intensos processos de transformação vividos pelos povos indígenas, produzindo a descontinuidade cultural e desterritorialização, como, por exemplo, a política de aldeamento criada a partir do deslocamento dos indígenas de suas aldeias de origem (descimento) e sua reunião nas novas aldeias (redução). Em geral, missionários de ordens religiosas diversas assumiam a administração do espaço e a

12 Carvajal pondera que a esquadra em que viajava travou luta feroz contra as referidas mulheres, que, sob pauladas, tentavam tirar suas vidas. O cronista ainda as descreve, relatando serem mulheres altas e brancas, com cabelo comprido enrolado na cabeça, que andavam nuas e praticavam a guerra como se fossem dez índios. Em seu relato, elas não possuíam maridos e viviam em grande número. Ao engravidarem, ocorria que, se o filho fosse menino, era sacrificado e, se fosse menina, era treinada para a guerra. Segundo o mesmo cronista, a informação sobre a identificação das guerreiras veio de um indígena aprisionado que foi indagado e revelou se tratar de Amazonas (Gondim, 1994).

catequese dos indígenas, regidos por determinações legais que sofreram interpretações e usos por diferentes agentes sociais, inclusive os indígenas.

Assim como na segunda metade do século XVIII, a política indigenista conduzida por meio da ação de missionários e religiosos teve seu principal ponto de inflexão com a criação do Diretório dos Índios (1755) e com as reformas pombalinas. Centrada na catequese e na tentativa de civilizar e “domesticar” os indígenas, a política de aldeamento, até então coordenada predominantemente pela Companhia de Jesus, passou às mãos do Estado português. De fato, a política de criação de aldeias para o governo dos indígenas remonta aos primórdios da colonização, tanto na América hispânica quanto na portuguesa, tendo em vista a importância desses povos então dominados para a implementação do projeto colonial.

Essa variedade de procedimentos persistiu durante o século XIX, posto que o Império acentuou o caráter assimilacionista da política indigenista, em um contexto marcado pelo recrudescimento das tensões e conflitos pelas terras aldeadas e devolutas. No Império, a colonização do interior perpassou os planos de civilização dos indígenas e foi retomada com o decreto de 1845 (Regulamento nº 426, de 24 de julho de 1845, do Ministério do Império, também conhecido pelo termo Regimento das Missões), o qual reeditou o Diretório dos Índios, indicando a criação de aldeamentos sob as ordens de um administrador nomeado.

O Regulamento Geral manteve o sistema de aldeamento, entendendo-o como caminho para a assimilação dos grupos indígenas à civilização imposta pelas classes dirigentes do Estado. A lei proibiu o antigo sistema de “repartição” do trabalho indígena que, na prática, conduzia às formas variadas de exploração da mão de obra e garantiu direito às terras ocupadas pelas aldeias, desde que produtivas, ou seja, lavradas e cultivadas pelos nativos. Recriou a figura do diretor das aldeias e reintroduziu a ação dos missionários, religiosos de várias ordens, responsáveis pela educação e pela catequese.

Para tanto, o mencionado regulamento determinou a criação de escolas de primeiras letras nos aldeamentos existentes em todas as províncias do Império, nas quais se deveria ensinar a ler, a escrever e a contar aos meninos e adultos, recomendando ainda dispensa do uso de violência nos processos de instrução. Aliada à instrução elementar, a lei propunha

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

ainda a formação para o trabalho agrícola e para variados ofícios de artes mecânicas, estimulando também o treinamento militar e o alistamento dos nativos nas companhias de comércio e navegação.

Nessa perspectiva, o Império iniciou uma política de importação de capuchinhos italianos, distribuídos pelos governos segundo seus próprios projetos de conquista pacífica destes grupos. A relativa autonomia política e econômica das missões jesuítas dá lugar a aldeamentos dependentes das subvenções públicas, regulamentados pela legislação imperial e provincial e submetidos ao poder local.

Já no alvorecer do regime republicano, o país viu surgir uma nova orientação legal à política indigenista, através do Decreto nº 7, de 20 de novembro de 1889, que atribuiu aos estados competência para cuidar da catequese e civilização dos indígenas. No período inicial da República, foi instituída no Pará uma política de extinção dos aldeamentos remanescentes do período imperial. Abandonando-se o termo aldeia, surgiu em seu lugar as colônias indígenas, como a Colônia Indigenista do Prata, tais quais as criadas para receber colonos nacionais e estrangeiros. Contudo, permanece o sentido da conversão religiosa e da transformação cultural dos indígenas em trabalhadores “civilizados”.

Contudo, mesmo com o amparo do governo para a viabilização e a expansão das atividades da Colônia do Prata, o forte caráter educacional do Prata – que iniciou a instrução dos indígenas, sobre a aldeia dos Miranha, antes mesmo de erguer uma igreja – garantiu a sua sobrevivência por mais vinte anos. O Núcleo pretendia ser um centro de civilização dos indígenas que viviam no Vale do rio Maracanã (Muniz, 1913).

Além disso, colonos vindos de todo o Brasil, bem como de outros países – sobretudo espanhóis e libaneses – deveriam desenvolver atividades agrícolas em lotes demarcados no entorno do Núcleo, tal como vinha sendo feito ao longo da Estrada de Ferro de Bragança (Lacerda, 2010). Antes de essa estrada cortar o território tradicional Tembé, os padres da ordem italiana dos Capuchinhos chegaram à aldeia dos Miranha, à margem do Rio Prata, um dos tributários do Rio Maracanã. Demais aspectos desse processo, relacionado à formação da Vila do Prata, serão mais bem discutidos a seguir.

3. Da colônia do Prata para a Vila Santo Antônio do Prata

A Vila do Prata foi fundada em 1898, sobre a aldeia dos Miranha, um grupo pertencente ao povo Tembé Tenetehara (Lopes; Portal, 2018). Ainda para esses autores, os indígenas Tembé Tenetehara existiam em grande número antes das políticas de civilização e catequese implantadas pelo Estado e os Missionários Capuchinhos italianos Lombardos, que ajudaram a construir uma parte da memória da História da Educação nessa região, quando chegaram no fim do século XIX e início do século XX.

Os capuchinhos Lombardos chegam ao Pará com a missão de estabelecer missões indígenas na Amazônia, assim como para formar capuchinhos nativos e, dessa forma, tiveram que aprender a língua e a cultura nativa. Pelas mãos de Frei João Pedro nasce uma Congregação Feminina inaugurada no Prata, com a condução da educação das meninas índias. Dois institutos foram instalados com a finalidade de civilização e catequese dos indígenas, trazendo para o convívio desses grupos “pessoas civilizadas” para se utilizar como exemplo.

O objetivo claro desse empreendimento era de mudança dos costumes e cultura dos nativos. Os religiosos tinham o papel de tornar o processo menos traumatizante. O foco principal desse projeto se voltou para a educação das meninas indígenas, que tinha por finalidade formar mulheres cristãs para a constituição de famílias, ao se casarem com os meninos que estudavam no colégio. Assim, povoariam a colônia, retirando deles tudo o que podiam lembrar.

A Vila foi criada no conjunto de políticas do governo paraense voltadas à ocupação econômica da região nordeste do Pará. Situada em área cortada pela Estrada de Ferro Belém- Bragança, até aquele momento, pouco explorada economicamente, seu contexto de criação vincula-se às medidas de expansão econômica, regrado na criação de núcleos coloniais agrícolas (Cruz, 1955 *apud* Lopes, 2017).

Lopes e Portal (2018) apontam que essas instituições mencionadas tinham a missão de controle social. Elas foram criadas no período republicano e eram destinadas para domesticar comportamentos e controlar corpos: escolas para indígenas ou crianças desvalidas, prisões, hospitais, hospícios, leprosários e o Núcleo Colonial Indígena Santo Antônio do

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Prata, que fazia parte do projeto de colonização do percurso da estrada de ferro que ligava a capital, Belém, a Bragança.

Essas instituições faziam parte de um plano maior, posto que eram associadas a uma política autoritária que, posteriormente, mostrou uma Amazônia diferente do imaginário até então conhecido, o qual deu lugar a um espaço cheio de conflitos e resistências, queimadas, eliminação de povos inteiros, violência contra a cultura e costumes. Castro e Campos (2015) acrescentam que o Pará está associado a uma história de violência colonial – coronelista e patrimonialista – relacionada ao território e às tensões sobre populações nativas, sobretudo no que diz respeito aos processos de colonização e abertura de grandes eixos rodoviários, desde a Rodovia Belém-Brasília, nos anos 1960. Conflitos agrários, expropriação de populações tradicionais de suas terras, genocídio indígena, grilagem de terras, chacinas e mortes anunciadas por mandantes e seus pistoleiros marcam as imagens e tornam a violência uma chave de interpretação da sociedade.

Silva (2019) cita que a política de colonização era muito clara, pois começariam pelas crianças, que seriam tiradas dos pais e seriam internadas nos institutos para estudar e aprender outros costumes e culturas, com vistas à sua civilização. Dessa maneira, tais crianças aprenderiam outra cultura, como cantar outras músicas e lançar mãos de comportamentos ditos adequados; esqueceriam, portanto, a sua cultura originária e se tornariam pais que futuramente iriam educar outras crianças com base no apagamento das tradições de suas aldeias, sobre as quais não poderiam falar ou ensinar às crianças, de modo a não desenvolver o sentimento de pertencimento. Nesse processo de civilizá-los, os religiosos ocasionaram uma enorme devastação cultural, social e humana (Silva, 2019).

20 anos após o início do processo de civilização e catequese, quando o governo estadual entendeu não existir mais indígenas no lugar e definiu como dispendiosa a manutenção do Núcleo, resolveu-se converter a estrutura existente na vila em Centro Correccional, para onde foram destinados sentenciados da cadeia pública de São José, em Belém (Rizzini; Schueler, 2011).

Esse Centro Correccional funcionou por dois anos, pois em 1922, por ocasião da criação da política nacional de atenção à hanseníase, o Prata passou a ser a primeira Colônia Agrícola de Leprosos do país, tendo seus pavilhões utilizados para abrigar os doentes internados compulsoriamente na instituição. Na década de 1980, o Leprosário encerrou suas atividades, momento em que as edificações tomaram diferentes usos e/ou entraram em arruinamento (Lopes; Portal, 2018).

A Colônia Agrícola de Leprosos não foi criada por acaso. Souza Araújo, após percorrer vários lugares no entorno de Belém, buscando identificar um lugar para instalação do leprosário modelo, escolheu o Prata como local ideal para a instituição. Boa parte da estrutura física do Prata fora construída no período do funcionamento do Núcleo Colonial Indígena (Fernandes, 2015, 2014; Muniz, 1913).

Na área central da Vila, a topografia é plana, justamente no local onde está instalada a maioria dos prédios; área essa que era denominada como “perímetro de isolamento”, na qual os doentes eram mantidos sob controle da administração. Os hospitais, posto policial, oficinas, cozinha e áreas de habitação dos internos (pavilhões) estavam localizados no entorno da praça central da Colônia. Na zona mais marginal existia uma estrada de ferro, uma estação de trem e um forno crematório. As casas de familiares se localizavam nas ruas adjacentes. Já os prédios administrativos e casas dos funcionários ficavam fora dessa zona. Quando o leprosário foi inaugurado em 1924, possuía 23 quarteirões, subdivididos em 16 lotes urbanos. As principais construções eram oriundas do Núcleo Colonial Indígena, erguidas nas duas décadas iniciais do século XX: a igreja em estilo renascentista, os dois pavilhões onde funcionaram os educandários das crianças indígenas, além das 76 habitações, classificadas em sua maior parte como “barracas” (Souza Araújo, 1924, p. 54).

Lopes e Portal (2018) também mencionam a existência de dois prédios no centro da vila enquanto elementos arquitetônicos mais antigos do lugar, construídos no início do século XX. Durante o funcionamento do Núcleo Colonial Indígena Santo Antônio do Prata, foram caracterizados agrupamentos sociais de Santo Antônio do Prata, com, pelo menos,

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:
A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

quatro grupos sociais, sendo moradores da Vila ou a ela vinculados: 1) “ex-internos” da Colônia de Leprosos (doentes de hanseníase internados compulsoriamente na Lazaropólis do Prata); 2) familiares desses ex-internos, em particular as famílias formadas após o encerramento das atividades médicas da Colônia; 3) os moradores “sadios”, que mudaram para a Vila a partir da década de 1980; e 4) os Tembê Tenetehara de Santa Maria do Pará, município vizinho à Vila do Prata, com ligações históricas diretas com a localidade.

O centro da Vila apresenta um cenário que fala por si só, melancólico, remetendo a uma história de saberes, tradição e cultura, considerando-se a mesclagem dos povos que colonizaram o local nos diversos momentos de sua história. A Figura 1 exhibe esses dois elementos na atualidade, imagens capturadas durante visita técnica realizada em outubro de 2022.

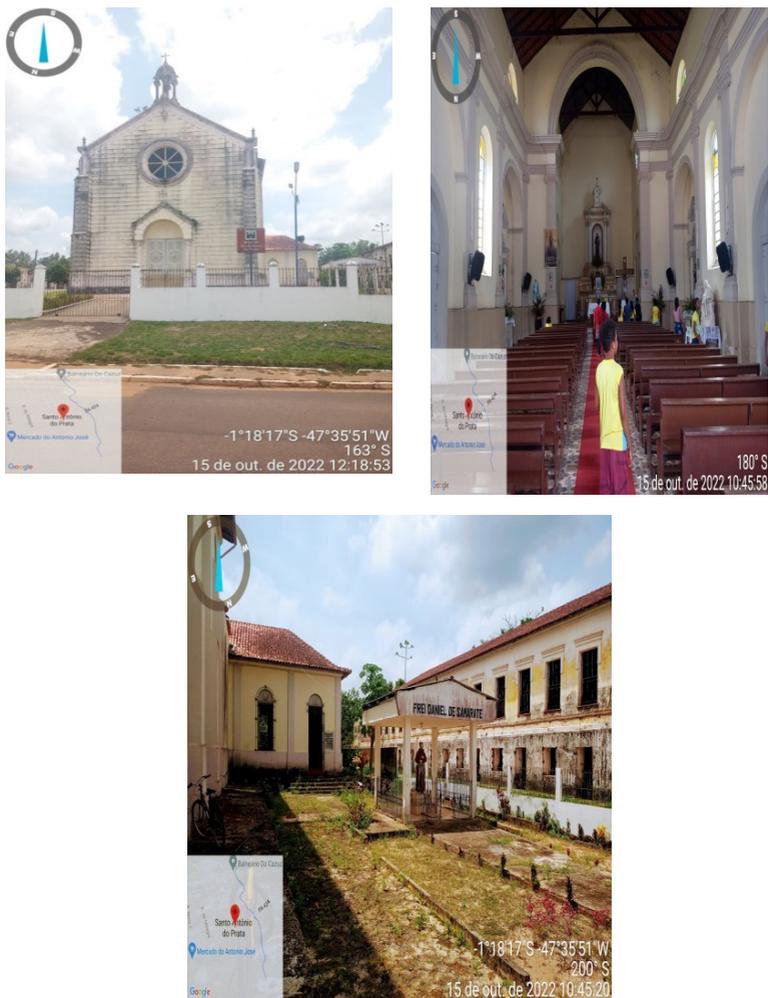
Figura 1: Antigo leprosário Santo Antônio do Prata



Fonte: acervo dos autores, 2022.

Já a Figura 2 mostra a igreja de Santo Antônio do Prata, localizada no Centro da Vila. Nota-se que, apesar do estado de conservação, suas dependências estão em plena utilização pelos moradores da Vila.

Figura 2: Vistas interna (esq.), externa (dir.) e externa frontal (abaixo) da Igreja de Santo Antônio do Prata

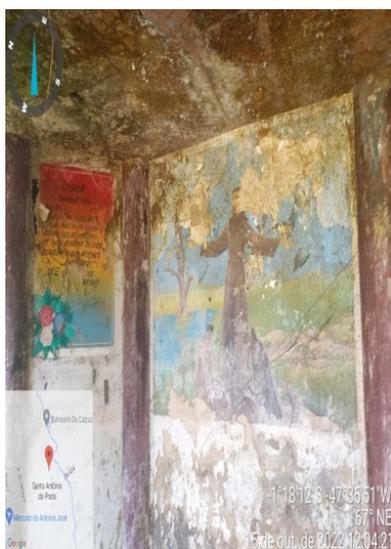


Fonte: acervo dos autores, 2022.

No entorno da área central da Vila podem ser encontradas algumas ruínas, destacando-se uma área abandonada onde funcionou um cinema (Figura 3).

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Figura 3: Vistas externa frontal (esq.), interna (dir.) e externa lateral (abaixo) da Igreja de Santo Antônio do Prata



Fonte: acervo dos autores, 2022.

Tal cinema foi construído para uso dos internos, dando um pouco de entretenimento aos pacientes da colônia, conforme informado pelo Sr. Chapeta, entrevistado pelos autores.

4. Gestão municipal: atuação em rede e a governança pública

O Estado vivencia um momento de transição, que visa uma governança ampliada e que envolve novos princípios e novas práticas da gestão pública, da participação dos cidadãos na coprodução do bem público e dos arranjos institucionais (Vieira; Caldas, 2006). Essa interação entre governo e sociedade tem levado, conforme Martins e Marini (2014), ao surgimento, especialmente nos municípios, de novos padrões de governo baseados nos princípios de governança que propõem uma nova síntese, uma tentativa de enxergar o governo como um processo amplo, plural e complexo da sociedade, buscando integrar política e administração, gestão e políticas públicas.

Nesse cenário, considerando a esfera local e as áreas de intervenção, a gestão pública municipal, considerada como sendo a administração pública dos bens e interesses municipais e executada pelo gestor municipal mediante a atividade administrativa e atos de gestão, passou a ter um novo papel de agente de desenvolvimento local. Esse desenvolvimento compreende um sistema de governança pública, que descreve um processo político no qual o poder já não está concentrado em uma poderosa máquina governamental central, residindo, em vez disso, em um amplo leque de instituições, em grupos do setor econômico e privado, bem como na sociedade civil, implicando agregação de novos atores do setor público não governamental e do setor privado, que devem atuar em redes.

Para Kissler e Heidemann (2006), mesmo que não exista apenas um conceito que defina a governança pública, o seu ponto de partida é a concepção de uma estrutura renovada de relações entre governo, sociedade civil e organizações sem fins lucrativos e privados. Portanto, quando há atores do Estado, do mercado e da sociedade civil trabalhando de forma cooperativa em arranjos institucionais estabelecidos, pode-se pensar que se trata de um modelo de governança pública. Nesse sentido, Mattia e Van Bellen (2017) entendem a governança pública como uma forma renovada de relação e atuação do Estado ao dirigir a coisa pública, pois:

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

[...] não nega todos os pressupostos burocráticos e da Nova Gestão Pública; ou seja, na governança aspectos formais da burocracia continuam sendo importantes, bem como a busca por uma gestão pública eficaz. Mas a governança a que nos referimos é aquela que traz uma nova prioridade na discussão da administração pública. Enquanto isso, o modelo burocrático e a NGP traziam pressupostos técnicos, orientados pela eficiência e, como segundo plano, lembravam de que tudo isso estava numa democracia (às vezes, na prática, isso talvez nem fosse lembrado). A Governança Pública inverte essa relação, buscando colocar como pressuposto a necessidade de haver uma preocupação com o cidadão, a responsividade, e então buscar medidas administrativas que vão ao encontro dos pressupostos iniciais de democracia (Mattia; Van Bellen, 2017, p. 85).

Nessa perspectiva, conforme Bliacheriene, Ribeiro e Funari (2013), a governança pública surge da necessidade do envolvimento do cidadão no processo de desenvolvimento, implementação e controle de políticas públicas, especialmente nos municípios, sendo o termo utilizado para caracterizar a relação entre a sociedade (principal) e os governos/políticos (agentes), os modelos e as formas organizacionais por eles utilizados. Assim, ela pode ser entendida como um arranjo institucional que possui a finalidade de possibilitar a inter-relação entre governo, agentes de mercado e atores sociais, nos processos de desenho de políticas públicas para a sociedade, bem como a avaliação e o monitoramento dos gastos do governo; processo esse que deve ser coordenado dentro de um espírito de deliberação e contestação de ideias que favoreçam os resultados e a qualidade (Ckagnazaroff, 2009; Simione; Ckagnazaroff, 2017).

Ademais, segundo Gaventa e Barrett (2012), pode-se considerá-la ainda como um mecanismo de inclusão da população nas estruturas de tomada de decisão sobre as políticas públicas, as quais permitem incrementar e fortalecer as capacidades de intervenção das camadas sociais mais desfavorecidas e superar as estruturas políticas e de poder tradicionais. Portanto, a governança pública procura estabelecer instâncias de intervenção que vinculam a ação governamental com os cidadãos por meio de relacionamentos nos espaços deliberativos, que servem para

envolver os indivíduos, os movimentos sociais, as empresas e outros grupos de interesse no setor público, o que pode garantir maior legitimidade às iniciativas governamentais (Simione; Ckagnazaroff, 2017).

Isso é possível porque a governança pública, ao se orientar para o processo de elaboração de políticas públicas, possibilita um equilíbrio de poder entre os envolvidos (governantes, gestores, servidores e cidadãos), visando ao estabelecimento do bem comum em detrimento dos interesses de determinados indivíduos ou grupos (Matias-Pereira, 2010). Nesse ponto de vista, Simione e Ckagnazaroff (2017) defendem que a governança pública englobaria tanto as visões que embasam a democracia participativa quanto as que defendem a democracia deliberativa nos espaços públicos (fóruns locais, conselhos, consulta comunitária, audiência pública, associações públicas etc.).

Todavia, Kissler e Heidemann (2006) ressaltam ainda que a governança pública não pode ser imposta, pois é um processo de permutação que oscila entre o topo e a base em todo o processo decisório. Logo, a cultura de governança deve estar impregnada em todos os participantes da estrutura, de forma que “os parceiros, liderando uma coalizão em rede ou uma aliança, irão construir efetivamente as bases para o desenvolvimento de uma confiança mútua” (Kissler; Heidemann, 2006, p. 496).

Dessa forma, Matias-Pereira (2010, p. 124) acrescenta que, para que ocorra uma boa governança no setor público, deve estar presente o fator “participação proativa de todos os atores envolvidos: dirigentes, políticos, órgãos de controle e, em especial, da sociedade organizada”. Contudo, para isso, é preciso entender a governança pública como “[...] a prática de uma gestão compartilhada de processos decisórios que conduz, a partir do consenso, as deliberações de uma dada rede, objetivando articular e facilitar ações do projeto de desenvolvimento traçado pelos próprios participantes [...]” (Villela; Pinto, 2009, p. 1075).

Nessa perspectiva, Martins e Marini (2014) evidenciam que a governança pública é um processo de geração de valor público a partir da estrutura e competência da gestão pública, bem como da colaboração entre agentes públicos e privados na coprodução de serviços, políticas e bens públicos e da melhoria da qualidade de oferta.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Por isso, fortalecer a capacidade de governo e governar em rede não faz sentido se não forem direcionados para resultados e para a geração de valor público, que, por sua vez, não ocorre de forma espontânea, mas demanda o desenvolvimento de capacidades e relacionamentos interinstitucionais.

Assim, um dos aspectos que mais chama a atenção neste estilo de governança é o resgate do aspecto político para a gestão pública. Agem-se de forma descentralizada, com a participação efetiva da sociedade civil, organizações não governamentais e organizações privadas, formando redes para atuar em conjunto, nas quais o Estado abandona um papel de controle absoluto da tomada de decisão, compartilhando decisões e responsabilidades com diferentes atores sociais.

Heidemann e Kissler (2006) apontam essa mudança do papel tradicional do Estado. Para os autores, o Estado passa:

de um Estado de serviço, produtor do bem público, em um Estado que serve de garantia à produção do bem público; de um Estado ativo, provedor solitário do bem público, em um Estado ativador, que aciona e coordena outros atores a produzir com ele; de um Estado dirigente ou gestor em um Estado cooperativo, que produz o bem público em conjunto com outros atores (Heidemann; Kissler, 2006, p. 483).

O Estado, nesta concepção de governança pública, não é responsável único pela tomada de decisão, mas coordena o processo em que os atores discutem e agem em redes, chegando então à melhor solução desejada. Trata-se então de um Estado com papel de ativador e coordenador (Mattia; Van Bellen, 2017). Nesse novo papel, como aponta Raquel e Van Bellen (2012), o Estado fica responsável por envolver os diversos atores harmonicamente e facilitar as interações sociopolíticas. Nesse sentido, a adoção da governança na administração pública põe em evidência a noção de redes como arranjo de governança (Bevir, 2011), dado que as redes aparecem como conjunto de relacionamentos por meio de competências de organizações, grupos e indivíduos em coordenar suas atividades para atingir os objetivos e os propósitos públicos, em que padrões mistos de hierarquia, mercados e entes colaborativos operam juntos em múltiplos setores e escalas geográficas (Koliba; Meek; Zia 2011 *apud* Martins; Marini, 2014).

Desse modo, a ideia de rede é vista como uma alternativa aos modelos burocráticos e gerencialistas de administração, uma vez que busca envolver diferentes atores interessados em determinada questão em processos caracterizados pela influência mútua, complementariedade de recursos e coordenação. Para os autores, significa dizer que agentes públicos e privados (empresas e organizações não governamentais de distintos tipos, setores e escalas) formam redes de governança para coproduzir e cocriar (fazer com várias partes, inclusive e principalmente com o beneficiário) serviços, políticas e bens públicos nos mais distintos domínios temáticos (Pinto *et al.*, 2017).

Nessa perspectiva, a governança pública e a dinâmica em rede dizem respeito a uma desmonopolização dos processos decisórios pela realização de mudanças nas formas tradicionais de administração, com a realização de transformações administrativas que visam reduzir a intervenção técnica exclusiva da administração e o monopólio do poder decisório dos burocratas e políticos, a fim de favorecer a intervenção coletiva e formação de redes que ampliam o diálogo e a intervenção junto ao Estado (Simione; Ckagnazaroff, 2017). O fundamento central desses argumentos, como destaca Gonzáles (2015), é que, na abordagem participativa, a interação entre os cidadãos e o governo gera envolvimento efetivo nas etapas cruciais de tomada de decisão das políticas públicas, elevando a confiança e a legitimidade.

Na mesma linha, Koch (2013) pontua que os arranjos institucionais engendrados pela governança pública podem melhorar o papel político da sociedade civil e promovem a inclusão política, favorecendo a formação de identidades coletivas que possibilitam uma efetiva partilha de poder e de recursos que estão disponíveis. Esses espaços de participação têm um grande potencial para gerar resultados positivos nas ações implementadas pela máquina pública, como, entre outros aspectos, consensos sobre os conteúdos da política pública local, orçamentos, prioridades de intervenção a considerar.

Contudo, apesar da diversidade de ideias e do direito de o cidadão participar no processo decisório, o questionamento central nesse contexto é a qualidade da participação e a crença de que o processo de descentralização e participação podem, por si só, trazer soluções para os problemas locais.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Isso porque os maiores dilemas das ações coletivas são resultados da ausência da capacidade política dos seus membros, ou seja, carência de capital social que “diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (Putnam, 2006, p. 177).

O capital social facilita a cooperação espontânea, entretanto, para a constituição desse capital, os grupos envolvidos devem estabelecer relações de confiança mútua e as estruturas sociais nas quais o cidadão ou organização estão inseridos devem se tornar um bem público. Dessa forma, a participação política deve contribuir para a formação de capital social e político, isto é, possibilitar a qualificada atuação dos cidadãos no jogo político (Buarque, 2008). Todavia, sem o desenvolvimento de competências, de papel educativo para a participação política popular, o processo de desenvolvimento de capital social pode resultar em ilusão de participação social na governança do processo decisório público e, assim, dar continuidade ao monopólio do poder pelas elites locais.

Assim, faz-se necessário o estabelecimento de procedimentos que possibilitem o envolvimento ativo da comunidade no processo participativo social, sendo preciso desenvolver competências para que a população possa participar de forma qualificada de debates e não apenas para que seja utilizada como ferramentas de legitimação dos processos de tomada de decisões por grupo dominantes. Além disso, o Estado, representado por governos e líderes políticos, deve ser o entusiasta de procedimentos afirmativos para a efetivação de ações comunitárias e cidadãs nas decisões públicas, especialmente quando identificar a inexistência do senso de participação social no processo.

Para Moraes (2003), apesar de os avanços e possibilidades de o planejamento público ser baseado na governança, fazem-se necessários instrumentos de gestão que possibilitem articulação dos governos com as instituições privadas locais e a sociedade, como os conselhos gestores municipais e o orçamento participativo, que são espaços institucionais de participação social, fazendo com que a população local possa atuar na defesa de seus interesses e na tomada de decisões públicas. De acordo com Jacobi (2003), as formas mais relevantes de participação popular, na última década, estão centradas principalmente nos diferentes tipos de

conselhos gestores de políticas públicas – saúde, educação, meio ambiente, agricultura etc. –, qualificados como espaços públicos de participação paritária e deliberativa e nas experiências de orçamento participativo.

Ainda para esse autor, mesmo que ambas as formas de participação representem arranjos institucionais inovadores, a relação entre o Estado e a sociedade está sendo afetada pela recusa do primeiro em compartilhar o poder de decisão, devido às dificuldades de ampliar a participação, além da dependência em relação às autoridades municipais para estruturar a dinâmica de funcionamento democrático. Assim, a efetividade das ações participativas está relacionada com as vontades políticas dos gestores públicos envolvidos, com a superação das assimetrias de informações e com a constituição de uma nova cultura de direitos.

Contudo, além de assegurar legalmente à população o direito de participar da gestão por meio da criação de conselhos, realizando audiências públicas e fóruns, o Estado deve, sobretudo, garantir que a participação assuma um papel cada vez mais relevante na denúncia das contradições políticas e sociais, bem como potencialize a ampliação da consciência e da organização social, de forma a preparar a população para reclamar seus direitos e, assim, exercer seus deveres e responsabilidades (Jacobi, 2003).

Procopiuck (2011) discorre que os governos seguem como atores centrais e vitais nos processos de elaboração de políticas públicas, porém, sem que haja uma monopolização das decisões, dado que uma variedade de outros atores, detentores de outros recursos (informações, capacidades e competências), passam a influenciar e interagir nas diversas arenas políticas.

Abreviadamente, portanto, o argumento essencial para a governança pública é a premissa de que a governança deve operar em diversos níveis para que possa capturar as variações inerentes ao alcance territorial de externalidades políticas (Hooghe; Marks, 2001). Desse modo, percebe-se que a nova gestão pública brasileira, no cenário que descentraliza competências específicas para o ente municipalizado, a ausência, a insuficiência ou a ineficiência de instrumentos ou políticas efetivas de aprimoramento da governança dos municípios, tem reflexos negativos no desenvolvimento local e regional, assim como, evidentemente, na vida dos cidadãos que dela dependem.

5. Atuação municipal e a governança pública na Vila Santo Antônio do Prata

A gestão pública municipal é responsável pela promoção do bem-estar, do desenvolvimento socioambiental e, conseqüentemente, da qualidade de vida da população local, assim como desenvolvimento econômico e crescimento do respectivo município. Para tanto, as iniciativas públicas, no sentido de promoção e apoio ao desenvolvimento, podem executar ações como: 1) proporcionar a base da infraestrutura apropriada para o exercício e o desenvolvimento municipal; 2) fomentar a capacitação e qualificação de servidores municipais e da população; 3) propiciar subsídios fiscais; e 4) investir em programas, projetos e ações para o desenvolvimento de produtos e processos.

Diante dessa perspectiva, conforme observado em diversos relatos, nos últimos anos, a gestão pública municipal de Igarapé-Açu atuou buscando fortalecer a produção rural por meio de ação de fomento, bem como desenvolver uma base de infraestrutura para a melhoria da qualidade de vida da população da Vila do Prata. Em relação às ações e aos projetos para o fortalecimento da agricultura familiar no município, a gestão municipal desenvolveu ações de fomento para preparo da terra aos pequenos agricultores, conforme trecho da entrevista:

Existe (ação pública do município) na agricultura, nós temos, se tu tem uma terra um terreno, em uma área agrícola. Qual o benefício que tu tem? Eu particularmente posso dizer que uma vez ou outra, não sei qual data do ano, é liberado uma um trator para vir aradar sua terra, mas são ações pontuais da prefeitura e não uma política pública.¹³

Como destacado pelo entrevistado, a gestão municipal fomentou, mediante a disponibilidade de tratores, a limpeza e preparo dos terrenos em algum momento do ano para os agricultores familiares.

¹³ Informação concedida pelo Entrevistado 03, conselheiro tutelar municipal, em outubro de 2022. Trecho da resposta referente à pergunta 3: “A prefeitura/administração local realizou algum investimento em infraestrutura (estrada, reformas e outros) ou ações para a melhoria da produção e comercialização de produtos ou para a melhoria da qualidade de vida na vila? Se sim, o que você achou?”

Todavia, são ações pontuais e não uma política municipal de incentivo ao desenvolvimento da agricultura familiar na Vila. Outra atuação pública para fortalecimento da agricultura familiar foram as ações de capacitações de manejo de açaizais e outras culturas, que teve o objetivo de aprimorar as boas práticas de manejo com vistas ao fortalecimento do processo produtivo rural.

Com relação à atuação municipal para a melhoria da qualidade de vida dos moradores da Vila foi realizada uma parceria entre a prefeitura e a “Associação do Orivaldo” para que os membros desta fossem cadastrados no Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Conforme trecho retirado da entrevista:

Associação do Senhor Orivaldo. A do seu Orivaldo é uma associação que também é e já foi meu parceiro, foi meu parceiro quando a gente estava vereador, que a gente trouxe alguns benefícios, como a moradia, a gente fez aí com que a associação fizesse parte do projeto do PNHR, que é Programa Nacional de Habitação Rural, aonde a gente conseguiu trazer esse projeto que conseguimos beneficiar 50 famílias. E também ele ainda conseguiu levar a associação dele para atender outras comunidades, outros municípios, por conta de ela ser toda legalizada, apta para atender, né, os objetivos do projeto da Caixa Econômica.¹⁴

O PNHR foi criado em 2009, por meio da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, regulamentada pelo Ministério das Cidades, e possui a finalidade de subsidiar a produção ou reforma de imóveis residenciais localizados em área rural do território nacional, cujo público-alvo é representado pelos agricultores familiares, trabalhadores rurais e comunidades tradicionais: quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos e indígenas. Como destacado pelo entrevistado, a gestão municipal ficou responsável pela vinculação da associação ao programa, enquanto esta vinculou seus associados ao PNHR.

¹⁴ Informação concedida pelo Entrevistado 01, ex-vereador, em outubro de 2022. Trecho da resposta referente à pergunta 3: “A prefeitura/administração local realizou algum investimento em infraestrutura (estrada, reformas e outros) ou ações para a melhoria da produção e comercialização de produtos ou para a melhoria da qualidade de vida na vila? Se sim, o que você achou?”.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Em relação à base de infraestrutura física para o fortalecimento da produção agrícola e da qualidade de vida da população residente na Vila, observamos que as principais demandas identificadas, com a realização das entrevistas com os diversos atores, envolvem a pavimentação das ruas principais e resolução da falta de água constante na localidade. Conforme trecho da entrevista:

Às vezes demora (ações de gestão municipal na vila do Prata) né?! Vou começar pelo problema de manutenção da água. Olha, que tempo... Aí quando foi agora eles fizeram a caixa d'água né?! Botaram aquela caixa d'água nova que fizeram. Então essa instalação aí, o prefeito deu os tubos e o pessoal fizeram um mutirão e fizeram o encanamento.¹⁵

Com relação ao problema do abastecimento, notamos que, mesmo com a demora e a lentidão do processo, a gestão municipal resolveu o problema com a construção e instalação da central de abastecimento de água potável da Vila, conforme ilustrado na Figura 4.

Figura 4: Construção da nova caixa d'água para o centro da vila.



Fonte: Benedito Leonardo Ribeiro da Silva.

15 Informação concedida pelo Entrevistado 02, ex-diretor escolar, em outubro de 2022. Trecho da resposta referente à pergunta 3: “A prefeitura/administração local realizou algum investimento em infraestrutura (estrada, reformas e outros) ou ações para a melhoria da produção e comercialização de produtos ou para a melhoria da qualidade de vida na vila? Se sim, o que você achou?”.

Porém, as instalações para as casas foram feitas pela comunidade com o fomento de turbos e materiais efetivado pela prefeitura. Com relação à pavimentação (Figura 5), assim como as ações públicas relatadas anteriormente, com atuação do ex-vereador Chapeta, que a rua principal da Vila, onde percorre o Círio, está sendo asfaltada, conforme imagem.

Foi através do nosso mandato, que a gente começa a ter representação. [...] A gente buscou, é... ser a voz do povo e cobrar os direitos que eram nossos através do município e hoje é totalmente diferente. Hoje o município, a gente tem obras aí de um grande desenvolvimento, que era uma luta nossa e a gente conseguiu no mandato estar conseguindo, por ser um parceiro do prefeito que é a pavimentação aqui, principalmente dessa rua principal onde tem Círio, são 89 anos, né, de Círio.¹⁶

Figura 5: Pavimentação asfáltica do centro até a igreja do santo Isidoro.



Fonte: Benedito Leonardo Ribeiro da Silva.

16 Informação concedida pelo Entrevistado 01, ex-vereador, em outubro de 2022. Trecho da resposta referente à pergunta 3: “A prefeitura/administração local realizou algum investimento em infraestrutura (estrada, reformas e outros) ou ações para a melhoria da produção e comercialização de produtos ou para a melhoria da qualidade de vida na vila? Se sim, o que você achou?”.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Para tanto, a viabilidade e o andamento desse programa, assim como da ação de fomento e dos projetos de capacitação, só foram possíveis devido à atuação do ex-vereador Chapeta. Conforme relatado nas entrevistas, essa atuação municipal e os investimentos em infraestrutura na Vila do Prata só foram viabilizados com a eleição e a representação da Vila junto ao município, pelo ex-vereador Chapeta, conforme relato:

Em 2009 nós tivemos uma grande alegria de termos um representante eleito na nossa vila, vereador, então foi a partir daí que nós conseguimos ter alguns avanços na nossa comunidade: infraestrutura, atendimento em saúde, educação, segurança, coisa que antes agente tinha, mas mais pelo Estado do que pelo Município. A partir de 2009, nós começamos a avançar em atendimento do município de Igarapé Açu. De lá pra cá veio essa luta do vereador que conversava com a comunidade.¹⁷

Dado que, “antes do seu mandato [do ex-vereador Chapeta] acabava que a sede do município não reconhecia, não trazia ações públicas, projetos para cá”¹⁰. Isto é, observamos que antes da Vila possuir um vereador, a responsabilidade administrativa ocorria como se fosse encargo do Estado. Ou seja, apesar de ser uma Vila pertencente ao município, a responsabilidade era deixada a cargo apenas do Estado. Contudo, notamos que esse cenário mudou mesmo com a perda da reeleição nas eleições de 2020, devido à constituição de uma liderança local.

Ontem ele me chamou, eu tive uma conversa com ele e ele colocou que vai acontecer algumas obras, que é para a gente fazer uma relação daquilo que a comunidade realmente precisa para a gente levar que posso tá fazendo esse trabalho dentro da vila. Então assim a gente vai tá sem uma representação legal no legislativo, mas a gente vai ter essa representação como parceiro, como amigo. A gente vai ter dados para fazer.¹⁸

17 Informação concedida pelo Entrevistado 03, conselheiro tutelar municipal, em outubro de 2022. Trecho da resposta referente à pergunta 5: “Ocorre a participação da comunidade no planejamento das ações da prefeitura/administração local para desenvolvimento da produção e comercialização de produtos ou de ações para a melhoria da qualidade de vida da população na vila? Se não, você acha que é por quê? Se sim, o que achou das participações?”.

18 Informação concedida pelo Entrevistado 01, ex-vereador, em outubro de 2022. Trecho da resposta referente à pergunta 1: “Foi realizada alguma reunião com a prefeitura/administração

Entretanto, apesar o ex-vereador conversar com a comunidade, tivemos a informação que ele tinha esse contato direto com povo para tratar da questão da Vila do Prata, bem como das atuações implementadas pela gestão pública municipal para o fortalecimento da produção rural e melhoria da qualidade de vida da população. A participação social nos processos de planejamento, acompanhamento e avaliação dessas foi insuficiente para garantir uma governança pública municipal na localidade. Isto é, a elaboração e a implementação da atuação pública, ainda que tenham ocorrido com a participação social, em momentos específicos não se deram de maneira relevante para a efetivação e implementação das ações. Conforme trecho da entrevista:

Não a gente não fazia (reuniões com a comunidade), a gente tem umas pessoas que a gente buscava pegar a ideia de cada um. A gente não fazia realmente uma reunião juntando toda comunidade ou boa parte, mas a gente tinha um grupo de pessoas que a gente busca, por exemplo, o próprio professor (Agenor) e chegava aí e o que falta na educação, para a gente poder tá levando e fazer as cobranças. Então era dessa forma que a gente trabalhava (Entrevista, 2022).¹¹

Ou seja, destaca-se que não ocorreria frequentemente reunião com a comunidade para tratar de assuntos relevantes para a Vila, mas sim um grupo de pessoas chaves que “representam” os seguimentos ou eram consideradas lideranças. O que acaba justificando as respostas do ex-diretor da escola “não vi isso [reuniões com representantes da gestão municipal para tratar políticas públicas], eu ainda não vi isso aí”¹⁹.

No entanto, observamos nos relatos que, apesar das imperfeições para garantir a participação social nos processos decisórios municipais para o desenvolvimento de políticas públicas, o problema da falta de participação social não pode ser atribuído somente à gestão municipal.

local, cooperativa, associação etc. para tratar da produção e comercialização de produtos ou de ações para a melhoria da qualidade de vida da população da vila? Se sim, o que você achou?”

19 Informação concedida pelo Entrevistado 02, ex-diretor escolar, em outubro de 2022. Trecho da resposta referente à pergunta 3: “A prefeitura/administração local realizou algum investimento em infraestrutura (estrada, reformas e outros) ou ações para a melhoria da produção e comercialização de produtos ou para a melhoria da qualidade de vida na vila? Se sim, o que você achou?”

Existe também o desinteresse, seja por falta de confiança ou de vontade, no estabelecimento de interações e cooperações de diversos atores em participarem de reuniões que tratem de ações, projetos e programas, segundo relato do trecho da entrevista:

Tem que ter a força de vontade da gestão municipal ou estadual para trazer (políticas públicas para a vila), ou da comunidade ir buscar se movimentar para trazer benefícios. É difícil, mas a gente tenta fazer com que eles (os atores da vila) participem. Eu, conselheiro tutelar, tento fazer isso de chamar população para discutir essas políticas da educação que não chegam.²⁰

Em relação ao exposto, constatamos que a gestão pública municipal atuou para o fortalecimento da Vila do Prata, tanto com a implementação de ações e projetos municipais quanto com o programa PNHR, em parceria com o governo federal e uma associação local. No entanto, apesar das tentativas exíguas para garantir a participação social no processo de elaboração de políticas públicas, a governança pública municipal mostrou-se insuficiente, de acordo com trecho do relato do ex-vereador “não [ouviam as demandas locais], os projetos [de agricultura, infraestrutura e outros chegavam] montado do município, sem consulta à população”²¹.

Essa insuficiência ocorreu em razão de que não se estabeleceram instâncias de intervenção que possibilitassem a inter-relação entre governo e atores sociais em espaços deliberativos, nos processos de desenho de políticas públicas para a sociedade, bem como a avaliação e o monitoramento das ações do governo; espaços esses que devem ser coordenados dentro de um espírito de deliberação e contestação de ideias que favoreçam os resultados e a qualidade, podendo garantir maior legitimidade às iniciativas governamentais (Simione; Ckagnazaroff, 2017; Ckagnazaroff, 2009).

20 Informação concedida pelo Entrevistado 03, conselheiro tutelar municipal, em outubro de 2022. Trecho da resposta referente à pergunta 8: “Você sabe se ocorre alguma parceria entre os produtores rurais, atravessadores, cooperativas, sindicatos, associações e outros atores da vila para melhorar a produção e comercialização de produtos ou de ações para a melhoria da qualidade de vida da população da vila? Se sim, quais? Caso não ocorra, sabe o motivo?”

21 Informação concedida pelo Entrevistado 01, ex-vereador, em outubro de 2022. Trecho da resposta referente à pergunta 5: “Ocorre a participação da comunidade no planejamento das ações da prefeitura/administração local para desenvolvimento da produção e comercialização de produtos ou de ações para a melhoria da qualidade de vida da população na vila? Se não, você acha que é por quê? Se sim, o que achou das participações?”

Contudo, a gestão pública municipal não deve ser a única responsável pela tomada de decisão, tendo o dever de coordenar o processo de governança em que os atores discutem e agem em redes, chegando-se, então, a melhor solução desejada, ou seja, trata-se, assim, de um Estado com papel de ativador e coordenador. Dessa forma, o Estado fica responsável por envolver os diversos atores harmonicamente e facilitar as interações sociopolíticas.

Entretanto, a ausência da população e dos diversos atores que possuem responsabilidades no processo e devem participar geram também insuficiência ou a ineficiência de instrumentos ou políticas efetivas de aprimoramento da governança dos municípios que causam reflexos negativos no desenvolvimento local e na vida dos cidadãos que dela dependem (Mattia; Van Bellen, 2017).

6. Considerações Finais

A Vila de Santo Antônio do Prata foi palco de diversas mudanças na dinâmica territorial, tanto social como econômica. A população original do território, o povo Tembé, em um período, assistiu a grandes esforços dos frades capuchinos para catequizar os residentes e, com isso, construíram uma estrutura na Vila, tal como a igreja e o colégio. No período de expansão da hanseníase, a área de estudo foi escolhida para receber e tratar os pacientes acometidos pelo mal de Hansen, oriundos da região, talvez pela distância da sede da capital, assim como pelas estruturas existentes no local. A política de âmbito estadual também compreendeu a instituição do educandário do Prata, com a função de educar as crianças que eram filhos e filhas das pessoas acometidas pelas doenças.

A Vila do Prata é berço de histórias reprimidas e marcadas por preconceito, que deixaram cicatrizes profundas nas pessoas acometidas pela doença, seus familiares e a população em geral, que são estigmatizadas pelo fato de viverem em uma ex-colônia criada para isolar os pacientes. Toda a configuração histórica do local talvez explique o pouco desenvolvimento, o pequeno número de empregos formais e a ausência de associativismo entre os moradores, sobressaindo a permanência de ajudas nos moldes assistencialistas desde o período da predominância do Educandário e Leprosário.

A gestão municipal de Igarapé-Açu é um tanto ausente na Vila, conforme os relatos de alguns atores sociais. Antes, a Vila não fazia parte do território desse município, mas hoje a Vila de Santo Antônio do Prata é território igarapé-açuense e sua representatividade nos conselhos participativos do município, na câmara de vereadores e demais organizações é quase nula. Verificou-se, também, a ausência de governança pública, que poderia funcionar como um instrumento de permuta de boas práticas de governança para desenvolvimento social local.

Dessa forma, esta pesquisa, que teve o objetivo de analisar a atuação do governo municipal e a governança pública na Vila de Santo Antônio do Prata, constatou algumas tentativas da gestão pública em prol do fortalecimento da referida Vila. Todavia, apesar dos feitos exíguos para promover a participação social na elaboração de políticas públicas, a governança pública municipal mostrou-se falha e insuficiente, ponderando-se que não se estabeleceram instâncias de intervenção que proporcionasse a inter-relação entre governo e atores em espaço deliberativos, nos processos de delineamentos de políticas públicas para a sociedade, bem como a avaliação e o monitoramento das ações do governo. Isso porque, a criação e a manutenção desses espaços devem ser coordenadas dentro de um processo de deliberação e contestação de ideias que favoreçam os resultados e a qualidade, podendo alcançar maior legitimidade às iniciativas governamentais.

Referências

BECKER, B. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, Brasília, DF, n. 12, p. 135-159, 2001.

BEVIR, M. Governança democrática: uma genealogia. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 103-114, jun. 2011.

BLIACHERIENE, A. C.; RIBEIRO, R. J. B.; FUNARI, M. H. Governança pública, eficiência e transparência na administração pública. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte, ano 12. n. 133, p. 1-11, 2013

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

BUENO, M. F. **O imaginário brasileiro sobre a Amazônia**: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa, 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

CASTRO, E.; CAMPOS; Í. (org.). **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015.

CKAGNAZAROFF, I. B. Reflexões sobre estratégias de governança local. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 3, n. 5, p. 23-47, 2009.

COSTA, K. Apontamentos sobre a formação histórica da Amazônia: uma abordagem continental. **FLACSO – Brasil**, São Paulo, p. 1-25, jun. 2009. Disponível em: https://flacso.redelivre.org.br/files/2014/12/Kelerson_Costa.pdf. Acesso em: 10 maio 2023.

FERNANDES, R. F. Tembé Tenetehara de Santa Maria do Pará: retomando os fios da história. **Estudos Amazônicos**, Belém, v. XIII, n. 1, p. 214-249, 2015.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

GAVENTA, J.; BARRETT, G. Mapping the outcomes of citizen engagement. **World Development**, [s. l.], vol. 40, n. 12, p. 2399-2410, 2012.

GONDIM, N. **A invenção da Amazônia**. Manaus: Valer, 1994.

GONZÁLEZ, J. La participación ciudadana como instrumento del gobierno abierto. **Espacios Públicos**, [s. l.], v. 18, n. 43, p. 51-73, 2015.

HOOGHE, L.; MARKS, G. Types of multi-level governance. **European Integration online Papers (EIoP)**, [s. l.], vol. 5, n. 11, p. 1-32, 2001.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 189-205, 2003.

KISSLER, L.; HEIDEMANN, F. G. Governança Pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 479-499, maio/jun. 2006.

KOCH, P. Bringing power back in: collective and distributive forms of power in public participation. **Urban Studies**, [s. l.], vol. 50, n. 14, p. 2976-2992, 2013.

LACERDA, F. G. **Migrantes cearenses do Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)**. Belém: Açai: FAPESPA: Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia (UFPA): Centro de Memória da Amazônia, 2010.

LOPES, R. C. S. **Tempos, espaços e cultura material na Vila Santo Antônio do Prata, Pará**. 2017. 170 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

LOPES, R. C. S.; PORTAL, V. L. M. Leprosários na Amazônia: reflexões entre arqueologia, patrimônio e memória. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 1-19, 2018.

MARTINS, H. F.; MARINI, C. Governança Pública Contemporânea: uma tentativa de dissecação conceitual. **Revista TCU**, Brasília, DF, v. 130, p. 42-53, maio/ago. 2014.

MUNIZ, P. O Instituto Santo Antonio do Pará: município de Igarapé-Assú. Typ. da Livraria Escoar, Belém, 1913.

MATIAS-PEREIRA, J. A governança corporativa aplicada no setor público brasileiro. **Administração Pública e Gestão Social**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 109-134, 2010.

MATTIA, C.; VAN BELLEN, H. M. A experiência da governança pública na elaboração de planos estaduais de cultura. **Estudos de Administração e Sociedade**, Niterói, v. 2, n. 1, p. 83-97, 2017.

MORAES, J. L. A. Capital social e desenvolvimento regional. *In*: CORREA, M. S. (org.). **Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p. 123-148.

MUNIZ, J. P. **O Instituto Santo Antonio do Pará**: município de Igarapé-Assú. Belém: Typ. da Livraria Escolar, 1913.

PROCOPIUCK, M. **Governança multinível e inovações em trajetórias de sistemas sociotécnicos: o caso dos transportes coletivos de Curitiba**. 2011. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Estado do Paraná, Curitiba, 2011.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 5. ed. São Paulo: FGV, 2006.

RAQUEL, I.; VAN BELLEN, H. M. Contribuição à concepção da governança pública: uma análise a partir da visão dos especialistas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 37., 2012, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. p. 1-12.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

RIZZINI, I.; SCHUELER, A. O Instituto do Prata: índios e missionários no Pará (1898-1921). **Currículo sem Fronteiras**, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 86-107, 2011.

SIMIONE, A. A.; CKAGNAZAROFF, I. B. Governança Participativa em Moçambique: Dinâmicas do envolvimento dos cidadãos na gestão Municipal em Xai-Xai. **Administração Pública e Gestão Social**, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 64-74, 2017.

SOUZA ARAÚJO, H. C. **Lazaropolis do Prata**: a primeira colônia agrícola de leprosos fundada no Brasil. Belém: Departamento Nacional de Saúde, 1924.

VIEIRA, M. M. F.; CALDAS, M. P. Teoria crítica e pós-modernismo: principais alternativas à hegemonia funcionalista. **RAE**, São Paulo, v. 46, n. 1, p. 59-70, jan./mar. 2006.

VILLELA, L. E.; PINTO, M. C. S. Governança e gestão social em redes empresariais: análise de três arranjos produtivos locais (APLs) de confecções no estado do Rio de Janeiro. **Revista de Administração Pública**, [s. l.], v. 43, n. 5, p. 1067-1089, 2009.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ESTRUTURA FUNDIÁRIA E CONCENTRAÇÃO DE TERRAS NO ESTADO DO PARÁ

*Alan Tiago Corrêa*²²

*Cassia Karimi Vieira Cativo*²³

*Thales Maximiliano Ravena Cañete*²⁴

*Marinalva Cardoso Maciel*²⁵

1. Introdução

As históricas formas de ocupação territorial na Amazônia, sobretudo na Amazônia oriental, onde se localiza o estado do Pará, geraram impactos significativos na dinâmica agrária local, principalmente no que tange às suas relações socioeconômicas. Conflitos sobre o uso e a posse da terra marcaram as disputas entre os grupos oriundos de outras regiões, que, além de possuírem grande capital, possuíam considerável influência política na região, em detrimento das comunidades locais (Costa, 2012; Trindade Júnior, 2010).

22 Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará. E-mail: tiagoalan17@gmail.com

23 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará. E-mail: karimivieira@hotmail.com

24 Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: thales.canete@gmail.com

25 Doutora em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: marinalvamaciel@gmail.com

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

A falta de recursos necessários para expandir seus processos produtivos impede muitos agricultores familiares de desenvolver plenamente suas atividades. Como resultado, muitos desses produtores, por vezes dispersos e isolados no território, formam cooperativas, associações e outras formas de organização. Essas estruturas não apenas conectam e organizam a produção, como também facilitam o acesso a recursos financeiros e produtivos. Nesse contexto, políticas de incentivo e crédito tornam-se fundamentais para fomentar investimentos, promover a autonomia e autogestão e, conseqüentemente, contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da agricultura familiar.

A atividade agropecuária, sobretudo a agricultura familiar, é, segundo Filgueiras e Herrera (2012), a atividade econômica desenvolvida na maior parte do território paraense e responsável por ocupar expressivo número de pessoas, respondendo pela alimentação e geração de renda de boa parte da população. As mudanças que vêm sendo observadas na agricultura familiar paraense, por meio das políticas regionais inseridas com o escopo de promover um melhor desempenho na produção familiar, têm permitido que haja um fortalecimento do setor, contribuindo para o crescimento econômico regional e, principalmente, na geração de emprego e renda para esses produtores.

Dessa maneira, o presente estudo tem como objetivo analisar o processo de ocupação da Amazônia, com ênfase nos impactos sociais, econômicos e ambientais propiciados pelas políticas de desenvolvimento adotadas desde a década de 1960, e examinar a estrutura fundiária e a concentração de terras na Amazônia, com foco no estado do Pará, identificando os principais atores envolvidos na apropriação do território e seus efeitos sobre as dinâmicas socioeconômicas locais.

Quanto ao seu aspecto metodológico, trata-se de uma investigação qualitativa, utilizando de pesquisa bibliográfica e documental. Após esta seção introdutória, o artigo apresenta um referencial teórico dos resultados dos dados catalogados no Censo Agropecuário do IBGE de 2017 (IBGE, 2018) e, por fim, as considerações finais em torno da problemática apresentada.

2. Desenvolvimento, fronteiras e desafios contemporâneos na Amazônia

2.1. Desafios de ocupação e fronteira amazônica

A questão regional no Brasil sempre foi central no processo de desenvolvimento, especialmente na Amazônia, onde o controle político do vasto território foi uma preocupação constante. Segundo Becker (2010), isso se deve aos ciclos de valorização de produtos da floresta no mercado internacional, seguidos de períodos prolongados de estagnação. Durante as décadas de 1960 e 1980, esse cenário começou a mudar com o início efetivo do planejamento regional na Amazônia, momento em que o Estado assumiu a responsabilidade de ordenar um novo ciclo de ocupação da região (Becker, 2010). Esse processo foi parte de uma estratégia geopolítica para a modernização acelerada do território brasileiro.

A expansão da fronteira amazônica tornou-se objeto de amplos debates, envolvendo diferentes perspectivas sobre o papel de pequenos produtores e grandes empreendimentos capitalistas. Crispim (2019) aponta duas vertentes principais nesse debate: de um lado, economistas veem a fronteira como funcional para o desenvolvimento capitalista; de outro, sociólogos defendem a “terra liberta”, uma concepção que valoriza a resistência camponesa face ao avanço do capital. Apesar das divergências, ambos os lados reconhecem a fronteira como um espaço estratégico para a reprodução do campesinato, seja por sua submissão ao capital, seja por meio de uma lógica anticapitalista.

Nas décadas de 1960 e 1980, a Amazônia passou por intensas transformações, resultado das políticas dos governos militares. O Programa de Integração Nacional (PIN) e a construção da Rodovia Transamazônica foram tentativas de integrar a Amazônia ao projeto de desenvolvimento nacional, aliviando a pressão demográfica e econômica em outras regiões do Brasil, especialmente no Nordeste, mas promovendo a exploração das riquezas naturais da região amazônica. Como explica Crispim (2019), essas políticas marcaram a transição de uma abordagem regional, predominante nos anos 1960, para uma perspectiva inter-regional, na qual a migração teve um papel central no processo de colonização oficial.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

A construção da Rodovia Transamazônica entre 1970 e 1974 é um exemplo claro dessa estratégia. A estrada tinha como objetivo conectar o Nordeste à Amazônia, facilitando o movimento de pessoas e mercadorias. Mais do que um simples projeto de infraestrutura, a rodovia foi um mecanismo de controle do desenvolvimento espontâneo na região, em que pequenos produtores rurais já estavam se estabelecendo. O autoritarismo capitalista, como esse período foi caracterizado, optou por promover o desenvolvimento de um campesinato de fronteira, combinando colonização oficial com apoio a grandes empreendimentos.

Nesse contexto, a chamada “Operação Amazônia” foi criada, implementando uma série de instrumentos legais, como a substituição da SPVEA pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e pelo Banco de Crédito da Amazônia (BCA). Tal operação visava demonstrar às elites políticas e econômicas de fora da região o potencial de riqueza da Amazônia, como destacado por Marques (2019). Essa iniciativa também incluiu a construção de infraestrutura, como a Rodovia Belém-Brasília, e a oferta de recursos internacionais para investimentos em hidrelétricas, portos e ferrovias (Carvalho; Domingues, 2016).

Os governos militares viam a Amazônia como uma fronteira em expansão, onde a apropriação das terras livres e a construção de novas relações sociais dependiam de interesses diversos. Galuch e Menezes (2020) ressaltam que esse processo foi configurado por ocupações e interesses em diferentes momentos. Assim, a Operação Amazônia visava não apenas o controle do território, mas também a criação de condições que atraíssem capital privado, gerando lucros com baixos riscos e minimizando os custos para os investidores.

Os incentivos estatais se estenderam a vários setores, incluindo a agropecuária. Empresas privadas podiam receber isenções fiscais e obter até 75% do capital necessário para seus empreendimentos, sem a obrigatoriedade de devolver o valor ao governo (Filgueiras; Herrera, 2012). No entanto, isso gerou uma dependência de dinâmicas externas, favorecendo

capitalistas de outras regiões, além de criar conflitos entre as lógicas produtivas locais e os interesses de grandes empresas. Como resultado, trabalhadores rurais e pequenas categorias produtivas foram marginalizados e submetidos a uma nova ordem econômica.

Esse modelo de desenvolvimento, focado no crescimento econômico, intensificou a exploração dos recursos naturais da Amazônia. A prioridade dada ao crescimento relegou a segundo plano a preservação ambiental e a proteção das comunidades tradicionais. Crispim (2019) argumenta que a fronteira amazônica se tornou central para o desenvolvimento capitalista, servindo como um espaço estratégico onde grandes corporações exerciam controle sobre os meios de produção. A vasta extensão de terras, a riqueza de recursos naturais e a ausência de resistência organizada tornaram a Amazônia uma “reserva energética mundial”, essencial para o capitalismo global.

A apropriação do espaço amazônico foi um processo complexo, envolvendo múltiplos atores. Segundo Becker (2015), o Estado teve um papel fundamental nesse processo, ao organizar o espaço e assegurar as condições favoráveis ao desenvolvimento do capitalismo. O planejamento espacial foi um instrumento essencial, permitindo ao Estado controlar o ritmo de desenvolvimento e promover a coexistência de diferentes formas de produção. Becker (2015) também destaca a natureza geopolítica da fronteira, que era moldada por forças internas e externas, adaptadas às condições nacionais.

A fronteira amazônica, além de sua importância econômica, teve uma função política crucial, especialmente no que diz respeito à migração interna. O governo utilizou a região para redistribuir populações excedentes do Nordeste e do Sul, aliviando tensões sociais e criando reservas de mão de obra para projetos estatais e privados. Becker (2015) observa que, após o golpe de 1964, o Estado facilitou a entrada de forças externas, resultando na valorização das terras da fronteira como ativo econômico. Isso atraiu investimentos estrangeiros e nacionais, ao mesmo tempo em que transformava a agricultura em um setor dependente de insumos industriais.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

A apropriação do espaço na Amazônia não se limitou à concentração fundiária. Becker (1988) aponta que o Estado, ao administrar áreas de conflito e criar programas como o Programa Grande Carajás (PGC), contribuiu para a formação de territórios de exploração econômica em larga escala. A presença de terras livres e a diversidade de atores na apropriação do espaço também proporcionaram uma reestruturação constante da fronteira, permitindo sua adaptação às demandas globais e locais.

A fronteira amazônica, transformada por políticas estatais, continua a ser um espaço em disputa. Herrera (2019) explica que o espaço agrário amazônico é moldado pelo capital, com incentivos fiscais e estímulos para a concentração dos meios de produção nas mãos de grandes empresas. O fluxo de riqueza gerado por essas atividades, contudo, beneficia principalmente acionistas estrangeiros, deixando a região com baixos índices de desenvolvimento humano, como exemplifica o caso de Carajás, que, apesar de seu alto PIB per capita, tem a menor expectativa de vida do estado do Pará (Marques, 2019).

2.2. A produção da agricultura familiar no Brasil e estado do Pará

A agricultura familiar brasileira é tida como uma das maiores responsáveis pela produção de alimentos do país. Sua produção visa direcionar suas atividades a um alinhamento de desenvolvimento sustentável de produção, prezando pela preservação de suas identidades culturais, terra e origens.

Embora seja uma tarefa difícil definir a agricultura familiar, a Lei nº 11.326/2006 define que são considerados agricultores familiares aqueles que não detenham, a qualquer título, área maior do que 4 módulos fiscais; utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento; e dirija seu estabelecimento com sua família. Também são considerados agricultores familiares: silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária (Brasil, 2006).

Abramovay (1998, p. 143) explica que a agricultura familiar “é muito mais que um segmento econômico e social claramente delimitado, a agricultura familiar é definida como um valor”, ou seja, o desenvolvimento da agricultura familiar propicia condições sociais favoráveis ao mundo rural, estando também plenamente compatível ao desenvolvimento sustentável e possuindo valores éticos e morais em seu contexto social (Oliveira *et al.*, 2017).

Apesar de ser uma forma de produção e trabalho bastante presente nas áreas rurais do Brasil, a agricultura familiar reproduz a precariedade das condições de reprodução econômica dos pequenos agricultores, que é determinada, segundo Aquino e Lacerda (2014), por um conjunto complexo de fatores histórico-estruturais, não podendo ser associada apenas à variável climática e, muito menos, à suposta inviabilidade técnica de tais produtores. Dessa forma, a compreensão adequada da agricultura familiar no Brasil necessita de um olhar multidisciplinar para o vasto grupo de agricultores até então “invisíveis” na base da pirâmide social do campo (Aquino; Lacerda, 2014).

Por fim, em se tratando de região, especificamente a Amazônia, Costa (2020, p. 86) destaca que a economia agrária da Amazônia está baseada em dois modos de produção fundamentais: o camponês e o patronal (ou empresarial capitalista). Os estabelecimentos rurais familiares e os não familiares se distinguem, basicamente, pelo fato de que os primeiros têm a família como principal referência na disponibilidade de mão de obra e na definição das necessidades de consumo. Assim, os estabelecimentos patronais, que se baseiam no trabalho assalariado, orientam-se pela rentabilidade do capital investido no processo produtivo.

2.3. Divisão agrícola do estado do Pará

Com base nos dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2018), a Tabela 1 explicita o número de estabelecimentos e a condição dos produtores em relação à posse da terra. O Brasil possui 4.108.639 estabelecimentos cujos proprietários possuem titulação formal, dos quais apenas 17% estão localizados na Amazônia Legal. Apesar de representarem uma parcela pequena, esses 699.553 estabelecimentos da Amazônia concentram 34,5% das terras nacionais sob condição de propriedade,

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

evidenciando uma significativa concentração fundiária. Isso indica que quase um quarto das propriedades individuais regularizadas no Brasil está nas mãos de um grupo relativamente pequeno de pessoas.

Tabela 1: Brasil, Amazônia e Pará – Condições dos produtores em relação às terras – 2017

Brasil, Amazônia Legal e Pará	Proprietário		Assentado sem titulação definitiva		Outras Condições*	
	Estab.	(ha)	Estab.	(ha)	Estab.	(ha)
Brasil	4.108.639	316.144.612	258.309	5.916.659	706.376	29.228.546
Amazônia Legal	699.553	109.117.621	70.692	1.302.175	95.607	2.070.846
Pará	244.986	26.549.794	13.332	699.322	23.381	1.170.339

* Leia-se arrendatário, parceiro e ocupante e produtor sem área.

Fonte: IBGE, 2018.

No estado do Pará, encontra-se 35% de todos os estabelecimentos da Amazônia Legal classificados como produtores proprietários, um percentual expressivo quando comparado aos 65% restantes dos outros estados da região. Esse dado é relevante, pois ressalta a concentração de propriedades no Pará em relação ao total da Amazônia Legal.

Quando se considera a proporção entre hectares e número de estabelecimentos de produtores proprietários, o Pará apresenta uma média de 108 hectares por estabelecimento. Esse valor está acima da média nacional de 76 hectares por estabelecimento, mas abaixo da média da Amazônia, que é de 156 hectares. Como ressalta Herrera (2012), o volume de terras próximo ao módulo rural na Amazônia deveria ser limitado a 100 hectares por família em áreas originalmente pertencentes à União. Essa análise evidencia a concentração de terras e a importância de políticas que promovam a distribuição mais equitativa das propriedades, especialmente na Amazônia, onde a posse da terra tem impactos significativos sobre a dinâmica social e econômica da região.

A Tabela 1 também revela que os estabelecimentos com produtores proprietários representam 87% dos 281.699 estabelecimentos rurais do Pará. Os demais 13% estão divididos entre assentados sem titulação definitiva (5%) e produtores em outras condições (8%). A categoria “outras condições” inclui arrendatários, parceiros, ocupantes e produtores sem área, refletindo a precariedade da situação desses trabalhadores, que se encontram em condições de vulnerabilidade, dependência e submissão aos detentores de capital. Nesse contexto, Janoni Neto e Guimarães Neto (2020) destacam que variadas formas de violência foram naturalizadas e ressignificadas enquanto etapas do processo de desenvolvimento e da construção do ‘novo progresso’, ligado aos investimentos capitalistas.

Os estabelecimentos formados por assentados e em outras condições possuem, em média, 50 hectares por unidade. A participação dos assentados da Amazônia em relação ao Brasil é significativa, representando 27,4% do total de estabelecimentos dessa categoria. Esses assentados ocupam 22% das terras sem titulação no país, sendo que mais da metade dessa área (53,7%) está concentrada no Pará. Essa alta concentração de terras sem título na Amazônia contribui para os elevados índices de conflitos agrários na região.

Segundo Janoni Neto e Guimarães Neto (2020), a fragmentação territorial foi fundamental para a implementação da nova ordem econômica, política e social, levando à divisão e segregação das composições étnicas da Amazônia. Herrera (2019) reforça que o aumento das terras assentadas na região foi impulsionado pelas políticas de construção de estradas e pela reorganização do espaço agrário, promovida por meio da criação de diferentes tipos de Unidades de Conservação.

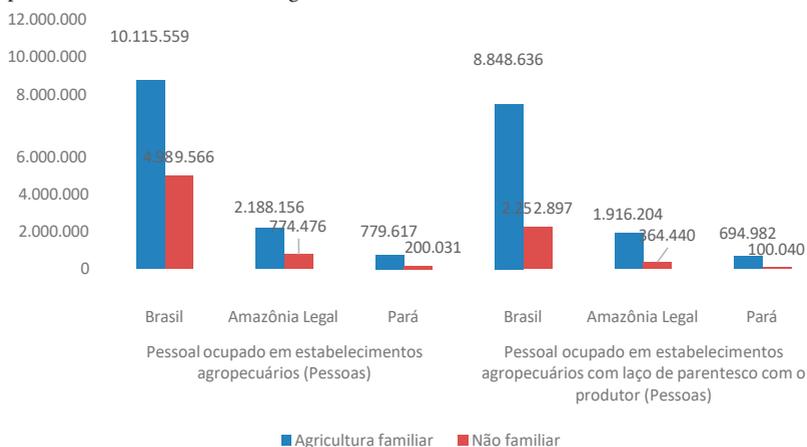
O Gráfico 1 demonstra a ocupação das pessoas nos estabelecimentos de agricultura familiar e não familiar. Em 2017, o Brasil contava com um total de 15.105.125 pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários. Dessas, 67% estavam envolvidas na agricultura familiar, enquanto 33% pertenciam à categoria de agricultura não familiar. Na Amazônia Legal, 20% dessas pessoas estavam concentradas, somando 2.962.632 indivíduos, dos quais 73,9% (2.188.156 pessoas) faziam parte da agricultura familiar, e 26,1% (774.476 pessoas) eram da agricultura não familiar.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

No que se refere às pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários que possuíam laços de parentesco com o produtor, o total registrado foi de 11.101.533 pessoas, sendo que 79,7% pertenciam à agricultura familiar, e 20,3% à não familiar. Na Amazônia Legal, havia 2.280.644 pessoas ocupadas nesse tipo de estabelecimento, representando 20,5% do total do Brasil, das quais 84% estavam na agricultura familiar, e 16% na não familiar.

No estado do Pará, o cenário de 2017 mostrava 795.022 pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários com vínculo familiar com o produtor. Destas, 87,4% (694.982 pessoas) estavam ligadas à agricultura familiar, enquanto 12,6% (100.040 pessoas) atuavam na agricultura não familiar (Gráfico 1).

Gráfico 1: Pessoal ocupado em Estabelecimentos e com laços de parentesco com o produtor: Brasil, Amazônia Legal e Pará, no ano 2017.

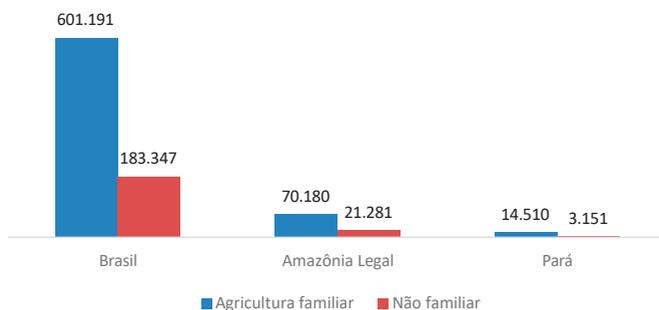


Fonte: IBGE, 2018.

Quanto aos incentivos recebidos pelos estabelecimentos agropecuários, o Gráfico 2 revela que, no Brasil, 76,6% dos estabelecimentos da agricultura familiar (601.191 unidades) receberam investimentos distribuídos nas categorias de investimento, custeio, comercialização e manutenção do estabelecimento.

Em contrapartida, 23,4% dos estabelecimentos não familiares (183.347 unidades) foram beneficiados com esses recursos. Na Amazônia Legal, os investimentos alcançaram 12% do total, com 91.461 unidades beneficiadas, das quais 76,6% (70.180 unidades) eram da agricultura familiar e 23,3% (21.281 unidades) da agricultura não familiar. No estado do Pará, 82,2% dos estabelecimentos de agricultura familiar (14.510 unidades) receberam investimentos, enquanto 17,8% (3.151 unidades) dos estabelecimentos não familiares foram contemplados.

Gráfico 2: Investimentos concedidos para aos estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar em 2006, em unidades.



Fonte: IBGE, 2018.

A Tabela 2 apresenta o número de estabelecimentos e as áreas ocupadas pela produção agropecuária familiar e não familiar, ou empresarial moderna. Os dados revelam uma alta concentração de terras em estabelecimentos de produção não familiar, contrastando com a situação da produção familiar no estado do Pará.

Em 2017, a produção não familiar, representando apenas 17% dos estabelecimentos no Pará, detinha aproximadamente 70% das áreas registradas no estado, totalizando 19.794.861 hectares. Em contrapartida, a produção familiar, apesar de contar com mais de 31% dos estabelecimentos, ocupava apenas 31% das terras, correspondendo a 8.624.592 hectares.

A Tabela 2 também destaca a participação da agricultura familiar e não familiar no estado do Pará em relação ao número de estabelecimentos e à área ocupada na Amazônia Legal.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Do total de 865.852 estabelecimentos, 81,1% são de produtores familiares paraenses, enquanto apenas 18,9% são de produtores não familiares. No entanto, essa menor parcela de produtores não familiares detém uma fatia significativa da terra: 78,5% de toda a área da Amazônia Legal, o que corresponde a 130.529.414 hectares.

Tabela 2: Estabelecimentos e área da agropecuária familiar em 2017 no estado do Pará

Categoria	Brasil		Amazônia Legal		Pará	
	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)
Agricultura familiar	3.897.408	80.891.084	702.479	28.092.682	239.737	8.624.592
Não familiar	1.175.916	270.398.732	163.373	102.436.732	41.962	19.794.861
Total	5.073.324	351.289.816	865.852	130.529.414	281.699	28.419.453

Fonte: Censo Agropecuário de 2017, IBGE, 2022.

Já a Tabela 3 ilustra as condições da agricultura familiar em relação às terras em 2017. Observa-se que, embora a agricultura familiar seja maioria em número de estabelecimentos, a maior parte das terras está sob o controle da produção não familiar. Cerca de 70,5% das terras em condição de proprietário estão nas mãos dos produtores não familiares, o que equivale a 18.721.133 hectares. Da mesma forma, as áreas sob outras condições, como arrendatários, parceiros, ocupantes e produtores sem área, também são dominadas pelos não familiares, que detêm 74,6% dessas terras, ou seja, 874.060 hectares.

Tabela 3: Condições da agropecuária familiar em relação às terras em 2017 no estado do Pará.

	Proprietário		Assentados sem titulação definitiva		Outras Condições*	
	Estab.	área (ha)	Estab.	área (ha)	Estab.	área (ha)
Familiar	207.603	7.828.660	11.552	499.655	20.582	296.277
Não familiar	37.383	18.721.133	1.780	199.667	2.799	874.060
Total	244.986	26.549.793	13.332	699.322	23.381	1.170.337

Fonte: Censo Agropecuário de 2017, IBGE, 2022.

Em termos de estabelecimentos, nota-se que, na categoria não familiar, dos 41.962 estabelecimentos, 89% estão nas mãos de proprietários, ocupando 94,6% das áreas registradas como pertencentes a essa categoria (19.794.860 hectares). As demais condições, como arrendatários e parceiros, somam 11% dos estabelecimentos e controlam 5,4% das áreas.

Na categoria familiar, a distribuição dos estabelecimentos mostra que 86,6% estão nas mãos de proprietários, enquanto 4,8% são de assentados sem titulação, e 1,2% estão em outras condições. Esses 86,6% de estabelecimentos de proprietários ocupam 90,8% das terras sob posse da produção familiar, enquanto os 9,2% restantes estão divididos entre assentados e outras condições.

Os projetos de desenvolvimento voltados à Amazônia geraram significativas transformações econômicas e sociais na região. Segundo Costa (2020), o processo de reorganização do sistema produtivo amazônico segue “conjuntos de soluções comuns”, reforçando a ideia de que a parceria entre o Estado e o capital privado é crucial para a ocupação e estruturação do espaço agrário. Embora a estrutura fundiária privilegie os grandes proprietários de capital, é fundamental valorizar e considerar a produção dos pequenos agricultores, especialmente na Amazônia.

Como apontam Filgueiras e Herrera (2012), os pequenos produtores desempenham um papel essencial na garantia da permanência e reprodução de uma parte significativa da população residente na região amazônica. Além disso, são responsáveis por uma parcela expressiva da produção total de alimentos necessária para a população regional.

A análise dos dados sobre a agricultura familiar e não familiar no Pará e na Amazônia Legal revela a forte concentração de terras nas mãos de grandes proprietários não familiares, apesar de a maioria dos estabelecimentos pertencer à agricultura familiar. Essa disparidade fundiária evidencia as dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores em termos de acesso à terra, o que reflete diretamente nas condições socioeconômicas da região.

Embora a agricultura familiar seja fundamental para a produção de alimentos e a subsistência da população local, os projetos de desenvolvimento na Amazônia historicamente têm privilegiado o capital privado e grandes latifúndios.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Portanto, é essencial que políticas públicas sejam fortalecidas para promover uma distribuição mais equitativa de terras, apoiar os pequenos agricultores e mitigar os conflitos agrários que marcam a região.

3. Considerações Finais

As conclusões sobre a expansão da fronteira amazônica e suas consequências, revelam um processo histórico marcado por complexidades e contradições. A análise realizada revela que o desenvolvimento capitalista na Amazônia seguiu uma lógica de exploração intensiva dos recursos naturais e de integração dessa região ao mercado global, o que muitas vezes levou ao aprofundamento das desigualdades sociais. O favorecimento de grandes empresas privadas e latifundiários, muitas vezes por meio de incentivos fiscais e financeiros, deixou um legado de concentração fundiária, que ainda hoje é um dos principais desafios enfrentados pelas populações locais. A agropecuária, especialmente na forma de agricultura familiar, continua a ser uma importante fonte de sustento para grande parte da população rural da Amazônia, mas enfrenta obstáculos significativos em termos de acesso à terra, crédito e infraestrutura.

Outro ponto crucial observado ao longo das últimas décadas é o impacto ambiental das políticas de desenvolvimento na Amazônia. A prioridade dada ao crescimento econômico, com pouca consideração pela preservação ambiental, resultou em taxas alarmantes de desmatamento, perda de biodiversidade e degradação dos ecossistemas.

A fronteira amazônica, ao longo de sua história, tem sido um espaço de disputas entre diferentes lógicas de produção e apropriação do território. A agricultura familiar, embora desempenhe um papel vital para o desenvolvimento, continua marginalizada frente às grandes propriedades e ao agronegócio, como mostram os dados do Censo Agropecuário de 2017. O Estado tem uma responsabilidade fundamental em promover políticas que assegurem a distribuição equitativa das terras, a preservação ambiental e a valorização das práticas agrícolas sustentáveis, respeitando os direitos das comunidades locais e indígenas.

O modelo de desenvolvimento implementado na Amazônia ao longo das últimas décadas, fortemente influenciado pelo capital privado e pela busca de crescimento econômico, trouxe benefícios para alguns setores, mas também resultou em graves desequilíbrios sociais e ambientais. A integração da Amazônia ao mercado global deve ser repensada à luz de uma nova ética de desenvolvimento, que priorize a justiça social, a sustentabilidade ambiental e a valorização das formas de produção locais. O futuro da Amazônia depende da capacidade de seus atores, especialmente o Estado, de criar um equilíbrio entre a exploração econômica e a preservação dos recursos naturais e dos modos de vida tradicionais.

Referências

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, DF, v. 15, n. 1, p. 137-157, 1998.

AQUINO, J. R.; LACERDA, M. A. D. Magnitude e condições de reprodução econômica dos agricultores familiares pobres no semiárido brasileiro: evidências a partir do Rio Grande do Norte. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 52, p. 167-188, 2014.

BECKER, B. K. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. *In*: AUBERTIN, C. (org.). **Fronteiras**. Brasília, DF: Editora UnB; Paris: ORSTOM, 1988. p. 60-89.

BECKER, B. K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, Brasília, DF, v. 6, n. 12, p. 135-159, 2010.

BECKER, B. K. Gestão do território e territorialidade na Amazônia: a CVRD e os garimpeiros na província. *In*: VIEIRA, I. C. G. (org.). **As Amazônia de Bertha**

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

K. Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica. Rio de Janeiro: Garamond, 2015. v. 1, p. 489-511.

BRASIL. **Lei n. 11.326, de 24 de julho 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF: Presidência da República, [2006]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 10 maio 2024.

CARVALHO, T. S.; DOMINGUES, E. P. Projeção de um cenário econômico e de desmatamento para a Amazônia Legal brasileira entre 2006 e 2030. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 26, p. 585-621, 2016.

COSTA, F. D. A. **Formação rural extrativista na Amazônia:** os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970). Belém: NAEA, 2012. v. 1.

COSTA, F. D. A. Mudança estrutural na economia agrária da Amazônia: uma avaliação inicial usando os censos agropecuários (1995, 2006 e 2017). **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, Brasília, DF, n. 23, p. 83-96, 2020.

CRISPIM, C. N. S. **Tradição e capitalismo na Amazônia:** modalidades de relação entre homem e terra pela expansão da fronteira do capital. 2019. 302 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

FIGUEIRAS, G. C.; HERRERA, J. A. O segmento da agricultura familiar no estado do Pará: um olhar a partir dos dados do Censo de 2006. **Cadernos Cepec**, Belém, v. 1, n. 7-12, 2012.

GALUCH, M. V.; MENEZES, T. C. C. Da reforma agrária ao agrogêncio: notas sobre dinâmicas territoriais na fronteira agropecuária amazônica a partir do município de Apuí (Sul do Amazonas). **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 388-412, 2020.

HERRERA, J. A. **Desenvolvimento capitalista e a realidade da produção agropecuária familiar na Amazônia paraense**. 2012. 344 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

HERRERA, J. A. Desenvolvimento capitalista e a produção do espaço agrário amazônico. **GEOSUL**, Florianópolis, v. 34, p. 473-499, 2019.

IBGE. Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017#caracteristicas-produtores> . Acesso em: 01 out. 2022.

JANONI NETO, Vitale; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Amazônia: Políticas governamentais, práticas de ‘colonização’ e controle do território na ditadura militar (1964- 85). **Anuario IEHS**, Tandil, v. 34, n. 1, p. 99-122, 2019.

MARQUES, G. S. **Amazônia**: riqueza, degradação e saque. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

OLIVEIRA, D. A.; CORRÊA, A. T.; FILGUEIRAS, G. C.; CARVALHO, A. C. A distribuição espacial do crédito PRONAF no estado do Pará entre 2000 à 2015. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA E RURAL (SOBER), 55., 2017, Santa Maria, RS. **Anais [...]**. Santa Maria, RS: SOBER-UFRGS, 2017. p. 1-20.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 51, p. 113-137, 2010.

POR UMA AMAZÔNIA MÚLTIPLA: RETRATOS DE PLURALIDADE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PAN- AMAZÔNIA- (BRASIL E PERU)

*Maria Ludetana Araújo*²⁶

*Marilena Loureiro da Silva*²⁷

1. Introdução

Este texto resulta de uma pesquisa de pós-doutorado realizada no âmbito do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) com foco nos debates sobre Educação Ambiental (EA) e suas ações na Pan-Amazônia, sob a supervisão da Profa. Dra. Marilena Loureiro da Silva. Problematicamos, especificamente, as relações entre as concepções de Meio Ambiente e Educação Ambiental nos países da Pan-Amazônia (Brasil e Peru), com o objetivo de analisar as relações em torno da presença e das concepções teóricas e metodológicas de Educação Ambiental nos dois países.

Arraes e Videira (2019, p. 101) destacam que os debates sobre a Educação Ambiental emergem “a partir da necessidade em solucionar os problemas ambientais ocasionados por este modelo de desenvolvimento econômico capitalista de natureza predatória e exploratória, portanto, insustentável”. Brasil e Peru foram escolhidos para demonstrar as similaridades e diferenças entre ambos no que se refere à questão das políticas ambientais.

26 Doutora em Filosofia e Ciências da Educação pela Universidade de Madrid. Professora Titular da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: ludetanaaraujo@yahoo.com.br

27 Doutora em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: marilenals@ufpa.br

No caso do Brasil, há uma importância da EA no cenário latino-americano e lusófono desde os anos 1900, ofertando orientações sobre políticas de EA, de modo que, no âmbito da educação formal, já se identificava “a necessidade urgente de se trabalhar o meio ambiente de modo transversal e interdisciplinar” (Arraes; Videira, 2019, p. 106). Por sua vez, o Peru é destaque também na construção da EA nesse mesmo período, o que revela que ambos, em distintas realidades, já se organizavam em prol dos debates sobre essa temática.

Com a finalidade de verificarmos como a Amazônia pode ser uma só, quando falamos em uma só Amazônia é a partir da reflexão dos limites e das potencialidades, dos recursos socioambientais, dos recursos naturais, que, no seu todo, possuem similitudes, mas há diferenças. Quando defendemos uma só Amazônia, queremos dizer que todos devem ter os mesmos privilégios, as mesmas oportunidades de se desenvolver socialmente de forma justa e prudente no uso de seus recursos naturais e a proteção de suas populações, que são diversas e precisam ser respeitadas. Entendemos que a Amazonia é múltipla, que são realidades diversas, mas com peculiaridades distintas e que devem ser consideradas, com vistas à integração regional. Assim, o texto tem por objetivo analisar como Brasil e Peru podem promover questões ambientais para falarmos de uma Amazônia múltipla.

Aragón (2018) destaca que a Amazônia é objeto de disputa de vários países em função de suas riquezas naturais, geográficas e espaciais, o que pode ser identificado por meio das múltiplas “Amazônias”, mas alguns fatores, como os aspectos sociais, em especial, podem possuir similaridades, considerando que somos parte de uma mesma nação que transita entre os países que fazem parte desta região.

Este trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica, que, segundo Gil (2002), ocorre por meio de uma análise de materiais já elaborados sobre o tema abordado, como documentos, artigos científicos e livros, permitindo ao pesquisador o acesso a uma gama de fenômenos mais ampla.

No que refere à Amazônia brasileira, os achados de Andrade e Gómez (2016) revelam que, historicamente, esta região é vítima de um relativo sequestro de suas riquezas naturais e silenciamento das pessoas com seus saberes locais.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Por sua vez, Santos *et al.* (2024) destacam que a EA é uma ferramenta necessária para a implementação de políticas públicas em todas as suas dimensões, como saúde, educação e saneamento, tendo em vista que a Amazônia possui demandas próprias que devem ser consideradas na sua singularidade, sem esquecer sua dimensão internacional.

Outra pesquisa relevante sobre esta região é a de Santos (2022), que, ao analisar a relação educação e desenvolvimento, constatou que a EA na Amazônia brasileira é usada para os interesses do sistema capitalista, esporadicamente, em grandes projetos, como a Usina de Belo Monte, em Altamira-PA, e de forma fragmentada, sob a égide da sustentabilidade, que é um conceito ambíguo modificado por distintos grupos dependendo de seus interesses.

Já em relação à realidade peruana, destaca-se o estudo de Flores (2019) sobre a EA em uma comunidade ribeirinha, a qual faz o uso extrativista do “aguaje”, nome conhecido no Peru, e do “buruti”, tal como conhecido no Brasil, revelando os avanços econômicos para essa realidade a partir do aprendizado em questões ambientais.

Outra pesquisa relevante é a de Dias e Feijoo (2022), que analisaram teses e dissertações sobre EA na América Latina com destaque para Honduras, Brasil e Peru. Os autores constataram que em muitos dos trabalhos levantados a temática da EA é esvaziada, dada a sua relação indireta a outras áreas do saber.

Essas pesquisas sobre a realidade de Brasil e Peru nos dão alguns subsídios teóricos para analisarmos meandros da EA nas duas realidades. Além disso, entre as principais bases estão Aragón (2018), que nos permite elucidar as questões da internacionalização da Amazônia e como as múltiplas ações podem convergir para o interesse do mundo por esse território com riquezas naturais que interessam à economia e às questões geográficas.

Dessa forma, o texto conta com esta introdução e mais duas seções. Na primeira, abordamos algumas diferenças que se entrelaçam no cenário internacional referente às diferentes “Amazônias”, sobre suas riquezas e potencialidades. Na segunda, fazemos algumas comparações em relação à EA no Brasil e no Peru. Por fim, as considerações sintetizam nossas análises.

2. Amazônias: diferenças que se entrelaçam no cenário internacional

Santos *et al.* (2024) salientam que no cenário internacional a Amazônia é um bioma disputado por diversas nações em função de suas potencialidades. Áreas do conhecimento, como geografia, saúde e educação, utilizam os elementos desta região para fazerem análises de seus fenômenos, o que revela que a região permeia distintas áreas, ainda que muitas não sejam analisadas na sua totalidade, com foco amazônico, posto que se fala em Amazônia sem conhecê-la teórica e fisicamente.

Estando no centro dos debates globais, a Amazônia como um grande bioma comporta riquezas naturais, genéticas, paisagísticas e recursos que as diferenciam de outros biomas, tecendo olhares sobre seus benefícios e potencialidades para o desenvolvimento e subsistência da humanidade, envolvendo disputas e conflitos em escala regionais e globais (Aragón, 2018).

A região amazônica é conhecida por várias denominações, como Pan-Amazônia, Amazônia continental, Amazônia sul-americana e Grande Amazônia. Esses termos são utilizados para se referir à extensão territorial que abrange diversos países sul-americanos, que incluem a Colômbia, Peru, Venezuela, Equador, Bolívia, as Guianas e o Suriname. Esse conjunto de nações integra a Pan-Amazônia, tão cobiçada geograficamente e pelas possibilidades de utilizar as riquezas naturais e o meio ambiente para fazer negócios distintos, como agronegócios e utilização das riquezas naturais (Aragón, 2018).

Considerado o maior bioma do mundo, possui uma área de 7 milhões e meio de km² quando somadas as áreas de todas as divisões administrativas que a integram, sendo 67,98% e 10,14% referentes às maiores superfícies distribuídas entre as nações, correspondendo, respectivamente, aos territórios brasileiro e peruano. Assim, a população que habita esse território está distribuída entre os 1.200 municípios ou em áreas similares, concentradas na Amazônia brasileira ao equivalente a 73,48%; e na Amazônia peruana expressa em 13,37%, como afirma Aragón (2018).

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

O compartilhamento entre os nove países que integram esta insigne territorialidade alude a dimensão internacional da Amazônia em nível regional (Aragón, 2018). Essa ilustre região é singularizada por políticas de interesses nacionais de cada nação, desvalorizando a conexão do território como um todo, em que se compreende a pluralidade da Amazônia enquanto politicamente distinta entre suas divisões territoriais.

Mesmo sob as divisões políticas e administrativas de cada soberania, esta ainda se compreende como uma só região. A desvalorização do diálogo e cooperação entre os demais países da Pan-Amazônia impõe desafios na gestão dos recursos e materiais disponíveis nessas áreas, bem como a conservação da qualidade ambiental e seu desenvolvimento, provendo impactos que procedem da criação de políticas individualistas em que se observam os efeitos nos sistemas de fluxos naturais que interligam toda essa região. No caso do Brasil, por exemplo, já há um destaque internacional sobre suas ações em torno da EA, com conferências desde os anos 1900 e a introdução da temática nos currículos da educação formal (Arraes; Videira, 2019).

Vista por interesses multinacionais como um ecossistema potencialmente econômico que detém riquezas e diversidades naturais a serem exploradas, alimenta-se a ideia externa do “vazio demográfico” (mito do vazio amazônico), instigando as oportunas pretensões de potências internacionais sobre esta região e impondo condições de vulnerabilidade ao seu espaço e às sociedades e povos amazônicas que, muitas vezes, são explorados e não possuem retorno em nenhum aspecto (Santos *et al.*, 2024).

No Brasil, o critério político-administrativo delimita a Amazônia Legal como parte territorial dos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, compondo a Amazônia Ocidental, enquanto os estados do Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso, compõem a Amazônia Oriental.

Conforme Porto-Gonçalves (2005), a Amazônia se transformou em um cenário de tensões e conflitos, sendo o foco dos debates globais de interesses que hoje não se restringem apenas aos gabinetes diplomáticos e empresas multinacionais, mas que se expandem e envolvem os movimentos ambientalistas, líderes comunitários e sindicais.

Trata-se de debates envolvidos por lutas e resistências, de um povo que existe e resiste às pressões da internacionalização e exploração amazônica. Nesse particular, países e organizações sociais encontram forças para apoiar as lutas dos povos amazônicos e discutir o futuro da região, indo contra a ideia do vazio amazônico, pois, “desde qualquer critério, a população que habita a região é nada desprezível” (Aragón, 2018, p. 21).

Os discursos nos embates contemporâneos sobre o futuro da Amazônia revelam resquícios do passado voltados à cobiça pela exploração do potencial econômico desta região. Alicerçado nos slogans e no discurso nacionalista de “Integrar para não entregar”, o próprio governo brasileiro, perante o regime ditatorial, assegurou os investimentos de empresas transnacionais na Amazônia brasileira, tornando o capital estrangeiro investido mais presente na região, como relata Porto-Gonçalves (2005).

Assim é observada uma Amazônia já internacionalizada, rodeadas de embates e conflitos, em raciocínios maniqueístas que dividem ideias sobre o futuro incerto quanto ao uso produtivo, econômico e extrativista do potencial amazônico em projetos desenvolvimentistas e sua relação junto às questões socioambientais, que conflitam ideias pautadas nas lutas e movimentos ambientalistas sobre a importância da Amazônia como um bem para toda a humanidade (Porto-Gonçalves, 2005).

Nesse viés, percebemos como não podemos falar em um só Amazônia do ponto de vista geográfico, cultural e populacional, posto que são múltiplas, mas deve ser única em suas perspectivas emancipatórias e de oportunidades para seus povos. Isso, por sua vez, pode ser efetuado por meio da EA, que, para nós, deve ser permanentemente processual, mesmo que se aumente cada vez mais o número de sujeitos que pensem a Amazônia e a EA com mais carinho e comprometimento, independente da localidade que apresente as bases legais como operacionalizações, já que é sempre uma imersão. Logo, é necessário.

3. EA no Brasil e no Peru: limites e possibilidades

Ao falarmos mesmo que de forma breve sobre EA no Brasil e no Peru é necessário entendermos o que vem sendo discutido sobre essas realidades e como será executado neste tópico do texto.

Em relação à realidade brasileira, utilizamos as pesquisas de Santos *et al.* (2024), Santos (2022) e Andrade e Gómez (2016) e compreendemos como a Amazônia brasileira está no centro de distintos debates em torno do desenvolvimento, da economia, da educação, da saúde e outras, sempre de forma transversal, mas sem a devida compreensão crítica da área. Utiliza-se a EA no Brasil como modismo para o mundo e pouco se destaca das reais riquezas materializadas em pessoas que fazem desta região uma área única no mundo.

Mesmo que o Brasil tenha avançado nos debates sobre EA desde os anos 1990 em função do aspecto legal e das conferências, os resultados atualmente não são animadores, pois os problemas da Amazônia ainda não são vistos a partir de uma EA que entenda as singularidades locais, uma vez que ocorre a exploração da área e pouco se deixa de retorno.

Dessa maneira, a Amazônia peruana também teve avanços em relação à EA desde os anos 1990, o que revela que em nível global Brasil e Peru possuem sintonia sobre o tema. As pesquisas de Flores (2019) e Diaz e Feijoo (2022), respectivamente, destacam que a Amazônia peruana possui comunidades locais que avançam economicamente, explorando de forma sustentável riquezas naturais e que alguns problemas de EA no País, segundo as teses de doutorado, estão ligadas à falta de conhecimento teórico sobre o tema.

Paixão e Silva (2019) destacam que os debates sobre Educação Ambiental, historicamente, sofrem efeitos das lutas de classes e das condições econômicas de cada realidade, o que pode variar dependendo das condições das legislações aprovadas e de como ela é compreendida como política pública em cada realidade. Assim, os autores destacam que:

A educação ambiental tem se proposto e se legitimado como uma prática educativa primordial para a construção de uma sociedade igualitária e de um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Tal legitimação é fruto das lutas empreendidas pelos movimentos sociais que questionam o modelo dominante de organização da sociedade (Paixão; Silva, 2019, p. 95).

Nesse viés, entendemos que a EA pode e deve fazer parte dos processos educativos de todos os países quando consideramos que deveríamos ser uma só Amazônia, com um povo rico de diversidade e que pode utilizar os meios naturais disponíveis para o progresso da sociedade de forma racional e humanamente defensora da natureza, porém, temos as diferenças geográficas, econômicas, culturas e de riquezas naturais que muitas vezes nos colocam como opositores em nome de um dito progresso e desenvolvimento social.

Dentre os países que compõem a América do Sul, o Brasil é o que possui maior extensão territorial com uma área de 8.510.000 km², abrangendo quase metade do continente sul-americano. Sendo o 5º maior país do globo, conforme o Ministério das Relações Exteriores, sua pluralidade se materializa na cultura única dos estados que o compõem e na sua multiplicidade étnica racial (Quais [...], 2024).

Dividido entre as 26 Unidades Federativas brasileiras, comporta uma rica diversidade em fauna e flora características de seus biomas, tais como a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, o Cerrado, a Caatinga, a Mata dos Cocais, a Mata de Araucárias e os Pampas. Ademais, expressa uma economia diversificada, atravessando os diferentes setores da sociedade, sendo um dos maiores exportadores de *commodities* agrícolas do mundo, como carne e soja (Quais [...], 2024).

Na realidade do Peru podem ser identificadas ações que nos permitem analisar como se sucede a EA no país. No que diz respeito à política de gestão de resíduos sólidos, a Lei nº 27.314, de 10 de julho de 2000, estabelece a sociedade como um todo, responsável pelo manejo e descarte adequado dos resíduos sólidos, tendo como máxima seus princípios de minimização. Assim descrito na referida lei:

Esta Lei estabelece direitos, obrigações, competências e responsabilidades da sociedade como um todo, para garantir a gestão e o manejo adequado, sanitário e ambiental dos resíduos sólidos, observados os princípios da minimização, prevenção de riscos ambientais e proteção da saúde e do bem-estar, da pessoa humana (Peru, 2000, p. 1, tradução nossa).

Para seu funcionamento, a lei dispõe de vários órgãos responsáveis por sua articulação. Lima, Silva e Falcão (2024) destacam a Dirección General de Salud Ambiental (DIGESA) na lei peruana, “sobre a qual recai quase todas as responsabilidades, além de aprovar boa parte das decisões que normatizam e regem a referida lei, como por exemplo, o poder de aprovar os projetos de infraestrutura de tratamento e disposição final de resíduos sólidos” (Lima; Silva; Falcão, 2024, p. 63).

No ano de 2023, durante a Cúpula da Amazônia, foi assinada por entidades globais representantes de países como Brasil, Peru, Colômbia, Equador, Guiana, Suriname e Venezuela, a Declaração de Belém pela Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Conforme o documento:

A OTCA é a única instância de coordenação intergovernamental dos oito países amazônicos para o desenvolvimento conjunto de projetos e ações que produzam resultados equitativos e benéficos para os países amazônicos, em razão de sua institucionalidade, do seu amplo conhecimento da região e da relevante experiência de sua Secretaria Permanente na coordenação do diálogo e na execução de iniciativas de cooperação para o desenvolvimento (OTCA, 2023, p. 7).

Assim, a Declaração de Belém (OTCA, 2023) tem como objetivo articular ações entre as entidades globais para o avanço de uma nova agenda comum de cooperação na Amazônia, que seja implementada sob a égide do desenvolvimento sustentável, da conservação e do uso sustentável da biodiversidade, das florestas e da água, da ação urgente para evitar o ponto de não retorno na Amazônia. Trata, ainda, do combate ao desmatamento e às atividades ilegais na região, do desenvolvimento econômico com inclusão social e geração de renda e emprego, com base em mecanismos de participação social, em especial dos povos indígenas, comunidades locais e tradicionais, bem como do fortalecimento da OTCA.

Entretanto, segundo Fearnside (2023), os resultados da declaração são decepcionantes, visto que não foram formuladas metas para a interrupção do desmatamento ilegal e, menos ainda, para limitar o desmatamento legal, não havendo um acordo direcionado ao encerramento da extração de petróleo, haja vista que tais fatores são decisivos para o controle das mudanças climáticas que acometem o planeta.

Ademais, na cidade de Ica, no Peru, Oliveira (2018) destacou que, a partir de um voluntariado social pelo projeto “EcoChange”, houve a elaboração de práticas de EA decorrentes das necessidades observadas no ambiente escolar de ensino fundamental. Foram identificadas práticas inadequadas quanto à disposição de resíduos dentro e fora de sala, a partir de uma análise em conjunto com a gestão, momento em que foi observada a necessidade de uma EA mais efetiva e centrada no contexto local. Desse modo, segundo Oliveira (2018), foram ofertadas: “Às sessões de educação ambiental realizadas em classe, seria também elaborado um jardim vertical com materiais reutilizados da escola, uma renovação dos lixeiros e trabalhos grupais com os alunos para a exposição de seus questionamentos inerentes ao meio ambiente” (Oliveira, 2018, p. 03).

Assim, Oliveira (2018) aponta que:

A estratégia possibilitou o contato direto do indivíduo com alguns conteúdos específicos do meio ambiente, muitos deles até então desconhecidos ou ignorados. Concebeu oportunidade para refletir o assunto trabalhado, permitindo o desencadeamento de novos questionamentos. Concomitantemente aos diálogos explicativos com os alunos, foi explanado pelo autor as propostas de intervenção nos domínios da instituição (Oliveira, 2018, p. 03).

Flores (2019) buscou identificar possíveis ações de EA na comunidade de Parinari, no Peru, devido às ações sustentáveis atípicas da população com o manejo do Buriti, visto que “as atuais práticas de coleta do “buriti” estão esgotando a espécie e os ambientes naturais (buritizais) da palmeira, como se evidenciam comunidades nas quais as formas de coleta estão se tornando destrutivas (corte das palmeiras)” (Flores, 2019, p. 13). Sua pesquisa se deu por meio de entrevistas semiestruturadas para entender a percepção da comunidade sobre sua relação com o meio ambiente.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Desse modo, seu trabalho identificou ações de EA não formal por parte da comunidade, que promovem a manutenção da biodiversidade e influenciam diretamente na subsistência dos atores locais, por meio de práticas sustentáveis de extração e manejo do Buriti, principal atividade econômica da comunidade.

Dias e Feijoo (2022), por sua vez, denunciam que as produções acadêmicas dentro da área da EA tendem prevalecer a ser interdisciplinares e multidisciplinares. Os autores destacam que esse fato decorre do alcance dialógico que permite uma ampla articulação com diferentes áreas do conhecimento e um esvaziamento discursivo de conceitos e conhecimentos que descaracterizam a área.

Logo, a partir de suas investigações acadêmicas, tais apontamentos podem possuir diferentes configurações, tanto por decorrência de uma teoria que tem pouca integração com outras disciplinas quanto como produto de um método de pesquisa que não explora outras alternativas para gerar conhecimento.

Contudo, na realidade brasileira, o grande salto quanto às políticas de EA fora instituído na Lei nº 9.795/1999, assegurando que:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Brasil, 1999, art. 1º).

A Lei nº 9.795/1999 assevera que é dever do Estado promover ações de EA em todos os níveis de ensino, além de incumbir, também, as instituições educativas a promover a EA em sintonia com os programas que desenvolvem. Concomitantemente com a legislação brasileira, a EA é dever intersetorial que inclui toda a sociedade para a sua efetivação, “devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (Brasil, 1999, art. 2º).

Já no que diz respeito à Constituição Brasileira, temos o seguinte: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Brasil, 1988, art. 225). Verificamos, portanto, que a Carta Magna assegura a EA como um projeto de Estado que deve beneficiar a toda a população brasileira. Além disso, e com o intuito de melhorar a qualidade da educação no país, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação em 1996, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com as versões de 2017 e 2018 para a Educação Infantil e Ensino Fundamental e Ensino Médio, respectivamente.

Os documentos são direcionados para a organização da educação formal, o que faz com a EA nas escolas e universidades tenha um papel de destaque na medida em que deve ser trabalhada de forma transversal. Segundo Branco, Royer e Branco (2018, p. 13):

É importante destacar que, em consonância com a Lei nº 9.394/1996 (LDB), a Base Nacional Comum Curricular será um documento de caráter normativo, cujo objetivo principal é estabelecer um conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais, indicando conhecimentos e competências que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da Educação Básica (Branco; Royer; Branco, 2018, p. 13).

A partir das movimentações internacionais em relação às questões ambientais, Branco, Royer e Branco (2018) destacam que ao longo dos anos a BNCC sofreu mudanças significativas em relação à EA. Em sua primeira versão, diz que entre 302 páginas sequer foi usado o termo educação ambiental. Entretanto, a primeira versão reforça a ideia de preservação, consumismo e sustentabilidade. Na sua segunda versão, há um grande avanço quanto à responsabilização social e toda a prática de conscientização para a qualidade de vida e equidade socioambiental. Porém, em sua terceira versão, modificada em 2017, é perceptível a exclusão do termo educação ambiental e a diminuição expressiva da abordagem do tema para a educação infantil e o ensino fundamental.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Nesse contexto, Educação Ambiental no currículo educacional proporciona refletir sobre práticas sociais, fazendo os professores desempenharem seu papel como mediadores e propulsores de um conhecimento sobre a proposta curricular de forma que os alunos cheguem à compreensão essencial do meio ambiente em sua totalidade, entendendo-se como partícipes desse meio, para que, com isso, seja construída uma sociedade mais equilibrada em suas questões socioambientais (Lima; Claro; Pereira, 2023).

Os autores em referência também apontam a importância da EA nos currículos, enfatizando que a BNCC deixa de fazer tal debate de forma interdisciplinar, sendo que “hoje, na BNCC o termo “Educação Ambiental” é substituído pelo termo “Sustentabilidade”, tratando-se de um instrumento de conscientização em um cunho mais individual, voltada a questões econômicas, políticas e sociais” (Lima; Claro; Pereira, 2023, p. 390). Logo, no Brasil, a Base pode ser considerada um retrocesso para os debates em relação à EA.

Em uma análise macro da América Latina, Pereira, Silva e Ramírez-Sánchez (2022) denunciam que a EA ainda não foi pensada dentro da realidade cada país, de modo a propor e pensar em soluções exequíveis, pois a lógica neoliberal das agendas internacionais utiliza a EA a partir de seus interesses e não a partir do que é necessário fazer para melhorar a vida daqueles que vivem na Pan-Amazônia.

Assim sendo, inferimos que Brasil e Peru possuem distinções de territórios e culturas, o que é natural dentro das múltiplas Amazônia. Como já frisado, nosso anseio por uma só Amazônia deve ser verificado dentro de oportunidades justas para os distintos povos.

4. Considerações Finais

Nas últimas décadas a EA tem-se mostrado como um instrumento indispensável na mudança de um velho paradigma global, fundamentado no desenvolvimento aliado à intensa exploração ambiental e à captação de recursos financeiros por meio de projetos desenvolvimentistas antagônicos à construção de uma sociedade sustentável, herdados dos ciclos revolucionários do avanço industrial.

Desse modo, as relações entre ambiente e sociedade exprimem a urgência da atenção nos debates sobre a promoção da EA centrada na integração de propósitos coletivos, indispensavelmente alinhadas sob o alicerce da sustentabilidade que viabilize o desenvolvimento econômico, social e ambiental no mundo e, em especial, na Pan-Amazônia, observando suas limitações e potencialidades.

Verificadas as políticas implementadas no Brasil e Peru, assemelham-se as propostas voltadas à participação e responsabilidade social na aplicação das exigências legais. Ressalta-se que tais propostas são indispensáveis, visto que ambos os países detêm as maiores partes do território amazônico e que são ocupadas por populações integrantes desta região, sendo estes atores potencialmente relevantes na manutenção e defesa deste grande bioma.

Por fim, é necessário difundir que, apesar dos critérios políticos-administrativos que delimitam a territorialidade da Pan-Amazônia no que configura a sua pluralidade, esta ainda se compreende como uma grande e única região, uma só Amazônia interligada por uma diversidade de rios, fauna e flora.

Por uma só Amazônia significa trabalhar uma Educação Ambiental que atenda as peculiaridades, as diferenças e as igualdades entre os amazônidas, tendo como foco os seus recursos socioambientais, culturais e naturais. As oportunidades devem ser pensadas a partir de um processo permanente e contínuo de Educação Ambiental que atenda a essa diversidade.

Não defendemos o pensamento único e que todos os povos façam as mesmas coisas, porque é na diferença que veremos as ações das políticas públicas que entendem as peculiaridades locais de quem vive nesta grande região e sobrevive dos seus recursos. É um verdadeiro ir e vir das águas, do apanhar os frutos das árvores e que sejam respeitados em suas etnias e suas diferenças.

Referências

ANDRADE, F. M. R.; GÓMEZ, J. A. C. Educação Ambiental na Amazônia brasileira: participação e reclamos sociais em tempos pós-hegemônicos. **Espacios Transnacionales**, Ciudad de Mexico, 2016. Disponível em: https://espaciostransnacionales.xoc.uam.mx/wp-content/uploads/2023/01/ET07_MARLI.pdf. Acesso em: 27 jul. 2024.

ARAGÓN, L. E. A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 21, n. 42, p. 14-33, 2018.

ARRAES, M. C. G. A.; VIDEIRA, M. C. M. C. Breve histórico da Educação Ambiental no Brasil. **Rev. Mult. Psic.**, [s. l.], v. 13, n. 46, p. 101-118, 2019.

BRANCO, E. P.; ROYER, M. R.; BRANCO, A. B. G. A abordagem da Educação Ambiental nos PCNs, nas DCNs e na BNCC. **Nuances**, Presidente Prudente, v. 29, n. 1, p. 185-203, 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 maio. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1999]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 08 mar. 2024.

DIAS, M. R.; FEIJOO, O. C. L. R. O conhecimento escrito sobre Educação Ambiental em Trabalho de pesquisa de Honduras, Peru e Brasil. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 39, n. 3, p. 15-34, set./dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/14878/9930>. Acesso em: 27 jul. 2024.

FEARNSIDE, P. M. As decepções da Cúpula da Amazônia em Belém. *Amazônia Real*, 16 de agosto de 2023. **Amazônia Real**, Belém, 16 ago. 2023. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/as-decepcoes-da-cupula-da-amazonia-em-belem/>. Acesso em: 14 abr. 2024.

FLORES, A. F. **A Educação Ambiental e o uso sustentável de Mauritia Flexuosa “Buriti” na Comunidade de Parinari na Amazônia Peruana**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2019. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/8966/FLORES%2c%20Anthony%20Franco%20Rojas.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 maio 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

LIMA, W. R. X. R.; CLARO, L. C.; PEREIRA, R. A. Onde está a educação ambiental na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)? Análise de uma ausência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. **Revbea**, São Paulo, v. 18, n. 6, p. 373-392, 2023

LIMA, J. S.; SILVA, I. O.; FALCÃO, R. D. Estudo comparativo sobre a legislação de resíduos sólidos nos três países que compreendem a tríplice fronteira amazônica: Brasil, Colômbia e Peru. **Geopolítica Transfronteiriça**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 59-78, 2024.

OLIVEIRA, B. Relato de experiência: O processo de Educação Ambiental pelo Projeto Ecochange em uma Escola na Periferia Da Cidade De Ica/Peru. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE, 6., 2018, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: Congestas/UFPB, 2018. p. 1-10.

OTCA. Declaração de Belém. **OTCA**, [s. l.], out. 2023. Disponível em: <https://otca.org/pt/wp-content/uploads/2023/10/Declaracao-de-Belem.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2024.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

PAIXÃO, F. JR. M.; SILVA, M. A educação ambiental como política pública para gestão integrada dos recursos naturais: um estudo de caso do município de Paragominas no estado do Pará. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 22, p. 93-115, 2019.

PEREIRA, V. A.; SILVA, R. F.; RAMÍREZ-SÁNCHEZ, M. Y. Educação Ambiental popular na América Latina e Caribe e educação para o desenvolvimento sustentável: incongruências e desafios. **Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 92-113, 2022.

PERU. **Lei nº 27.314, de 10 de julho de 2000**. Ley General de Residuos Sólidos. Lima: Congreso de la Republica, [2000]. Disponível em: <https://www.senace.gob.pe/wp-content/uploads/filebase/senacenormativa/NAT-3-6-01-Ley-27314.pdf>. Acesso em: 18 maio 2024.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, amazônias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

QUAIS são os maiores países da América Latina? **National Geographic**, [s. l.], 26 fev. 2024. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/cultura/2024/02/quais-sao-os-maiores-paises-da-america-latina>. Acesso em: 19 jun. 2024.

SANTOS, M. M. C. *et al.* (org.). **Educação Ambiental na Amazônia: realidades e desafios**. Belém: RFB, 2024. Disponível em: https://www.rfbeditora.com/_files/ugd/baca0d_fbc6c39c97a04cfe8e32e5193ecded59.pdf. Acesso em: 27 jul. 2024.

PERCEPÇÃO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA AO PLANEJAMENTO DE PROPOSTAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL: AÇÕES E REFLEXÕES NA VILA DE SANTO ANTÔNIO DO PRATA, IGARAPÉ-AÇU/PA

*Carolina Sozinho da Silva*²⁸

*Rodrigo Fiel Barreto*²⁹

*Valleria de Cássia Tavares da Silva*³⁰

*Marilena Loureiro da Silva*³¹

1. Introdução

Os debates acerca das questões ambientais e suas consequências são recentes, visto as datações das grandes conferências ambientais ocorridas globalmente, como a Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, na Suécia, objetivando dialogar sobre os principais problemas que degradavam o meio ambiente. Porém, os acontecimentos relacionados à crise ambiental que se instalam em nosso planeta são antigos e derivam de diferentes perturbações que desalinham o equilíbrio planetário, sobretudo a partir da sociedade moderna, movida pelo desenvolvimento econômico desenfreado e por uma racionalidade capitalista que geram efeitos/ impactos não somente na natureza, como também socioculturalmente.

28 Mestranda em Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: carolsozinho99@gmail.com

29 Graduando, graduado, mestrando?. E-mail: valleria.c.t.s77@gmail.com

30 Graduanda, graduada, mestranda?. E-mail: rodrigobarreto102@gmail.com

31 Doutora em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: marilenals@ufpa.br

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

O modelo de mundo global vigente (capitalista) é caracterizado por uma racionalidade produtiva exacerbada, cujo intuito pauta-se na expansão progressiva e intensiva à procura de lucratividade, sem compreender as questões sociais e ambientais envolvidas nesses processos. As consequências são vistas e discutidas diariamente, como a intensa desigualdade social, a perda dos valores da humanidade, os inúmeros problemas ambientais, entre outros.

Esse “Sistema-Mundo”, como denominado por I. Wallerstein (1974), é algo imprevisível e sem saída das crises existentes, ou seja, um esgotamento desse sistema econômico será caracterizado pela desordem, decadência e desintegração de nossas sociedades. Com isto, é possível perceber que não enfrentamos somente uma crise da racionalidade, mas uma crise na própria ciência, pois as raízes desses problemas perpassam os teores de pensamento e estão interligadas a problemas econômicos e políticos dominantes.

Portanto, a crise ambiental não deriva somente dos aspectos econômicos, mas da própria vivência e racionalidade vigentes em nossa sociedade. Isso nos leva à reflexão de que a atual conjuntura desse sistema é insustentável por si mesma e sua reprodução só acarreta mais danos e crises socioambientais. Assim, deve-se levar em consideração a busca e a construção de racionalidades alternativas à nossa realidade atual, que levem em conta aspectos da realidade e da vivência dos que sofrem as consequências desse sistema, ou seja, tornar os saberes não acadêmicos e institucionalizados parte importante do processo de construção de um futuro sustentável, além de integrar o desenvolvimento econômico às questões ambientais de forma sustentável.

Estes caminhos precisam ser percorridos por meio de novos desdobramentos do conhecimento sem desconsiderar, contudo, a tomada de consciência por cada ser humano das relações existentes entre a sociedade e o meio ambiente, sobre a importância e a necessidade de essas relações se manterem sustentáveis e agradáveis para ambos.

Cada indivíduo percebe, reage e responde de forma completamente diversa em relação à sua forma de agir com o meio em que o cerca. Vasco e Zakrzewski (2010) afirmam que os estudos de Percepção Ambiental

possuem uma importância para a compreensão das diferentes inter-relações que o meio ambiente e o homem possuem, além de transmitir suas expectativas, condutas, insatisfações e satisfações acerca do espaço, no qual está inserido através de suas vivências.

Dessa maneira, a Percepção Ambiental permite a análise da consciência dos problemas socioambientais enfrentados pela população. A forma mais eficaz de compreender e se entender como parte deste meio ambiente e das consequências graves que este sistema desenfreado, com produtivismo exacerbado, impõe ao planeta é mediante a educação, especificamente da Educação Ambiental.

Assim, a Educação Ambiental coloca-se como uma alternativa viável a esse futuro insustentável para o qual a humanidade vem “caminhando” a passos rápidos, contribuindo grandemente aos debates, metodologias e ações que viabilizem o despertar de consciência ambiental frente aos problemas do meio ambiente e que estimulem a sociedade a repensar, revalorizar e reproduzir ações para a sua própria melhoria, visando um futuro sustentável.

Desse modo, constrói-se um fator primordial na análise da Percepção Ambiental da população perante as questões ambientais, o que se constitui um importante instrumento na elaboração de projetos voltados à Educação Ambiental, podendo propor práticas de ações mais específicas voltadas à resolução desses problemas que sejam executadas coletivamente.

2. Crise ambiental e a formação de novas racionalidades

A humanidade, através da história, sempre tentou modificar o meio ambiente onde vive, a fim de saciar suas necessidades e de sua comunidade como um todo. Porém, tais modificações terrestres começaram a causar, cada vez mais, problemas ambientais, visto que o caráter exploratório exacerbado causa agressões ao meio ambiente, já que os recursos naturais não se regeneram na mesma velocidade com que acontecem essas retiradas. Essas modificações são embasadas principalmente em um sistema econômico de alta exploração, não somente da natureza, mas do ser humano, causando problemas socioambientais e o comprometimento da saúde do planeta para as próximas gerações.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

O capitalismo se caracteriza como um sistema político-econômico com início no fim do século XVIII, impulsionado pela Revolução Industrial, e seu principal objetivo é a acumulação de capital com o menor esforço em um curto período. Isso atribui a ele diferentes tipos de relações sociais na atualidade, visto a sua expansão por meio da globalização iniciada em meados da década de 1970, e que foi o “ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista” (Santos, 2006, p. 22).

Assim, com seu expansionismo global, através do uso de diferentes tecnologias de comunicação, criou-se um sistema unificado de técnicas e a internacionalização deste capital. Contudo, esse sistema opera de forma desigual e combinada, pois hierarquiza seus países de acordo com seus respectivos desenvolvimentos econômicos e tecnológicos, separando, então, os territórios centrais dos territórios periféricos. Eleva-se, dessa forma, as desigualdades sociais e econômicas já anteriormente existentes no mundo e, conseqüentemente, gera exploração de recursos naturais a níveis altíssimos, sobretudo nos países considerados periféricos, que, na maioria das vezes, vivem dessas economias exploratórias.

Nesse sentido, não podemos entender o desenvolvimento do capital como algo ao alcance de todos, em virtude das estruturas existentes que não conseguem ser perpassadas, tanto em caráter econômico quanto científico, dado que as vias de conhecimento derivam continuamente de lugares privilegiados, abarrotados de eurocentrismos e etnocentrismos que, de tal forma, tornam-se vigentes e paradigmáticos por sua força econômica e política de explicação da realidade, em detrimento do conhecimento obscurecido e subjugado por essas centralidades.

Em tempos de crises podemos visualizar essas insustentabilidades existentes no sistema. Um exemplo recente foi o colapso ambiental experienciado pela pandemia de COVID-19, uma vez que, enquanto o mundo estava em crise sanitária e humanitária e fomos obrigados a parar, logo em um mundo “imparável”, a natureza nos trouxe respostas de “respiros”, com a melhoria da qualidade do ar, das águas, das florestas, ocasionado pela não exploração desses recursos por um longo período. Porém, essas insustentabilidades podem ser vistas de outros ângulos, pela utilização desse tempo de “resguardo” para a maior lucratividade, por exemplo.

As nações entraram em colapso sanitário, ambiental, social e econômico, como no caso brasileiro, e mesmo assim, nas condições de calamidade diante dos nossos olhos, setores enriqueciam e detinham seus melhores resultados em anos. Segundo dados do Ministério da Economia, o setor minerador brasileiro obteve faturamento de 37,6% a mais durante a pandemia de COVID-19 (Angelo, 2020). Essas taxas foram alcançadas devido ao apoio do governo de então, colocando esta como atividade essencial. Isso também pode ser acrescido pelas diversas horas trabalhadas pelos colaboradores das mineradoras que não foram dispensados durante a pandemia, trabalhando normalmente mesmo com os números de adoecidos e óbitos crescendo disparadamente em cidades como Parauapebas-PA (maior projeto de exportação de minério do mundo).

Nessa busca por uma nova forma do saber científico, por novas racionalidades, encontram-se diferentes conceituações e autores que discutem em uma perspectiva decolonial. Romão (2018), por sua vez, fala de “razões alternativas”, como sendo uma razão-síntese, aberta a diferentes tipos de racionalidades, referente a outros paradigmas científicos e teorias do conhecimento de outras sociedades, preferencialmente aquelas advindas das visões oprimidas, silenciadas e subalternizadas na história do conhecimento. O autor demonstra que as “razões alternativas” não são meramente alternativas por entrarem em oposição ao vigente, mas por proporem uma nova forma de paradigma de ciência e da forma de se pensar, posto que a pós-modernidade ainda não conseguiu alcançar um êxito eficiente de transpor os ideais modernos, obtendo-se, assim, visões multidimensionais da racionalidade.

Enrique Leff (2009), ademais, conceitua o saber ambiental como uma base alternativa viável contra esta racionalidade produtiva vigente, caracterizado pela união de conhecimentos empíricos e racionais das sociedades que valoriza os saberes naturais de povos. Reafirma, desse modo, os seres no tempo e na história, sem a sua invisibilização. Assim, o saber ambiental é mais e maior do que um método científico, pois procura se atentar sobre questões que a ciência tradicional não abarca, e não dá o seu devido valor.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Acrescenta-se que esse saber não é baseado somente na multidisciplinaridade, mas sim no saber do ser, na essência do ser, do que ele é feito e constituído. Por estar em meio a uma infinita variedade de conhecimentos alternativos e sociedades, Leff (2009) o considera assim como uma complexidade ambiental, que rompe as bases unidirecionais, unidimensionais e homogêneas do saber científico, dando libertação racional aos seus indivíduos na criação de novas racionalidades e de apropriação do seu entorno, não somente da relação com a natureza, mas consigo e com os outros, abrindo leques de racionalidades ambientais diversificadas; algo que, também, obtém novos desdobramentos, como a Pedagogia da Complexidade Ambiental.

A referida Pedagogia da Complexidade Ambiental se baseia na imaginação criativa e na vida futura, de prospecção de uma utopia, na construção de novos saberes, de uma nova racionalidade. Leva em consideração diferentes potenciais da natureza, da ação solidária e do desejo, construindo-se para a formação de novos pensamentos, realidades e vivências baseadas na sustentação do nosso futuro. Apresenta-se, assim, uma nova forma de se pensar, para uma educação de convivência e enfrentamento do nosso futuro, de forma saudável e com novas alternativas viáveis à sua preservação e à utilização dos seus recursos, sem esquecer sua criticidade e a não multidisciplinaridade segregadora e homogênea.

Nesse particular, chama-se a atenção para a utilização da Educação Ambiental, que dá base para a formação do *ser ao ser*, ou seja, o ser humano se encontrando em si mesmo e abrindo possibilidades ao outro para a formação e abertura de novas sustentabilidades: “A educação ambiental é o processo dialógico que fertiliza o real e abre as possibilidades para que se chegue a ser o que ainda não se é” (Leff, 2009, p. 23), ou seja, como inovação de aberturas de conhecimentos interiores e exteriores ao indivíduo.

Com essas contribuições, podemos entender que essas visões multilaterais, dinâmicas e horizontais modificam as razões hegemônicas vigentes no mundo atual, alterando, assim, as formas que nós pensamos academicamente e em nosso cotidiano, principalmente no que se refere a como entendemos e nos relacionamos com o meio ambiente. Nesse quesito, discute-se a importância da Educação Ambiental e da Percepção Ambiental na construção de uma nova realidade e de uma

nova racionalidade ambiental, constituída por diferentes tipos de complexidades, visto que ela não é baseada somente no saber individual de diferentes culturas, mas na apropriação de seu entorno, de sua natureza interna, externa e da relação com outros indivíduos nesta construção.

Em um mundo capitalista, onde todas as coisas se transformam em mercadoria e existe uma hierarquização de nações, baseada no poder econômico e na capacidade produtiva, o pensamento se caracteriza em bases modeladoras de paradigmas da ciência tradicional, homogeneizadora e multidirecional do sistema-mundo vigente em nossos cotidianos, que é segregador e pessimista do ponto de vista de prospecção do futuro, sem soluções viáveis e muito menos sustentáveis aos limites planetários em que vivemos.

Nessa perspectiva, a percepção ambiental e educação ambiental viabilizam a formação dos indivíduos e os tornam aptos às racionalidades ambientais, passando por cima de seus próprios obstáculos pessoais, sendo este o maior desafio da educação na atualidade: o da responsabilidade com o futuro.

3. Percepção ambiental e a educação ambiental

O termo “Percepção Ambiental” se enquadra em diferentes conceituações, perpassando por diversas áreas do conhecimento científico, da psicologia à arquitetura. Nesse sentido, busca-se retratá-la neste estudo como sendo, primeiramente, o entendimento das relações existentes entre o ser humano e o meio ambiente, e de que forma cada indivíduo o trata e o interpreta em suas formulações de vivência com o meio ambiente, como o utiliza e o percebe, através dos órgãos dos sentidos e das assertivas impostas pelo coletivo no espaço, onde o indivíduo está inserido.

Ou seja, o mundo é visto de acordo com os pensamentos abstratos, culturais, ritualísticos, de crenças etc. de cada pessoa. Nisso, o estudo da Percepção Ambiental deve buscar não somente o entendimento dessas relações, mas promover a conscientização e a compreensão de cada indivíduo acerca da importância dos agentes participantes do ambiente ao seu redor: “Os estudos da percepção ambiental são de fundamental importância para compreender as inter-relações entre o homem e o ambiente, suas expectativas, anseios, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas em relação ao espaço onde está inserido” (Vasco; Zakrzewski, 2010, p. 18).

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

A percepção individual ocorre de diferentes formas e determina uma sensação. Primeiramente, para termos essas sensações necessitamos dos órgãos dos sentidos: visão, tato, paladar, audição e olfato, que geram estímulos e são decodificados no cérebro e transformados em sensações. Após isso, há a associação da nossa realidade no campo das atividades cerebrais, construindo-se uma ideia, uma imagem, logo, a paisagem.

Segundo Milton Santos (1988), a paisagem se caracteriza como tudo aquilo que nossa visão abarca, por tudo que seja visível aos nossos olhos, porém não é somente isto, mas engloba os movimentos, sons, odores etc. Por meio dos objetos e relações sociais, produzem-se imagens simbólicas que compõem a paisagem e são a estruturação lógica da realidade de cada indivíduo. Essas imagens direcionam o entendimento do mundo de cada um.

A paisagem seria um retrato da realidade vista sob diferentes ângulos, estando relacionada às experiências, aspectos socioambientais, personalidade, fatores genéticos, entre outros. Porém, esses sentidos devem ser estimulados para que se alcance um melhor rendimento em respostas, pois um sentido aguçado tem percepções além do que a maioria possa entender. Ademais, o ser humano age conforme seu pensamento, o que significa dizer que a relevância e a importância de um assunto só serão entendidas se tivermos afeições reais, de vivência, com o que está sendo apresentado.

Nesse sentido, a Educação Ambiental tem seu papel atuante por meio do ensinamento prévio desses sentidos na análise do meio ambiente, com o intuito de provocar respostas mais eficazes desses indivíduos para o com seu entorno. Assim, sendo utilizada como um instrumento base da educação ambiental, a percepção ambiental acaba interligando as realidades dos sujeitos, despertando o respeito, o cuidado e o sentimento de pertencimento ao meio ambiente.

A Educação Ambiental tem como uma das suas principais funções a formação de cidadãos conscientes com a realidade que os cercam, averiguando causas e consequências nas ações coletivas referentes às questões socioambientais, tanto locais como globais, atuando no comprometimento de tomada de ações sustentáveis à vida, sociedade, ao bem coletivo e ao planeta.

A humanidade sempre esteve inserida no meio ambiente e esta associação tem perdido sentido na percepção humana devido às paisagens atuais terem sido intensamente modificadas pela ação antrópica. Isto é um fato a ser trabalhado, pois as associações cognitivas de meio ambiente sempre estão atreladas somente ao externo, como, por exemplo, as árvores, os animais e os corpos hídricos. Dessa forma, é fundamental que o ambiente seja entendido e trabalhado de forma integrada, e não apenas associado a aspectos naturais, uma vez que isto interfere na percepção do indivíduo sobre seu papel atuante no meio ambiente.

A Política Nacional de Educação Ambiental, instituída pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 (Brasil, 1999), considera a EA um componente indispensável e definitivo dentro da educação nacional em todos os níveis de modalidade do processo educativo, de caráter formal ou informal, atuando de forma articulada e interdisciplinar com diferentes escalas de compreensão e intervenção. Isto é relevante dentro do contexto das diversas relações existentes entre sociedade- natureza e, do ponto de vista da democratização do acesso à informação, levando em consideração não somente o saber institucionalizado (formal), mas o saber popular ou saber ambiental, de caráter não formal de construção do conhecimento.

Portanto, por ser tratar de uma temática interdisciplinar e proporcionar a participação efetiva da comunidade, deve-se pensar ações pedagógicas de educação ambiental que possam integrar as crenças, atitudes e valores ambientais na construção de novas ações, como em questões socioambientais da sua comunidade, visando sempre a construção de uma percepção clara e objetiva dos indivíduos perante os aspectos naturais e antrópicos, bem como das funções destes no meio ambiente, além da importância da sua preservação e conservação.

Nesse contexto, a educação ambiental procura a integração participativa da população na elaboração de diagnósticos e prognósticos às questões socioambientais que afligem o seu entorno, na busca de soluções e atitudes viáveis à sua realidade. Essas atitudes e soluções devem ser discutidas, escolhidas e mantidas coletivamente, instituindo-se um elo entre os indivíduos, e não somente pelo caráter pessoal.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Além do mais, a construção de valores ambientais se apresenta como uma parte importante no desenvolvimento da personalidade do indivíduo, na formação da hierarquização de saberes, determinando suas condutas e atitudes em sociedade (Serpe; Rosso; Camargo, 2011).

A Educação Ambiental não possui objetivos, apenas de valores universais, visto que são, majoritariamente, de interesses de grupos dominantes. Mas, busca compreender processos por meio dos quais o indivíduo constrói a coletividade, através dos valores sociais, habilidades, atitudes e competências favoráveis à sustentabilidade global, à justiça social e à preservação da vida (Brasil, 1999; Loureiro; Cunha, 2008). Desta maneira, há a apropriação das conceituações e o entendimento da Percepção Ambiental como um instrumento fornecedor de tais informações, da compreensão do que pensam e de como vivem as pessoas, culturas, necessidades e lugares para a elaboração de oficinas, palestras e minicursos voltados às práticas em Educação Ambiental.

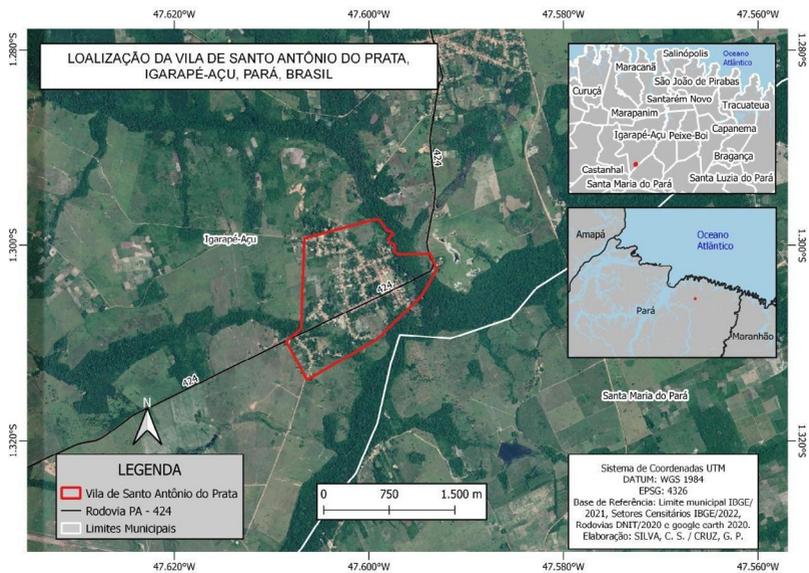
As propostas em Educação Ambiental visam aproximar as pessoas de suas problemáticas, gerando empatia e engajamento sobre as questões ambientais. Assim como, objetiva formar cidadãos críticos, capazes de interagir e influenciar em/desde suas respectivas realidades, na perspectiva de um mundo mais sustentável.

Assim, este trabalho relata a elaboração e o desenvolvimento de uma Oficina em Educação Ambiental realizada na Vila de Santo Antônio do Prata, Igarapé-Açu-PA, por estudantes de graduação da disciplina optativa “Educação Ambiental, Sociedade e Meio Ambiente na Amazônia: aspectos teóricos e metodológicos”, ofertada pelo NAEA/UFGA. O objetivo foi analisar as percepções dos participantes sobre as temáticas ambientais e facilitar o desenvolvimento do aprendizado com práticas pedagógicas.

4. Oficina de educação ambiental na vila de santo Antônio do Prata - Igarapé-Açu/PA

Este trabalho foi desenvolvido na Vila de Santo Antônio do Prata, que está situada no município de Igarapé-Açu, no nordeste do estado do Pará, a 110 km de Belém (Mapa 1). A Vila foi criada no ano de 1924, como “Colônia do Prata”, por, anteriormente, ter sido um Núcleo Colonial associado a dois Educandários com foco em crianças indígenas. Posteriormente, essas instituições foram substituídas por um Centro Correlacional e por um Leprosário (Lopes, 2019). Esta vila foi marcada pela segregação e violação de direitos humanos de pessoas atingidas pela hanseníase.

Mapa 1: Localização da Vila de Santo Antônio do Prata, Igarapé-Açu/PA



Fonte: IBGE, 2021, 2022; DNIT, 2020; Google Earth, 2020| **Organização:** Silva, C. S.; Cruz, G.P, 2022.

O local efetivo da aplicação da Oficina em Educação Ambiental foi na Associação Umbandista Mãe Dinair, onde opera uma escola de reforço para as crianças da Vila. Visa-se, ali, uma Educação Ambiental

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

na prática, tendo sido realizadas diferentes atividades com os participantes, no intuito de analisar as percepções sobre as questões ambientais dos habitantes dessa comunidade e agregar diferentes conhecimentos científicos (atribuídos aos estudantes de graduação organizadores da oficina) e somá-los aos saberes e vivências das crianças e adolescentes participantes. Como Leff (2009) afirma, somos seres ambientais com nossos saberes, nossos conhecimentos dentro da história, e precisamos do entendimento de todos os tipos desses saberes para apreender o real da existência com alteridade.

A Oficina de Educação Ambiental foi abordada em três momentos distintos. Acerca das dinâmicas educacionais, iniciou-se a chamada “Trilha Perceptiva”, cujo objetivo foi a análise da percepção dos participantes para com a história da vila e de sensibilização para a necessidade de se perceber todos os aspectos de uma dada realidade, especialmente, dos ambientes naturais e seus problemas socioambientais. Essa dinâmica foi feita a partir de uma caminhada com as crianças e adolescentes participantes, a fim de realizar observações sobre meio ambiente e possíveis impactos ambientais apresentados nessa área.

Nessa primeira parte, as crianças se mostraram bem empolgadas e envolvidas com os graduandos, tecendo comentários sobre as suas realidades e vivências cotidianas na Vila, momento em que trataram dos aspectos naturais, antrópicos e culturais encontrados nesta região, entre o passado e o presente. A exemplo, a presença do prédio da antiga escola João Paulo II, que hoje encontra-se abandonado (Figura 1), mas, anteriormente, funcionava como o espaço educacional frequentado pelos pais desses alunos que participavam da oficina. Destaca-se que essas crianças apresentavam o desejo comum de que esse prédio fosse reformado pela Prefeitura de Igarapé-Açu, tornando-se o novo colégio para que eles pudessem estudar na localidade, o qual, atualmente, não possui funções sociais na comunidade.

Figura 1 - Antigo Prédio que funcionava a Escola João Paulo II



Fonte: F. L. Souza, 2022.

Outras localidades também nos foram apresentadas, como a Igreja de Santo Antônio do Prata, a quadra poliesportiva, a praça e o parque infantil da Vila do Santo Antônio do Prata (que estão presentes no mesmo lugar). Nesses locais, há a presença abundante de árvores que foram plantadas pelos próprios moradores da Vila, em outras ocasiões. Porém, percebe-se a pintura dos troncos dessas árvores, uma prática comum brasileira que não causa nenhum benefício, podendo provocar a morte da biota que habita a casca e que é de grande importância para o equilíbrio da espécie.

Salienta-se, ainda, que os participantes foram bem engajados em suas explicações sobre a rotina diária na Vila, que se mescla entre frequentar a escola, a casa dos amigos e, nos tempos de lazer, ir aos igarapés da região.

O Saber Ambiental se encontra presente no cotidiano da Vila de Santo Antônio do Prata, as vivências com o igarapé, com a mata e com a historicidade são constituídos de saberes empíricos que, se congregados ao saber científico, periférico e ancestral, oportunizam a construção de um diálogo de saberes que abrace uma nova racionalidade ambiental.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

A trilha participativa evidenciou o fenômeno da naturalização, ou seja, naturalizar processos decorrentes de determinada representação, explicação ou entendimento de uma certa realidade, produzidas constantemente por cotidianos ilusórios e ideologias (Viana, 2013). Desse modo, a não percepção dos estudantes acerca da integração entre as suas vidas e a natureza local está no cotidiano fomentador do senso comum. A naturalização obscurece construções de significado que são engendradas de acordo com as relações sociais dadas historicamente.

As falas representavam, com naturalidade e naturalização, a história de uma cultura dolorosa, sentida e que lidava, no passado, com a discriminação dos hansenianos. Não cabe, neste ponto, tratar assiduamente da problemática discriminatória que os moradores presenciaram, mas cabe a observação de que o prédio antigo, que era utilizado para o tratamento dos adoentados, detém um forte simbolismo que demarca a vida da comunidade. Por isso, devemos lembrar que o meio ambiente não é composto somente de aspectos físicos e naturais, ele é simbólico, cultural e complexo, e compreendê-lo é relacionar as interações entre a sociedade e o meio em que ela vive em todas as suas dimensões e particularidades.

Com isso, conhecer a realidade se faz necessário para a construção de propostas de ações cooperativas em educação ambiental para incentivar um novo agir sobre o mundo. A Trilha Participativa pôde exemplificar a importância desses projetos de investigação da percepção ambiental dessa população sobre a sua realidade, pois conseguimos coletar informações socioambientais importantes, principalmente sobre a relação constante da comunidade com os rios e igarapés da região, que são importantes áreas recreacionais e de grande valor ambiental, social, cultural e econômico, que devem ser conservadas. Estas ações participativas possibilitam o engajamento nas práticas educacionais pela utilização do seu próprio conhecimento sobre o meio ambiente e do sentimento de pertencimento no desenvolvimento da oficina, fora de um ambiente formalizado, como as escolas.

Em um segundo momento, iniciaram-se as apresentações introdutórias de cada participante, graduandos e estudantes, tratando dos seus nomes para fins de identificação. Após isso, iniciou-se a dinâmica intitulada “Teia de Comunicação” (Figura 2) que foi realizada com o

propósito de estabelecer relações mais estreitas entre os graduandos e a comunidade, promovendo a interação e troca de conhecimentos relacionados ao meio ambiente.

Figura 2 - Realização da Dinâmica “Teia de Comunicação”



Fonte: T. P. B. Cunha, 2022

Nessa dinâmica utilizou-se um barbante para a formação da “teia” de informações, o qual era repassado de aluno em aluno, sendo estes escolhidos aleatoriamente por cada um, acompanhado de um breve comentário sobre o que se compreendia como meio ambiente em suas percepções individuais. Ao promovermos essas oficinas para além do ambiente escolar, quebramos velhos paradigmas da educação, pois tal exercício:

Promove a percepção que o processo educativo não se restringe ao aprendizado individualizado dos conteúdos escolares, mas na relação do um com o outro, do um com o mundo, afirmando que a educação se dá na relação.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Estimula a auto-estima dos educandos/educadores e a confiança na potencialidade transformadora da ação pedagógica articulada a um movimento conjunto. Possibilita o processo pedagógico transitar das ciências naturais às ciências humanas e sociais, da filosofia à religião, da arte ao saber popular, em busca da articulação dos diferentes saberes (Brasil, 2004, p. 34).

A percepção de uma ideia simplificadora, comum e objetiva do meio ambiente vigorou na mentalidade dos estudantes. A exemplo, pequenos atos de higiene, polidez e cuidado ambiental, como não jogar papel no chão, reduzir o desperdício de água no chuveiro e evitar luzes acesas de cômodas da casa, que não estão sendo utilizadas, foram ideias que ocorreram durante a apresentação inicial. Termos como “cuidar da natureza”, “não desperdiçar os bens” e “respeitar o meio ambiente” generalizaram os valores que representavam a vida de uma comunidade intrinsecamente integrada com o seu lugar.

Assim, o *habitus* de comungar com a natureza, seja na rotina diária, no lazer e na história da comunidade perpassa a naturalização dos estudantes. Os tais não se percebem como seres altamente vinculados ao espaço natural. Logo, dessa naturalização se encobre um modo de vida detentor de saberes capazes de serem representados dentro da conceituação proposta por Leff (2009).

Ao final das falas de cada estudante e analisando as percepções individuais sobre as questões ambientais, os organizadores da oficina teceram comentários sobre a definição do que seria o meio ambiente, sempre integrando as falas expostas por cada um desses participantes e externalizando os conhecimentos adquiridos no período da disciplina em Educação Ambiental, promovendo as trocas de saberes entre acadêmicos e a comunidade. Além de estabelecer vínculos de coletividade entre cada um, demonstrando através da formação da “teia” que os saberes estavam integrados e obtinham o mesmo valor, e que se cada indivíduo deixa a sua parte desta “ligação”, todos sofrem danos pela perda deste conhecimento.

Figura 3 - Realização da Dinâmica do Jogo de Tabuleiro: Causa X Consequência



Fonte: T. P. B. Cunha, 2022

Por fim, houve a apresentação da última dinâmica, que consistia em um Jogo de Tabuleiro intitulado “Causa X Consequência” (Figura 3). Esse jogo teve como principal objetivo a sensibilização dos participantes sobre diversos tipos de temas vinculados ao meio ambiente, abordando a Educação Ambiental de forma atrativa, lúdica e motivadora, por meio de assuntos das suas realidades, melhorando a relação ensino-aprendizagem. Dessa forma, a dinâmica consiste em uma trilha do tabuleiro que possui 33 casas, dentre estas: 01 é a largada, 01 é a chegada; 20 casas de resposta; e 11 casas de surpresa, todas identificadas com o tipo de ação que o aluno desenvolverá.

Ou seja, se ele cair em uma casa com a palavra “resposta”, ele deverá pegar uma carta resposta (que contém uma pergunta sobre o meio ambiente), se ele cair em uma casa com a palavra “surpresa” deverá pegar uma carta surpresa (contendo uma ação benéfica ou maléfica para o meio ambiente), e assim sucessivamente. Se as respostas forem corretas nas cartas “resposta”, os competidores avançam 2 casas. Em caso de erro, retornam 1 casa. Para as cartas “surpresas”, todas as ações maléficas ao meio ambiente serão penalizadas com a volta de 1 casa, e ações benéficas com o avanço de 2 casas (Cometti; Lamim-Guedes, 2017).

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Essa última etapa uniu os assuntos abordados nas outras dinâmicas sobre percepção ambiental das questões socioambientais dos participantes e proporcionou o desenvolvimento de aptidões e habilidades na resolução de problemas destas questões. Além do mais, possibilitou o aprimoramento das reflexões e a compreensão dos assuntos abordados no jogo, como, por exemplo, meio ambiente, sustentabilidade, curiosidades ambientais, impactos ambientais e desenvolvimento sustentável, bem como o entendimento que cada ação maléfica ao meio ambiente – seja ela individual ou coletiva – nos afeta igualmente e causa consequências globais, às vezes, reversíveis ou não.

5. Considerações Finais

A compreensão de Meio Ambiente é diversa, complexa e específica de cada ser humano, dependendo de inúmeros fatores internos e externos ao indivíduo e sua convivência em sociedade, o que gera uma interpretação e entendimento de questões ambientais de forma particular. Com isso, entende-se que as nossas percepções ambientais são socialmente construídas, diferindo-se de acordo com a cultura, valores, moral, experiências perceptivas, entre outros, trazendo consequências nas tomadas de atitudes diante das realidades que nos rodeiam.

Isso, na perspectiva da Educação Ambiental, coloca-se como uma dificuldade a ser enfrentada, tendo em vista a variedade de localidades, regiões, lugares com características físicas e culturais completamente diversas, e que devem atingir um mesmo propósito: a formação de cidadãos conscientes das questões ambientais que afligem o nosso mundo.

Portanto, a Percepção Ambiental deve se integrar como base de formulação de propostas à Educação Ambiental, tendo como objetivo a transmissão de conhecimentos científicos e a compreensão dos problemas ambientais de forma interdisciplinar, dinâmica e integrada aos acontecimentos da realidade da comunidade e da incorporação de seus conhecimentos empíricos em um diálogo de saberes, de forma prática e compreensiva no processo de ensino-aprendizagem.

Essas transmissões de conhecimentos, sejam formais ou não formais, devem gerar uma sensibilização das pessoas a respeito das questões ambientais, ultrapassando a esfera do conhecimento tecnicista-acadêmico global vigente, visando um caráter crítico das relações existentes entre sociedade-natureza, embasados por pensadores periféricos/subalternizados dentro da lógica capitalista, na busca de uma nova racionalidade. Faz-se necessário e urgente, que a Educação Ambiental esteja presente em todos os espaços na construção de novos saberes, sem a renúncia do indivíduo, mas exaltando a colaboração e participação do coletivo na expansão de potencialidades, atitudes e ações em sustentabilidade e justiça socioambiental.

É no encontro com o outro que a Pedagogia Ambiental se torna fértil na realização do se reconhecer como parte vivente do meio ambiente e na perspectiva de elaboração de novos saberes. Um olhar para dentro e para a realidade ao redor. Nesse esforço, a promoção de oficinas, ações e atividades práticas fora de um ambiente escolar contribui de forma significativa na formação de indivíduos críticos nos diferentes cenários da sociedade, especialmente por meio desses projetos, que valorizam o encontro com comunidades e promovem o diálogo e a transformação da sociedade mediante a educação ambiental.

Nessa perspectiva, as ações didático-pedagógicas proporcionam a formação de cidadãos críticos e sujeitos conscientes que podem se tornar verdadeiros transformadores sociais acerca da temática ambiental. Essas ações práticas, como a realizada na Vila de Santo Antônio do Prata, Igarapé-Açu-PA, nos fazem refletir sobre os diferentes desafios presentes no mundo sobre a relação ensino-aprendizagem em Educação Ambiental, como a falta de acessibilidade a direitos básicos e da compreensão e percepção de que o meio ambiente precisa, com urgência, de novas racionalidades ambientais para a formação de um futuro sustentável que obtenha a finalidade da sobrevivência das gerações futuras.

Referências

ANGELO, M. Faturamento de mineradoras cresce 37% durante a pandemia; acumulado de 2020 registra R\$ 126 bilhões. **Observatório da Mineração**, São Paulo, 9 nov. 2020. Disponível em:

<https://observatoriodamineracao.com.br/faturamento-de-mineradoras-cresce-37-durante-a-pandemia-acumulado-de-2020-registra-r-126-bilhoes/>. Acesso em: 14 set. 2022

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1999]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 08 mar. 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

COMETTI, R. R.; LAMIM-GUEDES, V. Jogo de tabuleiro “Vamos brincar de aprender”: subsídio para atividades educativas de Educação Ambiental. **Educação Ambiental em Ação**, [s. l.], v. XVI, ed. 60, 4 jun. 2017. Disponível em: <https://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=2806#:~:text=O%20Jogo%20%E2%80%9CVamos%20brincar%20de,ensino%2Daprendizagem%20de%20forma%20l%C3%BAdica..> Acesso em: 10 maio 2022.

LEFF, E. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 3, p. 17-24, set./dez. 2009.

LOPES, R. C. Descarte de refugio em uma instituição de controle amazônica: o caso da Vila Santo Antônio do Prata, Pará. **CLIO Arqueológica**, Recife, v. 34, ed. 3, p. 105-138, 2019.

LOUREIRO, C.; CUNHA, C. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 11, p. 237-253, 2008.

ROMÃO, J. E. Razões oprimidas. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 23, n. 2, p. 7-34, 2010.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SERPE, B. M.; ROSSO, A. J.; CAMARGO, B. V. Percepção, cognição e aprendizagem socioambiental em unidade de conservação. **Pesquisa em Educação Ambiental**, Presidente Prudente, v. 6, n. 2, p. 79-99, 2011.

VASCO, A. P.; ZAKRZEWSKI, S. B. B. O estado da arte das pesquisas sobre percepção ambiental no Brasil. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 34, n. 125, p. 17-28, 2010.

VIANA, N. Naturalização e desnaturalização: o dilema da negação prático-crítica.

Revista Espaço Livre, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 71-80, 2013.

WALLERSTEIN, I. **The modern world-system**: capitalist agriculture and the origins of the european world-economy in the sixteenth century. New York: Academic Press, 1974.

UM CANTO DE RESISTÊNCIA: A AMAZÔNIA NAS TOADAS DOS BOIS BUMBÁS DE PARINTINS-AM

*Cassia Karimi Vieira Cativo*³²

*Alan Tiago Corrêa*³³

*Laiane Katrine da Silva Castro*³⁴

*Camilla Souza Barbosa*³⁵

1. Introdução

O Festival de Parintins, celebrado anualmente no estado do Amazonas, é um evento único que reúne tradições culturais e manifestações artísticas profundamente enraizadas na história e no imaginário dos povos amazônicos. As apresentações dos bois-bumbás Garantido e Caprichoso vão além do entretenimento: elas se configuram como um espaço de resistência e reafirmação cultural para as populações locais.

32 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: karimivieira@hotmail.com

33 Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: tiagoalan17@gmail.com

34 Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: laianekcastro@gmail.com

35 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: barboscamilla@gmail.com

Através das toadas, essas manifestações expressam temas que revelam não só a beleza e a diversidade da Amazônia, mas também os desafios enfrentados por seus habitantes diante da colonização e da exploração contínua dos recursos naturais.

Desde a chegada dos colonizadores europeus no século XVI, a Amazônia tem sido alvo de interesses externos, levando à degradação ambiental e à marginalização das populações indígenas e ribeirinhas. As tentativas de dominação e controle sobre o território amazônico resultaram em processos de violência e expropriação que impactam até hoje a vida e a cultura dessas comunidades. Esse contexto histórico é revisitado e criticado nas toadas dos boi-bumbás, que funcionam como uma forma de denúncia e resistência dos povos da região frente aos modelos de desenvolvimento que desconsideram o equilíbrio ambiental e a relação sagrada desses povos com a terra.

As toadas, canções que acompanham o boi-bumbá, possuem uma linguagem poética e simbólica que aborda temas como a colonização, a exploração dos recursos naturais e a luta dos povos amazônicos para manter sua identidade cultural. Esses cantos ecoam as vozes de resistência e a esperança de uma Amazônia em harmonia, representando a luta dos povos da floresta contra práticas extrativistas predatórias. Além disso, as toadas incorporam elementos das culturas indígenas e caboclas, trazendo à tona questões de identidade e pertencimento que dialogam com os processos históricos da região.

A cultura popular expressa no boi-bumbá também destaca o papel das toadas como uma fonte valiosa para a compreensão das percepções dos povos amazônicos. Isso porque, por meio das toadas, é possível identificar como esses povos interpretam e reagem às mudanças impostas pela ocupação e exploração de seus territórios. Elas são, portanto, um importante instrumento para preservar a memória coletiva e as tradições culturais da Amazônia, sendo, ao mesmo tempo, uma forma de resistência à marginalização histórica que marca a trajetória desta região.

Para além de sua função de preservação cultural, as toadas de boi-bumbá desempenham um papel social, ao conscientizar a sociedade sobre os desafios e as ameaças que a Amazônia enfrenta. Ao enaltecer a

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

luta pela preservação do meio ambiente e dos modos de vida tradicionais, elas questionam os valores associados ao progresso econômico e à modernização, os quais muitas vezes ignoram as necessidades e a sabedoria das populações locais. Com isso, as toadas reforçam a importância de um desenvolvimento que respeite a integridade ambiental e cultural da Amazônia.

Neste artigo, busca-se, através da análise das toadas dos bois Garantido e Caprichoso, compreender como essas canções refletem a percepção do homem amazônico sobre os impactos da ocupação da região e a resistência dos povos amazônicos. A partir de uma abordagem qualitativa e de análise documental, o estudo destaca o papel das toadas como registros históricos e culturais, que contribuem para a preservação da identidade e da memória dos povos da floresta frente aos desafios impostos pela colonização e pela exploração econômica.

2. Caminhos metodológicos

O processo de ocupação da Amazônia é historicamente marcado pela exploração de suas riquezas e pelo controle político de seu extenso território. Como aponta Becker (2010), essa dinâmica tem sido impulsionada por ciclos devastadores de valorização temporária de produtos florestais no mercado internacional, seguidos por longos períodos de estagnação, características constantes desde as primeiras tentativas de ocupação da região.

A metodologia é de natureza qualitativa, com o suporte de pesquisa bibliográfica, bem como, a pesquisa documental, onde considerou-se as toadas dos Bumbá de Parintins como uma importante fonte histórica (Moraes, 2000). A cidade de Parintins fica localizada a 430 km da cidade de Manaus, capital do Amazonas. Ela destaca-se pela realização do Festival Folclóricos dos bois Garantido e Caprichoso. Suas toadas retratam o imaginário do homem amazônico, suas crenças, lendas, os desafios cotidianos, bem como, os desafios enfrentados. Nesse sentido, a música, especialmente as toadas de boi-bumbá, pode ser uma fonte histórica valiosa para compreender a percepção do homem amazônico sobre a colonização e os modelos de desenvolvimento impostos à região. Por meio das letras, ritmos e temáticas, as toadas expressam sentimentos,

críticas e visões de mundo que refletem a experiência histórica e cultural da Amazônia. Elas capturam a memória coletiva, registrando narrativas de resistência, adaptação e transformação diante das influências externas (David, 2006).

Em relação aos critérios de seleção das toadas, a pesquisa seguiu os seguintes parâmetros: primeiro, as toadas deveriam retratar o processo de colonização da Amazônia, destacando a chegada dos europeus e os impactos na vida dos povos originários e na região; o segundo critério exigia que abordassem o processo de exploração e degradação dos recursos naturais; e, por fim, deveriam retratar as formas de resistência frente à exploração, violência e depredação ambiental.

Diante dos critérios estabelecidos, a pesquisa identificou seis³⁶ toadas que atendiam a todos os requisitos, sendo, portanto, selecionadas para análise. Essas toadas foram escolhidas por sua capacidade de abordar de forma abrangente o processo de colonização, a exploração dos recursos naturais e as manifestações de resistência cultural e ambiental, oferecendo uma representação rica e significativa da percepção do homem amazônico sobre esses temas.

3. Toadas de boi-bumbá: a Amazônia entre colonização, exploração e resistência

A configuração atual da Amazônia é fruto de um longo processo histórico de disputas e conflitos entre diversas potências coloniais europeias, principalmente entre os séculos XVI e XIX. O processo de ocupação europeia foi marcado pela tentativa de dominação territorial e pela subjugação dos povos indígenas que habitavam a região. O Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494 entre Espanha e Portugal, dividiu o continente sul-americano entre as duas nações ibéricas, assegurando suas respectivas áreas de influência. No entanto, a delimitação proposta pelo tratado foi gradualmente desafiada pela chegada de outras potências,

36 A Conquista (1998) Boi Garantido; Em Defesa Deste Chão (2008) Boi Caprichoso; Índio do Brasil (2004) Boi Garantido; Hutukara Yanomami (2023) Boi Caprichoso; Lamento Caboclo (2001) Boi Garantido, Vidas Indígenas Importam (2023) Boi Caprichoso; Consciência Negra (2018) Boi Garantido

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

como Inglaterra, Holanda e França, que passaram a reivindicar partes da Amazônia a partir de suas bases no litoral norte.

Essas disputas intensificaram-se no contexto das guerras coloniais, quando a ocupação da região amazônica se tornou uma estratégia para consolidar poder e expandir o domínio territorial. As tentativas de controle por diferentes nações levaram a uma configuração geopolítica complexa e fragmentada, que não só redefiniu as fronteiras internas da Amazônia, como também gerou tensões políticas entre os colonizadores e as populações autóctones. Assim, a formação da Amazônia, como a conhecemos hoje, reflete não apenas a ação dos estados europeus, mas também as resistências e os rearranjos culturais impostos por séculos de conflitos e negociações. Para Loureiro (2002:

Os primeiros conquistadores e colonizadores não se conformaram em ver aquela terra, que lhes parecia ser o paraíso terrestre, ocupada por povos que julgavam bárbaros, primitivos, rudes, preguiçosos e, possivelmente desprovidos de uma alma! Dos primeiros séculos da colonização aos governantes, políticos e planejadores dos dias atuais, a história da Amazônia tem sido o penoso registro de um enorme esforço para modificar aquela realidade original. Trata-se de uma tentativa de domesticar o homem e a natureza da região, moldando-os à visão, à expectativa de exploração do homem de fora (estrangeiros no passado, brasileiros e estrangeiros no presente). Loureiro, 2002, p. 109.

A história da Amazônia vem sendo construída ao longo dos séculos como um paraíso terrestre, rico em recursos naturais e biodiversidade incomparável. Entretanto, esse cenário contrasta profundamente com uma realidade marcada pela violência e exploração de seus povos e riquezas. Desde o início da colonização europeia, a floresta e suas populações foram forçadas a se adaptar às imposições e ao controle europeu, em um processo contínuo de exploração que persiste até os dias atuais.

Assim, as configurações geopolíticas da Amazônia foram fortemente moldadas pelos confrontos coloniais, que envolveram não apenas conflitos com as populações indígenas, mas também rivalidades entre as potências europeias. Antes da chegada dos colonizadores, a Amazônia

era um território de biodiversidade abundante e comunidades indígenas complexas e autônomas. Com o tempo, essas populações foram dizimadas, exploradas e escravizadas, em uma tentativa de ‘domesticar’ tanto o homem quanto a natureza da região. Esse processo buscava adaptar a Amazônia aos interesses e expectativas de exploração do invasor. Nesse sentido, as toadas e o boi-bumbá retratam através da percepção do homem amazônico o impacto desse encontro entre Amazônia e o invasor.

De acordo com a toada “A conquista”, de 1998, do Boi Garantido:

Um dia chegou nessa terra um conquistador
Manchando de sangue o solo sagrado que ele pisou
Não respeitou a cultura do lugar
Nem a história desse povo milenar
Queria ouro riqueza e tesouro
Depois a terra e também escravidão
Tibiricá, Araribóia, Ajuricaba disseram não (A conquista, 1998).

Em 2008, o Boi Caprichoso lança a toada “Em defesa desse chão”, a qual também narra a luta das populações indígenas com a chegada dos europeus na Amazônia:

Quando a terra mãe era nosso alimento
Eles chegaram
Com a cruz e a espada
Eles pecaram
Quando a noite escura formava o nosso teto
Clareava a luz do arcabuz
Tomaram nossas terras dizimando os nossos índios
Transformando em escravos
Os filhos do sol
A dor e o pavor (Em defesa [...], 2008).

As toadas “A conquista”, do Boi Garantido, e “Em defesa desse chão”, do Boi Caprichoso, capturam, com uma linguagem poética e evocativa, a brutalidade da colonização e a resistência dos povos indígenas da Amazônia. Ambas resgatam as memórias de chegada dos colonizadores europeus, enfatizando a violência, a exploração e a destruição cultural e ambiental que os indígenas enfrentaram.

Em “A conquista”, do Boi Garantido, o conquistador europeu é descrito como uma figura destrutiva que “manchou de sangue o solo sagrado”, ignorando e desrespeitando as tradições e a história dos povos indígenas. Ao mostrar a ganância do colonizador, que buscava ouro e tesouro antes de se apropriar da terra e impor a escravidão, a toada reflete a tentativa sistemática de dominação sobre o povo e o território amazônico. A resistência indígena é personificada em figuras históricas como Tibiriçá, Araribóia e Ajuricaba, líderes indígenas que se opuseram ao colonialismo, representando a continuidade da luta por liberdade e dignidade na Amazônia (A conquista, 1998).

Já “Em defesa desse chão”, do Boi Caprichoso, narra a chegada dos europeus com a “cruz e a espada”, símbolos de conversão religiosa forçada e opressão militar. O uso da “cruz” e do “arcabuz” (arma de fogo antiga) evoca a dualidade do domínio colonial, que subjugava tanto espiritual quanto fisicamente. O verso “Tomaram nossas terras, dizimando os nossos índios” denuncia a destruição física e cultural das populações indígenas, representadas como “filhos do sol”, uma conexão com o ciclo da vida e da natureza. Assim, a toada destaca o impacto devastador da colonização, retratando os sentimentos de perda, dor e pavor que marcaram essa história de invasão e escravidão (Em defesa [...], 2008).

Esse processo histórico gerou um cenário de exploração brutal que devastou as populações nativas, convertendo grupos outrora livres em mão de obra escravizada, além de causar a extinção de inúmeras etnias. As narrativas das toadas ressaltam a substituição de um modo de vida integrado à natureza por uma realidade de opressão e perda cultural, transformando a Amazônia de um espaço sagrado e respeitado em um palco de expropriação e exploração desenfreada. O território, antes visto como lar e fonte de sustento espiritual e material, passou a ser tratado como um depósito de riquezas a ser saqueado, reforçando a ideia de que a chegada dos colonizadores significou a destruição do “chão” indígena e a supressão de suas identidades (Gondim, 1994).

Galeano (1993) também destaca o brutal processo de ocupação e exploração das riquezas e dos povos indígenas. As populações indígenas foram dizimadas, suas crenças e valores foram julgados como heresias e foram condenadas à margem do conhecimento. Em seu lugar, veio

a cristianização e a colonização do saber. Dessa forma, “nossa derrota esteve sempre implícita na vitória dos outros. Nossa riqueza sempre ou nossa pobreza por nutrir a prosperidade alheia: os impérios e seus beaguins nativos. Na alquimia colonial e neocolonial o ouro se transfigura em sucata, os alimentos em veneno” (Galeano, 1993, p. 10). Quijano (2005) acrescenta que:

O fato de que os europeus ocidentais imaginaram ser a culminação de uma trajetória civilizatória desde um estado de natureza levou-os também a pensar-se como os modernos da humanidade e de sua história, isto é, como o novo e ao mesmo tempo o mais avançado da espécie. Mas já que ao mesmo tempo atribuíam ao restante da espécie o pertencimento a uma categoria, por natureza, inferior e por isso anterior, isto é, o passado no processo da espécie, os europeus imaginaram também serem não apenas os portadores exclusivos de tal modernidade, mas igualmente seus exclusivos criadores e protagonistas. O notável disso não é que os europeus se imaginaram e pensaram a si mesmos e ao restante da espécie desse modo – isso não é um privilégio dos europeus – mas o fato de que foram capazes de difundir e de estabelecer essa perspectiva histórica como hegemônica dentro do novo universo intersubjetivo do padrão mundial do poder (Quijano, 2005, p. 122).

O conhecimento ocidental europeu passou a ser produzido e disseminado nas Américas como correto. Contudo, está profundamente enraizado em estruturas coloniais e hierarquias de poder, transformando o conhecimento indígena e sua estrutura social como incorretas, tal como descrito nas toadas. Dessa forma, as hierarquias coloniais se cristalizaram e passaram a ter forte influência não apenas no âmbito político e econômico, como também na produção e legitimação do conhecimento (Quijano, 2005).

Nesse sentido, ainda hoje a Amazônia é vista como mercadoria. O desenvolvimento pensado para a região continua sendo implementado na descontextualização do tempo e espaço e da vivência local. A região divide-se entre o moderno (avanços tecnológicos) e as velhas práticas predatórias, que trazem impacto para o modo de vida das populações e,

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

principalmente, para o meio ambiente. Para Loureiro (2002), a Amazônia, portanto, persiste como uma fronteira econômica cujo desenvolvimento ignora os direitos de sua população e a preservação ambiental, servindo a interesses nacionais e estrangeiros com mínimo retorno local.

Marques (2021), por sua vez, destaca que essa aceleração dos recursos da natureza acentua as contradições e a degradação da sociedade. Para o autor, o modelo de desenvolvimento existente na região está alicerçado na lógica do lucro, em que o ritmo de exploração da natureza é intenso e não permite que esta consiga se recompor, tornando-o incompatível e intensificando os problemas ambientais que o mundo vem vivenciando.

Na Amazônia, o desmatamento tem atingido altos índices por conta da ação humana, pautada na exploração ilegal de madeira, na grilagem, em impunidades em relação a crimes ambientais, no retrocesso das políticas ambientais, no garimpo, na expansão do agronegócio, no crescimento urbano, entre outros. O Gráfico 1 apresenta as taxas de desmatamento na Amazônia, entre os anos de 2010 e 2023, bem como os estados com maiores taxas de desmatamento na Amazônia Legal.

O Gráfico 1 também revela a dinâmica do desmatamento na Amazônia Legal entre os anos de 2010 e 2023, destacando as flutuações e as tendências de crescimento em estados específicos, como Amazonas (AM), Mato Grosso (MT), Pará (PA) e Roraima (RR). Observa-se que o Pará tem um papel de destaque nos índices de desmatamento, contribuindo significativamente para o aumento geral no período analisado, especialmente nos anos de 2019 e 2020. Esse aumento pode ser atribuído a fatores como a expansão da fronteira agrícola, a mineração ilegal e o enfraquecimento das políticas de fiscalização ambiental.

Gráfico 1 – Taxa de desmatamento na Amazônia Legal – 2010 a 2023 (km²)

Fonte: elaborado pelos autores, em 2024, com base em INPE (2024).

No conjunto da Amazônia Legal, os dados indicam uma preocupação crescente com a intensificação do desmatamento nos últimos anos. Embora haja uma queda após o pico observado em 2019 e 2020, o nível de desmatamento permanece elevado, sugerindo que os esforços de conservação, embora importantes, ainda enfrentam desafios significativos.

Cativo (2023) argumenta que esse período³⁷ fora de grandes retrocessos nas políticas públicas brasileira, com corte nas políticas ambientais, devastação ambiental e assassinato de lideranças indígenas, bem como, o genocídio de comunidades Yanomamis em Roraima. Além disso, destaca-se a contradição presente no discurso de “modernização” promovido pelo Estado para a Amazônia.

Dessa forma, embora haja a promessa de um novo modelo de desenvolvimento que supostamente se distancie das práticas predatórias do passado, a realidade mostra que a exploração descontrolada dos recursos naturais e a violência contra as populações indígenas persistem. Sob o pretexto de crescimento econômico e inclusão da Amazônia em um projeto de modernização, a região continua a ser alvo de práticas extrativistas que ignoram as salvaguardas ambientais e os direitos dos povos tradicionais. O uso desse discurso serve para mascarar as verdadeiras intenções de perpetuar a lógica da expropriação e da exploração, ao mesmo tempo em que as práticas destrutivas de mineração, grilagem e desmatamento permanecem enraizadas nas políticas públicas.

O caso dos ataques sofridos pelos indígenas Yanomami em Roraima, entre maio e junho de 2021, ilustra como a violência e o conflito têm se intensificado nas terras indígenas. As ofensivas de garimpeiros, armados com bombas de gás e fuzis, são uma tentativa de expulsar os povos originários de seus territórios (Indígenas [...], 2021) para abrir espaço para atividades ilegais, como o garimpo. Mesmo diante dessas violações, o Estado tem demonstrado omissão e conivência, permitindo que grupos armados continuem a operar impunemente.

Esse contexto reflete uma postura de negligência governamental, aliada ao avanço predatório de atividades econômicas que causam graves impactos na sobrevivência física e cultural das comunidades indígenas e no equilíbrio ambiental da Amazônia. Nesse cenário, as toadas tornam-se poderosas ferramentas de denúncia (Quadro 1) contra o massacre

37 O governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) caracterizou-se pelos retrocessos e pela perseguição a lideranças ambientais. Em sua gestão, a política ambiental passou por significativas mudanças, com a redução de recursos para monitoramento e fiscalização ambiental, extinção de órgãos ambientais e baixo comprometimento internacional com as políticas ambientais.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

imposto pela cobiça e ganância do homem branco sobre as comunidades indígenas.

Quadro 1: Toadas de Garantido e Caprichoso: denúncias sobre a exploração da Amazônia

Garantido	Caprichoso
Índio do Brasil Sou igara nessas águas Sou a seiva dessas matas E o ruflar das asas de um beija-flor Eu vivia em plena harmonia com a natureza Mas num triste dia o kariwa invasor No meu solo sagrado pisou Desbotando o verde das florestas Garimpando o leito desses rios Já são cinco séculos de exploração Mas a resistência ainda pulsa no meu coração Na cerâmica Marajoara, no remo Sateré Na plumária ka'apor, na pintura Kadiwéu No muiraquitã da icamiaba	Hutukara Yanomami – Um canto para Davi Kopenawa Yanomami eu sou É tudo o que sou E ninguém poderá calar A minha voz Yanomami sem nome Eu vivo a fome, Hutukara é nossa aldeia Para Yanomami Hutukara é nossa terra-mãe Meus dias estão chegando ao fim Eu e meu curumim Omama se eu te esquecer Não te esqueças de mim

Fonte: elaborado pelos autores, em 2024, com base em Índio [...] (2004) e Hutukara [...] (2023).

Nota-se que as toadas desempenham um papel fundamental enquanto manifestações culturais e sociais, funcionando como ferramentas de denúncia e resistência contra as injustiças sofridas pelos povos da Amazônia ao longo dos séculos. Elas trazem à tona a voz das populações tradicionais e indígenas que, historicamente, mantinham um relacionamento de respeito e equilíbrio com a natureza, vivendo de maneira sustentável muito antes da chegada dos projetos de desenvolvimento impostos na região. Assim, ao narrarem a história de exploração, violência e marginalização dessas comunidades, as toadas relembram que os modelos externos de desenvolvimento não raro desconsideram o conhecimento local e as práticas tradicionais de manejo dos recursos, tratando a Amazônia apenas como uma fonte de riqueza a ser explorada.

Na toada de Garantido (Índio [...], 2004), vemos um eu-lírico que representa a “igara” (canoa indígena), a seiva das matas e o bater de asas de um beija-flor, símbolos que expressam a ligação espiritual e vital do povo com a natureza. Ele relembra uma vida em harmonia com o meio

ambiente, quebrada pela chegada do “kariwa invasor” (o estrangeiro, o não indígena), que pisou no solo sagrado e trouxe a devastação das florestas e dos rios. Esse trecho mostra cinco séculos de exploração colonial e pós-colonial que buscam descolorir e destruir o verde vibrante da Amazônia. Contudo, o verso reafirma a resistência cultural e espiritual dos povos indígenas, preservada em sua cerâmica, no artesanato e nos símbolos tradicionais, como o “muiraquitã” (um amuleto de proteção).

Já na toada do Caprichoso, o eu-lírico assume a voz de um Yanomami, reafirmando sua identidade e determinação: “Yanomami eu sou / É tudo o que sou / E ninguém poderá calar / A minha voz” (Hutukara [...], 2023). Essa afirmação de identidade mostra a luta por reconhecimento e a dor da fome e da destruição, agravadas pela exploração dos territórios indígenas e pela negligência de políticas que assegurem suas terras e cultura. A toada é, assim, um lamento e uma oração, pedindo que Omama (deus ancestral Yanomami) não o esqueça e proteja sua comunidade e seu “curumim” (filho pequeno), à medida que a extinção cultural e física se aproxima.

Dessa forma, as toadas também cumprem um papel de conscientização, convidando a sociedade a refletir sobre o tipo de desenvolvimento que deve ser implementado na região. Elas propõem uma visão de futuro em que a preservação do meio ambiente esteja alinhada ao respeito pelos modos de vida dos povos amazônicos, reconhecendo suas práticas de uso sustentável da terra e valorizando suas tradições.

Diante desse cenário, é importante repensar os modelos de desenvolvimento, de modo que alinhem mudanças de mentalidade e de políticas, além de um compromisso real com a preservação cultural e ambiental. Isso não é apenas uma alternativa para a Amazônia, mas também uma necessidade para a proteção do planeta, dado o papel crítico da floresta amazônica na regulação climática global e na preservação da biodiversidade. Pensa-se, portanto, em um modelo de desenvolvimento para a Amazônia que respeite seus povos, a floresta e sua cultura.

No entanto, esse modelo precisa romper com as práticas tradicionais de exploração e adotar uma abordagem que integre a sabedoria indígena e o conhecimento local em cada etapa de planejamento e execução.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Nesse sentido, a toada “Lamento caboclo” descreve não somente um lamento pelas condições de vida difíceis, mas, igualmente, um apelo por um modelo de desenvolvimento que valorize e respeite os saberes locais, promovendo um futuro em que a floresta, seus povos e o ecos-sistema sejam valorizados em harmonia, garantindo a sobrevivência da Amazônia, bem como do planeta.

Lamento caboclo

Olha, seu moço	Frequentou a faculdade
Eu não tenho entendimento	E hoje se chama doutor
Eu só pesco pro sustento	Por que é que o homem
Dos meus cinco curumins	Destrói tanto a natureza?
Não fui à escola	Fonte de vida e beleza
Nem tão pouco leio escrita	Que Deus no mundo botou
Minha fé em São José	De quê que vale
É o que me faz caminhar	Ter um monte de dinheiro
Mas me responde	Conhecer o mundo inteiro
O senhor que é da cidade	E não conhecer a si?

Fonte: Lamento [...], 2001.

Percebe-se que a toada “Lamento caboclo” conecta-se ao conceito de “Bem Viver”, especialmente ao dar voz ao povo amazônico, revelando a sabedoria tradicional e a realidade vivida por aqueles que dependem diretamente dos recursos naturais. Essa visão do “Bem Viver”, inspirada nos valores indígenas, defende que o desenvolvimento da Amazônia deve priorizar o equilíbrio entre os seres humanos e a natureza, respeitando a floresta e suas comunidades como um bem comum e não apenas como fonte de lucro. Em vez da exploração predatória, o modelo de “Bem Viver” sugere um uso sustentável e parcimonioso dos recursos naturais, valorizando os saberes tradicionais e integrando-os no desenvolvimento socioeconômico da região.

Assim, o “Bem Viver” se apresenta como uma alternativa de pensar o desenvolvimento não apenas pelo viés econômico, mas considerando o bem-estar de toda a população. As ideias centrais desse pensamento estão baseadas no conhecimento dos povos tradicionais da América Latina, onde a natureza tem os mesmos direitos que os seres humanos. Nessa perspectiva, a distribuição dos recursos deve ser realizada de forma igualitária, de modo que o desenvolvimento deva caminhar em conjunto

com os direitos de cada indivíduo e o mercado deva acompanhar a diversidades dos povos.

Assim, Gudynas e Acosta (2011) apresentam o “Bem Viver” como um caminho possível para pensar o desenvolvimento:

Uma ligação direta entre estratégias de desenvolvimento e direitos; “O Bem Viver exigirá que as pessoas, comunidades, povos e nacionalidades gozem efetivamente de seus direitos e exerçam responsabilidades no âmbito da interculturalidade, do respeito às suas diversidades e da convivência harmoniosa com a natureza” (art. 275). Este regime de desenvolvimento deve atender a um planejamento participativo, e se expressa nas áreas de trabalho e soberania alimentar, econômica e energética. Paralelamente, o regime do Bem Viver inclui questões de inclusão e equidade (por exemplo, educação, saúde, habitação, cultura etc.) e biodiversidade e recursos naturais (Gudynas; Acosta, 2011, p. 8).

Nesse cenário, o desenvolvimento convencional vem abrindo espaço para novos debates que propõem pensá-lo a partir do conhecimento de povos locais e de uma gestão democrática e participativa. Estudiosos como Gudynas e Acosta (2011) e Barquero (2001) coadunam com o pensamento de que o desenvolvimento deve promover o bem-estar da população, não devendo, por isso, ser pensado de forma vertical (de cima para baixo), sem considerar a realidade de cada população e da natureza.

Dessa forma, o desenvolvimento da Amazônia deve ser construído respeitando os valores e as histórias dos povos locais, contemplando políticas públicas que promovam o desenvolvimento de forma equilibrada. Com isso, as políticas de desenvolvimento para a esta região devem ser pensadas a partir da perspectiva de um desenvolvimento regional sustentável, construídas em conjunto com a sua população, preservando seu modo de vida e a natureza.

Na perspectiva do festival, o enredo sobre a morte e ressurreição do boi, que é central nas manifestações tradicionais do folguedo no Brasil, reconfigura-se de maneira a incorporar não apenas o imaginário lendário e mítico da Amazônia, mas também bandeiras contemporâneas de resistência ecológica e suas raízes indígenas e negras. A festa abraça

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

e celebra a defesa da floresta, a memória e a história das diversas etnias indígenas e da população ribeirinha da região.

Assim, as apresentações anuais dos bois-bumbás não se limitam a reproduzir um tema tradicional; elas transformam e ampliam essa narrativa ao integrar as lutas e saberes locais. A festa emerge como uma celebração vibrante e poderosa, que reflete a resistência cultural e a resiliência dos povos da Amazônia frente às pressões externas e às imposições coloniais.

Vidas indígena importam

Tomagü i ngeigü tá poraegü (Nós mulheres somos fortes!)

Tomagü i düwa i maégüe ngiá yeerawa (Nós que vivemos aqui nessa terra)

Tá na ngegü i nhaá i nacümagü (Vamos ecoar para bem longe a nossa cultura!)

Ngiá i nüna tá dauugü i torü tacücumagü pá ngeigü (Vamos cuidar da nossa cultura e continuar mantendo ela, minhas irmãs!)

Erü nháa naáne naerü maiyunii (Porque a mãe do Brasil é indígena!)

Sou a resistência

Sou o clamor da natureza

Sou a força

Que ecoa a grandeza de um povo

Que não se cansa de lutar

Continuo por meus ancestrais

Com a força dos meus ideais

Sou vida, sou cura

Sou arte, cultura

De um povo milenar

Maracá!

Witoto, Kokama,

Ticuna, Baré, Sateré Mawé

Povos vão dançar!

Eu levanto o meu maracá

Derequine, Mapa, Awiá, Yawaratsuni, Yrá

Por vidas vamos lutar

Eu levanto o meu maracá

Derequine, Mapa, Awiá, Yawaratsuni, Yrá

Guerreiras a reflorestar
I nhãa waimü cagü (Dos filhos deste solo és mãe gentil)
aücüma cü mecümaütchî pá menecü.

Fonte: Pátria amada, Brasil!. (Vidas [...], 2023).

A toada “Vidas indígenas importam”, do Boi Caprichoso, é uma poderosa expressão artística que celebra a força, a resiliência e a resistência dos povos indígenas, especialmente das mulheres que desempenham um papel crucial na preservação de suas culturas e tradições. Ao utilizar versos em línguas indígenas, a toada reafirma a identidade e a diversidade dos povos originários, conectando as raízes culturais milenares à luta contemporânea pela sobrevivência e respeito aos seus territórios. O canto celebra a resistência coletiva e o compromisso de manter vivas as tradições, representadas pelo maracá, símbolo de força e ancestralidade que une as diferentes etnias mencionadas, como Witoto, Kokama, Ticuna, Baré e Sateré Mawé.

A mensagem central da toada vai além de um simples reconhecimento cultural; é um chamado à ação para proteger as vidas indígenas e seus territórios, enfrentando as constantes ameaças e pressões que colocam em risco suas formas de vida. Ao afirmar que “a mãe do Brasil é indígena”, o Boi Caprichoso reivindica o lugar central que os povos indígenas ocupam na formação da identidade brasileira e no cuidado da biodiversidade amazônica. Assim, a toada não apenas exalta a cultura indígena, como também denuncia a violência e a exploração que esses povos enfrentam, enquanto nos inspira a valorizar e apoiar suas lutas por justiça, dignidade e preservação ambiental.

Consciência Negra

A consciência negra

A bela arte negra

A ciência negra

A ascensão dos negros

É história, é memória praticada

No Mocambo ou refúgio, o sofrimento a superar

Escravos livres, libertos, esquecimento

Ocultamento, o silêncio no Amazonas a esvaziar

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Toda visão do desencanto n'alma negra
Foi a rebeldia à autonomia de um lar
A resistência é uma luta permanente
Por espaço mais decente no direito a se igualar
A consciência negra
A bela arte negra
A ciência negra
A ascensão dos negros
A liberdade é um valor da identidade
A qualidade dessa raça, a negritude de viver
Expresso canto e suas danças no batuque
Da marimba, da viola e do xequerê
Derruba mastro colorido na festança
Reza a São Benedito a interceder nesse viver
Dança o lundu, o carimbó ralentado
Pitiú do Ver-o-Peso faz Dona Onete se inspirar
A consciência negra
A bela arte negra
A ciência negra
A ascensão dos negros
Ainda assim o preconceito reproduz tanto defeito
Até aonde a tolerância não há
Afirmção da identidade é o caminho que exalta os negros
do meu boi-bumbá
O hip-hop, a capoeira, o berimbau na cachoeira
São andanças desse povo no alegrar
O meu destino é o bem de um menino
Sou filho de Catirina o qual nunca se ouviu falar
A expressão maior não se contém naquela carta de alforria
e o respeito limitar
O negro é conceito escrito e irrestrito
Na pele, nos olhos e na alma brasileira
A consciência negra A resistência negra!
Fonte: Consciência [...], 2018).

Em “Consciência Negra”, toada do Boi Garantido, verifica-se um poderoso tributo à história e à luta dos negros no Brasil, celebrando suas contribuições culturais, artísticas e científicas, ao mesmo tempo

que denuncia as injustiças e os desafios que ainda persistem. O canto resgata elementos da cultura afro-amazônica, como o lundu, o carimbó e o batuque, e presta homenagem às figuras de resistência que, ao longo dos séculos, lutaram contra o apagamento e a exclusão. Ao destacar que a “consciência negra” é também a “bela arte negra” e a “ascensão dos negros”, a toada enaltece o orgulho da negritude e a força de superação frente a um passado de escravidão e marginalização.

Diante desse contexto, é essencial reconhecer que essa celebração cultural não se restringe ao passado, mas se posiciona como um manifesto contemporâneo em defesa da igualdade e do respeito. A toada reforça que a resistência dos povos negros, indígenas e ribeirinhos é permanente e se expressa de forma vibrante nas inúmeras manifestações de identidade, cultura e luta por autonomia, reafirmando a importância de suas vozes na construção de um futuro mais justo e inclusivo.

4. Considerações Finais

A análise das toadas dos bois-bumbás de Parintins revela a profundidade e a resistência da cultura cabocla ribeirinha frente às imposições coloniais e aos desafios contemporâneos. Essas canções e celebrações oferecem um espaço fundamental para a afirmação da identidade amazônica, demonstrando como as práticas culturais locais, longe de serem simples tradições folclóricas, são formas de afirmação frente a uma história de marginalização e exploração.

O diálogo com as obras citadas ilumina como as toadas dos bois-bumbás preservam saberes ancestrais, mas também reconfiguram as narrativas coloniais dominantes. Elas evidenciam a resistência ativa dos povos amazônicos ao reverter as visões ocidentais que tentam desconsiderar suas visões de mundo e práticas culturais.

Adotar uma perspectiva decolonial implica reconhecer e valorizar as formas de conhecimento dos povos da Amazônia como centrais e legítimas, em oposição às estruturas coloniais que perpetuam a marginalização. As toadas, ao celebrar e reforçar a relação dos caboclos com a natureza, oferecem uma visão alternativa e crítica ao desenvolvimento predatório e às políticas que ignoram a complexidade e a sustentabilidade das culturas locais.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Este ensaio reforça a necessidade urgente de descolonizar os discursos sobre a Amazônia, promovendo um entendimento que respeite e integre as sabedorias locais. A festa dos bois-bumbás de Parintins deve ser reconhecida como um evento cultural, por certo, mas principalmente como um potente ato de resistência e afirmação identitária. O caminho para um desenvolvimento verdadeiramente sustentável e justo na Amazônia passa pelo respeito e valorização dos modos de vida dos povos locais e pela promoção de uma integração que não seja apenas econômica, mas também cultural e ambiental.

Por fim, a resistência dos povos amazônicos, expressa nas toadas dos bois-bumbás, oferece uma alternativa poderosa às narrativas coloniais e um modelo para o desenvolvimento que é, ao mesmo tempo, inclusivo e respeitador das vivências locais. Promover essa visão é fundamental para garantir a preservação cultural e ambiental da Amazônia, assim como para o reconhecimento da riqueza e da dignidade das culturas que nela habitam.

Referências

A CONQUISTA. Intérprete: Boi-Bumbá Garantido. Compositores: Edvaldo Machado, Inaldo Medeiros e Tony Medeiros. *In*: 500 ANOS do passado para construir o futuro. Intérprete: Boi-Bumbá Garantido. [S. l.]: Universal Music, 1998. 1 CD, faixa 9.

BARQUERO, A.V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BECKER, B. K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, Brasília, DF, v. 6, n. 12, p. 135-159, 2010.

CATIVO, C. K. V. “Fazer viver, deixar morrer”: reflexões da efetivação das políticas públicas na RESEX do Rio Unini. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 11., 2023, São Luís. **Anais** [...]. São Luís: UFMA, 2023. p. 1-14.

CONSCIÊNCIA negra. Intérprete: Boi-Bumbá Garantido. Compositor: Paulinho Dú Sagrado. *In*: AUTO da resistência cultural. Intérprete: Boi-Bumbá Garantido. [S. l.]: ABM Estúdio, 2018. 1 CD, faixa 4.

DAVID, C. M. Música e ensino de História: uma proposta. *In*: SCHLÜNEN, E. T. M.; MALATIAN, T. M. (org.). **Caderno de Formação**: formação de professores didática de conteúdo. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 108-123.

EM DEFESA desse chão. Intérprete: Boi-Bumbá Caprichoso. Compositores: Ademar Azevedo e Frank Azevedo. *In*: O FUTURO é agora. Intérprete: Boi-Bumbá Caprichoso. [S. l.]: Boi-Bumbá Caprichoso, 2008. 1 CD, faixa 15.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

GONDIM, N. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GUDYNAS, E.; ACOSTA, A. La renovación y la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. **Revista CEPAL y Praxis Latinoamericana**, Caracas, ano 16, n. 53, p. 71-83, abr./jun. 2011.

HUTUKARA Yanomami — Um canto para Davi Kopenawa. Intérpretes: Boi-Bumbá Caprichoso e Patrick Araújo. Compositor: Ronaldo Barbosa. *In*: O BRADO do povo guerreiro. Intérpretes: Boi-Bumbá Caprichoso e Patrick Araújo. [S. l.]: ABM Estúdio, 2023. 1 CD, faixa 9.

INDÍGENAS deixam comunidades após ataques de garimpeiros na Terra Yanomami, diz Conselho. **G1**, Boa Vista, 16 jun. 2021. Roraima. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/06/16/indigenas-deixam-comunidades-apos-ataques-de-garimpeiros-na-terra-yanomami-diz-conselho.ghtml>. Acesso em: 15 maio 2022.

ÍNDIO do Brasil. Intérprete: Boi-Bumbá Garantido. Compositores: Demetrios Haidos e Geandro Pantoja. *In*: AMAZÔNIA, coração brasileiro. Intérprete: Boi-Bumbá Garantido. [S. l.]: ABM Estúdio, 2004. 1 CD, faixa 3.

INPE. Desmatamento. **Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais**, São José dos Campos, 2024. Disponível em: <https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/ams/>. Acesso em: 22 out. 2024.

LAMENTO caboclo. Intérprete: Boi-Bumbá Garantido. Composição Nicolas Júnior. *In*: AMAZÔNIA viva. Intérprete: Boi-Bumbá Garantido. [S. l.]: ABM Estúdio, 2001. 1 CD, faixa 22.

LOUREIRO, V. R. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re) construir.

Estudos Avançados, São Paulo, v. 16, p. 107-121, 2002.

MARQUES, G. S. Terra, território e América Latina: o desafio de cultivar a esperança.

R. Katál., Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 439-442, set./dez. 2021.

MORAES, J. G. V. História e música: canção popular e conhecimento histórico.

Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 20, p. 203-221, 2000.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER,

E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

VIDAS indígenas importam. Intérpretes: Boi-Bumbá Caprichoso, Patrick Araújo, Thaís Kokama e Yrá Tikuna. Compositora: Thais Kokama. *In*: O BRADO do povo guerreiro. Intérpretes: Boi-Bumbá Caprichoso, Patrick Araújo, Thaís Kokama e Yrá Tikuna. [S. l.]: ABM Estúdio, 2023. 1 CD, faixa 16.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

PARTE II – ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

AMAZÔNIA SOB CONTROLE: BIOPODER E A FRAGMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA RESEX DO RIO UNINI

*Cassia Karimi Vieira Cativo*³⁸

*Alan Tiago Corrêa*³⁹

1. Introdução

A Amazônia é uma das regiões mais importantes do mundo, tanto em termos de biodiversidade quanto de diversidade cultural. No entanto, a criação e a implementação de políticas públicas na região têm sido historicamente desafiadoras, particularmente para as comunidades indígenas e não indígenas que habitam áreas protegidas como a Reserva Extrativista (RESEX) do Rio Unini. Nesse cenário, o conceito de biopoder, desenvolvido pelo filósofo francês Michel Foucault, fornece uma lente teórica importante para entender como o Estado exerce controle sobre a vida dessas populações.

A análise foucaultiana do biopoder reflete sobre como o Estado regula a vida e os corpos da população por meio de políticas que visam o controle, a vigilância e, muitas vezes, a marginalização de certos grupos.

38 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: karimivieira@hotmail.com

39 Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: tiagoalan17@gmail.com

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Essas políticas, frequentemente, resultam em uma distribuição desigual de recursos e serviços, como saúde, educação e infraestrutura básica, o que pode ser observado na RESEX do Rio Unini, onde a oferta desses serviços é fragmentada e insuficiente.

Assim, este ensaio busca refletir sobre o conceito de biopoder e sua influência na efetivação das políticas públicas para os moradores da RESEX do Rio Unini. Metodologicamente, a pesquisa é qualitativa, com uso de materiais bibliográficos e documentais produzidos pelo conselho local. As viagens às comunidades e o acompanhamento das reuniões do conselho possibilitaram maior proximidade com a realidade dos comunitários e um entendimento mais profundo acerca dos desafios enfrentados.

Além desta introdução, o ensaio está estruturado em duas seções principais. Na primeira, discute-se o conceito de biopolítica e biopoder, com base no pensamento foucaultiano, e sua aplicabilidade na análise das políticas públicas para a Amazônia. Na segunda, apresenta-se a realidade das comunidades da RESEX do Rio Unini. Finaliza-se com as considerações finais sobre o tema abordado.

2. Biopoder e biopolítica: breves considerações”

Os conceitos de biopoder e biopolítica, desenvolvidos por Michel Foucault (1999, 2005, 2008), surgem como parte de sua análise sobre como as sociedades modernas exercem controle sobre a vida das populações. Diferentemente das formas de poder tradicionais, como o poder soberano da era medieval, que era marcado pelo direito de “fazer viver e deixar morrer”, o biopoder atua por meio da regulação e controle da vida. Foucault percebeu que, a partir do século XVIII, as sociedades ocidentais começaram a utilizar mecanismos de controle mais sutis e eficientes, focados não na repressão explícita, mas na administração da vida e na disciplina dos corpos.

O biopoder refere-se a esse novo tipo de poder que visa controlar a população como um todo, regulando aspectos da vida humana como natalidade, mortalidade, saúde e comportamento. Ao invés de apenas impor a morte, o Estado moderno passou a “fazer viver”, administrando a vida por meio de instituições como hospitais, escolas e prisões, que, segundo Foucault (1999), são mecanismos de controle social.

O biopoder, então, consiste em uma rede de estratégias que tornam os corpos “dóceis” e “úteis”, disciplinando os indivíduos para que se adequem às necessidades econômicas e sociais da época. Essa gestão da vida é uma característica essencial do poder nas sociedades capitalistas modernas (Foucault, 1999).

A biopolítica é o termo usado por Foucault (1999) para descrever a maneira como os Estados modernos regulam a vida das populações. Dessa maneira, enquanto o biopoder se refere ao conjunto de mecanismos de controle sobre a vida dos indivíduos, a biopolítica é o conjunto de políticas e estratégias que o Estado utiliza para controlar grandes grupos populacionais. A biopolítica, portanto, foca na regulação da vida em uma escala coletiva, abordando questões como saúde pública, saneamento, controle de doenças e outros fatores que influenciam a sobrevivência e a qualidade de vida de uma população. Essas políticas são aplicadas de modo a otimizar a força de trabalho e assegurar a continuidade do sistema econômico.

Um aspecto central da biopolítica é a maneira como ela opera, mediante uma lógica de inclusão e exclusão. O autor em comento argumenta que o Estado moderno faz escolhas sobre quem tem o direito de viver e quem pode ser deixado à morte (Foucault, 1999, 2005, 2008). Populações que são consideradas “úteis” para a economia e para a manutenção da ordem social recebem maior atenção e recursos, enquanto grupos marginalizados, como minorias étnicas, populações rurais e comunidades indígenas, são muitas vezes negligenciados. Esse tipo de regulação seletiva pode ser observado nas políticas públicas fragmentadas e insuficientes oferecidas em regiões como a Amazônia, onde as comunidades locais frequentemente não têm acesso aos mesmos serviços de saúde, educação e infraestrutura que as populações urbanas.

Ao refletir sobre o biopoder e a biopolítica, Foucault revela que o Estado não apenas regula a vida dos indivíduos e populações, mas também molda suas subjetividades. Através de mecanismos disciplinares e reguladores, o Estado molda os comportamentos, as práticas e até as aspirações dos indivíduos, criando uma sociedade em que a disciplina é internalizada. O biopoder, assim, vai além do controle físico, influenciando a maneira como as pessoas entendem suas próprias vidas e seu papel na sociedade.

É por isso que o biopoder é tão poderoso: ele atua de maneira quase invisível, mas seus efeitos são profundamente transformadores nas sociedades modernas (Foucault, 1999).

Logo, para Foucault (2008), o biopoder é:

essa série de fenômenos que me parece bastante importante, a saber, o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana. É em linhas gerais o que chamo, o que chamei, para lhe dar um nome, de biopoder (Foucault, 2008, p. 3).

O conceito de biopoder difere do poder exercido pelo soberano da idade média, o qual estava associado ao direito de morte e de vida de seus súditos. Contudo, com a revolução industrial, o poder político assume o papel de gerenciador da vida, criando mecanismos disciplinadores e reguladores da população.

Esses mecanismos disciplinares e reguladores buscam extrair dos corpos o máximo de forças produtivas, controlando seu tempo, seu gosto e os lugares que frequentam, como, entre outros, escolas, hospitais e bancos (Foucault, 2008). O autor ainda enfatiza que, com o liberalismo, ocorreu uma nova dinâmica na sociedade, a qual tornou-se mais individualista, egoísta e competitiva. Daí, a partir dessa nova racionalidade, a vida tomou um novo caminho.

Aquém, portanto, do grande poder absoluto, dramático, sombrio que era o poder da soberania, e que consistia em poder fazer morrer, eis que aparece agora, com essa tecnologia do biopoder, com essa tecnologia do poder sobre a “população” enquanto tal, sobre o homem enquanto ser vivo, um poder contínuo, científico, que é o poder de “fazer viver”. A soberania fazia morrer e deixava viver. E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e em deixar morrer (Foucault, 2005, p. 294).

Nessa nova lógica de racionalidade, o Estado, como detentor legítimo do monopólio da força, não atua prioritariamente para proteger os indivíduos, mas para garantir a perpetuação e o desenvolvimento do mercado. As leis e políticas públicas são estruturadas de forma a assegurar a sobrevivência das pessoas, não por uma preocupação genuína com seu bem-estar, mas pela necessidade de manter a força de trabalho ativa e produtiva. Como destaca Foucault (2005, p. 296), o poder estatal inter-vém “para prolongar a vida, controlar seus acidentes, suas eventualidades, suas deficiências; e assim, a morte, como fim natural da vida, torna-se também o limite extremo do poder”. Dessa forma, o Estado se apropria da prerrogativa de decidir quem vive e quem morre.

A manutenção da ordem econômica, essencial para a continuidade do mercado, não se restringiu ao controle disciplinar dos corpos humanos. Esse domínio se expandiu para os recursos naturais, particularmente na Amazônia, onde políticas “desenvolvimentistas” foram implementadas com o objetivo de fomentar o capital. No entanto, essas políticas têm provocado o extermínio de populações locais, incluindo indígenas, quilombolas, além de uma degradação ambiental sem precedentes. Tudo isso é feito em nome da manutenção e acumulação de capital, perpetuando um modelo de exploração que beneficia poucos e sacrifica tanto as vidas humanas quanto a biodiversidade da região.

3. Impacto do biopoder nas políticas de desenvolvimento da Amazônia

As políticas de desenvolvimento da Amazônia têm sido historicamente moldadas por interesses econômicos, com pouca consideração pelas realidades socioambientais locais. O desenvolvimento econômico da região, incentivado por políticas de modernização, resultou em devastação ambiental, extermínio de populações indígenas e perseguição a líderes comunitários. Essas práticas refletem o biopoder, que regula não apenas as vidas humanas, mas também o uso dos recursos naturais, muitas vezes em detrimento das comunidades locais (Becker, 2005; Loureiro, 2009).

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

A lógica capitalista que rege essas políticas de desenvolvimento impõe um ritmo intenso de exploração dos recursos naturais, sem dar tempo para que a natureza se recomponha. O desmatamento, por exemplo, é um dos efeitos mais visíveis dessa lógica predatória, que acarreta consequências devastadoras tanto para o meio ambiente quanto para as populações que vivem na Amazônia (Cativo *et al.*, 2022).

Para Loureiro (2009), o desenvolvimento da região aconteceu de forma “avessa”, por contrastar com o processo de modernização existente em outras regiões do mundo ocidental. A autora pontua alguns indicadores que ajudam a entender a fragilidade do modelo implementado na região, tais como: econômico, político, social, responsabilidades coletivas dos cidadãos em participar e fiscalizar a administração pública:

Na Amazônia, os resultados dessa modernização às avessas frustraram as expectativas de proporcionar às camadas sociais desfavorecidas as materialidades e os benefícios imateriais no âmbito da cultura, da educação, da saúde e de outros mais que caracterizaram os recentes processos de modernização pelos quais passaram as sociedades tidas como avançadas do mundo ocidental. Ele tem sido uma modernidade às avessas pelos equívocos políticos, sociais e econômicos dos quais ficaram impregnados as diversas formas ou modelos de desenvolvimento tentados para região, particularmente nas fases mais recente, fundados que se encontram no modelo democrático liberal europeu e norte americano e, mais recentemente, na globalização neoliberal (Loureiro, 2009, p. 113).

A autora chama a atenção para falhas do processo de modernização na Amazônia e como ele se distanciou dos modelos que beneficiaram outras regiões do mundo ocidental. No espaço amazônico, a modernização ocorreu às avessas, sem trazer os mesmos benefícios sociais e econômicos esperados, especialmente para as camadas mais desfavorecidas da população.

Em contraste com as sociedades ocidentais ditas “avançadas”, onde os processos de modernização proporcionaram melhor acesso à cultura, educação, saúde e outros benefícios, na Amazônia esses ganhos não se concretizaram.

A modernização da região foi marcada por equívocos políticos, sociais e econômicos, o que acabou prejudicando o desenvolvimento local. Em vez de promover a inclusão social e melhorar a qualidade de vida, os modelos de desenvolvimento adotados na Amazônia replicaram práticas ineficazes, especialmente porque foram baseados em padrões democráticos liberais e, mais recentemente, em uma lógica neoliberal, que não consideram as especificidades socioambientais e culturais da região.

Estes processos não ocorreram linearmente e com reflexos nas múltiplas dimensões da vida cotidiana dessa população. Isso porque, os planos de desenvolvimento continuam sendo implementados de maneira descontextualizada quanto ao tempo-espaço e às vivências locais nessa realidade regional. Assim, a região divide-se entre o moderno (avanços tecnológicos) e as velhas práticas predatórias, que trazem impacto para o modo de vida das populações e, principalmente, para o meio ambiente.

Marques (2001) destaca que essa aceleração dos recursos da natureza acentua as contradições e degradação da sociedade. Para o autor, o modelo de desenvolvimento existente na região está alicerçado na lógica do lucro, pela qual o ritmo de exploração da natureza é intenso e não permite que esta consiga se recompor, o que o torna incompatível e intensifica os problemas ambientais que o mundo vem vivenciando.

Desde a primeira metade dos anos 2000, os dados sobre o desmatamento na Amazônia brasileira vinham se reduzindo, mas a partir de 2013, seguindo a crise político-econômica do Brasil, essa dinâmica se inverteu. Isso evidencia o caráter predatório-especulativo em torno do desmatamento: historicamente, cresce em momentos de instabilidade ou de possibilidade de transição política. Quase todos os meses do primeiro semestre de 2021 registraram algum recorde de desmatamento na Amazônia em relação aos meses dos anos anteriores. Segundo o INPE (2021), entre janeiro e 25 junho desse ano, o desmatamento na Amazônia Legal (região Norte mais Mato Grosso e Maranhão) foi o maior dos últimos 6 anos, equivalendo a duas cidades de São Paulo. Nesse processo, não apenas a floresta é degradada, mas o próprio ser humano.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Povos nativos são profundamente agredidos e a derrubada da floresta em muitos casos recorre ao trabalho escravo (e outras formas de trabalho degradante) como meio para reduzir os custos da apropriação ilícita da terra e de sua inclusão nos circuitos do agronegócio (Marques, 2021, p. 440).

Nesse cenário, de intensa devastação humana e ambiental, o Estado tenta legitimar o discurso de uma nova “modernização”, em que foi “deixado” de lado as velhas práticas predatórias dos recursos naturais, para um novo modelo pautado no desenvolvimento por meio de ações que vão desenvolver toda a região. Todavia, as práticas continuam do mesmo jeito, alicerçadas na exaustão da exploração dos recursos naturais, com a modernização tão somente do processo de acumulação do capital.

Em Roraima, entre os meses de maio e junho de 2021, os indígenas da Terra Yanomami sofreram pelo menos 23 ataques de garimpeiros, que usaram bombas de gás, fuzis e outros armamentos para expulsar os indígenas de suas terras (Indígenas [...], 2021). Esses conflitos têm se intensificado nesta e em outras regiões, porém, o Estado vem fazendo vista grossa para esses acontecimentos, bem como para os massacres ocorridos nas comunidades e aldeias da Amazônia.

As relações de poder, tais como funcionam numa sociedade como a nossa, têm essencialmente como ponto de ancoragem uma certa relação de força estabelecida em dado momento, historicamente apreciável, na guerra e pela guerra. [...] O poder político, nessa hipótese, teria como função reinserir perpetuamente essa relação de força, mediante uma espécie de guerra silenciosa, e de reinseri-la nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem, até nos corpos de uns e de outros (Foucault, 1999, p. 22).

A luta descrita por Foucault não se limita ao campo de batalha tradicional, com o uso de armas bélicas, mas também se manifesta nos conflitos cotidianos enfrentados por comunidades indígenas, quilombolas, organizações não governamentais (ONGs) e outros grupos que resistem às políticas crescentemente segregacionistas. Tais políticas, que marginalizam e excluem os considerados “indesejáveis”, perpetuam a lógica de eliminação das “raças ruins”, inferiores, ou

dos “degenerados”, conforme destaca Foucault (2005, p. 305): “a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura”.

Assim, após décadas de implantação de projetos de “desenvolvimento” e de “modernização” da Amazônia, a realidade das populações locais permanece praticamente inalterada. O capital continua concentrado nas mãos de uma pequena elite, enquanto a devastação ambiental alcança níveis alarmantes, exacerbando os problemas sociais. Os planos, programas e projetos, apresentados como soluções para o desenvolvimento regional, falharam em promover as mudanças necessárias no contexto local e nacional. Dessa forma, em vez de impulsionar o progresso equitativo, esses modelos contribuíram para aprofundar as desigualdades e a degradação ambiental, sem atingir os resultados prometidos.

4. O biopoder e sua influência na efetivação das políticas públicas na RESEX do rio Unini

No Amazonas a Reserva Extrativista (RESEX) Rio Unini expressa o processo de governança entre os múltiplos participantes envolvidos nas tomadas de decisões. Criada na década de 2000, a reserva apresenta em sua constituição a difusão política vertical (de baixo para cima), além da difusão horizontal, cuja característica é a forte mobilização de atores sociais em diálogo constante com o Estado na busca de estabelecer a governança comum dos recursos naturais (Jacaúna, 2020).

A RESEX do Rio Unini foi criada a partir do Decreto s/n., de 21 de junho de 2006 (Brasil, 2006), ocupando uma área de 849.684, 79 hectares, localizada entre os municípios de Novo Airão-AM (18.974 hab.), Barcelos-AM (27.364 hab.) e com o Parque Nacional (PARNA) do Jaú, envolvendo nove comunidades (Lago das Pedras, Terra Nova, Patauí, Tapira, Manapana, Lago das Pombas, Floresta, Vista Alegre e Vila Nunes) e abrigando 150 famílias que residem nessas comunidades.

A construção da referida Unidade de Conservação (UC) está interligada ao processo de demarcação das terras do PARNA do Jaú, criado pelo Decreto nº 85.200, de 24 de setembro de 1980 (Brasil, 1980), sob pressão internacional em torno da temática ambiental.

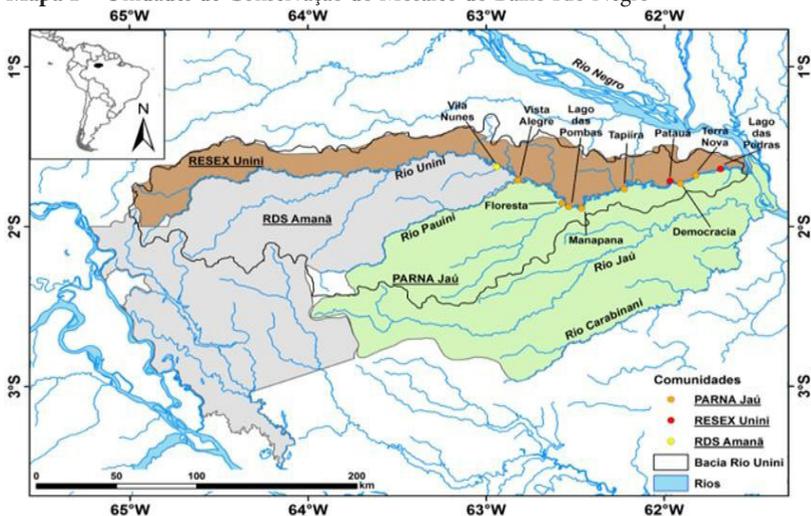
A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Nesse particular, o Brasil seguiu o caminho de criar áreas que pudessem preservar a natureza e servissem para a realização de pesquisas nas mais diversas áreas.

O pedido da criação da RESEX foi encaminhado pela Associação dos Moradores do Rio Unini (AMORU) ao Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT/IBAMA), em 27 de fevereiro de 2004, cujo reconhecimento só veio no dia 21 de junho de 2006, mediante decreto presidencial. Para Almeida (2004, p. 24), essas formas sociais de organização não representam apenas uma simples “resposta a problemas localizados. Suas práticas alteram padrões tradicionais de relação política com os centros de poder e com as instancias de intermediação, possibilitando a emergência de lideranças que prescindem dos que detém o poder local”.

A principal via de acesso é saindo de Manaus, percorrendo de carro até o município amazonense de Novo Airão. Neste, o deslocamento se dá por meio do Rio Negro até chegar ao Rio Unini, pertence ao Corredor Central da Amazônia e ao Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro (Mapa 1).

Mapa 1 – Unidades de Conservação do Mosaico do Baixo Rio Negro



Fonte: elaborado por Tiago Jacaúna, 2020.

Salienta-se que não existem barcos que fazem o deslocamento constante para as comunidades, sendo necessário ter contato com os moradores e estes realizarem o transporte, ou alugar um barco. Para ter acesso à RESEX, deve-se realizar uma solicitação junto ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), informando os motivos e o período de estadia na comunidade. Cativo (2020) nos informa que essas comunidades não possuem energia elétrica, água encanada, e nem todas têm casinha de saúde. As que possuem geralmente têm somente o teste e os remédios de malária. Os remédios são comprados com recursos próprios quando as famílias vão à cidade, ou dos regatões⁴⁰, mas, em regra, os preços são acima do valor de mercado (Cativo, 2020).

Na perspectiva das lutas, seu principal instrumento é o Conselho Deliberativo criado por meio da Portaria nº 87, de 6 de novembro de 2009, com a participação de 22 conselheiros e seus suplentes, representantes das comunidades, ONGs e do Estado, além da Associação dos Moradores do Rio Unini (AMORU) e a Cooperativa Mista Agroextrativista do Rio Unini (COOMARU).

Figura 2 –Resex do Unini



Fonte: Cativo, 2020.

As imagens retratam a vida cotidiana na RESEX do Rio Unini, enfatizando a rotina das famílias que dependem de embarcações para se deslocar pelos rios da Amazônia.

⁴⁰ São embarcações que compram produtos em Manaus e vendem nos portos de comunidades rurais, com preços acima do mercado.

Alguns conselheiros apresentam suas descrenças diante destes temas, “toda reunião a gente apresenta as mesmas pautas, saúde, educação, energia, INSS, e cadê que já mudou? Não mudou nada e pelo que vejo nem vai mudar” (ATA, 2011).

Na última reunião, realizada em novembro de 2018, os conselheiros questionaram o motivo pelo qual a Secretária de Assistência Social não desenvolveu ações no Rio Unini. Destacou-se que muitas famílias só tiveram acesso a programas como Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e aposentaria devido pertencerem a uma área federal, caso contrário, seriam deixadas de lado.

Essas demandas constituem um desafio para os comunitários da RESEX do Rio Unini, pois o acesso a serviços básicos, como vacinação, escolas com infraestruturas adequadas, material escolar e saneamento básico, é ofertado de forma precarizada e/ou quase inexistente. Em conversas informais com comunitários da RESEX, perguntamos se em cada comunidade existia um posto de saúde com medicação disponível a eles, momento em que nos foi relatado que existe a casa da Agente de Saúde e que esta possui medicação contra malária: “se você tiver outra coisa, uma dor de cabeça, dor de estômago ou outra coisa, ou você traz remédio da cidade e deixa guardado em casa, ou você faz remédio caseiro, porque é difícil, não vem pra cá”⁴¹.

As famílias relatam que, quando há necessidade de médico, muitos vão até o município de Novo Airão ou Barcelos: “Quando há uma emergência a gente liga pra secretaria de saúde e eles mandam a lancha pegar, mas demora porque aqui é bem longe”⁴².

Um episódio que descreve a precarização do acesso a serviços de saúde foi o ataque de morcego na comunidade de Tapira, em 2017. Nessa localidade, uma família foi atacada por morcegos enquanto dormia e, das 6 pessoas atacadas, 3 faleceram e uma terceira sobreviveu com sequelas da doença.

41 Informação concedida por um morador da comunidade Floresta, RESEX do Rio Unini, em 2020.

42 Informação concedida por uma moradora da comunidade Lago das Pedras, RESEX do Rio Unini, em 2020.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Os morcegos são transmissores de raiva (Santos, 2020). Em entrevista, o pai das crianças e conselheiro da RESEX fez a seguinte declaração:

Falei para o pessoal da Saúde fazer algo, os morcegos são transmissores de doenças (raiva). Não tem um lugar mais seguro para a gente dormir. Nada foi feito”, lamenta Levi. “É muito difícil [a vacinação], é muito complicado. Quando acontece essas coisas [a doença], aí todo mundo se mobiliza. Às vezes você pode evitar, com uma simples visita, com uma simples prevenção (Informação verbal, 2020).⁴³

Nos registros das atas é possível identificar inúmeras solicitações de intervenções de políticas sociais naquela região. Entre os registros feitos pelos conselheiros, estão: falta de energia elétrica, chuva que danificou o aparelho que transmitia as aulas, medicamento e a presença, pelo menos uma vez, de médicos nas comunidades, visita de assistentes sociais para orientação em relação ao Bolsa Família, aposentadoria e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Nesse sentido, os estudos de Foucault (2008) ajudam a compreender como a biopolítica vem atuando nas comunidades indígenas e não indígenas da Amazônia. Para ele, a biopolítica atua sobre os processos de natalidade, mortalidade, produção de doenças, problemas políticos, econômicos, entre outros. Desse modo, o Estado passa a criar instituições de saúde, escolas, campanhas de vacinas, e organizar o espaço das cidades, a fim de ter controle sobre os corpos e a vida de sua população. Como resultados dessas ações, o biopoder torna-se:

O meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer. No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros (Foucault, 1999, 304).

⁴³ Informação concedida pelo Sr. Santos, moradora da comunidade e conselheiro da RESEX, RESEX do Rio Unini, em 2020.

O pensamento de Foucault é importante para pensar nas políticas implementadas na Amazônia. Nesta região, a degradação ambiental, o extermínio de populações indígenas, líderes comunitários, ambientalista e a não efetivação das políticas públicas acabam tornando-se validadas pela omissão do Estado. Dessa forma, há limitações dos povos rurais da Amazônia no acesso às políticas públicas de saúde, educação, previdência social, reforma agrária, entre outras, o que contribui para o agravamento da condição social e econômica dessas famílias. Nas palavras de Scherer (2004):

As disparidades regionais são notórias, confirmadas pelo abandono e pela segregação à qual muitas dessas comunidades se encontram submetidas, sobretudo em microrregiões do Amazonas onde o índice do IDH é baixíssimo. As políticas sociais criadas para responder às demandas dos ribeirinhos são, a nosso ver, excludentes e discriminatórias e as exigências burocráticas são inúmeras e completamente dissociadas de suas vidas, paisagens e espacialidades (Scherer, 2004, p. 14).

A Amazônia, que possui um mosaico de terras, rios e florestas, é a mesma que abriga populações com disparidade no acesso às políticas públicas. Assim, a situação de pobreza não é entendida apenas pela ausência de recursos financeiros, mas também pela fragilidade no acesso a serviços sociais, como, entre outros, saúde, educação e previdência social.

A escolha de não investir adequadamente em políticas públicas para essas populações revela a dinâmica do biopoder: o Estado permite que certas comunidades vivam em condições precárias, enquanto privilegia outras regiões e setores da sociedade que são considerados mais “produtivos” ou importantes para a economia nacional. Por fim, em muitas comunidades da Amazônia as populações enfrentam sérios déficits de cidadania, com acesso precarizado aos serviços públicos e convivendo com o analfabetismo.

5. Considerações Finais

A aplicação do conceito de biopoder de Michel Foucault nas políticas públicas da Amazônia e, em particular, na RESEX do Rio Unini revela uma realidade de marginalização e controle seletivo. O Estado, por meio de suas políticas de desenvolvimento, impõe um modelo de exploração que beneficia poucos e deixa grande parte da população à margem da sociedade. A fragmentação e a precariedade dos serviços públicos na região são exemplos claros de como o biopoder opera na prática, regulando quem tem acesso a uma vida digna e quem é condenado a viver em condições de extrema vulnerabilidade.

A criação da RESEX do Rio Unini foi uma tentativa de promover o desenvolvimento sustentável e preservar os recursos naturais, mas as políticas implementadas têm se mostrado insuficientes para atender às necessidades básicas das comunidades locais. A ausência de serviços como água encanada, energia elétrica e assistência médica adequada expõe a marginalização dessas populações. O conceito de biopoder aplicado ao contexto amazônico mostra como o Estado usa suas políticas públicas para controlar e disciplinar as populações, ao mesmo tempo em que perpetua um modelo de desenvolvimento que privilegia a acumulação de capital em detrimento da preservação ambiental e do bem-estar das comunidades.

Além disso, a lógica capitalista que rege as políticas de desenvolvimento na Amazônia tem provocado impactos sociais e ambientais devastadores. O modelo adotado, baseado na exploração intensiva dos recursos naturais, não leva em consideração as especificidades culturais e socioambientais da região. A degradação ambiental, o extermínio de populações indígenas e a ausência de políticas públicas eficazes são resultados de um sistema que valoriza o lucro acima da vida. Nesse cenário, é urgente repensar as estratégias de desenvolvimento da Amazônia, priorizando a sustentabilidade e a inclusão social das comunidades locais.

Ao refletir sobre essas questões, é possível perceber que as políticas públicas na Amazônia precisam de uma reformulação urgente; reformulação essa que leve em consideração as necessidades reais das populações locais e o impacto das ações governamentais sobre o meio ambiente.

Caso contrário, o biopoder continuará a operar de forma a perpetuar as desigualdades e a devastação na região, enquanto o Estado se exime de suas responsabilidades.

Por fim, esta análise crítica destaca a importância de entender como as políticas públicas na Amazônia são moldadas não apenas por interesses econômicos, mas também por dinâmicas de poder que marginalizam as populações mais vulneráveis e priorizam o lucro acima da vida e da sustentabilidade ambiental.

REFERÊNCIA

ALMEIDA, A. W. B. Terras tradicionalmente ocupadas processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 9-32, maio 2004.

ATA. **Atas das reuniões na RESEX do Rio Unini**. Novo Airão: [s.n.], 2011.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, p. 71-86, 2005.

BRASIL. **Decreto nº 85.200, de 24 de setembro de 1980**. Cria, no Estado do Amazonas, o Parque Nacional do Jaú. Brasília, DF: Presidência da República, [1980]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Atos/decretos/1980/D85200.html#:~:text=Cria%2C%20no%20Estado%20do%20Amazonas%2C%20o%20Parque%20Nacional%20do%20Ja%C3%BA.&text=O%20PRESIDENTE%20DA%20REP%C3%A9BLICA%20%2C%20usando,Art%20.. Acesso em: 11 maio 2023.

BRASIL. **Decreto de 21 de junho de 2006**. Cria o Parque Nacional dos Campos Amazônicos, nos Estados do Amazonas, Rondônia e Mato Grosso. Brasília, DF: Presidência da República, [2006]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/dnn/dnn10859.htm. Acesso em: 11 maio 2023.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

CATIVO, C. K. V. A “**política**” na **política ambiental**: análise do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista do Rio Unini. 2020. 116 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020.

CATIVO, C. K. V.; JACAUNA, T. S.; LOUREIRO, V. R.; CASTRO, E. M. R. A

dinâmica da participação no Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista do Rio Unini. *In*: SILVA, S.; RIBEIRO, P.; ROCHA, S. D. (org.). **Movimentos Sociais e Serviço Social nas “Amazônias”**: diversidade, lutas sociais e direitos. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2023. p. 23-39.

FOUCAULT, M. Direito de morte e poder sobre a vida. *In*: FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1999. p. 125-152.

FOUCAULT, M. Aula de 17 de março de 1976. *In*: FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 285-315.

FOUCAULT, M. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

INDÍGENAS deixam comunidades após ataques de garimpeiros na Terra Yanomami, diz Conselho. **G1**, Boa Vista, 16 jun. 2021. Roraima. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/06/16/indigenas-deixam-comunidades-apos-ataques-de-garimpeiros-na-terra-yanomami-diz-conselho.ghtml>. Acesso em: 10 out. 2022.

JACAUNA, T. S. Como se governa a Amazônia? Redes sociais e governança ambiental em Unidades de Conservação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 35, n. 103, e3510302, 2020.

LOUREIRO, V. R. **Amazônia no século XXI**: novas formas de desenvolvimento. São Paulo: Empório do Livro, 2009.

MARQUES, G. S. Terra, território e América Latina: o desafio de cultivar a esperança. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 439-442, set./dez. 2021.

SANTOS, I. Único sobrevivente de raiva humana no Amazonas é transferido para enfermaria. **Amazônia Real**, Belém, 17 dez. 2020. Política. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/unico-sobrevivente-de-raiva-humana-no-amazonas-e-transferido-para-enfermaria/#:~:text=%C3%9Anico%20sobrevivente%20de%20raiva%20humana%20no%20Amazonas%20%C3%A9%20transferido%20para%20enfermaria,-Por%20Izabel%20Santos&text=Os%20pais%20de%20Mateus%20Santos,%C3%A0%20paciente%20de%20Covid%2D19>. Acesso em: 19 dez. 2022.

SCHERER, E. Mosaico Terra-Água: a vulnerabilidade social ribeirinha na Amazônia-Brasil. *In*: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra. **Anais** [...]. Coimbra: UC, 2004. p. 1-16. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/EliseScherer.pdf>. Acesso em: 14 out. 2022.

OS USOS DO PODER DO ESTADO E A NECROPOLÍTICA: O CASO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA ARIRAMBA

*Laiane Katrine da Silva Castro*⁴⁴

1. Introdução

Este artigo aborda a situação vivenciada pela Comunidade Quilombola Ariramba, localizada na fronteira entre os municípios paraenses de Óbidos e Oriximiná, na mesorregião do Baixo Amazonas. O acesso predominante à comunidade se dá por via fluvial, reforçando a profunda conexão com o território e com as águas. Os quilombolas de Ariramba se organizam politicamente em articulação com o movimento quilombola de Oriximiná, estabelecendo laços com o poder público municipal e inserindo-se nas dinâmicas políticas locais.

Embora a comunidade tenha sido oficialmente reconhecida pela Fundação Cultural Palmares em 2006, ainda enfrenta a lentidão do Estado quanto ao processo de titulação de seu território coletivo. Esse processo, sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), encontra-se estagnado, mesmo com o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) concluído.

44 Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: laianekcastro@gmail.com

Essa morosidade reflete um cenário comum entre as comunidades quilombolas brasileiras, que há muito tempo aguardam pela regularização de seus territórios.

Em vista disso, o objetivo central deste artigo é examinar as formas pelas quais o poder do Estado se impõe sobre o território quilombola Ariramba, evidenciando as intersecções entre necropolítica, territorialidade e a luta por direitos fundamentais. Na oportunidade, será discutido como o Estado utiliza seu poder e discurso para controlar os direitos dos povos quilombolas, resultando na omissão e negação de direitos fundamentais, como o reconhecimento, a demarcação e a titulação efetiva de seus territórios.

A análise fundamenta-se no conceito de necropolítica (Mbembe, 2016), que se refere ao poder de determinar quem vive e quem é destinado à morte, tanto física quanto social. No contexto das comunidades quilombolas, essa forma de poder se revela em práticas estatais que marginalizam e invisibilizam suas demandas por direitos étnico-territoriais. Como observado em diversas situações de campo, a vivência dos quilombolas é marcada pelo racismo, o que torna imprescindível tratar desse tema com a devida atenção.

A necropolítica, como mecanismo de controle estatal, modela as relações sociais e territoriais, influenciando diretamente as condições de vida das comunidades tradicionais. No Brasil, onde as desigualdades e a marginalização de grupos como os quilombolas são amplamente documentadas, o Estado frequentemente exerce seu poder de forma a definir quem tem direito à vida plena e quem é relegado a uma existência precária.

A Comunidade Quilombola Ariramba é um exemplo claro desse contexto, dado o enfrentamento de desafios históricos, políticos e socioambientais que afetam profundamente sua sobrevivência e identidade. A luta pelo reconhecimento e pela preservação de seu território é constantemente ameaçada pela exploração econômica e pela degradação ambiental, colocando seus habitantes em uma posição de vulnerabilidade diante de um Estado que, *via de regra*, atua como agente de opressão. Assim, esta pesquisa pretende analisar como os mecanismos da necropolítica se manifestam no contexto de Ariramba, refletindo sobre as implicações para a identidade, cultura e continuidade da comunidade.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

A abordagem metodológica deste estudo segue a análise situacional proposta por Max Gluckman (1987), que permite uma leitura integrada das dinâmicas locais e globais. Nesse particular, a análise situacional busca conectar eventos cotidianos da comunidade quilombola às macroestruturas de poder em nível nacional, revelando como as interações políticas locais refletem práticas mais amplas de controle e marginalização. No caso de Ariramba, as interações entre a comunidade e o Estado, bem como as alianças com o movimento quilombola de Oriximiná, mostram como as microdinâmicas de resistência estão ligadas a uma luta mais ampla por direitos territoriais.

Para fundamentar essa análise, foram utilizadas as contribuições teóricas de Mbembe (2013, 2016), especialmente em sua formulação acerca da necropolítica, que oferece uma chave interpretativa para compreender as formas de controle e violência exercidas pelo Estado sobre as populações quilombolas. Além disso, destacam-se a obra de Das e Poole (2008), com seu enfoque nas microdinâmicas da violência e da vida cotidiana, e as reflexões de Foucault (2012) sobre biopolítica, as quais proporcionam uma base teórica sólida para explorar como o poder opera nas margens do Estado, regulando quem tem direito à vida e quem é excluído dos direitos fundamentais, como o acesso à terra e à territorialidade.

O trabalho de campo, realizado nos anos de 2018 e 2019, foi fundamental para a coleta de observações etnográficas *in loco*. Durante esse período, foram registradas as vivências e resistências da Comunidade Quilombola Ariramba em sua luta pelo reconhecimento e titulação de seu território. Nesse processo, o método etnográfico permitiu captar as práticas cotidianas, as estratégias de resistência e as relações políticas da comunidade com o poder público, trazendo à tona a importância da territorialidade quilombola como um espaço de vida, cultura e luta política.

Dessa forma, este estudo combina a análise teórica com a observação direta em campo, buscando construir uma narrativa que conecte as microdinâmicas da vida cotidiana em Ariramba às macroestruturas de poder que configuram a realidade das comunidades quilombolas no Brasil. Por intermédio dessa abordagem, é possível refletir sobre como as formas de poder necropolítico afetam diretamente o direito à terra e à sobrevivência dessas populações, evidenciando as intersecções entre racismo, política estatal e marginalização socioeconômica.

2. Território quilombola Ariramba

O nome Ariramba, que designa uma ave nativa da região, também batiza o igarapé onde Joaquim Santos Oliveira e Tereza Santos Oliveira se estabeleceram na década de 1970. As arirambas-de-cauda-ruiva e as arirambas-da-mata são espécies comumente avistadas em toda a área, desde a entrada do igarapé até as margens onde o casal iniciou sua vida.

O território quilombola do Ariramba, situado no Baixo Amazonas, no município de Oriximiná-PA, é um espaço simbólico de resistência e afirmação cultural. Localizado na Amazônia, o quilombo enfrenta disputas territoriais em uma região rica em recursos naturais, mas cobiçada por interesses privados. Para a comunidade, o território é uma extensão de sua história ancestral e um símbolo da resistência negra. Segundo Almeida (2002), o quilombo representa não apenas uma forma de territorialização, mas um espaço de recriação cultural e política, desafiando as imposições coloniais.

A formação do quilombo de Ariramba está ligada a um processo histórico de fuga e resistência à escravidão, comum a muitos quilombos brasileiros. No entanto, essa história deve ser reinterpretada a partir de uma ótica decolonial, que reconhece o quilombo não apenas como refúgio, mas como um espaço ativo de criação de novas sociabilidades e de contestação ao projeto colonial. Nesse sentido, Nascimento (1982, p. 263) argumentava que “quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial”.

Situado no noroeste do Pará, o município de Oriximiná se destaca pela complexa tessitura étnica e cultural de sua população, composta por povos indígenas e quilombolas, herdeiros de uma longa história de resistência ao colonialismo e ao racismo estrutural. Oriximiná atualmente abriga 37 comunidades quilombolas, cujas origens remontam ao início do século XIX, quando os primeiros mocambos surgiram no alto curso do rio Trombetas e seus afluentes (Acevedo; Castro, 1993)

Populações negras escravizadas, em fugas tanto individuais quanto coletivas, adentraram a região amazônica, estabelecendo-se nas cabeceiras dos afluentes da margem esquerda do rio, acima das “águas bravas” — áreas caracterizadas por corredeiras e cachoeiras que criavam barreiras naturais contra as expedições coloniais de captura (Funes, 2000).

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Essas estratégias de fuga e territorialização não apenas simbolizam a busca pela liberdade, mas também evidenciam a construção ativa de novos espaços sociais fora dos limites da lógica colonial, onde os quilombolas reorganizavam suas formas de vida, saberes e alianças com outros povos, como indígenas e desertores (O'Dwyer, 2002).

Essas redes interétnicas e interculturais formadas ao longo do Trombetas e de seus afluentes não eram simples mecanismos de sobrevivência, mas expressões de uma cosmopolítica quilombola que, apesar do isolamento geográfico, integrava múltiplos sujeitos em relações de troca e reciprocidade, desafiando as fronteiras coloniais. Ao mesmo tempo, essa interação transcende o conceito de uma mera marginalização forçada, inserindo essas populações em um campo de resistência e negociação contínua, especialmente nas relações comerciais com os núcleos urbanos e outros atores, como comerciantes e brancos empobrecidos.

No final do século XIX, com a diminuição das expedições de recaptura e o gradual declínio do sistema escravista, que culminou na abolição em 1888, os quilombolas começaram a migrar para áreas de “águas mansas”, mais próximas dos centros urbanos e economicamente estratégicas, onde podiam se engajar em trocas comerciais de produtos da floresta por mercadorias que não produziam localmente. Essas mudanças territoriais resultaram na dispersão de diversas famílias negras pelas margens dos rios, lagos e igarapés da bacia do Trombetas, formando núcleos de povoamento que, na segunda metade do século XX, consolidaram-se em comunidades politicamente organizadas com o apoio da Igreja Católica (Carvalho, 2015).

Historicamente, esses territórios funcionaram como zonas de liberdade em um sistema que desumanizava corpos negros. Autores como Quijano (2000) argumentam que interpreta o quilombo como uma “zona de fronteira”, onde as normas da modernidade colonial são rejeitadas em favor de modos de vida que valorizam a autonomia e o conhecimento tradicional. No Ariramba, as práticas sociais e culturais estão profundamente conectadas à terra, vista como uma entidade viva e parte essencial da identidade coletiva. Nessa perspectiva, portanto, decolonialidade rejeita a visão capitalista da terra como recurso explorável e a interpreta a partir da perspectiva dos quilombolas, para quem a terra é vital à sua existência.

Os movimentos sociais negros trouxeram para o centro do debate político a questão da construção, reconhecimento e implementação do direito ao território. Em meio às disputas e discussões políticas, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) foi convocada pelo Ministério Público (MP) para contribuir com sua análise (O'Dwyer, 1999). Em outubro de 1994, por meio do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais (GTCNR), os pesquisadores desmantelaram a tendência de associar a definição das comunidades quilombolas a vestígios arqueológicos de ocupação temporal ou a evidências biológicas (ABA, 1994). Como explica Leite (2000):

São inúmeros os desafios, e o próprio termo “comunidade remanescente de quilombo” apresenta em si um conjunto de questões de ordem conceitual ainda por serem melhor discutidas e detalhadas, para que possa ser um instrumento de mediação às ações interpostas no judiciário. Um refinamento conceitual depende do conhecimento mais detalhado das várias situações existentes, e da colaboração de diferentes áreas científicas. Esta tarefa, sabemos agora, mais de uma década depois da promulgação da Constituição de 1988, não foi suficientemente cumprida, embora alguns passos tenham sido efetivamente dados em direção ao estabelecimento de diferentes projetos de pesquisa e debates entre os diferentes setores da sociedade (Leite, 2000, p. 351).

Nesse cenário, assegura-se, portanto, a plena participação dos remanescentes de quilombos no exercício da cidadania, garantindo-lhes o direito à titulação das terras por eles ocupadas. A promulgação dessa Constituição introduziu adicionalmente outros dispositivos destinados a assegurar e reconhecer esse povo, tornando-os sujeitos de direitos, assim com seringueiros, extrativistas, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, pescadores artesanais, dentre uma pluralidade de povos passaram a representar grupos sociais e sujeitos políticos que lutam pelos seus direitos, principalmente seus direitos territoriais.

A criação da Fundação Cultural Palmares (FCP) marcou o início de uma legislação voltada para o reconhecimento e certificação de territórios como quilombolas, visando garantir o acesso à terra e os direitos dessas comunidades. No entanto, o primeiro quilombo titulado com base nessa legislação foi o quilombo de Boa Vista, localizado no município de Oriximiná-PA, em 1995.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Durante o período de 1995 a 2003, houve poucos avanços nas titulações, devido à percepção de que havia poucas comunidades remanescentes de quilombo.

Contudo, a situação mudou com a elaboração do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 (Brasil, 2003), que reconheceu oficialmente a existência de territórios quilombolas pelo Estado brasileiro. Esse processo se inicia com a autodeclaração dos moradores da comunidade, que se reúnem, discutem e concordam em se autorreconhecerem como uma localidade quilombola, registrando essas deliberações em uma ata que é posteriormente enviada à Fundação Cultural Palmares. Deste modo, o decreto assegura:

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural (Brasil, 2003, art. 2º).

Esse reconhecimento resultou em um aumento significativo no número de pedidos de certificação, acompanhado por um movimento evidente de luta por parte dessas comunidades em busca da titulação. Diversos estados, como Pará, Maranhão, Piauí e Pernambuco, começaram a conduzir o processo de demarcação e titulação desses territórios. A autodeclaração representa o reconhecimento consciente de sua identidade, seja ela indígena, quilombola ou de uma população tradicional. Nesse sentido, Arruti (2006) enfatiza:

Assim, ao lado do paradigma histórico e etnológico das terras de uso comum, o conceito de grupo étnico impõe uma definição de remanescentes de quilombos calcada em critérios subjetivos e contextuais, marcados pela idéia de *contrastividade*, por meio da qual um grupo se percebe e se define sempre pela oposição (no caso, o conflito fundiário) a um outro.

O conceito de grupo étnico surge, então, associado à idéia de uma afirmação de identidade (quilombola) que rapidamente desliza semanticamente para a adoção da noção *de auto-atribuição*, seguindo o exemplo do tratamento legal dado à identidade indígena (Arruti, 2006, p. 93).

Os quilombolas, provenientes de origens diversas em território brasileiro, apresentam características singulares e complexas em suas organizações, contrariando a visão homogeneizadora que busca uniformizar e simplificar em uma única narrativa linear as estruturas, dinâmicas culturais e funcionamento de seus modos de vida. Na grandeza da Amazônia, observa-se um intrincado tecido social composto por uma pluralidade de grupos que se autodenominam de diferentes maneiras.

Nesse processo, alguns se referem a si mesmos como “povos e comunidades tradicionais”, enquanto registros mais antigos, datados entre 1988 e 1992, os descrevem como “povos da floresta”, expressão criada por Chico Mendes. Essas designações não apenas refletem a diversidade cultural da região, como também evidenciam a complexidade e a pluralidade das identidades locais e das relações entre os habitantes com o território amazônica.

Seguindo a abordagem proposta por Fredrik Barth (1969), é crucial perceber tanto a autodefinição dos grupos quanto a forma como são percebidos por outros. Em muitos casos, encontramos definições que apontam essas dinâmicas, tais como “rio dos pretos”, “lago dos pretos”, “comunidade dos pretos”, “lago do mocambo” ou até mesmo “comunidade dos morenos”, conforme observado por Almeida (1989) em seus estudos no Maranhão, onde analisou termos como “terras de santo”, “terras de preto” e “terras de índio” no contexto maranhense. Essas designações estão para além de representação, pois são reflexos emaranhados das identidades locais e das relações sociais. Diante disso, a condição de “remanescente de quilombo” destaca dois aspectos essenciais: identidade e território.

Ao assumirem a identidade quilombola, essas comunidades negras trazem consigo transformações significativas no tecido simbólico e material de seus territórios. Esse processo enriquece a valorização de suas tradições culturais e fortalece os laços de pertencimento, as relações coletivas com a terra e seus direitos territoriais.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Sob essa perspectiva, pretende-se iluminar as percepções dos mais velhos sobre como suas vidas e trajetórias se entrelaçam com a história de seu território. Compreende-se, assim, que o território é um fator imprescindível para a construção dessa identidade, onde a territorialização resulta da expansão do território e a territorialidade das manifestações sociais nele. A construção da identidade quilombola contribui para o estudo do território, considerando sua luta pela conquista da terra e pela afirmação de direitos materiais e simbólicos.

Para Little (2003):

os territórios dos povos tradicionais se fundamentam em décadas, em alguns casos, séculos de ocupação efetiva. A longa duração dessas ocupações fornece um peso histórico às suas reivindicações territoriais [...]. A expressão desta territorialidade, então, não reside na figura de leis ou títulos, mas se mantém viva nos bastidores da memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias da relação do grupo com sua área, o que dá consistência temporal ao território (Little, 2003, p. 265).

Nos estudos acerca dos grupos negros do Trombetas, Acevedo e Castro (1993) destacam a estreita ligação entre o território e a identidade cultural. As autoras ressaltam que o território não é apenas um contexto, mas uma parte fundamental na compreensão das experiências e desafios enfrentados por essas comunidades ressaltados pela etnicidade. Para os grupos negros rurais, o território não é apenas um espaço físico, mas uma necessidade vital, servindo como fonte de subsistência, uma vez que compartilham uma história comum e se identificam como quilombolas.

Assim, a identidade pela qual são reconhecidos se torna a base de suas lutas pelo reconhecimento dos direitos ancestrais à posse territorial. O território emerge como conceito fundamental na abordagem dos quilombos e da identidade quilombola, uma vez que as dinâmicas de ocupação, apropriação e as relações de poder estabelecidas cotidianamente nesses contextos e com esses agentes são cruciais para a identificação das características específicas dos grupos.

O quilombo enquanto categoria histórica detém um significado relevante, localizado no tempo, e na atualidade é objeto de uma reinterpretação jurídica quando empregado para legitimar reivindicações pelo território dos ancestrais por parte dos remanescentes de quilombo [...] O território é condição de existência, de sobrevivência física [...] (Acevedo Marin; Castro, 1993, p. 46).

Com isso, Leite (2000) estabelece a identidade quilombola como um processo em constante evolução, enraizado na luta pela terra e pela preservação das tradições culturais. A territorialização étnica dos quilombos representa uma forma de resistência e reafirmação da identidade dos descendentes de africanos escravizados no Brasil. Além da questão da posse da terra, o autor também enfatiza a importância da manutenção de práticas culturais e sociais que fortalecem a coesão e a identidade comunitária, apontando desafios contemporâneos, como a expropriação de terras e a necessidade de maior participação política para garantir seus direitos (Leite, 2000).

Arruti (2006) sustenta que a construção da identidade quilombola está intrinsecamente ligada à luta por reconhecimento e direitos territoriais. O autor explora como as comunidades quilombolas têm buscado afirmar sua identidade ao longo do tempo, reivindicando o direito às terras tradicionalmente ocupadas por seus antepassados, destacando os desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas no processo de titulação de suas terras e na garantia efetiva de seus direitos, bem como as estratégias de resistência e mobilização política adotadas.

A comunidade de Ariramba, por seu turno, subverte normas ocidentais individualistas e mercantilistas, adotando práticas como a economia comunitária, a agricultura sustentável e uma relação intrínseca com a natureza. Para Arruti (2006), essas práticas são expressões de resistência cultural que desafiam a hegemonia capitalista, constituindo formas de insurgência contínua contra a colonialidade. A luta pelo território no Ariramba exemplifica o conceito de “colonialidade do poder”, na perspectiva de Maldonado-Torres (2007), que denuncia a persistência de relações de exploração e dominação originadas no colonialismo. Para os quilombolas, a terra não é apenas um recurso, mas um espaço de memória, cultura e preservação.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

A pressão do agronegócio, da mineração e do Estado para expropriar terras quilombolas para fins lucrativos reflete, segundo Almeida (2002), a continuidade da lógica colonial. A luta pela titulação dessas terras é parte de uma resistência mais ampla contra o sistema colonial de apropriação. A morosidade estatal em regularizar os territórios quilombolas, apesar das garantias constitucionais pós-1988, evidencia o interesse em manter populações negras e tradicionais vulneráveis, perpetuando as dinâmicas de exclusão estabelecidas no período colonial (Martins, 2009). No caso do Ariramba, a luta pela descolonização das estruturas de poder é tão relevante quanto a luta pela terra.

Joaquim e Tereza casaram-se nos anos 1960 e, antes de se mudarem para o Ariramba, viveram com seus filhos no rio Cuminá, onde a subsistência era garantida por meio da pesca, caça e coleta de castanhas e ovos. Na década de 1970, o casal decidiu subir o igarapé Ariramba, estabelecendo-se ali com o intuito de facilitar a agricultura e moradia. Joaquim, preocupado com a preservação ambiental, adotou práticas de agroextrativismo e construiu casas afastadas das margens para evitar impactos negativos no curso d'água. Com o tempo, a família expandiu-se e seus descendentes povoaram ambas as margens do igarapé.

A partir dos anos 2000, a comunidade de Ariramba iniciou um processo formal de reconhecimento e titulação territorial. Em 2005, a Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo do Ariramba (ACORQA) solicitou a titulação de suas terras junto ao Incra e ao ITERPA. No entanto, a criação da Floresta Estadual (FLOTA) do Trombetas, em 2006, complicou esse processo, sobrepondo-se ao território quilombola. A criação da FLOTA trouxe restrições ao uso dos recursos da comunidade e facilitou a entrada de invasores, como garimpeiros e criadores de gado.

Em 2012, os conflitos se intensificaram, levando a denúncias ao Ministério Público. O ITERPA realizou a medição e demarcação do território, mas o processo de regularização segue pendente. Em 2017, o INCRA publicou o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da comunidade, e, em 2018, o Iterpa emitiu um título parcial das terras. Contudo, o processo de titulação ainda está inconcluso.

A sobreposição de Unidades de Conservação (UCs) e terras quilombolas reflete uma tensão contínua entre as comunidades tradicionais e o Estado. Enquanto os quilombolas reivindicam seu direito de uso da floresta, invasores ilegais exploram a área para caça, pesca e desmatamento. Em 2008, o INCRA recomendou a remoção dos invasores, mas, devido à morosidade do processo, sua permanência se estendeu. Conflitos com exploradores ilegais persistem e novas pressões econômicas e políticas ameaçam a estabilidade da comunidade (Carvalho; Pompermaier, 2022).

O reconhecimento territorial e a implementação de políticas públicas que respeitem a diversidade étnica vão além de uma questão legal, pois, primordialmente, trata-se de uma reparação histórica. A demora na titulação é uma extensão das estruturas coloniais que continuam a marginalizar essas comunidades. O Ariramba, como outros quilombos, resiste à erosão de suas memórias e identidades, lutando pela preservação de seu território, cultura e modos de vida.

3. Os usos do poder do estado e a necropolítica

A situação vívida pela Comunidade Quilombola do Ariramba pode ser comprovada à luz do conceito de necropolítica, proposto por Achille Mbembe (2013, 2016), que descreve o controle sobre a vida e a morte de população marginalizada pelo Estado e outros agentes de poder. A necropolítica se manifesta por meio da violência, da exclusão e da marginalização de certos grupos, que são considerados menos dignos de proteção e direitos. No caso da Comunidade Ariramba, esse controle se revela tanto na negligência estatal quanto na violência direta e estrutural sofrida pela população quilombola.

A ausência de políticas públicas que garantam direitos fundamentais à comunidade é um dos aspectos centrais dessa análise. A falta de acesso a serviços essenciais como saneamento, eletricidade, saúde e educação é uma forma de violência estrutural. Embora tais direitos estejam garantidos pela Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), o Estado brasileiro falha em efetivá-los para a população quilombola, contribuindo para sua invisibilidade social e relegando-as às condições de vida precária. Isso se configura como uma expressão clara da necropolítica, em que a vida dessas pessoas é desvalorizada e sua sobrevivência torna-se secundária em relação aos interesses do poder hegemônico (Mbembe, 2016).

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Outro ponto crítico é a burocratização e a demora no processo de titulação das terras da comunidade. A titulação territorial, assegurada constitucionalmente aos remanescentes de quilombos, é atrasada por décadas, expondo a comunidade à vulnerabilidade, intensificando os conflitos fundiários e dificultando sua permanência segura no território. A inércia do Incra e os obstáculos criados pelo ITERPA, como a sobreposição das terras quilombolas à Floresta Estadual do Trombetas, configuram um controle necropolítico. Aqui, uma negação sistemática do direito ao território permite que a exploração econômica de terceiros prevaleça sobre as necessidades das comunidades quilombolas, reforçando a opressão e marginalização (Mbembe, 2013).

A exploração territorial também se manifesta na presença de garimpeiros e criadores de gado na área, que continuam a explorar os recursos naturais, enquanto a comunidade quilombola tem seus direitos restritos. Mesmo com o reconhecimento oficial da presença de quilombolas pela Floresta Estadual, o plano de manejo suporta a invasão de terceiros, violando os direitos territoriais da comunidade. A necropolítica emerge quando o Estado permite ou é conivente com a exploração do território por agentes externos, relegando os quilombolas a uma situação de insegurança permanente e subordinação aos interesses econômicos (Santos, 2022).

Os conflitos territoriais intensificados a partir de 2012, com ameaças de morte e disparos contra líderes quilombolas, revelam uma dimensão violenta da necropolítica. Para Mbembe (2016), além da marginalização, a necropolítica também se manifesta por meio da violência direta, que define quais vidas podem ser sacrificadas. As ameaças e a violência contra os quilombolas evidenciam a fragilidade dos direitos dessa população e a falha do Estado em garantir sua proteção, permitindo que a violência se torne um instrumento de controle.

O isolamento geográfico da Comunidade Ariramba também é um elemento central dessa análise. A dificuldade de acesso, com cerca de oito horas de viagem até o centro urbano mais próximo, representa outra expressão da necropolítica, onde o território é usado como ferramenta de exclusão.

A ausência de infraestrutura de transporte adequada limita o acesso da comunidade a serviços essenciais, reforçando seu isolamento e dificultando sua integração à sociedade. Nesse sentido, a necropolítica regula a mobilidade desse povo, mantendo-as à margem do desenvolvimento e negando-lhes oportunidades de vida plena (Das, 2008).

Dessa forma, a situação da Comunidade Quilombola do Ariramba exemplifica uma manifestação da necropolítica em diferentes níveis: desde a negação de direitos básicos até a violência direta contra os quilombolas. O controle do território e da vida dessa população, por meio da exploração econômica, da burocratização do processo de titulação de terras e da ausência de políticas públicas, coloca em risco a existência da comunidade e de seu modo de vida. Mbembe (2016) aponta que a necropolítica é um dispositivo de poder que, ao decidir quem vive e quem morre, perpetua lógicas coloniais que continuam a marginalizar e violentar corpos racializados e suas terras.

A partir de estratégias de colonização e dominação (Mbembe, 2013), o Estado brasileiro prioriza o agronegócio e, ao mesmo tempo, dificulta o andamento de processos de povos e comunidades tradicionais, interferindo diretamente na garantia de seus direitos territoriais. Essa prática reflete um processo de genocídio racial que se perpetua desde o período colonial, com a ausência de políticas públicas que apoiem a gestão de terras e garantam a sobrevivência desses povos. No contexto da necropolítica, a ideia de “fazer viver, fazer morrer” (Mbembe, 2016) caracteriza a constante ameaça de morte e o comprometimento da reprodução cultural dessas comunidades.

Essa negligência, aliada ao racismo e à ausência do Estado, remete ao conceito de “governar pela ausência”, conforme Veena Das (2008). A ausência estatal é, na verdade, uma estratégia de controle que mantém o biopoder sobre a vida das tradições tradicionais. No contexto da Amazônia Legal, essa omissão permite que grandes empreendimentos, como mineradoras e projetos agroindustriais, sejam aprovados em detrimento dos direitos das comunidades quilombolas e outros povos tradicionais, perpetuando a lógica da exploração e da morte como instrumentos de poder (Foucault, 2012).

4. Considerações Finais

As considerações finais deste trabalho evidenciam que o poder do Estado na Comunidade Quilombola do Ariramba se manifesta tanto por ações quanto por omissões, configurando uma necropolítica estruturada. O Estado, ao decidir quais vidas são valorizadas e protegidas e quais são marginalizadas e deixadas à morte, perpetua a lógica colonial que subordina comunidades quilombolas e outros povos tradicionais aos interesses do capital e da exploração territorial.

O uso do poder do Estado na Comunidade Quilombola do Ariramba se revela em diversas formas de controle e omissão, conforme proposto por Achille Mbembe (2013, 2016). A relação entre o Estado e as comunidades quilombolas, como a de Ariramba, não se estabelece apenas pela ausência de ação, mas também pelo emprego de mecanismos de poder que moldam suas condições de vida e morte. Esses mecanismos incluem a negligência na efetivação dos direitos fundamentais, o controle burocrático do acesso à terra e a convivência com a exploração econômica.

Assim, o Estado pode ser considerado um agente necropolítico quando exerce ou permite o controle sobre quem vive e quem morre, de forma direta ou indireta. Essa ideia, elaborada por Mbembe (2013, 2016), refere-se ao poder de determinar a vida e a morte de certos grupos populacionais, especialmente os marginalizados e racializados. No caso da Comunidade Quilombola do Ariramba, o Estado brasileiro desempenha esse papel ao negligenciar direitos fundamentais, como acesso à saúde, educação, saneamento e regularização de terras. Ao não garantir esses direitos, o Estado priva as comunidades de uma vida digna, deixando-as vulneráveis a condições que comprometem sua sobrevivência.

Adicionalmente, a convivência estatal com a exploração de recursos naturais e o avanço de interesses estratégicos sobre os territórios quilombolas agrava essa situação, expondo os quilombolas à violência, ao deslocamento e à morte. A violência estrutural que emerge da ausência de políticas públicas e da burocratização dos processos de titulação de terras quilombolas também é uma forma de necropolítica, em que o Estado decide, por omissão ou ação, que essas nações não são dignas de pleno exercício de seus direitos.

Como destacado por Mbembe (2016), essa lógica necropolítica não se restringe a práticas violentas explícitas, como a repressão militar ou policial, mas também inclui formas sutis e estruturais de controle da vida e da morte, como a marginalização, a exclusão e a precarização de certos grupos. O Estado, ao falhar em proteger as populações quilombolas e ao facilitar a exploração de seus territórios por terceiros, participa desse processo necropolítico.

Dessa forma, fica claro que o Estado se configura como o maior agente necropolítico, priorizando relações econômicas em detrimento dos direitos dos povos da floresta. A própria Constituição brasileira (Brasil, 1988), embora reconheça direitos específicos para os povos indígenas e quilombolas, necessita de efetividade e avanços na atual conjuntura política. É fundamental que haja maior inserção e participação das comunidades nos processos de decisão que os afetam, garantindo que a titulação das terras seja efetivada o mais rápido possível. Somente assim, políticas efetivas poderão ser aplicadas para a melhoria da vida de todos que ali habitam.

A resistência dos quilombolas de Ariramba precisa ser entendida como uma luta pela descolonização em vários níveis: territorial, cultural e epistêmica. Segundo Fanon (1961), a descolonização é um processo violento porque exige a desconstrução das estruturas que sustentam o poder colonial. Para os quilombolas, a luta pela terra é inseparável da luta por direitos culturais e reconhecimento político.

Nesse sentido, as leituras decoloniais oferecem um arcabouço teórico para entender como a resistência quilombola não é apenas uma defesa de terras, mas uma afirmação de modos de vida alternativos ao sistema capitalista ocidental. A luta por direitos territoriais, conforme abordado por Almeida (2002), é uma luta por manter vivas as práticas culturais e modos de vida que o Estado e o capital tentam constantemente apagar ou subordinar.

Referências

ABA. **Documento do grupo de trabalho sobre comunidades negras rurais**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 1994.

ACEVEDO, R.; CASTRO, E. **Negros do Trombetas: guardiães de matas e rios**. Belém: UFPA-NAEA, 1993.

ALMEIDA, A. W. B. Terras de preto, terras de santo, terras de índio - uso comum e conflito. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 10, p. 163-196, 1989.

ALMEIDA, A. W. B. **Quilombos e as novas etnias**. Manaus: Editora UEA, 2002.

ARRUTI, J. M. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru: Edusc, 2006.

BARTH, Fredrick. Introduction. *In*: BARTH, F. (ed.). **Ethnic groups and boundaries: the social organization of culture difference**. Bergen: Universitets Forlaget; London: George Allen & Unwin, 1969. p. 12-24.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 maio. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF: Presidência da República,

[2003]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 14 mar. 2024.

CARVALHO, L. G. Histórias, memórias e representações da escravidão na comunidade quilombola do Ariramba. *In*: GRUPIONI, D. F.; ANDRADE, L. M. M. (org.). **Entre águas bravas e mansas, índios & quilombolas em Oriximiná**. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo: Iepé, 2015. p. 64-83.

CARVALHO, L. G.; POMPERMAIER, V. C. Disputas territoriais e conflitos ambientais nas fronteiras do Ariramba. **Antropolítica**: revista contemporânea de antropologia, Niterói, v. 54, n. 3, p. 438-463, nov. 2022.

DAS, V. **Vida e palavras**: violência e a descida ao ordinário. Berkeley: University of California Press, 2008.

DAS, V.; POOLE, D. El estado y sus márgenes: etnografías comparadas. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, núm. 27, p. 19-52, 2008.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa e J. A. Guilhaon Albuquerque. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

FUNES, E. **Comunidades Remanescentes dos Mocambos do Alto Trombetas**. Fortaleza: DH-UFC, 2000.

GLUCKMAN, M. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. *In*: FELDMAN-BIANCO, B. (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**: métodos São Paulo: Global Universitária, 1987, p. 227-267.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**, Brasília, DF, n. 28, n. 1, p. 251-290, 2003.

MALDONADO-TORRES, N. On the coloniality of being: contributions to the development of a concept. **Cultural Studies**, [s. l.], v. 21, n. 2, p. 240-270, 2007.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo: Contexto, 2009.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1 Edições, 2013.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2016.

NASCIMENTO, B. Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso. **Revista Estudos Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 6-7, p. 259-265, 1982.

O'DWYER, E. C. Remanescentes de Quilombos do Rio Erepecuru: o lugar da memória na construção da própria história e de sua identidade étnica. In: BRASIL: um país de negros? Rio de Janeiro: Ed. Pallas; Salvador, BA: CEAO, 2ª Edição, 1999.

O'DWYER, E. C. Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. In: O'DWYER, E. C. (org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 1-21.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e a classificação social. In: SANTOS, B. S. (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 73-117.

SANTOS, M. B. S. A necropolítica para territórios quilombolas: o racismo como tecnologia de organização do espaço. **Revista Nanduty**, [s. l.], v. 10, n. 16, p. 95-113, 2022.

VIGIAI TEU PATRIMÔNIO: GOVERNANÇA E GOVERNABILIDADE DOS PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS CABANOS EM VIGIA (PA).

*Jamyle Cristine Abreu Aires*⁴⁵

1. Introdução

O interesse de pesquisa pelas políticas públicas voltadas para o turismo tem se tornado uma realidade perceptível, dada a preocupação em se acompanhar ações do poder público, da iniciativa privada e, até mesmo, da sociedade civil organizada. Focando na realidade amazônica, destaca-se a contribuição de Nóbrega e Figueiredo (2014) como um importante estudo para a reflexão sobre as principais políticas públicas nesta região. Contudo, a maioria desses trabalhos aponta para o problema de se superar dificuldades com vistas à melhoria do beneficiamento socioeconômico proveniente da atividade.

O município de Vigia de Nazaré, no estado do Pará, apresenta patrimônio territorial que se formou somente a partir de 1734, onde o Círio de Nazaré, Igreja Matriz Madre de Deus, Capela do Senhor dos Passos, conhecida também como “Igreja do Bom Jesus”, Trem de Guerra, Museu Municipal – Casa do Barão de Guajará (personagem ilustre da história da cidade), entre outros, formam o Patrimônio Cultural da cidade de Vigia. Contudo, infelizmente, toda essa importância histórica de Vigia

45 Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: jamyle.aires@gmail.com

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

vinha sendo marginalizada e sua história pouco difundida entre sua comunidade, como é o caso do Movimento da Cabanagem e sua representatividade no local.

Dessa maneira, Vigia de Nazaré apresenta múltiplos aspectos que o diferenciam dos demais municípios paraenses. Localizado na região turística (polo) Amazônia Atlântica, Vigia de Nazaré possui diferenciais significativos que conformam uma potencialidade para o turismo e para a estruturação espacial da gestão pública, bem como da cadeia produtiva mediante o Programa de Regionalização do Turismo. A questão patrimonial, por sua vez, surge como norteadora e mapeadora de incentivos de pesquisas para investimentos efetivamente benéficos na utilização de uma potencialidade que pode existir através das heranças do Movimento da Cabanagem na cidade.

Assim, esta pesquisa investigou a dinâmica dos investimentos governamentais relacionados ao planejamento e à gestão do patrimônio ligado ao Movimento da Cabanagem em Vigia de Nazaré, com ênfase em seu potencial para o turismo. O objetivo principal foi identificar a abundância de patrimônio cultural em contraste com a escassez de ações que promovam a conservação, preservação e valorização desse patrimônio, bem como entender suas implicações para o turismo na região.

Para alcançar esses objetivos, utilizou-se análise bibliográfica para compreender conceitos relacionados a políticas públicas, turismo, patrimônio histórico e o Movimento da Cabanagem. Além disso, foi conduzida uma pesquisa documental para entender os investimentos do poder público no desenvolvimento do turismo na região turística (polo) Amazônia Atlântica, especificamente em Vigia de Nazaré.

Destaca-se que essa abordagem permitiu analisar a inter-relação entre governança e governabilidade, políticas públicas e turismo, bem como o nível de envolvimento e conscientização da comunidade em relação ao desenvolvimento turístico baseado em patrimônio. A pesquisa também considerou a falta de uma instância de governança efetiva em Vigia de Nazaré, conforme discutido na seção “Avaliação das instâncias de governança: esse patrimônio é de quem?” e nas conclusões deste trabalho.

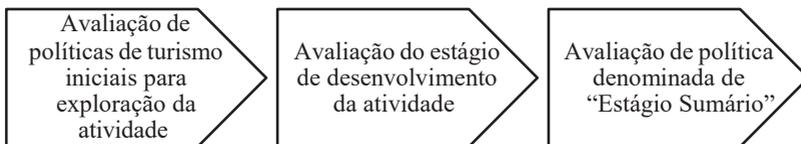
2. Políticas públicas na Amazônia: governança e governabilidade do turismo e do patrimônio no Pará.

O economista Douglas North enfatiza o papel da cultura e do Estado na determinação das trajetórias de dependência, com mudanças culturais desempenhando uma função importante na desestabilização de instituições e mudanças institucionais (Levi, 1991). Ainda conforme o autor em referência, para efetuar mudanças consolidadas a partir de agentes mais fracos nas instituições, faz-se necessário usar qualquer recurso disponível ou reduzir o poder de barganha dos agentes que controlam as estruturas institucionais, permitindo que as camadas menos favorecidas tenham influência nas decisões políticas.

Na região amazônica, os municípios têm buscado desenvolver o turismo como uma prática econômica para impulsionar o desenvolvimento regional. No entanto, para que isso ocorra efetivamente, importa envolver a comunidade na tomada de decisões, compreendendo suas necessidades e colaborando na formulação de um planejamento adequado (Figueiredo *et al.*, 2013; Nóbrega, 2012).

Diante do que foi exposto, as políticas públicas de turismo, segundo Nóbrega (2012), podem ser estudadas partindo-se de três importantes paradigmas: o primeiro visa compreender causas e conseqüências de decisões políticas, melhorando o conhecimento acerca da sociedade, enquanto o segundo, na sequência, analisa as causas e conseqüências (possivelmente) ocasionadas pelas políticas em uma determinada região para, por fim, assegurar-se que as políticas apropriadas sejam adotadas a fim de alcançar as metas adequadas (Dye, 1992 *apud* Hall, 2003). Logo, existem três estágios diferentes para se avaliar a política pública no turismo (Edgell *et al.*, 2008), como demonstra Figura 1.

Figura 1 - Estágios de avaliação de políticas públicas no turismo.



Fonte: Elaboração da autora a partir de Edgell *et al.*, 2008 e Nóbrega, 2012.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Com base em Edgell *et al.* (2008) e Nóbrega (2012), a avaliação da gestão de destinos turísticos passa por três fases distintas. A primeira fase enfoca questões ambientais, como o uso de recursos naturais e problemas como tráfego e poluição de lençóis freáticos, bem como preocupações socioeconômicas, incluindo a geração de empregos e renda local. A segunda fase destaca a importância de priorizar características ambientais e socioculturais específicas de cada localidade. Já na última fase, é fundamental considerar a assimilação de princípios e normas existentes para avaliar a situação da política pública na realidade em questão.

De acordo com Nóbrega (2012), a gestão de destinos turísticos enfrenta desafios complexos devido à globalização, com ênfase na competitividade e sustentabilidade. Nesse contexto, as instâncias de governos regionais ganharam maior responsabilidade, com a criação do Ministério do Turismo (MTUR), em 2003, e a implementação do Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil (PRT). Este, alinhado com o Plano Nacional de Turismo (PNT) 2003-2007, visava fortalecer grupos representativos da cadeia produtiva do turismo e promover a governabilidade entre as instâncias de governança.

Essa iniciativa levou ao fortalecimento das instâncias de governança, como o Conselho Nacional de Turismo (CNT), o Fórum Nacional de Turismo (Fornatur) e os fóruns e conselhos estaduais. No entanto, apenas três polos turísticos no Pará receberam uma definição de roteiros que fortaleceram os grupos representativos da atividade turística, a saber: Polo Tapajós, Polo Marajó e Polo Belém. Vigia, por não fazer parte desses polos, não explorou seus recursos turísticos da mesma forma que outros municípios. No entanto, o polo Amazônia Atlântica, onde Vigia está inserido, possui atrações turísticas significativas, incluindo praias, a relevância religiosa do Círio de Nazaré na cidade, seu carnaval e a importância histórica do Movimento da Cabanagem no município.

Hoje, discute-se a capacidade de o Estado reestruturar condições político-sociais, organizacionais e de gestão para lidar com os desafios emergentes, como a valorização do patrimônio cultural para o desenvolvimento do turismo.

Nesse contexto, o conceito de governança desempenha um papel fundamental na formulação, execução e avaliação de políticas públicas, promovendo a colaboração entre o governo e a sociedade para alcançar efetividade e transparência nesses processos (Santos, 2004; Araújo, 2002; Araújo, 2010).

Considerando os diversos tipos de problemas políticos, é fundamental que os agentes encarregados de os resolver compreendam as variáveis que podem ou não ser utilizadas na busca por soluções, independentemente da escala ou complexidade do problema (Peters, 2015). No contexto amazônico, essa tarefa se torna ainda mais desafiadora devido à vasta extensão da região. Uma abordagem possível frente a esses desafios nesta realidade é a adoção do conceito de policentrismo, conforme proposto por Ostrom (1972), o qual se aplica à organização de processos políticos relacionados a recursos de propriedade comum em que os centros de autoridade são os próprios atores que possuem influência ou recursos. Esses agentes interagem de forma autônoma e mútua, mantendo a independência para organizar suas relações dentro de um sistema geral de regras.

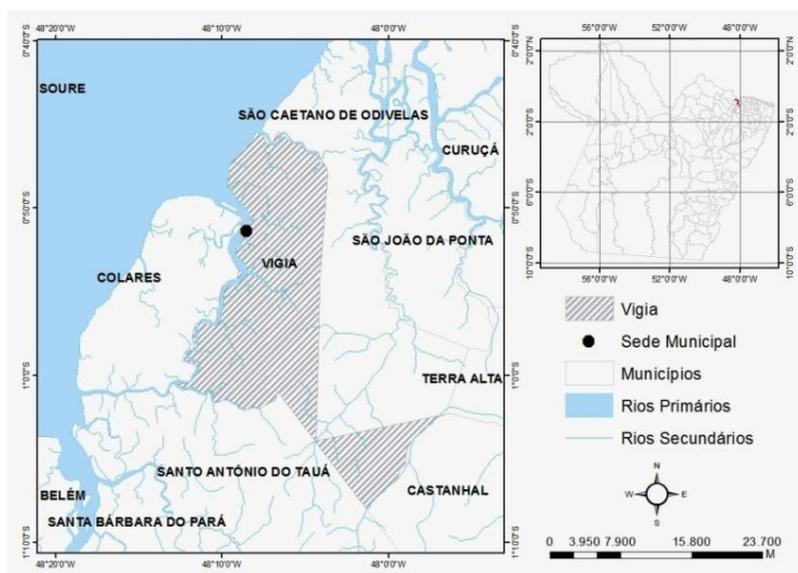
O governo do estado do Pará lançou o Plano Executivo Ver-o-Pará, em novembro de 2011, com o objetivo de inovar e promover o Pará de duas maneiras principais. Primeiro, buscando impulsionar o turismo por meio do uso de ferramentas de inteligência de mercado, com a Companhia Paraense de Turismo (Paratur), inicialmente encarregada dos direcionamentos técnicos e ferramentas necessárias. Segundo, fortalecendo as políticas públicas relacionadas ao turismo, uma responsabilidade atribuída à Secretaria de Turismo do Estado do Pará (Setur), que posteriormente absorveu as funções da Paratur como parte de um esforço de reestruturação para reduzir os gastos públicos.

No entanto, apesar dos esforços do governo estadual para promover o turismo, os municípios muitas vezes não contribuem adequadamente para o desenvolvimento do setor. Isso ocorre em grande parte devido à falta de secretarias municipais dedicadas exclusivamente à administração da atividade turística. Por exemplo, o município de Vigia possui uma Secretaria de Cultura, Turismo, Desporto e Lazer, cujo orçamento deve abranger todas essas áreas, o que pode dificultar o foco e a eficácia das ações voltadas para o turismo.

3. Vigia cabana: a constituição social e histórica do movimento cabanagem e a riqueza patrimonial de Vigia de Nazaré

Vigia de Nazaré, situado no estado do Pará, faz parte do polo turístico Amazônia Atlântica, abrigando uma rica herança cultural e histórica. Com uma área de 642 km² e uma população estimada de cerca de 47.000 habitantes, de acordo com o censo de 2010 (IBGE, 2010), a cidade está localizada na microrregião do Salgado, às margens do furo do Guajará-Mirim, a aproximadamente 93 km da capital paraense, Belém (Figura 2).

Figura 2 – Localização Geográfica de Vigia de Nazaré



Fonte: elaborado pelo LAENA/NAEA, 2015.

A história de Vigia de Nazaré remonta à instalação de uma guarita na orla do Rio Guajará-Mirim, posteriormente transformada em um posto alfandegário chamado Vigia. Esse posto desempenhou um papel crucial na fiscalização e proteção da navegação na região, contribuindo para a origem do nome da cidade (Soeiro, 1991; Pará, 2002).

O patrimônio cultural de Vigia é rico e diversificado, incluindo elementos notáveis como o Círio de Nazaré, a Igreja Matriz Madre de Deus, a Capela do Senhor dos Passos (também conhecida como “Igreja de Pedra”), o Trem de Guerra e o Museu Municipal de Vigia. Esses tesouros históricos e culturais conferem à cidade autenticidade e originalidade distintas (Costa *et al.*, 2013).

No entanto, o patrimônio de Vigia enfrentou desafios significativos, incluindo atos de vandalismo e intervenções inadequadas, devido à falta de orientação técnica apropriada para sua preservação, resultando em impactos negativos (Costa *et al.*, 2013). A cidade desempenhou um papel de destaque na história da Cabanagem, um movimento popular no Pará que buscava mudanças políticas, sociais e econômicas. Além disso, abrigou tradições religiosas, com destaque para o Círio de Nazaré, uma manifestação religiosa com raízes profundas na região, sendo a mais antiga manifestação religiosa na Amazônia.

Dito isso, é fundamental reconhecer que o patrimônio cultural não se limita a grandes edifícios ou obras de arte, abrangendo todos os elementos que fazem parte da cultura de um grupo social. Portanto, a capacidade de (re)criar e (re)direcionar manifestações culturais também é considerada patrimônio, desde que contribua para a identidade coletiva de uma comunidade. A sociedade vigiense precisa compreender a importância de seu patrimônio e estar mais preparada para participar dos processos de governança e preservação desses bens coletivos, garantindo assim a continuidade de suas ricas tradições e legados culturais.

Quando se trata da Cabanagem, um movimento histórico que ocorreu também na cidade de Vigia, é importante abordar o tema com base nos relatos existentes. No entanto, mesmo dentro do Pará, existem divergências sobre os reais motivos, contextos, desfechos e constituição desse movimento grandioso em questões regionais. Chiavenato (1984) destaca a dificuldade de esclarecer muitos acontecimentos da Cabanagem, pois acerca da Cabanagem paraense só existem os documentos do poder.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

A Revolta da Cabanagem teve suas raízes na insatisfação política que eclodiu após a independência do Brasil. Sob a liderança de Greenfell, a revolta resultou na prisão e morte de muitos insurgentes, principalmente no trágico episódio ocorrido no navio “Brigue Palhaço” (Brigue Maranhão), conhecido como o “massacre do Brigue Maranhão”. Esse evento exacerbou os conflitos entre os partidários dos portugueses e os defensores do nacionalismo antilusitano (Guedes, 2011).

Apesar de sua importância histórica, a Cabanagem permanece relativamente obscurecida na memória coletiva do Brasil, devido a várias razões, incluindo a falta de consenso histórico e a supressão de sua lembrança em detrimento de outras revoltas e revoluções. O que torna a Cabanagem notável é o fato de ser o único movimento político no Brasil em que as classes mais desfavorecidas assumiram efetivamente o controle do poder, resultando em uma verdadeira “revolução pública”. A revolta aboliu hierarquias sociais tradicionais e instaurou um regime de poder exercido diretamente pelo povo (Chiavenato, 1984).

O movimento durou de 1833 a 1840 e contou com a participação de negros, índios, tapuios, mulatos e brancos de baixa posição social, bem como indivíduos das camadas médias e altas. Nomes como Manuel Barbeiro, Patriota, Joaquim Antônio, Félix Clemente Malcher e Eduardo Angelim representam a diversidade social e econômica dos participantes. A presença ativa de negros e índios na Cabanagem é digna de nota, uma vez que esses grupos desempenharam um papel fundamental na revolta, manifestando ideais de igualdade social e contribuindo para a formação da identidade amazônica (Guedes, 2011).

Um marco significativo relacionado à Cabanagem em Vigia de Nazaré é o edifício conhecido como Trem de Guerra ou Casa-Quartel. Originalmente, foi residência do Juiz de Paz local, João de Sousa Ataíde, e serviu como refúgio para autoridades legalistas durante a revolta. O local testemunhou episódios violentos, incluindo o assassinato de todos os moradores e militares que se abrigaram lá.

Destaca-se que, devido à deterioração, o edifício foi demolido e reconstruído, preservando apenas suas características externas originais (Costa *et al.*, 2013). Diante deste prisma, a história de Vigia de Nazaré e a Cabanagem são capítulos significativos da historiografia brasileira, revelando a riqueza cultural, social e histórica da região. A preservação desse patrimônio, tanto material quanto imaterial, é fundamental para manter viva a identidade e as tradições dessa comunidade única.

4. Avaliação das instâncias de governança: esse patrimônio é de quem?

A metodologia utilizada para condução desta pesquisa se deu através de abordagem qualitativa, por intermédio do levantamento de literatura acerca dos temas necessários intermediada por pesquisas exploratórias, que buscaram mapear informações sobre os investimentos públicos realizados pela Setur no município de Vigia por meio de pesquisa documental e *surveys* que visaram colher os conteúdos em sua essência, isto é, ainda não tratados.

Consultas e revisões bibliográficas relacionadas às categorias teóricas estabelecidas neste projeto de pesquisa, bem como pesquisas documentais, além da investigação de trabalhos acadêmicos publicados em revistas ou disponíveis em anais na internet, nos sites de universidades e na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), foram conduzidas. Adicionalmente, por meio da internet, foram obtidos dados relacionados ao setor turístico e seus investimentos no estado do Pará, abrangendo outras categorias de pesquisa necessárias para a análise proposta neste estudo.

Diante disso, adotou-se uma abordagem de pesquisa que incluiu estudos descritivo-explicativos, análises bibliográficas e documentais, focados na inter-relação entre governança, governabilidade, políticas públicas e turismo, especialmente no que se refere ao desenvolvimento do turismo sob a perspectiva patrimonial. Após a compreensão e consolidação do referencial teórico essencial para este trabalho, que abrangeu conceitos como cadeia produtiva, governança, governabilidade, patrimônio, movimento da Cabanagem e temas correlatos, prosseguiu-se com a pesquisa de dados secundários.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Esses dados, já disponíveis em fontes como o IBGE, Dieese, Setur, Paratur, portal da transparência, entre outros, foram coletados no período de maio de 2015 até setembro de 2023, possibilitando a realização de análises qualitativas dos dados relacionados ao turismo no estado do Pará e no município de Vigia de Nazaré.

Acerca da estruturação municipal quanto ao planejamento e gestão do turismo em Vigia, existe um departamento específico subordinado à Secretaria de Cultura, Turismo, Desporto e Lazer de Vigia de Nazaré. A missão da secretaria perpassa pela adoção de medidas que têm como objetivo o levantamento, bem como a preservação, em esfera estadual, do patrimônio imaterial, histórico, artístico e arquitetônico do município. Contudo, uma das poucas atividades realizadas em Vigia, que realmente tem a possibilidade de contribuir com esta missão, é a que envolve a educação patrimonial. Nesse sentido, alguns professores da rede municipal de ensino organizam atividades que são desenvolvidas, na maioria das vezes, no Museu da Vigia, visando à busca por conhecimentos regionais.

Para a avaliação do desempenho das instâncias de governança do turismo no município de Vigia, partiu-se dos pressupostos da matriz de elementos da governabilidade do turismo de Nóbrega (2012), destacando neste estudo a disseminação e o acesso das informações entre os integrantes da instância dentre os sete elementos-bases para a construção da matriz, sendo os outros seis: o processo eletivo dos integrantes da instância; o equilíbrio da representatividade da instância; a avaliação do desempenho da instância; a participação qualitativa entre os membros da instância; a realização de avaliações sistemáticas do grupo; e a quantidade e qualidade das parcerias firmadas pela instância.

A escolha da avaliação da disseminação e do acesso das informações entre os integrantes da instância se deu em virtude do objetivo da secretaria e do departamento de turismo de garantir o acesso da população à produção e fruição de bens culturais por meio da oferta de um sistema público e diversificado de programas, projetos e serviços.

Diante de tudo que foi explanado, através das pesquisas realizadas no portal da transparência, verificou-se a pouca importância que vem sendo dada a Vigia no que tange ao planejamento de políticas públicas patrimoniais na localidade. O portal (Agência Pará, 2024) desenvolvido pela Diretoria de Comunicação Institucional da Secretaria de Estado de Comunicação do Governo do Pará, na seção por busca de notícias de investimento em turismo, apresenta 0 (zero) resultados ao se utilizar os termos-chave “vigia + turismo”, “vigia + patrimônio”, “vigia + cabanagem”, “vigia + investimento”. Obviamente pode se tratar apenas da falta de divulgação por parte da Secretaria de Comunicação, contudo, essa falta de divulgação acarreta a falta de informação da sociedade interessada.

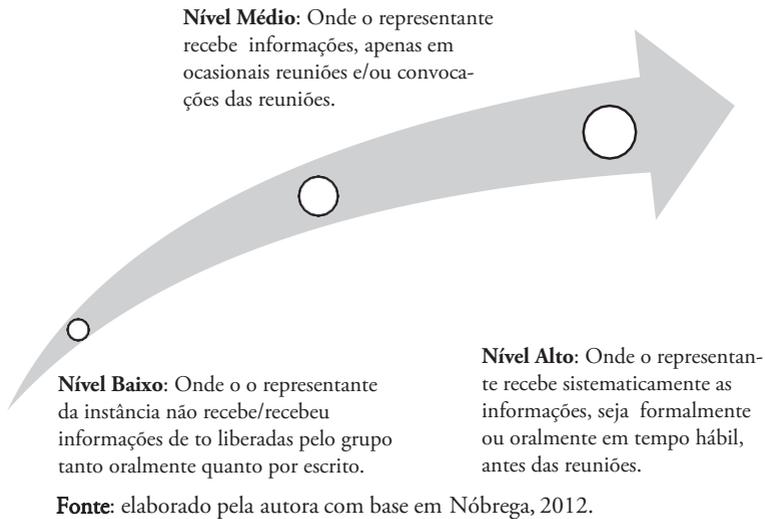
No site da Setur (Pará, 2023), dentre as notícias em que o município de Vigia é citado, não se comenta ou se aborda investimentos em infraestrutura voltados para o turismo. A maior parte das notícias está relacionada a investimentos em qualificação, tanto de gestores quanto de profissionais do *trade*, os acontecimentos do Círio de Vigia, bem como o carnaval.

Não desmerecendo o investimento/qualificação das pessoas que trabalham com a atividade, mas é mais efetivo quando se tem uma estrutura base minimamente apropriada para se trabalhar. Ainda através da internet, ao se buscar pela palavra “Cabanagem” no portal da prefeitura municipal (Vigia, 2024), não se obtém nenhum resultado, até mesmo quando se pesquisa sobre o Trem de Guerra ou o Paço Municipal, que, historicamente, foram importantes para o movimento da Cabanagem em Vigia.

Para a análise da disseminação das informações entre os integrantes das instâncias, tem-se o aporte de Nóbrega (2012), Canclini (2001) e Bordenave (1994), que destacam o importante papel exercido através da democratização de informações na busca pelo fortalecimento da relação confiável entre os grupos. Para tal, Nóbrega (2012) estabelece três níveis de disseminação de informação, conforme ilustrado na Figura 3.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Figura 3 : Níveis de disseminação de informação entre instâncias



Isso evidencia claramente que, mesmo quando existem políticas públicas com o propósito de descentralizar a gestão do turismo (Nóbrega, 2012), a autonomia concedida aos estados e municípios para desenvolver o setor muitas vezes se mostra ineficaz quando não há uma estrutura governamental dedicada ao turismo como uma prioridade na busca por recursos destinados à melhoria da infraestrutura municipal.

Como resultado, essas localidades acabam subutilizando seu potencial turístico. A capacidade de governança é substancialmente prejudicada quando o setor público, a sociedade civil e as entidades privadas não conseguem estabelecer uma colaboração eficaz visando ao desenvolvimento do turismo local. Com efeito, todo o valioso patrimônio cultural permanece desprovido de investimentos, parcerias, convênios ou quaisquer outras ações que possam contribuir para a criação de instâncias de governança voltadas para o turismo.

Diante do exposto, esta pesquisa evidencia que, com base nos dados obtidos, não existem instâncias de governança estabelecidas em Vigia de Nazaré.

Isso resulta na carência de disseminação e acesso adequados às informações entre os poucos membros da (quase inexistente) estrutura de gestão municipal. Essa lacuna acentua ainda mais a urgência de aprimorar a gestão do patrimônio cultural no município, que abriga uma ampla variedade de atrativos ainda subutilizados.

Dessa maneira, Vigia de Nazaré manifesta uma necessidade evidente de representantes ativos e bem-informados sobre a atividade turística, especialmente no contexto do patrimônio cultural, utilizando, neste estudo, o exemplo do Movimento da Cabanagem, mas considerando também os diversos outros atrativos do município. Somente com uma população mais consciente e participativa na governança das políticas públicas patrimoniais municipais será possível impulsionar o desenvolvimento do turismo de forma eficaz.

5. Considerações Finais

A região amazônica atualmente se configura como um local de potencial turístico a ser explorado para alcançar objetivos econômicos significativos. No entanto, apesar desse potencial, o desenvolvimento do turismo enfrenta desafios substanciais que impedem sua expansão e progresso. Um dos principais problemas abordados neste estudo é a falta de cooperação entre os responsáveis pela promoção e estabilização do turismo e os principais agentes sociais envolvidos, direta ou indiretamente, na execução da atividade na região.

Esta pesquisa abre espaço para um debate crucial, direcionado aos gestores públicos, com o intuito de identificar e implementar novas abordagens voltadas para a valorização e preservação do patrimônio em Vigia de Nazaré. Embora o interesse das políticas públicas pelas demandas dos atores sociais seja uma tendência recente, a intensificação da análise dos fenômenos sociais, seja por indivíduos ou coletivos com representatividade local, expandiu o conceito de governança para além do “controle” do Estado, algo que ainda não foi efetivado em Vigia. O cerne da governança reside na maneira como as políticas governamentais são formuladas e implementadas, incluindo o processo de tomada de decisões; etapas essas que, infelizmente, ainda não são visíveis no município.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

O desenvolvimento do turismo, com foco no desenvolvimento regional, está intrinsecamente ligado à necessidade contínua de reavaliar e reformular as políticas públicas locais. Somente quando os atores sociais participarem ativamente das decisões sobre o patrimônio cultural relacionado ao turismo, a atividade poderá prosperar. A falta de dinamismo nos investimentos governamentais nas ações de planejamento e gestão destinadas à valorização e preservação patrimonial, especialmente relacionada ao Movimento da Cabanagem em Vigia, é notável e se reflete na inexistência aparente de uma instância de governança real no município.

A abordagem policêntrica, proposta por Ostrom (1972), destaca a necessidade de envolvimento de agências regionais, organizações comunitárias, cooperativas locais, indústrias e empresas para formar um conjunto de centros de autoridade individuais. Essa abordagem se baseia na compreensão de que o governo público deve colaborar com o setor privado, criando um modelo policêntrico que envolve negociações entre diferentes partes interessadas na construção de regulamentações que atendam aos seus interesses.

É evidente, com base na análise dos dados coletados, que Vigia de Nazaré possui um vasto patrimônio com potencial turístico significativo, porém, subutilizado devido à falta de ações que promovam sua conservação, preservação e valorização, em grande parte em razão da falta de investimentos adequados. Portanto, uma reformulação das políticas públicas no município é imperativa, considerando não apenas sua formulação e alocação de recursos, mas também a historicidade, os interesses dos atores envolvidos e os impactos positivos ou negativos sobre a comunidade local.

Nesse contexto, o Estado precisa desempenhar um papel mais significativo na revisão de suas políticas públicas, direcionando seu foco para o financiamento e controle dessas políticas, enquanto a produção e execução seriam tarefas a serem realizadas por atores locais mais próximos das áreas onde as políticas públicas são necessárias. Isso se alinha com a ideia de policentrismo, onde a diversidade de atores, setores e funções desempenhadas por esses atores é crucial, desde que a população local esteja devidamente capacitada para delinear novas políticas.

Referências

AGÊNCIA PARÁ. **Agência Pará**, Belém, 2024. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/>. Acesso em: 10 maio 2024.

ARAÚJO, A. N. S. M. Articulação entre o conceito de governança e as funções de planejamento e controle na gestão de políticas públicas. *In*: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 3., 2010, Brasília, DF. **Anais** [...]. Brasília, DF: UnB, 2010. p. 1-13.

ARAÚJO, V. C. **A conceituação de governabilidade e governança, da sua relação entre si e com o conjunto da reforma do Estado e do seu aparelho**. Brasília, DF: IPEA, 2002. (Texto para discussão, n. 45).

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2001.

CHIAVENATO, J. J. **Cabanagem: o povo no poder**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

COSTA, A. C. J. *et al.* **Pesquisa de campo da atividade “Plano interpretativo do patrimônio material de Vigia de Nazaré”**. Belém: FACTUR/ICSA/UFPA, 2013.

EDGELL, D. L.; ALLEN, M. D.; SMITH, G.; SWANSON, J. R. **Tourism policy and planning: yesterday, today and tomorrow**. New York: Elsevier, 2008.

FIGUEIREDO, S. L.; AZEVEDO, F. F.; NÓBREGA, W. R. M.; MARANHÃO, C. H. S. Turismo em foco: globalização e políticas públicas. *In*: AZEVEDO, F. F. *et al.* (org.). **Turismo em foco**. Belém: NAEA, 2013. p. 11-27.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

GUEDES, A. S. **As fontes de informação significantes para a construção da representação mental e social da Cabanagem no Estado do Pará (Brasil)**. 2011. 321 f. Tese (Doutorado em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto/Universidade de Aveiro, Porto, 2011.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 8. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

IBGE. Vigia. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/vigia/panorama>. Acesso em: 20 out. 2022.

LEVI, M. Uma lógica de mudança institucional. **Dados: revista de ciências sociais**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 79-99, 1991.

NÓBREGA, W. R. M. **Turismo e políticas públicas na Amazônia brasileira: instâncias de governança e desenvolvimento nos municípios de Santarém e Belterra, oeste do estado do Pará**. 2012. 308 f. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

NÓBREGA, W. R. M.; FIGUEIREDO, S. J. L. Turismo e gestão pública: uma avaliação das instâncias de governança no oeste do estado do Pará. *In*: PIMENTEL, T. D.; EMMENDOERFER, M. L.; TOMAZZONI, E. L. (org.). **Gestão Pública do Turismo no Brasil?: teorias, metodologias e aplicações**. Caxias do Sul: EDUCS, 2014. p. 360-396.

OSTROM, V. Policentricity. **Annual Meeting of the American Political Science Association**, Washington D.C., p. 1-47, 1972. Disponível em: <https://dlc.dlib.indiana.edu/dlc/handle/10535/3763>. Acesso em: 18 out. 2022.

PARÁ. **Vigia - Museu Contextual**. Belém: Secretaria Executiva de Cultura; Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, 2002.

PARÁ. Início. **Secretaria de Estado de Turismo**, Belém, 2023. Disponível em: <https://www.setur.pa.gov.br/>. Acesso em: 16 set. 2023.

PETERS, B. G. Policy problems. *In*: PETERS, B. G. **Advanced introduction to public policy**. Cheltenham: Edward Elgar, 2015. p. 13-33.

SANTOS, S. C. **Cabanagem**: crise política e situação revolucionária. 2004. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

SOEIRO, J. I. F. **Noções de história da Vigia**. Belém: CEJUP, 1991.

VIGIA. Início. **Prefeitura Municipal de Vigia**, Vigia, 2024. Disponível em: <https://vigia.pa.gov.br/>. Acesso em: 14 ago. 2024.

CENAS DE USO DE CRACK E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CONTEXTO NO BRASIL, UMA REFLEXÃO PRELIMINAR: MEANDROS ENTRE AUTORIDADE E CUIDADO

*Alan Pereira Dias*⁴⁶

1. Introdução

O fenômeno do uso de crack e/ou similares – pasta base, merla e óxi, substâncias psicoativas estimulantes, obtidas a partir da mistura da pasta base de coca ou cocaína em estado sólido⁴⁷ – tem evidenciado novas implicações acerca da temática de drogas no Brasil nas últimas décadas. Isso se agrava principalmente com o cenário de epidemia veiculado por meios de comunicação, responsáveis por terrificar a população e desafiar o poder público, assim como os dispositivos voltados à questão das drogas, no intuito de uma resposta a tal problemática.

46 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: alan-lp@hotmail.com

47 Além disso, essas substâncias psicoativas são compradas na forma de pedra e, geralmente, fumadas com o auxílio de cachimbo, variando apenas com relação aos diversos produtos químicos utilizados na sua preparação. Essas outras drogas compõem a rotina de pessoas que usam crack, visto que, na ausência de exames toxicológicos, e se tratando de um mercado ilegal, muitas vezes as denominações se confundem e/ou se sobrepõem (Bastos; Bertoni, 2014). Segundo Araújo (2017), análises feitas por peritos químicos da Polícia Federal revelaram que o óxi não é uma nova droga, pois, na verdade, trata-se de formas diferentes de apresentação típicas da cocaína que, em geral, são tratadas enquanto crack.

Nesse sentido, o governo federal brasileiro adotou grandes medidas, como a implementação do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas, via Decreto nº 7.637, de 8 de dezembro de 2011 (Brasil, 2011), que instituiu o Programa “Crack, é Possível Vencer”, apoiado em três eixos estruturantes: cuidado, autoridade e prevenção (SENAD, 2014).

Em 2014, foi publicada a “Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? quantos são nas capitais brasileiras?”, sendo o maior e mais completo levantamento feito sobre o assunto no mundo. Além de estimar o número de usuários no país e constituir seu perfil, a pesquisa evidenciou que o crack não pode ser visto como a única droga no Brasil com potencial que cause danos e que as vulnerabilidades sociais são preponderantes no contexto das pessoas que utilizam esse psicoativo (Bastos; Bertoni, 2014).

Dessa forma, ainda segundo esses autores, a grande expressividade alcançada pelo uso de crack e/ou similares frente a outras drogas se deve, em parte (ainda que potencializado midiaticamente), pela grande incidência das cenas de uso desse entorpecente em espaços públicos/abertos, muitas vezes em áreas centrais das cidades.

As aglomerações em torno do uso de crack e/ou similares em espaços públicos são conhecidas popularmente como “cracolândia”, como expõem Frúgoli Júnior e Cavalcanti (2013); termo esse que foi utilizado, primeiramente, para se referir à famosa cena na cidade de São Paulo, mas que, no entanto, torna-se cada vez mais generalizado (e, em certas cidades, já usado no plural), exigindo uma significativa atenção quanto à sua polissemia, evitando excessos de significados. Bastos e Bertoni (2014), por exemplo, evitam o termo “cracolândia”, entendendo que esse reproduz estigmas, e optam por “cena de uso”, conceito socioantropológico que abarca a congregação e interação de pessoas em torno do uso e venda de tais substâncias psicoativas.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Assim, este texto⁴⁸ objetiva analisar o contexto de uso de crack e/ou similares no Brasil e as políticas públicas voltadas para as cenas abertas, tendo por centralidade o Programa “Crack, é Possível Vencer”. Trata-se de uma pesquisa preliminar e exploratória, pautada no estudo de caso (Creswell, 2007). A metodologia contemplou uma revisão bibliográfica, no intuito de, inicialmente, apresentar o cenário do uso dessa droga em metrópoles brasileiras, bem como o perfil das pessoas que usam crack e/ou similares. Em um segundo momento, estabelece-se uma discussão sobre conceito de políticas públicas nas ciências sociais e suas especificidades no âmbito das drogas, com um enfoque em duas perspectivas, de um lado a perspectiva da segurança pública (autoridade), o proibicionismo e a “guerra às drogas”, e por outro, na saúde pública (cuidado), modo psicossocial e da redução de danos.

2. As “cracolândias” em metrópoles brasileiras: drogas e desfiliação social

O crack é uma substância psicoativa derivada da cocaína e se diferencia dessa em três aspectos: 1) modo de uso, visto que é fumado e não aspirado; 2) possui um efeito mais intenso e fugaz, de onde provém o nome “crack” (rachadura, ruptura súbita, que remete ao som de estalo); e 3) é encontrada nas ruas por um valor inferior em relação à cocaína (Adorno, 2017). O crack surge na década de 1980, nos Estados Unidos da América (EUA), fruto da técnica do narcotráfico e do mercado ilícito das drogas. Como expõe Silva (2013), essa droga é criada por conta de:

Uma nova evolução dos padrões internacionais do tráfico e do consumo de drogas ocorreu nos anos oitenta, quando a duplicação da produção de coca nos Andes depressiu os preços (o preço no atacado em Miami passou de US\$ 60 mil por quilo em 1981 para US\$ 20 mil em 1985). A solução encontrada pela indústria do narcotráfico foi a de utilizar os suprimentos excedentes para a produção de uma droga mais barata e acessível do que a cocaína.

48 Uma primeira versão deste texto foi escrita em 2022, como trabalho final da disciplina “Estado e Políticas Públicas”, do PPGDSTU-NAEA/UFPA, ministrada pelo Prof. Dr. Thales Maximiliano Ravena Cañete, com a participação do Prof. Dr. Carlos Potiara Ramos de Castro.

Surgiram assim o crack – uma droga sintética para fumo, feita a partir da pasta base – e o basuco, seu congênere sul-americano (introduzido anos antes em alguns países sul-americanos) resultante de mescla de cocaína e fumo, ambos ainda mais danosos à saúde do que a cocaína e causadores de dependência. Abriu-se desse modo um segmento de mercado de baixa renda nos EUA e no resto do hemisfério (Silva, 2013, p. 133-134).

Esse contexto é marcado também por uma ampliação do consumo de drogas em países da América Latina e o crack acaba por representar um marco para essa região, assim como o ópio fora um século antes para a China (Silva, 2013). Ainda que em períodos diferentes, Bastos e Bertoni (2014) apontam que, tanto nos EUA como no Brasil, o crack se expandiu de maneira mais forte nas comunidades em situação de vulnerabilidade e exclusão social.

No intuito de lidar com essa nova substância psicoativa ilícita, é declarada uma “guerra ao crack” encabeçada pelos EUA, momento em que a política de drogas passa a ser um dispositivo central nas relações internacionais, com o enrijecimento do proibicionismo e militarização da questão. Paralelamente a esse processo, de maneira oposta, tornam-se mais complexas e estruturadas as redes do narcotráfico internacional (Silva, 2013).

No caso do Brasil, a década de 1980 marca uma série de transformações no tráfico de drogas, com o surgimento de quadrilhas organizadas e equipadas com armamento cada vez mais pesado, tendo como bases de apoio logístico geralmente espaços pobres, com a formação de enclaves territoriais e constantes disputas violentas pelo controle destes pontos. Além disso, esse momento é marcado por crises econômicas e por uma precarização do trabalho, com o crescimento do lumpenproletariado⁴⁹, da população “marginalizada”, fora do mercado de trabalho, imersa em subempregos e, por vezes, indigente (Souza, 2005).

⁴⁹ Souza (2005) destaca que o termo proletariado, como proposto por Karl Marx, é muito reduzido no Brasil, sendo geograficamente concentrado. Além disso, o operariado industrial, dentre os pobres, é um grupo de certa forma mais integrado à sociedade de consumo. Nesse sentido, o autor identifica os “mais pobres” e a “massa de trabalhadores” (empregados, desempregados, subempregados, informais, formas de trabalho ilegais) com o termo lumpenproletariado, no entanto, de maneira ressignificada.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Segundo Bastos e Bertoni (2014), não há registros precisos acerca de quando o crack passa a circular no Brasil, contudo, alguns estudos apontam o uso dessa droga em meados da década de 1990 na cidade de São Paulo. O termo “cracolândia” surge a partir da identificação cotidiana (com exacerbação midiática) de um espaço onde ocorria o uso e venda na cidade citada. Quanto à expansão dessa droga nas maiores metrópoles brasileiras, Souza (2005) aponta diferenças entre São Paulo e Rio de Janeiro:

diferentemente do Rio de Janeiro, onde o *crack* tem sua entrada, ao que parece, bloqueada, pelos próprios traficantes de cocaína, em São Paulo esta droga é vendida e consumida em grande quantidade, tanto na periferia (especialmente zona sul e leste) quanto no próprio centro da capital. Em outras metrópoles brasileiras, inclusive na “cidade-modelo” Curitiba, o *crack* também tem marcado presença, se bem que nem de longe de maneira tão intensa e explícita como na metrópole paulistana, onde o *crack* é consumido abertamente a luz do dia na via pública. Quanto ao Rio de Janeiro, aparentemente os traficantes de drogas dessa metrópole, frequentemente mais bem estruturados que seus colegas paulistanos no que concerne o subsistema varejo, bloqueiam a entrada do *crack* no mercado por duas razões: em primeiro lugar, porque o *crack* destrói o seu usuário muito mais rapidamente que a cocaína, tornando-o imprevisível e pouco confiável – e, tendo em mente, que atualmente, muitos traficantes são também viciados, o impacto do *crack* sobre a frágil estabilidade de uma quadrilha seria devastador; em segundo lugar, porque, justamente por levar a uma rápida deterioração física do usuário, o *crack* acaba por “matar a galinha de ovos de ouro” (Souza, 2005, p. 76).

Adorno (2017) comenta que, no centro histórico de São Paulo, o local que viria a se configurar a “cracolândia”, já havia uma presença expressiva de pessoas em situação de rua, sobretudo jovens e crianças, o que mobilizava educadores de rua que se dirigiam para a área e realizavam atividades lúdico-educativas. Até então, as drogas utilizadas por esse grupo que se acolhiam nas ruas eram as drogas inalantes, sendo as mais usadas a cola de sapateiro e o *thiner* (solvente para tintas e vernizes), tendo a chegada do crack provocado alterações naquele contexto, como ressalta o autor:

[...] A reação desses educadores à entrada do crack foi se retirar das ruas e limitarem-se às crianças que frequentavam as casas de acolhida, dizendo que o crack impedia o contato, a aproximação e o diálogo, que impedia a socialização. Eles manifestavam o temor de enfrentar os traficantes, considerados perigosos, o que não ocorria com os chamados “pais ou mães de rua” que intermediavam a venda dos inalantes (Adorno, 2017, p. 73).

Para além de um “sensacionalismo midiático”, o surgimento de “cracolândias” em outras metrópoles se vincula a alterações da estratégia do mercado ilícito e padrões de uso da substância. Em pesquisa com usuários de crack da cidade de São Paulo, Oliveira e Nappo (2008) identificam a facilidade de acesso ao crack, destacando que a pedra passou a ser substituída pelo farelo, uma forma adulterada que diminui custos, tornando-se mais rentável para os traficantes e mais prejudicial para os usuários.

Na cidade de Belém, diferente de São Paulo, o uso de crack e/ou similares não consta de maneira expressiva em produções acadêmicas, porém, as cenas no centro histórico são retratadas em matérias de jornais desde a segunda década do século XXI. Em 2012, a matéria “Belém não tem cracolândia, diz polícia” expõe uma entrevista concedida pelo delegado Hennison Azevedo, na qual o entrevistado expõe que o crack não era a droga mais consumida na cidade, mas sim o “melado” (também conhecido como “merla”, similar do crack), que é preparado a partir da pasta base de cocaína, mas de maneira dissolvida, não endurecida tal qual o crack. Ademais, apontava a presença expressiva do óxi, que, assim como o melado, era vendido em petecas que podiam custar entre 5 e 10 reais, porém ressalta que não havia “cracolândias” na cidade, ao menos não na mesma dimensão da cena paulistana (Pimentel, 2012).

Em trabalho anterior (Dias, 2021), pudemos identificar que as cenas de uso de crack e/ou similares no Centro Histórico de Belém também revelam um contexto de vulnerabilidade e exclusão social, ainda que a cidade conte com equipamentos fundamentais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), e da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), como o

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPSad). Além disso, a gestão do município aderiu ao Programa “Crack, é Possível Vencer”, em março de 2015 (Pereira, 2016).

As pessoas que estabelecem usos prejudiciais de drogas ilícitas também estão sujeitas aos dispositivos de repressão do Estado, o qual, visando diminuir índices de criminalidade, desenvolvem ações que potencializam sua marginalização, conforme explicitado na “Operação Miriti”, realizada em 2016 e que, segundo matéria do *Diário Online*, conduziu 78 indivíduos à Seccional do Comércio, tendo como critério: indivíduos que estivessem em situação suspeita, nas ruas, e que não possuíssem qualquer tipo de documento de identificação pessoal. Ou seja, os alvos eram pessoas em vulnerabilidade ou situação de rua, usuários de drogas ou não, visto que estão sempre pelas ruas e, em geral, não portam documentos. Cabe acrescentar que, do total conduzido, somente oito indivíduos possuíam algum tipo de pendência com a justiça, sendo reconduzidos ao sistema penitenciário (Beckman, 2016).

Para além desses dados que indicam o cotidiano e as especificidades de “cracolândias” em metrópoles do Brasil, os dados da “Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? quantos são nas capitais brasileiras?” são de suma importância para se compreender tal contexto. O trabalho estimou no ano de 2012 um total de 370 mil usuários de crack e/ou similares nas capitais brasileiras, correspondendo a 35% dos consumidores de drogas (Bastos; Bertoni, 2014).

Nota-se, ainda, que a maioria é de adultos jovens com idade média de 28-30 anos, que fumam em média 13 pedras por dia, imersos em um contexto de vulnerabilidades: 81% não completaram o ensino médio, 39% moram na rua e 88% não têm trabalho regular. Dados que implicam diretamente na forma de obtenção de dinheiro, sendo que 65% realizam trabalho esporádico ou autônomo (os “bicos”), 12,8% pedem esmolas e 7,46% relatam a prática de sexo em troca de dinheiro/drogas. Os indivíduos também indicam realizar atividades ilícitas, uma representação minoritária no quadro geral, em que 6,42% relatam prática de tráfico de drogas e 9,04%, furtos, roubos e afins (Bastos; Bertoni, 2014).

Mesmo que apenas uma pequena parcela tenha relatado práticas ilícitas para a obtenção de dinheiro, a pesquisa expõe que, quanto ao histórico criminal, quase metade dos usuários de crack e/ou similares (48,80%) já havia sido presa pelo menos uma vez na vida. É importante explicitar que esse não era objeto central da pesquisa e não se estabeleceu uma relação do motivo da prisão com o uso, ou seja, se já faziam uso de drogas, se iniciaram na prisão ou após a saída (Bastos; Bertoni, 2014).

As informações apresentadas acima se relacionam ao que nos diz Bokany (2015) acerca das medidas legislativas no Brasil, de combate ao tráfico de drogas, sobretudo a Lei nº 11.343 de 2006, conhecida como “Lei de drogas no Brasil” (Brasil, 2006), que distingue o tráfico do consumo pessoal e que, em certa medida, despenaliza o porte e cultivo de drogas ilegais para uso próprio. Porém, na realidade, acaba por enquadrar o tráfico e o consumo de forma arbitrária, levando ao aumento das taxas de encarceramento no país. Segundo Araújo (2017), esta lei é um dos principais fatores responsáveis pela explosão da população carcerária brasileira verificada na década seguinte à sua criação, pois usuários são condenados como traficantes, dificultando o acesso a medidas alternativas à prisão.

Além disso, Bastos e Bertoni (2014) expõem que, quanto à raça/cor, 79% dos usuários se declararam como “não brancos”, abarcando as categorias “preto” e “pardo”, utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os autores relacionam essa informação com a população geral do Censo de 2010 do IBGE, em que pretos e pardos correspondiam a aproximadamente 52% da população brasileira, de maneira a evidenciar uma representação sobreposta de pretos e pardos em contextos de vulnerabilidade social, como nas cenas de uso de crack. Informações que corroboram com a fala de Bokany (2015), ao apontar o fato de a criminalização das drogas sobrepor e encobrir processos de exclusão social e de reprodução de dinâmicas de discriminações de classe e raça no Brasil, onde a violência e a criminalização geradas pelo tráfico de drogas atingem, sobretudo, jovens negros e pobres.

De modo geral, o “perfil” social dos usuários de crack e/ou similares que habitam as “cracolândias” no Brasil se caracteriza por uma escolaridade baixa, muitos em situação de rua, sem emprego ou atuando em formas precárias de trabalho.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Alguns exercem práticas desqualificadas, como pedir esmolas e prostituição. Em alguns casos, esses indivíduos praticam atividades ilícitas, como vender pequenas quantidades de drogas ou praticar furtos e roubos (Bastos; Bertoni, 2014).

Além dos aspectos de precariedade econômica, é importante destacar que a “visibilidade” sobre as pessoas que fazem uso de crack gravita em torno de uma gama de qualificações negativas, que, em interseção, formam um novo estigma, nos termos de Goffman (1980), “aprofundando” cada vez mais a inabilitação social plena desses indivíduos. Alves (2015) explicita essa situação de estigmatização e desumanização ao abordar a difusão da imagem do dependente enquanto “zumbi” e “morto vivo”, nas mídias de comunicação em massa.

Dessa forma, no contexto em questão, de precariedade material e de estigma, a noção de desfiliação social, de Robert Castel (1997), possibilita uma apreensão mais adequada, visto que ela evidencia que:

As situações marginais aparecem ao fim de um **duplo** processo de desligamento: em relação ao trabalho e em relação à inserção relacional. Todo indivíduo pode ser situado com a ajuda deste duplo eixo, de uma integração pelo trabalho e de uma inserção relacional. Esquematizando bastante, distinguimos três gradações em cada um desses eixos: trabalho estável, trabalho precário, não-trabalho; inserção relacional forte, fragilidade relacional, isolamento social. Acoplando estas gradações duas a duas obtemos três zonas, ou seja, a **zona de integração** (trabalho estável e forte inserção relacional, que sempre estão juntos), a **zona de vulnerabilidade** (trabalho precário e fragilidade dos apoios relacionais) e a zona de marginalidade, que prefiro chamar de **zona de desfiliação** para marcar nitidamente a amplitude do duplo processo de desligamento: ausência de trabalho e isolamento relacional (Castel, 1997, p. 23).

A perspectiva de Castel (1997) distingue uma “pobreza integrada” (trabalhadora), de uma “pobreza indigente”, abarcando indivíduos sem domicílio fixo, certos abusadores de drogas e jovens perdidos em subúrbios precários. A pobreza indigente também evidencia elementos de integração, com relações de dependência das ações assistencialistas, ligadas à inserção comunitária.

Porém, há também casos em que as ações de inserção comunitária são negadas ou questionadas, algo que o autor identifica como “indigência desfilhada”.

Os elementos aqui esboçados são imprescindíveis para se pensar em políticas públicas para intervir no uso prejudicial de crack e/ou similares, assim como nas cenas abertas de uso. Ademais, evidenciam a falência do modelo proibicionista e suas implicações na vida de pessoas que fazem uso prejudicial de substâncias psicoativas lícitas ou ilícitas, entendendo que, para além do uso de drogas, há uma série de precariedades materiais e afetivas.

3. O crack e as políticas públicas: entre a “guerra às drogas” e o cuidado

Segundo Maria das Graças Rua (2009), as sociedades modernas possuem como característica fundante a diferenciação social, o que significa que seus membros possuem atributos que os distinguem, como idade, sexo, religião, passando por ideias, valores, desejos e outras particularidades, de maneira que os indivíduos desempenham papéis diversos ao longo da vida, assim como evidencia uma sociedade eivada de conflitos, os quais devem ser administrados.

Há, então, duas formas para essa possível administração: a coerção pura e simples, e a política. No caso da coerção, quanto mais utilizada, menos efetiva se torna. Por outro lado, temos a política, que não recusa o uso da coerção, porém, não se limita a ela. Assim, a política é definida por Rua (2009) como a totalidade de procedimentos formais e informais que evidenciam as relações de poder, destinados a uma resolução pacífica dos conflitos concernentes aos bens públicos no interior da sociedade.

Neste ponto, é importante estabelecer uma aproximação entre as proposições de Rua (2009) e a definição provisória do Estado proposta por Pierre Bourdieu (2014). A provisoriedade estabelecida pelo sociólogo francês se deve à dificuldade inerente para pensar o Estado. Nesse sentido, o autor nos diz:

Se eu tivesse de dar uma definição provisória do que se chama “o Estado”, diria que o setor do campo do poder, que

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

se pode chamar de “campo administrativo” ou “campo da função pública”, esse setor em que se pensa particularmente quando se fala de Estado sem outra precisão, define-se pela posse do monopólio da violência física e simbólica legítima. Já há alguns anos (Bourdieu, 1977), fiz um acréscimo à definição famosa de Max Weber, que diz ser o Estado o “monopólio da violência legítima” (Weber, 1971), e que eu corrijo acrescentando: “monopólio da violência física e simbólica”; poderia até mesmo dizer: “monopólio da violência simbólica legítima”, na medida em que o monopólio da violência simbólica é a condição da posse do exercício do monopólio da própria violência física (Bourdieu, 2014,p.26).

Ademais, o Estado seria também o fundamento da integração lógica e da integração moral do mundo social, isto é, seria o consenso fundamental acerca do sentido do mundo social, o que também é condição dos próprios conflitos do mundo social (Bourdieu, 2014).

para que o próprio conflito sobre o mundo social seja possível, é preciso haver uma espécie de acordo sobre os terrenos de desacordo e sobre os modos de expressão do desacordo. Por exemplo, no campo político a gênese desse subuniverso do mundo social, que é o campo da alta função pública, pode ser vista como o desenvolvimento progressivo de uma espécie de ortodoxia, de um conjunto de regras do jogo amplamente impostas, a partir das quais se estabelece, no interior do mundo social, uma comunicação que pode ser uma comunicação no e pelo conflito. Se prolongamos essa definição, podemos dizer que o Estado é o princípio de organização do consentimento como adesão à ordem social, a princípios fundamentais da ordem social, e que ele é o fundamento, não necessariamente de um consenso, mas da própria existência das trocas que levam a um dissenso (Bourdieu, 2014, p. 27).

Aqui, pensando as políticas públicas, importa destacar da proposição de Bourdieu (2014) que o Estado é também um campo de conflito e consenso social, ou seja, não é neutro ante as distensões sociais. Da

mesma forma, não cabe em uma definição simplória que se apresenta em duas posições antagônicas, as quais reduzem a questão do Estado à sua função, seja como o promotor do bem comum, seja enquanto aparelho ideológico de dominação e repressão.

Apreender o Estado como um campo de disputa e consenso social é fundamental para compreender o processo de formatação das políticas públicas, visto que, como expõe Rua (2009), estas são resultados (*outputs*) da ação política, ou seja, do conjunto de decisões e ações que dizem respeito à alocação de valores. Logo, a política pública é distinta da decisão política, uma vez que a segunda corresponde a uma escolha dentre várias opções e alternativas, de acordo com a preferência dos indivíduos envolvidos, expressando uma adequação entre os fins e os meios disponíveis. Já as políticas públicas, por outro lado, envolvem mais que as decisões, agregando as formas estratégicas para sua implementação.

Acerca da análise de políticas públicas, Menicucci (2018) aponta que se trata de uma subárea da ciência política, em geral concebida como multidisciplinar. No desenvolvimento dessa subárea, explicitam-se preocupações analíticas que buscam evidenciar as causalidades, em que os modelos analíticos se desdobram em uma perspectiva de variável dependente, na qual o ambiente político e/ou da sociedade influi na formatação das políticas públicas, e outra, independente, que busca identificar as implicações das políticas públicas no contexto em que ela é engendrada.

Quanto às políticas públicas em torno da problemática de drogas, Teixeira *et al.* (2017) destacam dois paradigmas no setor da justiça e da segurança pública em disputa: o do proibicionismo, da “guerra às drogas”, que emerge de um discurso antidrogas, de prevenção do consumo e contenção da produção, com o intuito principal voltado à repressão do tráfico e à criminalização do uso, um mundo pautado pela abstinência. Por outro lado, há o antiproibicionismo, que envolve a descriminalização e a regulamentação das drogas. Essa perspectiva defende que a pessoa que faz uso prejudicial de uma substância psicoativa deve ter acesso a tratamento e cuidado, ou seja, a temática das drogas é entendida como uma questão de saúde, não criminal.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Segundo Carneiro (2017), o proibicionismo⁵⁰ pode ser definido como uma normatização internacional política, médica, jurídica, policial e moral. Essa normatização tem sua fundação vinculada a diversos laços complexos, tais como a projeção geopolítica estadunidense, o puritanismo religioso, o industrialismo fordista, o racismo xenofóbico, assim como um corporativismo judicial e policial. Já na década de 1980, o proibicionismo militarizou múltiplas formas de controle social, limitando os direitos fundamentais de autodeterminação. O autor destaca também o consenso entre as nações em torno da perspectiva de abstinência:

O mais singular do proibicionismo do século XX é o grau de consenso que ele goza entre os estados mais rivais. China e Estados Unidos, Arábia Saudita e Irã, Rússia e Suécia, Cuba e Vietnã, partilham todos do paradigma repressivo e belicoso da guerra às drogas. Também os dois lados da Guerra Fria foram parceiros numa guerra comum travada por eles contra os povos, a liberdade, a saúde pública, as minorias étnicas, as mulheres, a juventude e os negros (Carneiro, 2017, p. 29).

No campo da saúde e assistência social, tem-se o “paradigma asilar”, por um lado, que apresenta como característica fundamental a centralidade do orgânico, em que os medicamentos são a ferramenta central no processo de cura e a pessoa é passiva no tratamento. Sendo considerado doente, o indivíduo deve ser isolado, da sociedade e família e internado no hospital psiquiátrico (ou nas comunidades terapêuticas). Por outro lado, temos a perspectiva psicossocial e de redução de danos, a qual emerge de movimentos sociais que concebem a saúde mental para além da noção de doença, de modo que o tratamento deve centrar-se para além do medicamento, no contexto econômico, político e social em que a pessoa está inserida.

50 Segundo Silva (2013), a Conferência de Xangai, em 1919, inaugura a “era dos controles” e do proibicionismo. Trata-se de um encontro que fora mobilizado, sobretudo pela China, visando lidar com a problemática do ópio em sua sociedade. O local para tal realização não fora casual, pois o Império Chinês havia sido assolado pela expansão da dependência do ópio, sendo o primeiro a impor medidas de controle doméstico. Tais medidas foram de encontro aos interesses econômicos do Império Britânico, o que levou às Guerras do Ópio (1839-1842 e 1856-1858). Com a derrota, os chineses foram forçados a abrir seus mercados para o comércio de ópio.

O cuidado se dá na perspectiva de Redes de Atenção Territorializada, sendo a integralidade considerada tanto em relação ao ambiente, quanto ao ato terapêutico com o indivíduo, no qual seus efeitos não visam à supressão sintomática e a necessária abstinência e sim à redução de riscos e danos. Esse modelo de cuidado centra-se no respeito às diferenças, à defesa da vida e ao direito à liberdade e à dignidade da pessoa, cujo objetivo é inclusão e reinserção social, e a toxicomania ou a dependência de drogas é vista como resultante do encontro de uma pessoa com uma droga em um dado momento sociocultural, numa tríade indivíduo-droga-contexto. Seus princípios são a desinstitucionalização; a liberdade; a autonomia e a cidadania, tendo a interdisciplinaridade e a intersectorialidade como práticas da clínica ampliada (Teixeira *et al.*, 2017, p. 1456).

O programa de redução de danos é, por princípio, uma política social cujo objetivo prioritário é minorar os efeitos negativos decorrentes do uso de drogas, de maneira a promover saúde para a pessoa, sem exigir abstinência (Sodelli, 2010). A redução de danos envolve as noções de cuidado, autonomia e coletividade. Abarca um conjunto de práticas e políticas de saúde pública e bem-estar social, com o objetivo de minimizar os prejuízos relacionados ao uso de drogas por pessoas que não conseguem, não podem ou não querem parar de usá-las (Santos, 2015).

Acerca da política pública com intuito de intervir nas cenas de uso de crack e/ou similares no Brasil, destaca-se o Programa “Crack, é Possível Vencer”⁵¹. Tal iniciativa objetivou uma abordagem abrangente e multidisciplinar em que as ações iriam articular a prevenção do uso, o enfrentamento ao tráfico de drogas e os cuidados aos cidadãos, com foco na saúde pública e em um atendimento médico social, contemplando, respectivamente, três eixos: prevenção, autoridade e cuidado.

51 Esse programa e todo o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas (Brasil, 2011) foi revogado pelo Decreto nº 10.473, de 24 de agosto de 2020 (Brasil, 2020).

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Nesse sentido, foi configurada uma agência de segurança pública que teria por objetivo integrar as redes de atenção e cuidado (conjunto de equipamentos da RAPS e SUAS), assim como estabelecer uma proximidade entre a comunidade e as polícias, buscando confiança, abordagens não ostensivas e um respeito com a pessoa que usa drogas (Meirelles, 2018).

Apesar das “boas intenções”, Meirelles (2018) é enfático ao apontar as insuficiências do Programa “Crack, é Possível Vencer”, sobretudo no que tange ao eixo da autoridade, que se sobressai, marcando o contexto brasileiro com sua repressão violenta. Dessa mesma forma, Teixeira *et al.* (2017) destacam que as políticas sobre drogas deveriam ter como foco a educação, no sentido da prevenção e do acesso à informação para as pessoas reduzirem os riscos e danos ao utilizarem drogas, assim como garantir acesso ao cuidado, no modelo psicossocial e de redução de danos, para aqueles que estabelecem uso prejudicial de drogas.

As contradições entre autoridade e cuidado, na constituição do Programa “Crack, é Possível Vencer”, ficam mais evidentes a partir da matéria “E o programa ‘Crack, é possível vencer’? Os objetivos foram alcançados?”, ao destacar que não foram cumpridas as metas, no âmbito do cuidado, estabelecidas até 2014.

Nessa perspectiva, o primeiro ponto seria criar 2.460 leitos e qualificar cerca de 1.140 leitos existentes para atendimentos e internações de curta duração durante crises de abstinência, mas somente 800 leitos foram criados (32,5% do que havia sido anunciado). O segundo objetivo seria criar 308 Consultórios na Rua, porém, somente 129 foram criados (41,8% do que havia sido prometido). O terceiro objetivo, por seu turno, era criar 175 unidades de CAPSad em todo o país, todavia, só foram criadas 59. E o último objetivo, por fim, seria criar 408 Unidades de Acolhimento (UA) para o público adulto e 166 pontos exclusivos para o público de 10 a 18 anos de idade, contudo, somente 34 unidades para o atendimento de adultos e 26 unidades voltadas para o acolhimento infanto-juvenil foram criadas (Resende; Piva, 2017).

Por outro lado, a matéria também expõe que, sobre a meta de autoridade, de reforçar o contingente das polícias Federal e Rodoviária Federal, com a contratação de mais de dois mil novos policiais, não só foi cumprida como:

Os boletins Estatísticos de Pessoal e Informações Organizacionais feitos pelo Ministério do Planejamento entre dezembro de 2011 e dezembro de 2016 mostram que houve crescimento no número de agentes da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal. Em 2011, a PF tinha 3.298 agentes. Em 2014, 6.112. A Polícia Rodoviária Federal foi de 9.169 agentes em 2011 para 10.178 em 2014. A soma dos novos policiais ultrapassa o total prometido na época do lançamento do Crack, é possível vencer. (Resende; Piva, 2017, p. 3).

Ao pensarmos nas questões de variável dependente e independente, que nos alude Menicucci (2018), no que diz respeito às políticas públicas voltadas para as “cracolândias”, o que se sobressai é a autoridade frente ao cuidado, o que, certamente, vincula-se às perspectivas moralistas e conservadoras no ambiente dos profissionais da política e da sociedade civil. Como aponta Silva (2013), a intolerância em relação ao uso das diferentes drogas na história contemporânea não se deve a implicações danosas à saúde, pois, na verdade, elas resultam de convenções arbitrárias fomentadas por fatores econômicos, históricos e culturais. Isto é evidente quando se atenta para a tolerância em relação ao álcool e o tabaco em nossa sociedade, mesmo com os danos que implicam na saúde individual, assim como no sistema de saúde. Também nesse sentido, Rosa (2014) ressalta que as questões morais possuem muito mais peso que as questões referentes à saúde e segurança pública no debate sobre a proibição da produção, comércio e do uso de drogas.

Quanto à variável independente, como a política pública implica na sociedade, é importante ressaltar o que expõem Feffermann, Figueiredo e Adorno (2017), que as políticas proibicionistas no Brasil não podem ser dissociadas das estruturas da sociedade. Nesse sentido, não só incorporam, como reafirmam as desigualdades sociais, assim como ações discriminatórias que se aglutinam com determinados marcadores sociais, como classe, raça e gênero. No que tange ao uso problemático de drogas, estes implicam no encarceramento em massa, na criminalização de pessoas pobres e seus locais de moradia, bem como na elevação dos índices de homicídios.

4. Considerações Finais

Diante do contexto retratado ao longo do texto, evidencia-se que o cotidiano de pessoas que fazem uso prejudicial de crack e/ou similares gravita em torno de situações de vulnerabilidade, exclusão e violência; fato que exige cuidado e sensibilidade com os sujeitos, não os demonizando e, ao mesmo tempo, sem ignorar os aspectos negativos desse contexto, tanto para os indivíduos usuários, como as implicações para o convívio social em espaços públicos.

No que se refere às políticas públicas engendradas no Brasil, visando intervir nas cenas abertas de uso de crack e/ou similares, evidencia-se, sobretudo a partir do Programa “Crack é Possível Vencer”, que estas permanecem centradas em uma perspectiva proibicionista, em que as drogas são uma questão de segurança pública, de autoridade.

Nesse sentido, o avanço que se estabelece no modelo psicossocial e de redução de danos, são freados e, por vezes, desarticulados, de modo que as políticas públicas nesse particular expressam um enlace contraditório entre “autoridade” e o “cuidado”, os quais expressam interesses antagônicos de diferentes atores da sociedade civil e inseridos no sistema político, em que prevalece uma perspectiva de autoridade e proibicionista, fortalecendo processos discriminatórios e de exclusão social.

Referências

ADORNO, R. Sobre drogas, rua e autonomia: entre razões repressivas e razões sanitárias. *In*: FIGUEIREDO, R.; FEFFERMANN, M.; ADORNO, R. (org.). **Drogas e sociedade contemporânea**: perspectivas para além do proibicionismo. São Paulo: Instituto de Saúde, 2017. p. 23-32.

ALVES, Y. D. D. **“Jamais fomos zumbis”**: contexto social e craqueiros na cidade de São Paulo, SP. 2015. 336 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

ARAÚJO, T. **Guia sobre drogas para jornalistas**. São Paulo: IBCCRIM: BPDP: Catalize: SSRC, 2017.

BASTOS, F. I.; BERTONI, N. (org.). **Pesquisa nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? quantos são nas capitais brasileiras?**. Rio de Janeiro: ICICT/FIOCRUZ, 2014.

BECKMAN, E. Operação deteve 78 pessoas no centro comercial. **Diário Online**, Belém, set. 2016. Disponível em: <http://www.diarioonline.com.br/noticias/zappzapp/noticia-380311-.html>. Acesso em: 07 out. 2019.

BOKANY, V. Apresentação. *In*: BOKANY, V. (org.). **Drogas no Brasil: entre a saúde e a justiça - proximidades e opiniões**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 7-28.

BOURDIEU, P. Curso de 18 de janeiro de 1990. *In*: BOURDIEU, P. **Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-1992)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 54-79.

BRASIL. **Decreto nº 7.637, de 8 de dezembro de 2011**. Altera o Decreto nº 7.179, de 20 de maio de 2010, que institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas. Brasília, DF: Presidência da República, [2011]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7637.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.637%2C%20DE%208,ao%20Crack%20e%20outras%20Drogas.&text=II%20%2D%20Grupo%20Executivo.,Ministro%20de%20Estado%20da%20Justi%C3%A7a.. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 10.473, de 24 de agosto de 2020**. Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de decretos normativos. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10473.htm. Acesso em: 14 mar. 2023.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

BRASIL. **Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.** Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2006]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm. Acesso em: 14 mar. 2023.

CARNEIRO, H. O uso das drogas como impulso humano e a crise do proibicionismo. *In*: FIGUEIREDO, R.; FEFFERMANN, M.; ADORNO, R. (org.). **Drogas e sociedade contemporânea: perspectivas para além do proibicionismo.** São Paulo: Instituto de Saúde, 2017. p. 23-32.

CASTEL, R. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a “desfiliação”. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan./dez. 1997.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DIAS, A. P. **A experiência espacial de pessoas que usam crack e/ou similares no Centro Histórico de Belém-PA:** territorialidade e lugaridade no espaço público. 2021. 200 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

FEFFERMANN, M.; FIGUEIREDO, R.; ADORNO, R. Introdução: drogas e Saúde Pública, uma relação política e complexa. *In*: FIGUEIREDO, R.; FEFFERMANN, M.; ADORNO, R. (org.). **Drogas e sociedade contemporânea: perspectivas para além do proibicionismo.** São Paulo: Instituto de Saúde, 2017. p. 11-22.

FRÚGOLI JÚNIOR, H.; CAVALCANTI, M. Territorialidades da(s) cracolândia(s) em São Paulo e no Rio de Janeiro. **Anuário Antropológico**, Brasília, DF, v. 38, n. 2, p. 73-97, 2013.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

MEIRELLES, J. A. B. Crack, é possível vencer!? Sociodrama, drogas e políticas públicas. **Revista Brasileira de Psicodrama**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 86-100, 2018.

MENICUCCI, T. Perspectivas teóricas e metodológicas na análise de políticas públicas: usos e abordagens no Brasil. **Revista Política Hoje**, Recife, v. 27, p. 42-55, 2018.

OLIVEIRA, L. G.; NAPPO, S. A. Crack na cidade de São Paulo: acessibilidade, estratégias de mercado e formas de uso. **Revista Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v. 35, n. 6, p. 212-218, 2008.

PEREIRA, I. Prefeitura promove seminário que discute ações do projeto “crack, é possível vencer”. **Agência Belém**, Belém, 16 jun. 2016. Força-Tarefa. Disponível em: <https://agenciabelem.com.br/Noticia/128302/prefeitura-promove-seminario-que-discute-acoes-do-projeto-crack-e-possivel-vencer#:~:text=Prefeitura%20promove%20semin%C3%A1rio%20que%20discute,%E2%80%9CCrack%2C%20%C3%A9%20poss%C3%ADvel%20vencer%E2%80%9D&text=Bel%C3%A9m%20Pela%20Vida%20promoveu%20semin%C3%A1rio,programa%20no%20combate%20ao%20crack..> Acesso em: 10 ago. 2021.

PIMENTEL, D. Belém não tem cracolândia, diz polícia. **ORM**, Belém, 12 fev. 2012. Disponível em: <http://noticias.orm.com.br/noticia.asp?id=576694&%7Cbel%C3%A9m+n%C3%A3o+t+em+cracol%C3%A2ndia,+diz+a+pol%C3%ADcia#.Wj03HdKnHhs>. Acesso em: 15 jan. 2016.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

RESENDE, L.; PIVA, J. D. E o programa 'Crack, é possível vencer'? Os objetivos foram alcançados?. **Lupa.uol**, São Paulo, 02 jun. 2017. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2017/06/02/crack-e-possivel-vencer>. Acesso em: 10 ago. 2022.

ROSA, P. O. Outra história do consumo de drogas na modernidade. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, SP, v. 22, n. 1, p. 161-172, 2014.

RUA, M. G. **Políticas públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração- UFSC, 2009.

SANTOS, D. A. Redução de danos como ética do cuidado. *In*: CONTE, M. (org.). **Caiu na rede mas não é peixe**: vulnerabilidades sociais e desafios para a integralidade. Porto Alegre: Pacartes, 2015. p. 143-154.

SENAD. Apresentação. *In*: BASTOS, F. I.; BERTONI, N. (org.). **Pesquisa nacional sobre o uso de crack**: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? quantos são nas capitais brasileiras?. Rio de Janeiro: ICICT/FIOCRUZ, 2014. p. 9.

SILVA, L. L. **A questão das drogas nas relações internacionais**: uma perspectiva brasileira. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

SODELLI, M. A abordagem proibicionista em desconstrução: compreensão fenomenológica existencial do uso de drogas. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 637-644, 2010.

SOUZA, M. L. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005

TEIXEIRA, M. B. *et al.* Tensões paradigmáticas nas políticas públicas sobre drogas: análise da legislação brasileira no período de 2000 a 2016. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, p. 1455-1466, 2017.

ATITUDE DESCOLONIAL SOBRE AS REALIDADES URBANAS DA ORLA DE BELÉM-PA

*Camilla Souza Barbosa*⁵²

*Edna Ramos de Castro*⁵³

*Juliano Pamplona Ximenes Ponte*⁵⁴

1. Introdução

A crítica ao pensamento hegemônico sobre a produção de espaço urbano permite novas formas de pensar sobre o futuro da vida urbana. A dominação colonial resultou na construção de um mundo social com significados e espaços baseados em uma cisão da realidade (Fanon, 1968), em uma dicotomia que persiste de acordo com a colonialidade do poder. Na cidade, a colonialidade pode ser notada pela predileção da função econômica nas decisões sobre a produção de espaço urbano e, em Belém do Pará, esse posicionamento pode ser visto em processos urbanos que contribuem com a segregação socioespacial em sua orla.

Neste artigo, a discussão mostra como a colonialidade se encontra presente no cotidiano da vida urbana. A proposta é relacionar o processo de valorização da orla de Belém com a colonização do imaginário urbano, além de usar a situação da área da Estrada Nova para demonstrar como valores do pensamento moderno europeu se encontram embrenhados no imaginário da nossa sociedade.

52 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: barbosacamilla@gmail.com

53 Doutora em Sociologia pela École de Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França. Professora Emérita do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: edna.mrcastro@gmail.com

54 Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: julianoximenes@gmail.com

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

O objetivo, portanto, consiste em analisar as dimensões da colonialidade do poder e do saber presentes na produção do espaço urbano da orla de Belém do Pará.

Por um longo período, a orla de Belém representou a principal fonte de renda da sociedade belenense e, até hoje, o seu espaço urbano detém uma grande relevância na cidade. O Rio Guamá e a Baía do Guajará, principais cursos d'água de Belém, contribuem com a vida urbana pela sua função econômica e social, como uma zona de união que intercepta a produção do espaço social (Lefebvre, 2008).

A cidade, como produto histórico-social (Carlos, 2007), também se encontra na dimensão constituída pelo paradigma do pensamento moderno europeu. A opção descolonial é uma maneira de desvinculamento epistêmico sobre os fundamentos ocidentais, algo proposto por Mignolo (2008), ao designar a desobediência epistêmica como meio para sairmos do “domínio da oposição interna aos conceitos modernos e eurocentrados” (Mignolo, 2008, p. 288).

2. A orla de Belém

A fundação de Belém ocorre em 1616, quando a cidade surgia como um “nó dentre as águas” (Moreira, 1966) nas proximidades do delta amazônico. Os momentos que construíram a orla como um lugar valorizado tem como marco inicial a presença da colonização portuguesa nas terras que, antes, eram habitadas pelos povos indígenas. A atividade de importar e exportar produtos denotou uma relação íntima e secular entre a cidade e o uso portuário (Baena, 2004). As dinâmicas econômicas passaram a configurar grande relevância no espaço, de modo que Belém foi considerada uma hinterlândia já no século XVIII, com o comércio de “casca de pau cravo, a salsaparrilha, a baunilha, o açúcar, o café e, sobretudo, o cacau” (Penteado, 1973).

As trocas comerciais nas Américas contribuíram para a construção do imaginário do circuito comercial do Atlântico, sendo, conseqüentemente, essencial na história do capitalismo e da modernidade/colonialidade (Mignolo, 2008). Assim, o espaço passa a ser imbuído de um novo significado a partir do momento em que os objetos produzidos nele passaram a ter relevância (Lefebvre, 2008).

Penteado (1973) explica como a crescente atividade portuária implicou em mudanças espaciais, momento em que os terrenos situados na área passaram a ser disputados pela iniciativa privada. Ao final do século XIX, os terrenos da baixada belenense são aforados pelo Estado, fazendo com que diversos Terrenos de Marinha fossem concedidos a proprietários de portos e estâncias (Borges, 2010). Cada vez mais, o espaço passa a ser organizado e ordenado pela acumulação do capital, tornando-se, enquanto lugar do coletivo, inviabilizado pela noção liberal da propriedade privada que continua persistindo (Frigeri; Santos, 2020).

Como “a própria história se torna um meio (um *environment*)” (Santos, 2017, p. 40), entendemos que a valorização da orla, bem como a sua própria formação enquanto lugar, é produto da associação de lógicas inerentes ao espaço, de acordo com os objetos técnicos que o formam (Santos, 2017).

Quando Moreira (1966) descreve a formação dos dois primeiros bairros de Belém, nota-se a relação entre o Rio Guamá e a Baía do Guajará com o espaço: “[...] resultaram os dois primeiros bairros da cidade, um em função do campo de influência do Guamá, a Cidade (hoje Cidade Velha), outro em função do campo de influência da baía ou do estuário, a Campina” (Moreira, 1966, p. 49).

O campo de influência mencionado é gerado pela lógica atribuída aos usos desses cursos d’água, isto é, as práticas de povoamento e de exploração que se encontram na base da sociedade capitalista moderno-colonial (Frigeri; Santos, 2020). Afinal, Lefebvre (2008) afirma que o espaço não tem uma lógica interna, própria, ele é dotado pelo conteúdo atribuído pela sociedade.

O espaço onde as dinâmicas sociais e econômicas convergiam de modo intenso em Belém do Pará passou a ser imbuído de seus próprios significados e valores (Barbosa, 2018). A colonização tem impacto nos processos urbanos da orla de Belém, desde a invasão das terras e o ataque à população e à cultura Tupinambá, ao início do núcleo urbano pela defesa do território e, depois, com as atividades voltadas à lógica da acumulação do capital, sendo todas ações provenientes de uma matriz colonial do poder (Mignolo, 2008) que, dentre muitas esferas do mundo social, também age sobre o espaço.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Dessa maneira, a orla de Belém herdou formas e funções de acordo com o vínculo entre as atividades econômicas desenvolvidas em seu espaço vivido ao longo de diferentes momentos em sua história (Barbosa, 2018), tanto que o uso portuário estabelecido pela lógica colonial participou da valorização desta parte da cidade e, posteriormente, no seu entendimento como centro da cidade (Lefebvre, 2008; Penteado, 1968).

Hassenpflug (2007) afirma que a centralidade reflete o que a cidade representa como obra social, sendo o reconhecimento do centro da cidade algo essencial para definir a cidade em si. Contudo, a periferia de Belém também mostra os fundamentos da cidade, uma vez que as baixadas refletem como o Estado é omissivo quanto às necessidades básicas do cidadão que habita as áreas de várzea. Assim, a orla de Belém é determinada por áreas centrais e por áreas periféricas.

É na indissociabilidade entre a realidade urbana e a vida cotidiana (Lefebvre, 2008) que vemos como os processos urbanos estão intrínsecos ao passado colonial da cidade de Belém. A normalização de fenômenos urbanos, como a segregação socioespacial e a venda da cidade seguindo os interesses dos agentes detentores de poder, são exemplos de como a razão colonial é inerente à vida nas cidades. Portanto, o espaço é um dos campos da reprodução da dinâmica entre conquistados e conquistadores que perdura em arranjos e formas urbanas.

3. As baixadas da Estrada Nova

O espaço da orla é resultado de diversos momentos atrelados à linha do tempo da sociedade que a construiu, o que permite associar a forma urbana da cidade de Belém às relações socioespaciais nela desenvolvidas. A área da Estrada Nova está diretamente relacionada à Avenida Bernardo Sayão (popularmente conhecida por Estrada Nova) e compreende parte dos bairros do Jurunas, Condor e Guamá, de acordo com a Figura 1. Construída em uma área viabilizada pela execução do dique de contenção na área da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova, na década de 1940, a via logo se consolidou como um eixo de conexão da região sul ao centro da cidade, onde ocorre a distribuição das mercadorias que adentram o território pelos portos da região (Penteado, 1968).

Figura 1: Área da Estrada Nova.



Fonte: Barbosa, 2018.

Na Estrada Nova, a dinâmica socioespacial é caracterizada pelos usos portuários, devido à intensa atividade portuária que corresponde aos usos comercial e industrial e pelas baixadas, que são as áreas de várzea ocupadas pela população de menor poder aquisitivo, originalmente estruturadas por moradias palafíticas relacionadas à cultura ribeirinha.

As baixadas são áreas periféricas situadas nas proximidades de cursos d'água e caracterizadas por alagamentos recorrentes devido as suas curvas de nível serem próximas ao nível da água, não ultrapassando a cota 4 (SUDAM; DNOS; Pará, 1976). O modo de habitação nas baixadas ocorre através de práticas das comunidades rurais-ribeirinhas, como a construção de palafitas, que são um tipo de “[...] construção presente em áreas alagadiças, segundo o qual as casas são construídas sobre estacas de madeira a uma certa altura acima do nível do rio, para que não sejam inundadas em períodos de cheia” (IBGE, 2009, p. 12).

De acordo com Diegues (1998), a relação do habitante com a água revela um modo de apropriação do espaço que envolve sistemas culturais e sociais. Desse modo, o processo de ocupação das baixadas ocorre de acordo com uma inter-relação construída historicamente.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Um dos momentos cruciais acontece na década de 1960, quando houve um deslocamento expressivo da população ribeirinha⁵⁵ para os centros urbanos, em busca de trabalho e acesso à saúde e educação, devido ao momento de estagnação econômica e pela insegurança proporcionada pelos conflitos rurais (Leão, 2013).

A cidade de Belém foi um dos principais destinos dessa população. As baixadas passaram a ser ocupadas em função de estarem localizadas nas proximidades das áreas centrais de Belém, isto é, próximas a serviços e equipamentos públicos que estas áreas possuem.

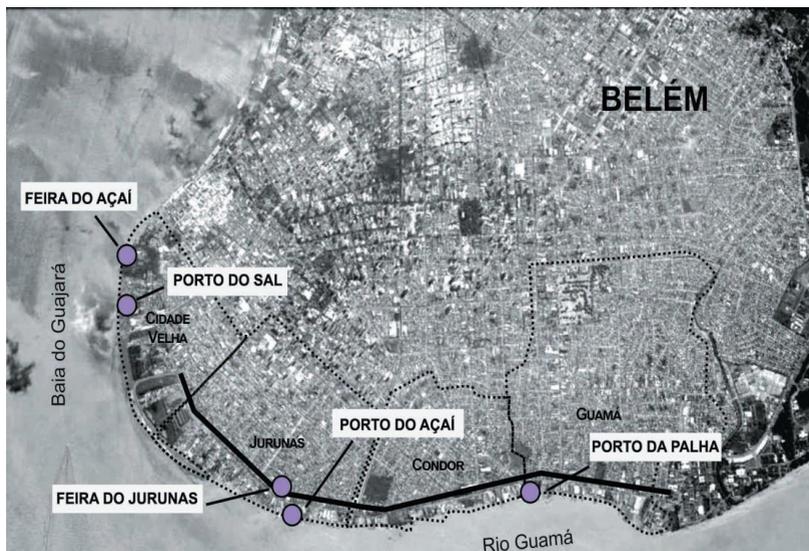
Outro elemento da cultura ribeirinha presente na vida urbana nas baixadas é a movimentação de pessoas e mercadorias pelas atividades portuárias. O elo que o rio representa entre diferentes regiões é um papel forjado pela ação do homem no espaço, sendo um produto da história humana (Febvre, 2000). Na Amazônia, o rio é um elemento fundamental na constituição da rede urbana regional, e, em Belém, atua como agente de conexão desde os instantes iniciais da sua realidade urbana (Corrêa, 1987).

A relevância das embarcações na vida dos ribeirinhos é dada pela sua funcionalidade no cotidiano e pelo que representam culturalmente, haja vista que representam a materialização das suas relações sociais e econômicas (Furtado, 1992). As feiras e os portos presentes na Estrada Nova são um reflexo da indissociabilidade das embarcações no cotidiano da cultura ribeirinha.

Segundo Chaves e Mesquita (2001 *apud* Beltrão; Rodrigues, 2005), entre o bairro da Cidade Velha e o bairro do Guamá existem, em média, cem portos ao longo de 7 km. Na Figura 2 estão destacados os principais equipamentos públicos relacionados às atividades portuárias, como o Porto da Palha e o Porto do Açaí, que funcionam para embarque e desembarque, atracação de mercadorias, além de fomentar atividades econômicas com lojas e restaurantes populares.

55 Denominação da população do ambiente rural que, por gerações, habita às margens de cursos d'água, tendo nas águas o seu meio de contato com o restante da região, assim como a sua principal fonte de subsistência.

Figura 2: Equipamentos públicos voltados aos usos populares na orla de Belém.



Fonte: Barbosa, 2018.

4. Planejamento urbano na Estrada Nova

As diferentes realidades que incidem na orla de Belém são percebidas tanto com as implicações construídas pelos planos urbanos, como com as produzidas materialmente pelos agentes sociais. Com enfoque na dinâmica socioespacial da Estrada Nova, para entender como é elaborado o planejamento do Estado sobre as problemáticas enfrentadas nas margens da cidade, cruzamos as informações das dinâmicas socioespaciais observadas e o zoneamento do Plano Diretor do Município de Belém (Belém, 2008), com as Zonas do Ambiente Urbano (ZAU) e as Zonas Especiais, como podemos visualizar no Quadro 1.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Quadro 1 - Zoneamento na área da Estrada Nova segundo o Plano Diretor de Belém

Zoneamento na área da Estrada Nova	
Zona do Ambiente Urbano (ZAU)	ZAU 5, ZAU 7 (III e II)
Zonas Especiais	ZEIS, ZEIA

Fonte: Belém, 2008.

Sobre o planejamento urbano voltado à Estrada Nova, temos a situação das baixadas sendo discutida nas diretrizes da ZAU 5, com propostas que lidam com a regularização fundiária e a implementação de equipamentos públicos e espaços de lazer (Belém, 2008). Na ZAU 7, as diretrizes sobre o Setor II discorrem sobre o entorno do Centro Histórico de Belém, com diretrizes para promover a sua manutenção por meio da preservação das edificações históricas, enquanto as do Setor III utilizam a ocupação e a infraestrutura precárias como fator para estimular a requalificação urbana em detrimento da remoção das habitações de baixa renda. As problemáticas do Setor III também abrangem o zoneamento especial, em que é determinada a Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) com o intuito de promover a regularização fundiária e viabilizar melhores condições de vida, além da Zona Especial de Interesse Ambiental (ZEIA) que designa a necessidade de “recuperação urbanística, paisagística e do patrimônio arquitetônico” (Belém, 2008, p. 71).

A designação das ZAUs mostra um posicionamento adaptado às práticas capitalistas, em que a transformação urbana é dirigida pelo valor da terra e pela sua capacidade de gerar lucro. A requalificação urbana é uma prática condizente ao planejamento estratégico que trata a cidade como um empreendimento (Harvey, 1996; Vainer, 2000), em que a parceria público-privada executa intervenções com o intuito no desenvolvimento da imagem da cidade ao explorar o seu capital simbólico (Arantes, 2000) e, assim, promover uma lógica de competição entre cidades (Vainer, 2000).

De acordo com as diretrizes do Plano Diretor em vigência (Belém, 2008), o discurso ambiental é utilizado somente para justificar tais práticas em áreas de fragilidade socioambientais, como o reassentamento das famílias da área da Estrada Nova, que é respaldado pela insalubridade do lugar. O posicionamento das Zonas Especiais está associado à necessidade de o planejamento promover a cidadania e os direitos básicos da população, que, apesar de ser o mínimo cabível a este instrumento, ainda continua sendo, muitas vezes, colocado em discussão a partir dos interesses dos agentes detentores de poder (Corrêa, 1995).

5. Transformação urbana e colonialidade

A produção de espaço urbano na orla tem como principal objetivo a valorização dessa parte da cidade, com lugares voltados à economia da cultura (Jameson, 1998) e que seguem a concepção do espaço fragmentado na sociedade capitalista (Lefebvre, 2008), sem executar propostas direcionadas às fragilidades socioambientais existentes na área. A constante reorganização espacial é resultado das articulações entre os interesses e estratégias dos agentes sociais, o que designa a cidade como produto histórico-social (Carlos, 2007) da complexa ação dos agentes ao longo do tempo (Corrêa, 1995).

Este artigo situa a produção de espaço urbano dentro da relação de dominação inerente à colonialidade, de modo que seja possível mostrar novos desdobramentos do subjugamento de modos de viver que ocorre desde o início da ação colonial no espaço amazônico. Assim, para Quijano (1992), a colonialidade é a relação de dominação estabelecida pelos europeus sobre as diversas populações colonizadas no sistema colonial estruturado no século XVI, sendo que o seu estabelecimento ocorre diretamente, politicamente, socialmente e culturalmente. Acrescenta-se que, além do genocídio da população indígena, a ação colonial foi responsável por dizimar saberes e culturas que não eram aceitas pelos valores europeus.

Nessa perspectiva, o olhar decolonial é um constante exercício para entender quais padrões foram impostos pelos colonizadores, sendo a decolonialidade o meio para reconhecer a pluralidade que existe no mundo, sem mais colocar os valores europeus como universais.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Para Maldonado-Torres (2008), a atitude descolonial surge quando entendemos o mundo da morte construído pela colonização; ao resistir e desconstruir padrões e perspectivas que são produto da violência, lutamos contra as desigualdades que provêm da permanência dessas colonialidades.

Nas últimas décadas, a orla de Belém vivencia um processo determinado pela execução de intervenções urbanas como tentativa de soerguimento econômico. Executadas seguindo um discurso divulgado no Plano Diretor de Belém do século passado (Belém, 1993), tais intervenções urbanas buscam criar “janelas para o rio”, para que a cidade retorne a ter um contato maior com os cursos d’água.

O apelo ao “resgate” às raízes ribeirinhas se uniu a diretrizes do planejamento estratégico e resultou em lugares que contemplam usos voltados ao turismo e lazer em detrimento das dinâmicas socioespaciais relacionadas aos usos populares. As intervenções foram realizadas de acordo com a perspectiva econômica do setor privado, em conjunto com a transferência de recursos públicos para determinados segmentos considerados estratégicos do empresariado local (gastronomia, mídia, design etc.). O Governo do Estado do Pará executou a Estação das Docas, o Parque Naturalístico Mangal das Garças e o Complexo Histórico e Cultural Feliz Lusitânia, enquanto a Prefeitura Municipal de Belém executou o Ver-o-Rio, o Complexo Ver-o-Peso, o Portal Amazônia, a Orla de Icoaraci e a Orla da Ilha de Mosqueiro.

Enquanto a cultura ribeirinha é desprestigiada pelas políticas públicas e as baixadas sofrem sem saneamento básico e infraestrutura urbana, o discurso do “resgate das raízes ribeirinhas” é amplamente utilizado para fortalecer Belém ao competir contra outras cidades por mercado turístico e de investimentos (Vainer, 2000). A noção de cidade-mercadoria, inserida em um mercado global de cidades, é descrita Frigeri e Santos (2020) como um processo urbano relacionado à colonialidade do poder (Quijano, 1992).

Há, dessa maneira, uma relação de dependência das cidades brasileiras dentro de um “sistema mundial de relações hierárquicas e assimétricas de poder” (Frigeri; Santos, 2020, p. 202), em que a acumulação do capital movimentada uma transformação urbana a favor da privatização dos espaços e não da democratização do direito à cidade.

A forma pela qual a cultura ribeirinha é usada pelas práticas capitalistas constitui um modo de visualizar a colonialidade presente na produção de espaço urbano, pois o que sempre foi subjugado, doravante, passou a ser aceito devido à sua capacidade de valorizar os empreendimentos urbanos. As intervenções urbanas que são realizadas no processo de requalificação urbana utilizam elementos da cultura ribeirinha para fomentar o pertencimento do espaço como algo da região amazônica.

Nesse particular, o regionalismo é usado para vender a mercadoria (Vainer, 2000), para agregar um valor diferenciado ao empreendimento e, conseqüentemente, à cidade de Belém. No ambiente urbano, a percepção da cultura ribeirinha é vista de dois modos, ora de modo pejorativo, em relação aos espaços apropriados pelos ribeirinhos, ora com uma visão romântica e naturalizada das práticas da população ribeirinha (Barbosa, 2018).

Na orla, o cenário é construído com paisagens urbanas pós-modernas (Zukin, 2000), construídas com a valorização econômica dos espaços a partir da apropriação cultural, com o uso estratégico da cultura em favor do consumo. As intervenções urbanas apresentam elementos da cultura ribeirinha sendo exaltados, apesar de, historicamente, sempre terem sido vistos de modo estigmatizado pela população detentora de poder aquisitivo.

Figura 3 - Elementos regionais nas intervenções urbanas como o Ver-o-Rio (à esquerda) e o Mangal das Garças (à direita).



Fonte: MondoBelém; Mangal das Garças.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

No bojo dessas intervenções, o uso de elementos figurativos, como coberturas de palha e decks de madeira, conforme destacado na Figura 3, na execução dos equipamentos urbanos possui o intuito de relacionar a uma identidade regionalista. O reforço da imagem da cidade em contato com as raízes ribeirinhas também é realizado na divulgação dessas obras, como é notável no discurso de Paulo Chaves, então Secretário de Estado de Cultura, sobre o parque naturalístico Mangal das Garças: “O Mangal das Garças representa uma janela aberta para o rio, considerando-se que Belém é uma cidade ribeirinha que, no correr do seu desenvolvimento, foi emparedando o direito à paisagem amazônica e ao contato direto da sua população com o rio” (Mangal [...], 2015).

Assim, tem-se a propagação de uma visão romântica, naturalizada, das práticas do povo ribeirinho que é utilizada seguindo uma estratégia para reforçar a cidade de Belém como pertencente à região amazônica. No entanto, quando os moradores das baixadas, por exemplo, reivindicam seu direito à moradia e à cidade, ou quando o caráter de assentamento precário de seus locais de moradia é ressaltado, surgem os discursos da remoção, da insalubridade e de usurpação da beleza paisagística da beira do rio.

A partir do exemplo da Estrada Nova, nota-se a reprodução de um modelo de planejamento urbano como o de séculos passados, tal qual a Reforma Pereira Passos no Rio de Janeiro, que buscou retirar os moradores indesejados (em sua maioria sendo de população negra) dos centros urbanos em favor do embelezamento da cidade no início do século XX. Segundo o Plano Diretor em vigência (Belém, 2008), atualmente ainda persistem justificativas higienistas que buscam a limpeza de baixadas, como a área da Estrada Nova, sob a justificativa da insalubridade do lugar, algo constantemente atribuído ao modo de vida dos ribeirinhos e não pela ausência do Estado.

O uso de modelos de planejamento urbano relacionados ao modo de vida das cidades europeias é uma maneira de ver a colonialidade do saber aplicada à produção de espaço urbano (Frigeri; Santos, 2020). A orla da cidade é vista somente como o lugar para usufruir a beleza paisagística da beira do rio e não como o lugar de vivências correlatas ao cotidiano da cultura ribeirinha. A identidade dessas comunidades tradicionais condiz com princípios socioculturais que estão entrelaçados a dinâmica

sócio-histórica da Amazônia (Lira; Chaves, 2016), sendo necessário, então, que as políticas públicas estejam de acordo com a memória e o pertencimento cultural de Belém, e não com a promoção do enaltecimento de alguns fragmentos da cultura ribeirinha por motivações capitalistas.

6. Considerações Finais

O pensamento decolonial se faz presente para adotarmos perspectivas diferentes sobre a vida na cidade, para construir cidades mais justas e inclusivas. Os problemas urbanos não se limitam a questões espaciais, compreendendo também a diversidade de formas sociais das cidades. Neste texto, a análise sobre a produção de espaço é feita a partir da caracterização da valorização da orla de Belém e da discussão sobre os processos urbanos da área da Estrada Nova.

Os resultados mostraram como o planejamento urbano permanece sob a lógica da colonialidade ao propor espaços baseados nos discursos do progresso e da modernização, que negam a diversidade de realidades urbanas e não promovem o direito à cidade. Os planos urbanos analisados mostram o incentivo à ação imobiliária por meio das diretrizes voltadas à requalificação urbana, o que alimenta a segregação socioespacial existente em Belém e mostra a permanência da lógica colonial no espaço urbano.

A análise também mostra como existe uma dualidade na percepção da cultura ribeirinha no ambiente urbano, pois o termo “ribeirinho” é usado de maneira positiva para contribuir no fortalecimento da imagem de Belém como cidade que abraça as suas raízes. Entretanto, o discurso muda quando a cultura ribeirinha é a da população das baixadas, que convive com a possibilidade de remoção das suas habitações em prol de empreendimentos imobiliários.

Com este artigo, portanto, buscamos situar como o espaço da orla também é lugar de apropriação dos ribeirinhos em Belém, cuja resistência persiste mesmo sem a democratização do direito à cidade. A desconsideração pelo modo de vida dos ribeirinhos é um valor condizente com a racionalidade colonial que permanece embrenhada no imaginário social e continua atuando nas mais diversas esferas das nossas experiências sociais. Assim sendo, devemos continuar com a inversão do olhar sobre a razão colonial para que possamos nos libertar desse passado.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Isso porque, o tempo em que vivemos é o de entender o nosso passado sem a manipulação dos nossos colonizadores e é a partir deste entendimento que poderemos compreender a construção violenta das nossas cidades. A atitude descolonial é necessária para refletir sobre os processos urbanos que formam as nossas cidades amazônicas e, desse modo, enfrentar o contexto de crise urbana e crise ambiental que vivenciamos.

Referências

ARANTES, O. B. F. Uma estratégia fatal: a cultura das novas gestões urbanas. *In*: ARANTES, O. B. F.; VAINER, C.; MARICATO, E. (org.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 11-76.

BAENA, A. L. M. **Ensaio corográfico sobre a Província do Pará**. Brasília, DF: Senado Federal, 2004.

BARBOSA, C. S. **Planos e usos na Orla de Belém-PA**. 2018. 183 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Tecnologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

BELÉM. **Lei nº 7.603, de 13 de janeiro de 1993**. Plano Diretor Urbano do Município de Belém. Belém: Prefeitura Municipal de Belém, [1993]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pa/b/belem/lei-ordinaria/1993/761/7603/lei-ordinaria-n-7603-1993-dispoe-sobre-o-plano-diretor-do-municipio-de-belem-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 19 mar. 2021.

BELÉM. **Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008**. Plano Diretor Urbano do Município de Belém. Belém: Secretaria Municipal de Urbanismo, [2008]. Disponível em: <https://pgm.belem.pa.gov.br/wp-content/uploads/2024/03/LEI-N8655-08-PLANO-DIRETOR-BELEM.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2021.

BELTRÃO, J.; RODRIGUES, C. Quando o sabor da ribeira aponta a instituição de identidade(s) em espaço urbano. *In*: TRINDADE JÚNIOR, S-C. C.; SILVA, M. A. P. (org.). **Belém**: a cidade e o rio na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2005. p. 44-62.

BORGES, D. Uma investigação sobre os limites territoriais das políticas públicas nos terrenos de marinha nos bairros do Guamá e jurunas em Belém/PA. *In*: ANPPAS, 5., 2010, Belém. **Anais** [...]. Belém: Anppas, 2010. p. 1-15. Disponível em: <https://silo.tips/download/uma-investigacao-sobre-os-limites-territoriais-das-politicas-publicas-nos-terreno>. Acesso em: 16 fev. 2016.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH/USP, 2007.

CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 39-68, jul./set. 1987.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995.

DIEGUES, A. C. As Ciências Sociais e as sociedades marítimas e insulares. *In*: DIEGUES, A. C. **Ilhas e mares**: simbolismo e imaginário. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 42-57.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FEBVRE, L. **O Reno**: história, mitos e realidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FRIGERI, A.; SANTOS, G. Os processos urbanos sob a ótica da colonialidade do poder, do ser e do saber. **Raído**, Dourados, MS, v. 14, n. 34, p. 198-209, jan./abr. 2020.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

FURTADO, L. Sem barco, como pescar? *In*: XIMENES, T. *et al.* (org.). **Embarcações, homens e rios na Amazônia**. Belém: Editora da UFPA, 1992. p. 31-52.

HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 39, pp. 48-64, 1996.

HASSENPLUG, D. Sobre centralidade urbana. **Arquitextos**, São Paulo, ano 08,

n. 085.00, jun. 2007. Disponível em: [https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.085/235#:~:text=Para%20ele%2C%20a%20centralidade%20urbana,regi%C3%A3o%20ou%20pa%C3%ADs%20\(30\)..](https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.085/235#:~:text=Para%20ele%2C%20a%20centralidade%20urbana,regi%C3%A3o%20ou%20pa%C3%ADs%20(30)..) Acesso em: 18 maio 2020.

IBGE. **Aglomerados subnormais**: levantamento de informações territoriais. Angra dos Reis: IBGE, 2009.

JAMESON, F. **The cultural turn**: selected writings on the postmodern 1983- 1998. Londres: Verso, 1998.

LEÃO, M. Projeto Portal da Amazônia: contradições na Orla de Belém/PA. **Anais do ENANPUR**, [s. l.], v. 15, n. 1, p.1-18, 2013. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/79/77>. Acesso em: 30 abr. 2023.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2008.

LIRA, T. M.; CHAVES, M. P. S. R; Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 17, n. 1, p. 66-76, jan./mar. 2016.

MALDONADO-TORRES, N. La descolonización y el giro des-colonial. **Tabula Rasa**, [s. l.], n. 9, p. 61-72, 2008.

MANGAL DAS GARÇAS. O Parque Naturalístico Mangal das Garças espera sua visita! **Mangal das Garças**, Belém, 2017. Disponível em: <http://www.mangaldasgarças.com.br/nossos-espacos/>. Acesso em: 25 out. 2017.

MANGAL das Garças, em Belém, completa 10 anos de existência. **ORM News**, Belém, 2017. Disponível em: <http://www.ormnews.com.br/noticia/mangal-das-garcas-em-belem-completa-10-anos-de-existencia>. Acesso em: 30 ago. 2017.

MIGNOLO, W. Desobediência epistemológica. A opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008.

MONDOBELÉM. Ver-o-Rio. **MundoBelém**, Belém, 2017. Disponível em: <https://mondobelem.wordpress.com>. Acesso em: 25 out. 2017.

MOREIRA, E. **Belém e sua expressão geográfica**. Belém: Imprensa Universitária, 1966.

PENTEADO, A. **Belém – estudo de geografia urbana**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968. v. 2.

PENTEADO, A. **O Sistema Portuário de Belém**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.

QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú Indíg.**, [s. l.], v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2017.

SUDAM; DNOS; PARÁ, Governo do Estado. **Monografia das baixadas de Belém**: subsídios para um projeto de recuperação. 2. ed. Belém: SUDAM, 1976. 2 v.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. *In*: ARANTES, O. B. F.; VAINER, C.; MARICATO, E. (org.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75-103.

ZUKIN, S. Paisagens urbanas e pós-modernas: mapeando cultura e poder. *In*: ARANTES, A. A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papyrus, 2000. p. 80-103.

CONJUNTURAS DO TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS EM DIFERENTES ESPAÇOS: UMA RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS

*Gabriel Augusto Nogueira dos Santos*⁵⁶

1. Introdução

Como pensar o transporte coletivo de passageiros? Um direito, função ou política pública? A partir dessa concepção, é importante a atuação do ente federativo, seja município ou estado, pensar e adotar meios capazes de organizar o ir e vir de fluxos e analisar os principais fixos e suas relações como uma forma de acesso ao desenvolvimento e aos objetos de cidadania.

Com essas diversas finalidades, existem as causas e efeitos oriundos de planejamento e gestão, associados a complexidades para seu entendimento e compreensão, em que a relação com as Políticas Públicas tem ganhado novos sentidos e agendas. Isso é definido, sobretudo, no que se refere à circulação e seus interesses para uma resolução de problemas ou assegurar direitos específicos dentro do espaço.

A partir dessa configuração, o trabalho em questão pode nos trazer diferentes associações e conjunturas na relação da circulação oriunda do transporte coletivo de passageiros e as políticas públicas para essa área, cuja preocupação recente traz a importância da circulação para o espaço urbano e a dicotomia com o espaço rural como elemento social, bem como a importância da garantia da oferta do serviço e dos seus diversos agentes.

⁵⁶ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: nogueira.gabriel01@gmail.com

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Nesse sentido, este paper é fruto de uma pesquisa de cunho bibliográfico, em uma perspectiva interdisciplinar. Como objetivos, buscamos analisar a relação das políticas públicas com o transporte coletivo de passageiros, de modo a, especificamente, identificar a relação das políticas públicas com o transporte, compreender os panoramas do transporte nos diferentes espaços e analisar as questões das dicotomias campo x cidade na oferta do serviço de transporte coletivo.

2. Uma breve configuração sobre o planejamento e gestão do transporte

Planejamento e gestão podem não ser palavras sinônimas, mas são aspectos que sempre irão caminhar juntos quando se trata de ações dentro do transporte ou qualquer elemento de ações voltadas às instituições públicas. Diante dessa dupla, que anda em conjunto desde o início até o monitoramento e a avaliação, entende-se a necessidade de uma análise a partir das condições internas e externas dos agentes e do espaço em questão.

No âmbito da administração pública e, até mesmo, da logística, o transporte pode se relacionar com as vertentes de eficiência, enquanto uma operação adequada a partir de indicadores e perspectivas voltadas para a sociedade em geral. Cervi e Cândido (2019), apontam a importância das visões com base nos agentes envolvidos no processo e, também, da questão da resposta para o cidadão sobre a sua necessidade.

No transporte de passageiros, Vasconcellos (2000) e Reis e Costa (2017) destacam fatores de elaboração e pensamento sobre o assunto a partir da oferta de transporte e os recentes processos de desenvolvimento urbano e as mercantilizações das relações sociais, em que o fator infraestrutura beneficia apenas os grupos de renda mais abastada, em detrimento do uso coletivo do modal de transporte.

Nesse sentido, as dimensões apontadas pelo autor estão baseadas em 10 (dez) tipos: estrutural; político; ideológico; econômico; institucional; técnico; tecnológico; operacional; social; e ambiental. Esses panoramas apontados por Vasconcellos (2000) são atribuídos desde a atuação do Estado e sua capacidade de planejamento e gestão, de modo

que a provisão não seja adequada às demandas, quanto a falta de uma infraestrutura e uma segregação socioespacial cada vez mais fortalecida pelos grandes interesses.

Um entendimento relacionado aos grandes interesses e às suas dimensões está associado à elaboração de projetos e políticas públicas consistentes sobre o tema. Um dos maiores desafios, hoje, é o planejamento voltado ao transporte, em que Senna (2014) destaca a integração do planejamento com desenvolvimento, obedecendo aos princípios de racionalidade, previsão, universalidade, continuidade e aderência. Obedecendo a esses princípios, o processo de planejamento deverá atender aos seguintes aspectos, destacados no Quadro 1.

Quadro 1: Processos de planejamento

PROCESSO	FUNÇÃO
Diretriz	Conjuntos de critérios relacionados ao processo de planejamento
Objetivo	Indicar os resultados que a administração pública deve realizar
Metas	Especificar e definir as quantificações dos objetos
Programa	Ações que resultam em serviços prestados

Fonte: elaborado pelo autor, com base em Senna, 2014.

Compreender a designação de planejamento dos projetos de transportes relaciona o mesmo como vetor de desenvolvimento. Um dos aspectos ressaltados é a implantação, que pode ser total ou gradativa, dependendo da necessidade de acessibilidade em um determinado espaço geográfico, além da necessidade de viabilidades e custos do projeto.

Referentes aos agentes provedores de políticas públicas, os projetos devem ser cogitados juntamente com os âmbitos existentes dentro do espaço. Ferraz e Torres (2004) assinalam as naturezas públicas e privadas, as quais se diferenciam drasticamente no detalhamento do projeto e na sua posterior viabilidade, tendo, além de métodos de análise econômicos voltados à questão, parâmetros específicos. O Quadro 2 aponta o que cada natureza propõe de relevância nos projetos.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Quadro 2: Relevâncias na Natureza dos Projetos

NATUREZA	RELEVÂNCIA
Público	Viabilidade social – análise da proposta do projeto em qualidade de vida dos usuários e da comunidade; Viabilidade Política – convencimentos acerca da pertinência do projeto.
Privado	Custos e Benefícios monetários; Análise da Viabilidade Econômica; Processo de avaliação deverá levar em conta os impactos a serem causados, mesmo que não tenha valor monetário.

Fonte: elaborado pelo autor, com base em Ferraz e Torres, 2004.

Com todos esses aspectos, na sequência, é necessário pensar os impactos dos projetos a serem causados, tanto em curta, média e longa data. Uma das maiores preocupações envolvem os benefícios do projeto, sobretudo nos que relacionam as vertentes de tempo e os custos, que implicam diretamente na administração pública.

Além disso, destaca-se os impactos no meio ambiente, relacionados diretamente às modificações nas relações sociais e no uso e valor de solo. Nas capitais brasileiras, os projetos de infraestrutura buscam melhorar o sistema de transporte e diminuir o tempo de viagem dos passageiros de ônibus. Entretanto, é preciso analisar o que será mexido, bem como os impactos durante e posteriormente à operação desse projeto, além do planejamento e manutenção do que foi proposto.

Nesse aspecto, Ferraz e Torres (2004) ressaltam as avaliações de desempenho, divididas em operacional e global. Isso engloba tanto os padrões de qualidade existentes como os que serão traçados, além de compreender a opinião de todos os envolvidos no projeto e no sistema de transporte, obedecendo a padrões já estabelecidos, o que pode ser pensado a partir das políticas públicas de regulação e do impacto nas configurações de um sistema adequado.

Nas configurações operacionais, são trazidas as opiniões e os indicadores propostos, e como isso pode se relacionar com o fomento das políticas públicas. Faz-se importante, ademais, a realização de um mapeamento, não no sentido geográfico, mas na perspectiva da Administração Pública, como destaca Cervi e Cândido (2019), momento em que se pode pensar em metas e configurações específicas para a atuação no serviço de transporte.

3. Políticas públicas e o transporte coletivo de passageiros: da constituição a uma evolução da discussão

Quais seriam as funções do transporte e quais seriam as relações enquanto política pública? Sobre a temática, é importante a discussão da função do transporte na sociedade. Por um lado, o social é considerado essencial na indução dos fluxos e associados aos objetos sociais. Para além disso, é importante destacar o viés mercadológico, a partir de um ordenamento espacial dentro do espaço, no que diz respeito aos impactos das produções econômicas pelos agentes empresariais e pelo Estado, como agente financiador e regulador desse serviço.

Frente a essa discussão, o transporte entra como função social e essencial, fomentados a partir das emendas recentes da Constituição de 1988. Com isso, a necessidade do debate a partir das políticas públicas se faz presente e, até então, traz-se uma nova nuance sobre a discussão das políticas públicas. Menicucci (2018) traz esse cenário evolutivo, a partir da saída dos debates federativos, para as diferentes agendas, em que o transporte entra como elemento de análise das políticas públicas.

Relacionados ao cenário evolutivo e teórico da temática, podemos destacar algumas fases do estudo e de suas proposições, desde um institucionalismo e federalismo que até então era abordado. Diante das novas agendas e dos ativismos, podemos entender o fortalecimento de novas temáticas no assunto, de modo que a implementação não depende só do interesse social, mas de todo um aparato burocrático, empírico ou, até mesmo, de mecanismos que podem aceitar ou impedir a agenda.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Em outros momentos, também destacados por Agum, Riscado e Menezes (2015) e Menicucci (2018), existem algumas barreiras associadas ao entendimento da elaboração e fundamentação de políticas públicas: agentes envolvidos (cooperação e conflitos), falta de vinculação às realidades locais e a questão dos atores políticos no fomento e elaboração. A multiplicidade e os conflitos, nesse processo, são caracterizados como elementos presentes em todo o tipo de política pública e social, de tal modo que cada área pode ser percebida em suas variantes.

É interessante que, relacionadas a esses elementos, as políticas públicas podem ser associadas a uma série de conteúdos, vinculados a conteúdos e como desempenhá-las, conforme visto no Quadro 3.

Quadro 3: Possibilidades e Conteúdos das Políticas Públicas

Possibilidades	Conteúdo
Programas	Atividades e ações propostas a longo, médio ou curto prazo.
Objetivos	Quais são as metas a serem cumpridas, metas gerais e metas específicas.
Estratégias	Formas de atingir os objetivos – operacionais, táticos e estratégicos, podendo associar as principais atuações do Planejamento Estratégico na Administração Pública.
Finanças	Quais serão os meios de provisão de recursos – públicos, parcerias público-privadas.
Assuntos	As agendas estão de acordo com os interesses políticos e governamentais.

Fonte: elaborado pelo autor, com base em Gianezini, *Et al*, 2018.

Nisso, os reais conceitos e o fortalecimento da discussão sobre políticas públicas podem ser debatidos em dois momentos: o primeiro, exemplificado por Agum, Riscado e Menezes (2015), é entendido como uma forma de aprimoramento do bem-estar social, nem sempre vinculado à resolução de problemas, associados a diversas abordagens envolvendo a relação público x privado no promover das ações. Já o segundo ponto, debatido por Menicucci (2018), aponta que o papel das políticas públicas está associado às capacidades estatais e às burocratizações, além dos agentes envolvidos na promoção, conforme destacado a seguir:

O conceito, tal como utilizado na produção brasileira pode se referir a dimensões técnicas e administrativas (existência de órgãos e agências com autoridade e alguma autonomia para formulação e implementação de políticas; disponibilidade, perfil e capacitação de recursos humanos; disponibilidade de recursos financeiros; instrumentos de regulação e transferência de recursos e ou a dimensões políticas e relacionais (formas de coordenação entre áreas governamentais e áreas governamentais e não governamentais; capacidade de construção de coalizões de apoio e formas de legitimidade para as agendas propostas); ou ainda a capacidade institucional, referindo-se a existência de estruturas organizacionais e burocráticas, que amplia a possibilidade de agência dos líderes políticos. Construir capacidades se refere ao desenvolvimento de arranjos institucionais políticos e administrativos, dado que o conceito incorpora variáveis políticas, institucionais, administrativas e técnicas. (Menicucci, 2018, p. 51).

A partir dessa complexidade nos interesses e formação, é importante analisar as questões de avaliações, modelos e tipologias de políticas públicas. Nesse universo, Agum, Riscado e Menezes (2015) ressaltam as questões de avaliações e modelos para o enfoque das políticas públicas, a fim de que possam pensar e refletir sobre as complexidades e suas tomadas de decisão.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Nesse quesito de avaliação, modelos, formas e conteúdos, podemos destacar também o que seriam as abordagens, de forma a analisarmos quem são os agentes interessados. Agum, Riscado e Menezes (2015) destacam dois tipos: a estadista, baseada em uma atuação de possibilidades do Estado; e a multicêntrica, associada ou não em parcerias público-privadas, permitindo que qualquer agente seja protagonista das políticas públicas.

Nisso, a complexidade das políticas públicas está para além dos debates relacionados às agendas, destacando-se, nesse particular, a sua relevância. De tal modo, é importante a pauta das políticas públicas, sobre como suas reais tipologias e atribuições estão relacionadas às agendas e às negociações políticas. Agum, Riscado e Menezes (2015) e Santos (2022) associam o cenário de negociações e conciliação de interesses com as tipologias de políticas públicas, favorecendo ou não os agentes interessados, tal como sistematizado no Quadro 4.

Quadro 4: Tipos de Políticas Públicas

Tipos de Políticas Públicas	Funcionabilidade
Regulatória	Padronização para os agentes públicos e privados, pluralismo de discussões e forças entre os atores para a delimitação de regras.
Distributiva	Ambiente de negociação política, impactos diretos nas questões sociais e a concentração de subsídios a determinados grupos ou agentes.
Redistributivas	Baseadas em uma reestruturação de benefícios, a partir da exposição de políticas antagônicas a outros grupos
Construtivas	Apoio a incentivos, pautas específicas de determinados grupos interessados.
Segurança	Estabilidade, ordem e manutenção da paz em diversos elementos

Fonte: Agum, *Et al*, 2015.

Nas nuances relacionadas com o transporte de passageiros, podemos destacar os seguintes tipos: regulatória, distributiva e redistributiva, as quais estão associadas às questões de demandas e interesses operacionais. A partir disso, temos os estudos de Vasconcellos (2000) e Reis e Costa (2017), que relacionam a temática com as questões de oferta de transporte e os recentes processos de desenvolvimento urbano e com a mercantilização das relações sociais, cujos atributos de renda e a infraestrutura vigente beneficiam uma parcela do uso individual, ao invés do uso coletivo do transporte, de modo a entender que a sobrevivência do serviço está pautada na agenda de interesses dos grupos empresariais e de seus usuários.

É importante analisar as dimensões propostas por Vasconcellos (2000), já citadas anteriormente, como elementos cruciais ao planejamento e posterior gestão do transporte. No âmbito do Estado, pode-se refletir a questão das provisões de atendimento, a qual pode ser ou não adequada às demandas, vinculadas também a um fortalecimento dos grandes interesses.

Dado os contextos analisados e a relação entre políticas públicas e transporte coletivo, é relevante pensar essa associação como elementos de qualidade e de atratividade ao usuário e ao agente empresarial. Com isso, as questões de técnicas, viabilidades operacionais, eficiência e qualidade, além das tipologias de políticas, devem se fazer presente na agenda referente ao assunto e às posteriores transformações espaciais.

Com isso, importa associar também a relação entre as dinâmicas espaciais existentes, sobretudo na dicotomia rural x urbano x periurbano, de modo que a configuração técnica e tipológica seja essencial. Para esse entendimento, faz-se mister o debate dos agentes e de toda a conjuntura envolvida, com o intuito de ofertar as viabilidades do sistema de transporte.

4. As particularidades do urbano e periurbano no transporte coletivo de passageiros

Transporte urbano, transporte rural ou transporte periurbano? Sobre o serviço de transporte, o maior desafio é envolver e pensar a sua organização a partir das particularidades vigentes em cada configuração espacial. Nisso, Carvalho, Sanches e Cavalca (2017) associam a importância do desenvolvimento de um sistema eficiente a partir do conhecimento da infraestrutura viária e as características da população, associados à origem e ao destino desses possíveis usuários.

Ao longo dos anos, os estudos referentes ao transporte e à circulação são realizados em diferentes perspectivas, desde um aspecto mais técnico, como no caso das Engenharias, quanto em uma perspectiva mais social, vinculada principalmente às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. De tal modo, é importante a visão técnica, social e a que será norteadora em nosso cenário, que é a mercadológica, em que a segurança jurídica se torna um elemento primordial na operação e no interesse de seus agentes.

A partir desse cenário, quais são os elementos imprescindíveis para pensar o sistema de transporte? Sobre isso, é importante destacar o surgimento de ciclos dentro do transporte, em que podemos também associar a relação com as políticas públicas e suas bases. Traz-se, portanto, as contribuições de Vasconcellos (2000) e Carvalho (2019), que podem ser associadas aos tipos de políticas públicas, obedecendo virtudes ou criticando os ciclos viciosos que impactam diretamente na qualidade e eficiência do serviço.

Em um primeiro momento, a apresentação do que Vasconcellos (2000) chama de círculo virtuoso do transporte é alinhada com uma reflexão de qualidade contínua na oferta do serviço, com destaque à sua execução e avaliação, conforme ilustrado na Figura 1.

Nas duas imagens, percebe-se o destaque para a implementação, monitoramento e avaliação desses ciclos. Santos (2022) destaca a importância de um aprimoramento contínuo, de modo que se possa enfatizar uma maior reestruturação na oferta do serviço, além de uma maior atratividade de investimentos por parte do capital privado, quanto por parte dos seus usuários.

Figura 1: Ciclo das Políticas Públicas x Círculo Virtuoso do Transporte

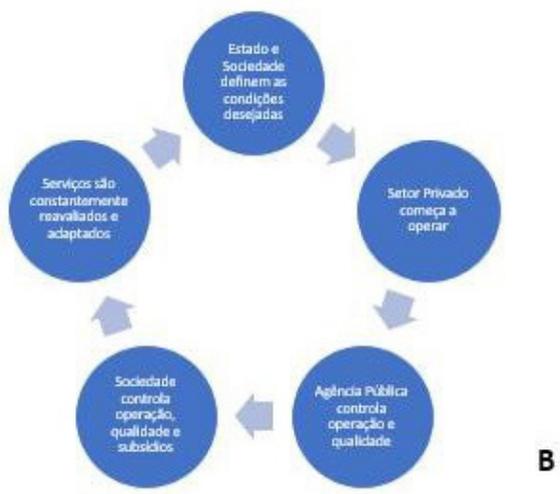


Figura A – Ciclo de Políticas Públicas; **Figura B** – Círculo Virtuoso do Transporte
Fonte: Extraído de: Unale, 2020 e Santos, 2022, com base em Vasconcellos, 2000.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

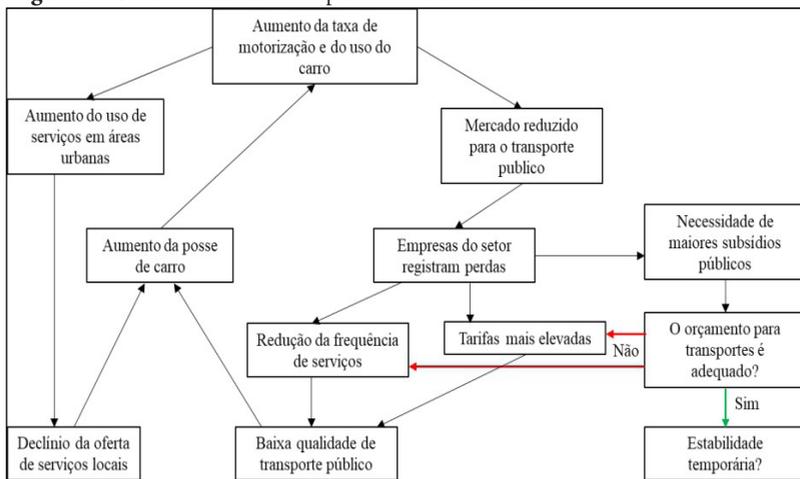
Em outros aspectos, o que podemos pensar nessa relação e particularidade do serviço de transporte coletivo? Basicamente, essa proposição citada atende muitas vezes apenas aos objetivos dos operadores do transporte coletivo urbano, cujo interesse em relação ao periurbano e rural são escassos, além da questão de estudos relacionados à temática. Sobre essa configuração, surge o seguinte aspecto: os desfavorecidos do transporte ou o termo em inglês, *transport disadvantage*.

Sobre esse termo, podemos perceber que ele é oriundo do debate recente de políticas públicas na engenharia urbana. Nisso, podemos apresentar a conceituação de Carvalho, Sanches e Cavalca (2017) e Carvalho (2019), cuja definição é oriunda da falta de acessibilidade e mobilidade do serviço de transporte para determinados grupos e, até mesmo, áreas em específico, que podem existir a partir de diferentes elementos, como baixa demanda ou a infraestrutura que impacta posteriormente a oferta do serviço.

A partir dessa avaliação, é importante discutir um elemento primordial: a questão mercadológica, de modo a trazer uma viabilidade operacional e a social, que garanta o acesso ao usuário. Sobre isso, os transportes periurbano e rural enfrentam as dificuldades de funcionamento associadas ao posterior favorecimento do transporte individual, ocasionado pela necessidade de escoamento da produção ou, mesmo, para o deslocamento dos usuários.

Carvalho (2019) assevera que, ao contrário do “círculo virtuoso”, já citado, existe um “ciclo vicioso” (Figura 2) no que se refere ao transporte nessas áreas. Isso é caracterizado pela relação com o uso individual, associado às perdas da oferta do serviço, conforme apontado na Figura 2.

Figura 2 : Ciclo Vicioso do Transporte Periurbano e Rural



Fonte: Carvalho, 2019.

Nesse sentido, existe uma contrapartida citada pela autora que é o socialmente inserido, mas excluído da demanda de transporte. Isso é explicado principalmente pelas diversas características de exclusão espacial, sobretudo na oferta e demanda de serviços públicos. Assim, entende-se o papel das políticas públicas não só no provimento de agendas, mas na viabilização do acesso aos desfavorecidos do transporte, a fim de consolidar uma demanda real de oferta.

Com as esquematizações de ciclos e circuitos apresentadas, faz-se importante tanto ao agente estatal quanto aos movimentos de agendas para as políticas públicas, pensar os aspectos de organização e delimitação da atuação dos agentes de transporte. No momento jurídico, destacar os papéis dos processos de concorrência, participação dos agentes públicos como regulador e conciliador dos conflitos que possam ou não existir.

Sobre isso, é relevante destacar a pertinência das políticas públicas nas relações estatais e empresariais, desde a regulação até a importância posterior da manutenção dessa viabilidade.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Com isso, Santos (2022) chama a atenção para o destaque das políticas públicas com a consolidação de elementos que podem impulsionar um transporte seguro juridicamente, a partir de políticas de subsídio que podem influenciar positivamente nas operações e até mesmo na atratividade de investimentos.

Percebe-se, portanto, que as políticas públicas deixam de ser apenas um elemento baseado no federalismo e procuram se associar às principais agendas, tendo a mobilidade como elemento crucial e uma política pública que possa garantir uma distribuição/redistribuição de forma democrática. Nisso, quando se fala em investimentos, planejamento e gestão, pensa-se na política pública como elemento de consolidação dos agentes a partir das formas de inserção e das suas possibilidades e estratégias.

5. Considerações Finais

Ainda que as agendas sobre as políticas públicas sejam recentes, sobretudo aquelas ligadas ao transporte e à circulação, além de uma complexidade referente ao seu real objetivo, podemos perceber que a relação entre os dois assuntos se situa para além de um aspecto técnico e mesmo acadêmico. Com isso, é importante destacar as funções sociais e os agentes envolvidos na avaliação, consolidação e monitoramento da prática das políticas públicas, associados a uma equidade e seguridade por parte de todos os envolvidos.

Posteriormente, as relações do poder público com os diversos agentes interessados, os impactos da avaliação e dos ciclos das políticas públicas fomentam particularidades na sua operação e configurações que podem colocar uma eficiência ou ineficiência no sistema de transporte. Diante do cenário, é importante pensar na amplitude da acessibilidade e mobilidade, de acordo com as particularidades do espaço, com uma integração entre as diretrizes de adequação e operação, quanto à importância da função social de integração do espaço em acompanhar os fluxos e fixos.

Assim, ainda que de maneira embrionária, concluímos que apesar de um debate aprofundado sobre o transporte coletivo, ainda que permeável ao cenário urbano, deve haver um interesse em pensar as políticas públicas para o setor a partir das diversas agendas dentro de uma mesma temática, como o caso do rural e do periurbano, obedecendo às suas dinâmicas e particularidades.

Referências

AGUM, R.; RISCADO, P.; MENEZES, M. Políticas Públicas: conceitos e análise em revisão. **Agenda Política**, São Carlos, SP, v. 3, n. 2, p. 12-42, 2015.

CARVALHO, C. U. **Transporte e exclusão social**: um estudo de caso nas áreas rurais e periurbanas da cidade de Itirapina – SP. 2019. 111f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

CARVALHO, C. U.; SANCHES, S. P.; CAVALCA, D. L. Transporte público em áreas rurais: uma análise bibliométrica. *In*: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM TRANSPORTE, 31., 2017, Recife. **Anais [...]**. Recife: ANPET-UFPE, 2017. p.1-12.

CERVI, A. P.; CÂNDIDO, A. C. Aplicação do Balanced Scorecard no Setor Público: Estudo de Caso em uma Assessoria Jurídica da Administração Pública. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 13, n. 1, p. 154-170, 2019.

FERRAZ, A. C.; TORRES, I. E. **Transporte público urbano**. São Carlos: Rima, 2004.

GIANEZINI, K.; BARRETO, L. M.; GIANEZINI, M.; LAUXEN, S. L.; BARBOSA, G. D.; VIEIRA, R. S. Políticas Públicas: definições, processos e constructos no século XXI. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 21, n. 2, 1065-1084, 2018.

MENICUCCI, T. Perspectivas teóricas e metodológicas na análise de políticas públicas: usos e abordagens no Brasil. **Política Hoje**, Recife, v. 27, n.1, p.42-55, 2018.

REIS, W.; COSTA, A. J. B. A composição dos custos do Sistema de Transporte Coletivo em Municípios. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

DE CUSTOS, 24., 2017, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: CBC, 2017. p. 1-11.

SANTOS, G. A. N. **Entre idas e vindas**: dinâmicas do transporte coletivo na área metropolitana de Santarém - PA. 2022. 176 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022.

SENNA, L. A. S. **Economia e planejamento dos transportes**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

VASCONCELLOS, E. A. **Transporte urbano nos países em desenvolvimento**: reflexões e propostas. São Paulo: Annablume, 2000.

PARTE III - MIGRAÇÕES

A MIGRAÇÃO CHINESA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (ALC) NO SÉCULO XIX: OBSERVAÇÕES PRELIMINARES SOBRE BRASIL, CUBA, GUIANA, GUIANA FRANCESA E PERU

*Drivia Louren Rodrigues Guevara*⁵⁷

*Hisakhana Pahoona Corbin*⁵⁸

1. Introdução

De acordo com Hu-DeHart e López (2008), no final do século XX, estimava-se que cerca de 55 milhões de chineses estivessem distribuídos ao redor do mundo, sendo 3,5 milhões residentes nas Américas. Eric Hobsbawm definiu a segunda metade do século XIX como “o começo da maior migração dos povos na História” (Hobsbawm, 2012, p. 203). Esse fluxo intenso de pessoas esteve relacionado ao desenvolvimento das estruturas econômicas adjacentes ao capitalismo – processo conhecido como “modernização” – do qual fez parte a decisão imposta pela Inglaterra, de pôr fim ao tráfico de negros escravizados (Kowarick, 1994).

Paralelamente a isso, o investimento em mecanização nas áreas de cultivo aumentou a necessidade de força de trabalho, tornando fundamental a busca por alternativas menos dispendiosas (Hobsbawm, 2012).

57 Graduada em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: lourenguevara13@gmail.com

58 Doutor em Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da UFPA. E-mail: corbin@ufpa.br

Assim, o vazio deixado nas colônias e ex-colônias do Novo Mundo foi lentamente sendo preenchido por trabalhadores imigrantes, que se deslocavam da Europa, da Ásia e de outras regiões do planeta.

No que diz respeito à corrente migratória chinesa no século XIX para a região hoje conhecida como América Latina e o Caribe (ALC), é necessário pontuar algumas peculiaridades que caracterizam essa migração. Miles (2020, p. 91) definiu os anos de 1840 a 1937 na China como um período de “*domestic unrest and foreign invasion*”, que começou com a Primeira Guerra do Ópio (1839-1842) e terminou com a invasão japonesa no território, durante a Segunda Guerra Mundial (1937-1945). Evidentemente, a invasão ocidental no território chinês, levada a cabo pela Inglaterra, teve grande impacto sobre a vida da população, que já vinha sofrendo um período de instabilidade social e política devido à crise da dinastia Qing (Hobsbawm, 2012).

O aumento da população no século precedente, que foi de 140 milhões de habitantes em 1741 para cerca de 400 milhões em 1834, começou a criar severas pressões econômicas, as quais o governo não conseguia resolver (Hobsbawm, 2012). Além disso, após perder a guerra para as tropas britânicas, em 1842, o governo de Qing foi forçado a assinar o Tratado de Nanjing que determinava a abertura comercial de cinco portos chineses, entre eles Xangai (Shanghai), Xiamen (Fujian) e Cantão (Guangzhou) (Miles, 2020). Esses portos estavam localizados no sudeste da China e já eram os principais pontos de saída de chineses para o exterior, mas após 1842 se tornaram centros de migração em massa (Miles, 2020).

Segundo Hobsbawm (2012), a revolta de Taiping (1851-1864) foi produto direto do impacto ocidental na China: a invasão britânica havia exposto a fragilidade do governo imperial chinês, ocasionando o aumento das atividades de forças de oposição, como as sociedades secretas presentes na região sul. Uma delas foi fundada por Hong Xiuquan (1813-64), autointitulado profeta, que, após uma assimilação de elementos ocidentais significativos, combinou a leitura de textos cristãos com ideias herético-religiosas em um discurso contra a dinastia Qing (Hobsbawm, 2012). Por volta de 1853, “os Taipings eram pelo menos um milhão de ativos militantes que controlavam a maior parte do sul e do leste chinês” (Hobsbawm, 2012, p. 142).

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Assim, a guerra civil do Taiping configurava uma situação de crise da qual as nações europeias se aproveitaram para fortalecer o tráfico de chineses (Hui, 1992).

Nesse contexto, o Novo Mundo se apresentava como um lugar de destino atrativo, principalmente após a descoberta do ouro na Califórnia, também na década de 1840. Na década seguinte, 135.000 chineses compuseram o que se denominou a “corrida do ouro” e, apenas na Califórnia, entraram 20.000 trabalhadores no ano de 1852 (Miles, 2020). Já nos países da ALC, essa migração foi constituída por trabalhadores contratados durante um número específico de anos, destinados principalmente às plantações de cana-de-açúcar no Caribe (Miles, 2020), às fazendas agrícolas no Brasil (Lima, 2017) e à coleta de guano e fazendas das zonas costeiras no Peru (Pastor, 2017).

Lamentavelmente, nem todos os chineses que optaram por emigrar o fizeram através de uma decisão voluntária. Juan Hung Hui (1992) ressalta que um dos primeiros passos para a introdução desses trabalhadores no continente americano era o engajamento, que consistia na sua captura. Para isso, ingleses e espanhóis estabeleceram agências e oficinas com enfoque nas cidades costeiras, de onde saíam a maior parte dos emigrantes. Essas agências, por sua vez, enviavam ao interior do país um certo número de agentes chamados, em espanhol, de “corredores indígenas”, que:

eran chinos ladinos viciosos en su mayoría y jugadores. Les llamaban chu chay tau (capataz de cerdos), y se encargaban de reclutar a los jóvenes mayores de 34 años que fuesen fuertes, varoniles y corpulentos, habituados al rudo trabajo de la agricultura, en su mayoría sembradores de té, algodón, arroz y trigo (Chuffat, 1927, p. 26 *apud* Hui, 1992, p. 78).

Esses homens prometiam riquezas nos países do Novo Mundo em um curto espaço de tempo, como a possibilidade de voltarem ricos ao término dos oito anos de contrato:

Los chu chay tau, agentes, seducían con sus palabras; llevaban la bolsa repleta de plata para hacer eficaz su misión. Invitaban a la víctima a una casa de té donde se servían pasteles y dulces, y se les invitaban a beber con esplendor. La víctima percibía la cantidad de 8 pesos mexicanos como primer adelanto, y en cuanto aceptaba la susodicha suma era conducido al depósito (Chuffat, 1927, p. 26 *apud* Hui, 1992, p. 78).

Após seu engajamento, os chineses eram levados aos barracões próximos aos portos “[...] *‘bajo la custodia de unos hombres com orden de azotarles si les trataban de escapar’*” (Hui, 1992, p. 83). Ali, eles eram obrigados a firmar um contrato que possuía versões em chinês e em espanhol ou inglês. Nesse contrato, o chinês se comprometia a obedecer às ordens dos contratantes, ou para quem o contrato fosse repassado, devendo trabalhar por cerca de oito anos seguidos para seu patrão, em qualquer tipo de trabalho, por um salário de quatro pesos mensais e em uma rotina de 12 horas diárias de trabalho (Hui, 1992). O autor em referência acrescenta que, depois de assinado, tais trabalhadores ficavam detidos até o momento da saída do barco que os conduziria até a América.

A situação nos navios durante a viagem era de violência e insalubridade. Ainda de acordo com Hui (1992), a travessia durava de quatro a cinco meses, embora não fosse incomum que se estendesse a mais de sete meses, muitas vezes excedendo o limite máximo de tripulantes. O trajeto não era realizado de forma pacífica: alguns chineses resistiam à migração depois de embarcados devido aos maus-tratos aos quais eram submetidos em pleno alto-mar. Outros, como já mencionado, descobriam que haviam sido enganados no meio do caminho e procuravam os capitães dos navios para persuadi-los a levá-los de volta, recorrendo ao uso de armas e travando combate com os tripulantes. Se saíssem vencedores, assaltavam e incendiavam o barco, abandonando-o em seguida, como ocorreu na fragata norte-americana Flora Temple e na barca espanhola Encarnación. Mortes por situações de precariedade também ocorriam até a chegada no porto de destino, elevando a taxa de mortalidade nos navios (Hui, 1992).

Ao chegar nos países da América Latina e o Caribe, os imigrantes sobreviventes tiveram diferentes destinos, incluindo as áreas que compõem a atual Pan-Amazônia. De acordo com a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), o ecossistema da Amazônia é atualmente constituído por 67,4% de floresta tropical e 13,3% de savanas tropicais. Assumindo o posto de maior floresta tropical do mundo, ela representa entre 4 e 6% da superfície total da Terra e cerca de 25 e 40% da superfície da América (OTCA, 2024).

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Junto à variedade de espécies de flora e fauna, há igualmente uma diversidade cultural imensa que – apesar de histórica – continua sendo subestimada pelos dados censitários (Aragón, 2005). O discurso acerca da necessidade de ocupação dessa região vinculado ao mito do “vazio demográfico” esteve presente em diferentes momentos da história (Aragón, 2013). Porém, ao longo do século XIX, ele foi mobilizado pelas autoridades junto aos argumentos sobre a necessidade de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre e a criação de núcleos de colonização para povoar áreas consideradas “vazias” (Gomes, 1997).

Embasados na teoria do embranquecimento social⁵⁹, que preconizava a tomada de ações políticas e administrativas a fim de viabilizar a assimilação da cultura e dos valores europeus em nome do desenvolvimento e do progresso, a introdução de imigrantes foi incentivada de forma massiva nesse período (Lesser, 2015). Isso culminou na chegada de indivíduos de diversas nacionalidades, incluindo a chinesa (Aragón, 2013). Assim, as iniciativas de colonização e povoamento da Amazônia no século XIX, a partir da migração internacional, deixaram marcas profundas na região (Aragón, 2013).

É importante alertar que esse tipo de perspectiva, porém, negava propositalmente a existência de uma diversidade de povos que compunham – e ainda compõem – esse território, imbuídos de vivências e experiências muito bem estabelecidas, como povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas (Gomes, 1997). Ainda para esse autor, do ponto de vista dos governantes, esses indivíduos eram tidos como “indesejados”, porque suas atividades econômicas e sociais aconteciam à margem do controle estatal. Trata-se, portanto, de uma negação do ser humano do local e de sua cultura, tornando ilegítimas a sua opinião, cosmovisão, e formas de se relacionar com a natureza e a sociedade para justificar a intervenção violenta sobre o seu território em nome do progresso (Aragón, 2013).

59 O historiador Jeffrey Lesser (2015) explora esse tema no livro *A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração* e mostra como, na segunda metade do oitocentos, o projeto imigrantista se vinculou à ideologia do branqueamento: esperava-se que os imigrantes tornassem o país mais forte em termos políticos, econômicos e culturais, sendo o imigrante europeu o principal viabilizador desse projeto.

Se inicialmente os imigrantes chineses não se encaixavam totalmente nessa situação, ao longo dos anos eles tiveram o mesmo destino de outros povos marginalizados. Desse modo, os que permaneceram no território se integraram gradualmente à sociedade local, mas foram excluídos do projeto de desenvolvimento coordenado pelo Estado, precisando elaborar suas próprias estratégias de vida a fim de garantir a sobrevivência.

Nas seções seguintes, comentaremos brevemente sobre as experiências com imigrantes chineses em alguns países da ALC e da Pan-Amazônia, como Brasil, Cuba, Guiana, Guiana Francesa e Peru.

2. Migração chinesa para Cuba

Nos países do norte da América e do Caribe, os chineses eram uma das nacionalidades que constituía o termo genérico de imigrantes conhecidos como “*coolies*”. Moon-Ho Jung (2006, p. 13) explica que, no século XIX, este termo surgiu para definir “*the systematic shipment and employment of Asian laborers on sugar plantations formerly worked by enslaved African*”. Nesse sentido, a definição abrangia tanto nativos da China quanto de outros países asiáticos e, por vezes, da Índia. Nesse período, a ideia de importar “*coolies*” como trabalhadores contratados para lidar com as incertezas geradas pelo fim da escravidão começou a circular no mundo inteiro (Jung, 2006).

A presença de chineses na Cuba esteve fortemente vinculada à indústria açucareira. Em 1870, a colônia espanhola era responsável por 42% do suprimento mundial de açúcar (Miles, 2020). Segundo Hui (1992), o cultivo do açúcar na ilha foi impulsionado após a queda do preço desse produto no Haiti entre 1790 e 1800. Nos primeiros anos do século XIX, os africanos escravizados foram responsáveis pelo desenvolvimento e pela multiplicação dessa indústria (Miles, 2020). Após o fim do tráfico e o fracasso dos projetos de colonização europeia para a substituição do trabalho nas plantações, alguns fazendeiros e outros membros envolvidos no comércio do açúcar defenderam a introdução de trabalhadores chineses na colônia (Hui, 1992). Assim, os primeiros imigrantes teriam desembarcado em janeiro de 1847, vindos do porto de Xiamen (López, 2013). Estima-se que entre 1847 e 1874, aproximadamente 125.000 trabalhadores chineses chegaram em terras cubanas (Miles, 2020).

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Os argumentos que buscavam defender ou afastar esse tipo de migração estavam pautados nas teorias pseudocientíficas do século XIX, que compunham o imaginário racista evolucionista vigente (Rojas, 2020). Portanto, aqueles a favor do emprego da mão de obra chinesa destacavam a maior tolerância dessa “raça” ao clima cubano e argumentavam que a sua destreza para o trabalho poderia servir de exemplo para aqueles que eram “pouco laboriosos” (Hui, 1992). Por outro lado, os grupos contrários à migração chinesa os retratavam como indivíduos “*taciturnos, viciosos, vengativos y inescrupulosos, ‘que tienen contaminadas con sus costumbres’ a la sociedad cubana*” (Perseverancia, 1894, p. 1 *apud* Rojas, 2020, p. 107).

O problema da importação de *coolies* nas ilhas do Caribe e na América Latina era que ela expunha uma contradição inerente a esse tipo de empreendimento: a contratação e o emprego desses trabalhadores representava um vestígio da escravidão ou era um prenúncio da liberdade? (Jung, 2006). A maior parte das experiências apontavam para o primeiro caminho. Conforme escrito por Gonzalo de Quesada (1892, p. 122): “*a medida que el chino se alejaba de su tierra, lo trataban más como esclavo que como hombre libre, eso sino lo dejaban morir de hambre*”.

Ao chegar no território cubano, eles eram distribuídos em lotes de 10 pessoas pelo valor de 70 pesos por cabeça para o trabalho nas plantações de cana-de-açúcar e na construção de ferrovias (López, 2013). Era comum que chineses e negros escravizados trabalhassem lado a lado nos canaviais, embora fossem colocados em alojamentos separados, conhecidos como “barracões”, que possuíam pouca ventilação, pisos de terra e nenhuma janela (López, 2013). Em algumas propriedades, eles eram obrigados a construir suas próprias cabanas de palha, o que, embora lhes proporcionasse uma melhoria limitada nas condições de vida, contribuía para a sua situação de endividamento (López, 2013).

A despeito da exploração e dos abusos sofridos pelo sistema de trabalho ao qual foram submetidos, os chineses que permaneceram na Cuba após o fim dos contratos logo criaram nichos econômicos para garantir a sua sobrevivência (Miles, 2020). Essa, aliás, é uma realidade constatada em várias experiências da ALC. Assim, muitos abriram mercearias e lojas de produtos gerais, como os lojistas rurais chineses abundantes em Trinidad & Tobago (Miles, 2020).

Além da notável contribuição econômica, não podemos deixar de mencionar a sua participação como combatentes nas guerras de independência cubana contra o domínio colonial espanhol (Rojas, 2020). Há, também, reminiscências da sua influência na cultura, como no jogo de loteria amado pelos cubanos: *la charada china* (Hu-DeHart; López, 2008).

3. Migração chinesa para a Guiana

Arthur Raymond Chung foi o primeiro presidente da atual Guiana e governou entre os anos de 1970 a 1980. Ele também foi o primeiro Chefe de Estado de ascendência asiática em um país fora da Ásia⁶⁰ (OPEU, 2024). A relação entre a Guiana e a China é bastante antiga e remonta aos primórdios do século XIX. Estima-se que cerca de 13.500 chineses migraram para a Guiana Britânica nesse período (Clementi, 2010).

López (2013) argumenta que havia uma diferença substancial entre os sistemas de trabalho por contrato organizado pela Inglaterra e pela Espanha. De acordo com a autora, o governo britânico regulava o recrutamento de indianos e chineses para as colônias caribenhas, enquanto a importação de “*coolies*” para a colônia espanhola, Cuba, e para o recém-independente Peru, era controlada por comerciantes privados (López, 2013). Ademais, havia um interesse por parte do governo britânico em recrutar imigrantes do sexo feminino, enquanto na Cuba e no Peru predominava o recrutamento do sexo masculino (López, 2013). Por esse motivo, a Inglaterra caracterizava o seu sistema como mais humanizado. No entanto, os casos de abusos eram recorrentes em ambos os sistemas (López, 2013).

O primeiro indício de que a Guiana Britânica deveria buscar por força de trabalho livre na China pode ser encontrado em um relatório do *Committee of the House of Commons*, datado no dia 12 de junho de 1811 (Clementi, 2010). Esse relatório apontava uma suposta predisposição dos chineses de emigrar, sobretudo aqueles do sexo masculino, embora o fizessem sempre com intenções de retornar ao seu país de origem (Clementi, 2010). O documento também alertava que essa emigração contrariava as leis do país asiático, mas isso não impediu o Comitê de demonstrar interesse nas possíveis vantagens que o emprego dessa mão de obra traria para as Índias Ocidentais (Clementi, 2010).

60 Para mais informações, ver Pires, Barbosa e Quito (2024).

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Em maio de 1843, um proprietário guianês que havia visitado algumas colônias britânicas em Singapura, Malaca e Penang ficou impressionado com o trabalho dos chineses empregados nas lavouras:

there are 2.000 acres of land cultivated exclusively by them; and during the heat of the day I have seen them cutting canes, etc., and I can state, without hesitation going through all the work as well as the best picked men (Creoles) would do. The climate is much the same as in British Guiana. The men are strong and powerful, and from infancy accustomed to toil; industrious and eager to acquire money. I have seen all classes of coolies, and the different tribes of Asia; but nowhere have I seen a people who would suit us and our purposes better (Clementi, 2010, p. 3).

Um argumento semelhante foi apresentado no relatório de 19 de julho de 1851, redigido por Mr. James T. White, um agente da imigração da Guiana Britânica em Calcutá, que, em 1850, embarcou em uma missão para a China em nome de Demerara e Trinidad dos atuais Guiana e Trinidad & Tobago, respectivamente:

the Chinese are admirably adapted as labourers for the West Indies; they are strong, active and intelligent, disposed to work and to make money. The climate here, at least at this season of the year, is very similar to that of the West Indies, and I think they would enjoy health and strength in their new location (Clementi, 2010, p. 17).

Apesar disso, a sugestão da introdução de trabalhadores chineses na Guiana não foi imediatamente colocada em prática e apenas após a abolição da escravidão em 1838 ela voltou a ser considerada (Lai, 1998). Como aconteceu em outros países na América Latina e o Caribe, na Guiana houve uma tentativa de embranquecimento da população no fim da escravatura, em uma tentativa de negar aos africanos livres e seus descendentes poder político e econômico (Bassanezi, 1995; Daly, 1975; Augier *et al.*, 1960). Os autores apontam que na operacionalização dessa negação, em primeiro lugar, houve a tentativa de importar mão de obra europeia antes da procura de mão de obra asiática.

Dado ao supostamente alto custo e à insuficiência da importação de trabalhadores africanos livres das outras colônias das Índias Ocidentais, como Bahamas, o governo aprovou duas Ordenações em 1844 que proviam a entrada de chineses no território guianês (Clementi, 2010). Uma terceira ordenação, no mesmo ano, abria um crédito especial de 75.000 libras para custear as despesas com a importação de 5.000 trabalhadores da Índia (Clementi, 2010).

Os primeiros chineses contratados chegaram a Demerara apenas em 1853, no barco Samuel Boddington, que zarpou de Xiamen no dia 25 de novembro de 1852 e aportou em março de 1853 (Clementi, 2010). O centro de recrutamento desses imigrantes eram duas províncias costeiras no sul da China: Fujian e Guangzhou (Clementi, 2010). Havia indícios de superlotação do transporte, visto que a capacidade máxima era de 335 passageiros e nele havia embarcado 352 chineses (Clementi, 2010). Ao longo da viagem, 41 pessoas morreram e 11 se perderam no mar. No final de 1853, ao todo, 647 chineses teriam chegado à Guiana Britânica e foram empregados nas *plantations* de Blankenburg, La Jalousie, Anna Catharine, Haarlem, entre outras (Clementi, 2010).

De modo geral, a primeira experiência foi recebida de forma positiva entre os dirigentes. Stephen R. Butts, dirigente da *plantation* “*La Jalousie*”, admitiu em junho de 1853 que os chineses eram: “*a very useful class of people, exceedingly apt and intelligent*” (Clementi, 2010, p. 30). No mesmo ano, Alex M. Bethune, proprietário da *plantation* “*Stewartville*”, levantava uma questão muito comum na relação entre contratantes e trabalhadores chineses: a despeito da sua satisfação com o emprego dessa mão de obra, problemas como a aclimação e a comunicação dificultavam a execução de determinadas atividades:

they will be very good and useful labourers: but the heavy wet season coming on so shortly after their arrival has been greatly against them, giving them fevers and ague, which they are very much troubled with at present [...] There is another and very serious drawback to their doing well, which is that there is no one among them that can talk a word of English, consequently we can only communicate with another by signs” (Clementi, 2010, p. 31).

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Nos cinco anos subsequentes, verifica-se uma pausa na corrente migratória chinesa para a Guiana Britânica, causada por “*difficulties in stabilising the recruitment end of the operation*” (Lai, 1998, p. 9). Depois, entre os anos de 1859 e 1866, houve a retomada do fluxo anual de trabalhadores chineses que marcou a segunda e última experiência do país com essa mão de obra em termos volumosos, seguidos por sete anos de hiato, até a chegada do último barco em Demerara, no ano de 1879 (Clementi, 2010).

Segundo Look Lai (1998), a migração chinesa para as Índias Ocidentais Britânicas acabou após a disputa sobre um tratado firmado em 1866 entre China, Grã-Bretanha e França, conhecido como Convenção Kung. O documento determinava que após o término do período de cinco anos de contrato, os imigrantes teriam direito a uma passagem de retorno gratuita para a China ou a um pagamento de 50 dólares em troca da passagem (Lai, 1998). Os contratantes das Índias Ocidentais não concordaram com as disposições do tratado, argumentando que isso tornaria o custo da migração chinesa muito alto em comparação aos contratos já estabelecidos na Índia Britânica (Lai, 1998).

4. Migração chinesa para a Guiana Francesa

O historiador Denis Lamaison (2018) apresenta no artigo “*Libres mais réduits presque à l’esclavage: histoire des premiers engagés chinois de Guyane française (1818-1834)*” o caso dos primeiros trabalhadores chineses engajados para o trabalho na Guiana Francesa. Devolvida para a França em 1817, ela era composta por menos de 18 mil habitantes espalhados por um território coberto por floresta e suas propriedades rurais cultivavam o urucum, o algodão e a cana-de-açúcar (Lamaison, 2018). Com a proibição do tráfico de escravos em 1815, os senhores de engenho alegavam que não podiam mais contar com a força de trabalho local e buscaram alternativas para solucionar o problema.

Assim, o comissário Alexandre François Benoist-Cavay e o governador da colônia Jean-François Carra-Saint-Cyr propuseram, em 1816, trazer algumas famílias chinesas que conhecessem a cultura do chá, à semelhança da colônia estabelecida no Rio de Janeiro que ambos consideravam ter sido um sucesso (Lamaison, 2018).

Logo, em 1818, foi elaborado em Paris um contrato destinado a regularizar a contratação exigindo que os trabalhadores chineses fossem bem alimentados durante a travessia e gozariam dos mesmos direitos, liberdades e prerrogativas que os homens livres. No entanto, a colônia chinesa deveria ser estabelecida em uma área isolada para a preservação da “moral” da sociedade local (Lamaison, 2018). A maioria dessas exigências não foi cumprida.

Em maio de 1818, o Conselho dos Ministros deu permissão para uma expedição comandada pelo capitão Philibert, “*pour recruter 200 Chinois de tout âge et tout sexe, de préférence en famille, afin de les transporter et de les établir en Guyane*” (Lamaison, 2018, p, 1). Os navios partiram no dia 26 de fevereiro de 1819, porém retornaram a Caiena no dia 9 de agosto de 1820 com apenas 27 chineses e cinco malaios. Isso porque, incapazes de recrutar trabalhadores no local pretendido (Java), os navios precisaram navegar até as Filipinas, onde o governador espanhol autorizou relutantemente o recrutamento de trabalhadores na comunidade chinesa de Manila (Lamaison, 2018). Desse modo, em 1820, a Guiana Francesa se tornou a primeira colônia francesa a receber trabalhadores asiáticos.

Ali, os chineses foram instalados na margem esquerda do Rio Kaw, cerca de 80 km a sudeste de Caiena, em uma região pantanosa que já tinha sido abandonada por vários negros escravizados que, diante das precárias condições de trabalho, preferiram fugir (Lamaison, 2018). Essa propriedade continha casebres, culturas de urucum, café, alimentos e trinta e seis cabanas construídas para os chineses, que, sob a supervisão de um colono escolhido pelo governador, cultivaram pequenas hortas atrás das suas cabanas (Lamaison, 2018). Entretanto, logo apareceriam as consequências da situação de insalubridade à qual foram submetidos: eles sofreram de infecção por pulgas (*tunga penetrans*) que não raro os levava à gangrena, depois à amputação ou à morte e muitos contraíram febre (Lamaison, 2018).

Em outubro de 1820, os chineses se revoltaram após uma tentativa de racionamento de arroz por parte do comandante do distrito, que foi gravemente ferido durante o confronto (Lamaison, 2018). O então governador Laussat atribuiu como causa desse acontecimento: “*ces hommes croupissant ‘dans une odeur infecte’ et laissant ‘cette charmante habitation, où la culture était vivante, [...] aujourd’hui comme une terre en friche’*” (Lamaison, 2018, p. 4).

Em junho de 1821, dos dezessete chineses ainda vivos, apenas quatro permaneceram em condições de trabalhar, estando os demais enfermos ou doentes: cinco tinham úlceras nas pernas, um estava com febre, outro tinha “fluxo de sangue” (Lamaison, 2018). Diante da situação, o governador decidiu repatriar esses homens para a capital a fim de lhes encontrar um emprego.

Em setembro de 1821, todos os dezessete chineses estavam empregados em cargos associados ao governo: nas olarias do rei, na horta e no departamento de artilharia. Ainda assim, foram expostos às mesmas condições trabalho e maus-tratos que os negros nas oficinas reais onde foram colocados (Lamaison, 2018). Ao final de 1833, apenas quatro chineses estavam presentes em Caiena, quando, após o seu pedido de repatriamento, decidiu-se transportá-los para a cidade de Brest, na França. Ali, foram empregados no jardim botânico da cidade, onde ficaram até setembro de 1834, quando embarcaram em um navio que os levaria para Pondicherry (Índia) e depois Chandernagore (Índia). Por fim, em junho de 1835, subiram a bordo de um navio inglês com destino a Macau (Lamaison, 2018).

5. Migração chinesa para o Brasil

No Brasil, a primeira experiência com trabalhadores chineses remonta ao ano de 1814, quando, durante o estabelecimento da família real na colônia portuguesa, o Rei João VI tentou promover o cultivo do chá no Jardim Botânico do Rio de Janeiro a fim de participar do mercado internacional do ópio (Lima, 2017). No entanto, a experiência logo teve fim devido às dificuldades no processo de aclimatação da planta, que culminaram na má qualidade do produto (Lima, 2017).

Apenas na década de 1850 foi realizado um novo investimento na introdução desses trabalhadores, agora conduzido por comerciantes e fazendeiros motivados pelo contexto de crise da mão de obra que prejudicava a lavoura do Império (Lima, 2017). Uma dessas iniciativas foi feita pelo negociante Manoel de Almeida Cardoso, responsável pela introdução de 303 chineses na província do Rio de Janeiro no dia 9 de fevereiro de 1855 (Hui, 1992).

Quarenta desses chineses foram destinados, em março de 1855, para o trabalho nas lavras auríferas da colônia de Maracaçumé, localizada nos “sertões” do Maranhão.

A desanexação do Turiaçu das terras paraenses e sua respectiva aneção à província do Maranhão no ano de 1852 mobilizou uma nova lógica de ocupação dos “sertões”, que esteve atrelada à conjuntura política e econômica da província e do império brasileiro (Souza, 2016). Dessa forma, para resolver o problema da crise da lavoura e da mão de obra e do povoamento da região recém-anexada, a solução idealizada pelas autoridades maranhenses foi a contratação da mão de obra imigrante.

Ali foram criados dois tipos de colônias para as quais os trabalhadores estrangeiros foram destinados: as colônias agrícolas e as colônias de operários (Ribeiro, 2020). Elas se diferenciavam tanto no que se refere ao tipo de trabalho desempenhado (lavoura e cultivo de produtos agrícolas versus construção de obras provinciais e trabalho nas minas), quanto às expectativas das autoridades locais sobre elas (caráter civilizatório *versus* mão de obra temporária) (Guevara, 2023). A atuação dos chineses se deu neste último tipo de colônia.

Maracaçumé estava localizada na região aurífera entre os rios Gurupi e Turiaçu no estado do Maranhão. Os chineses foram contratados pela Companhia de Mineração Maranhense, responsável pela exploração do ouro no local, não atuando exclusivamente na extração do ouro (Guevara, 2023). Na verdade, os relatos presentes na documentação mostram os chineses desempenhando funções relacionadas à construção de casebres, abertura de roças, estradas, transporte de objetos e construção de obras públicas (Guevara, 2023). Isto é, atividades que demandavam um grande dispêndio de força física.

Essa organização do trabalho era motivada pelas ideias difundidas por teorias racistas e racialistas do século XIX (Lesser, 2015). Os interesses ligados à grande lavoura escravista não viam como o trabalho livre do imigrante europeu pudesse substituir o do escravo, principalmente no que dizia respeito às atividades “pesadas”, como a abertura de estradas.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Portanto, a solução foi buscada nos exemplos das experiências feitas com chineses em outros países (Lima, 2017).

Na província maranhense, circulavam algumas notícias das experiências realizadas com esses trabalhadores nos outros países da ALC: o jornal *O Observador* publicou diversas matérias pontuando as vantagens da utilização da mão de obra chinesa em Cuba (Guevara, 2023). Em uma delas, informa-se que um grupo de trabalhadores chineses teria chegado a Havana no contexto de abolição do tráfico de escravos e que “eles teriam sido bem recebidos pelos fazendeiros por serem: ‘mais inteligentes, dóceis e úteis’ do que os negros” (Guevara, 2023, p. 20). Posteriormente, em 1857, outra matéria, intitulada “Emigração chinesa”, elogiava a rudeza desses trabalhadores, principalmente no que dizia respeito às atividades campestres (Guevara, 2023).

Nesse sentido, o chinês, entendido pelos grupos dominantes como uma “raça intermediária”, estaria apto a realizar determinados tipos de trabalhos que supostamente não eram adequados para os europeus, mas que não podiam ser realizados pelos negros livres em virtude da proibição do tráfico (Lesser, 2015). Isso não significava aceitar de forma passiva a realidade que os cercava; inúmeros métodos de resistência foram desenvolvidos por eles ao longo dos anos de trabalho e envolviam fugas, reclamações levadas até as autoridades imperiais, recusa ao trabalho e até mesmo o suicídio (Guevara, 2023). Além disso, ao desempenharem suas atividades nos “sertões”, esses indivíduos estabeleceram relações de comércio com os outros habitantes das regiões cercanas, como quilombolas e indígenas, e participaram ativamente da rede de comércio dessa região (Gomes, 1997).

Assim, se inicialmente houve um entusiasmo em relação à introdução desses trabalhadores, o que se observou com o passar dos anos foi uma mudança no discurso das autoridades políticas e dos dirigentes da companhia. Frente à reação dos chineses contra as precárias condições de vida, a atividade laboral desempenhada por esses homens acabou não atendendo às expectativas dos administradores (Guevara, 2023). Isso, por sua vez, acabou fortalecendo os discursos contrários ao incentivo da imigração chinesa para o Brasil e adjetivos como “indolência” e “morosidade” passaram a ser frequentemente utilizados para caracterizar esses trabalhadores.

O diretor da companhia, Manuel da Rocha Miranda, teceu comentários no Diário do Rio de Janeiro que denotam essa mudança no discurso:

Se toda colonização Chinesa regular por este nucleo que aqui se acha, não hesito em dizer, que além de inutil, é perigosa ao paiz, esta gente parece que exclusivamente viver para dormir e comer, e por certo estes homens devem possuir ventre de descommunes dimensões á vista da enorme quantidade de massa alimenticia que diariamente consome; amantes da golodice, perfeitos gastronomos, não conhecem a sobriedade, enfim elles são taes como muito judiciosamente os descreveu em seu artigo editorial, o Correio Mercantil de 20 de abril do corrente anno (Diário do Rio de Janeiro, 1857, p. 1 *apud* Guevara, 2023, p. 23).

Após essa experiência, a companhia não insistiu na contratação de trabalhadores chineses para a colônia maranhense. Ainda assim, anos mais tarde, alguns homens envolvidos no empreendimento continuaram a defender a imigração chinesa para o Brasil (Guevara, 2023). No entanto, eles divergiam sobre a maneira com a qual o processo deveria ser conduzido: se por meio de companhias privadas ou sob a égide do Estado (Guevara, 2023).

6. Migração chinesa para o Peru

A entrada de trabalhadores chineses foi incentivada de maneira sistemática pelo governo peruano a partir de 1849. Entre os anos de 1849 e 1880, cerca de 90.000 a 100.000 chineses desembarcaram no porto de Callao e em outros portos peruanos (Silva, 1992). De acordo com Pastor (2017), o primeiro barco chegou ao porto de Callao em outubro de 1849 junto a outras mercadorias destinadas ao comerciante Domingo Elías. Ao todo, 75 chineses foram identificados como passageiros que teriam embarcado no porto de Hong Kong (Pastor, 2017).

Cerca de um mês depois, no dia 21 de novembro de 1849, foi aprovada pelo governo de Ramón Castilla (1845-1851) a Lei de Imigração que fomentava a entrada de trabalhadores estrangeiros – alternativa encontrada pelas autoridades para solucionar o problema da falta de braços, que prejudicava a agricultura peruana (Silva, 1992).

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Em razão da quantidade de trabalhadores asiáticos que adentrou o país desde então, a lei ficou conhecida como “Ley China” (Pastor, 2017). Tratava-se, portanto, da inserção de um novo elemento nas relações de trabalho que pudesse preencher as lacunas da força produtiva na agricultura abertas pela abolição do tráfico de africanos escravizados.

O segundo barco, agora com 416 imigrantes chineses, chegou ao Peru em julho de 1850, também destinado a Domingos Elías (Pastor, 2017). Entretanto, se o discurso predominante tentava enquadrar os trabalhadores recém-chegados no regime de trabalho livre, a realidade das condições de recrutamento no local de origem e de trabalho no local de destino revelavam a conservação de algumas práticas análogas à escravidão. Não sem motivos, os críticos à Ley China, como Jorge Pío, chamavam esse regime de “semiescravidão” (Pastor, 2017).

Esses primeiros chineses foram direcionados para as ilhas guaneras, na zona costeira peruana. Desde a descoberta do guano como fertilizante, de 1840 a 1850, o produto esteve nas mãos de consignatários que utilizavam a mão de obra chinesa, polinésia e africana para a sua exploração e futura exportação (Silva, 1992). Pastor (2017) comenta que as ilhas de Chincha eram compostas por chineses da colônia portuguesa de Macau. Nelas, os trabalhadores realizavam seus trabalhos em meio ao odor de amoníaco proveniente do fertilizante, que se juntava a um sol calcinante e aos maus-tratos dos capatazes peruanos (Pastor, 2017). Portanto, era comum que eles sofressem de doenças como bronquite, reumatismo e diarreia (Pastor, 2017).

Mas, ao contrário do que geralmente se imagina, a presença chinesa no Peru não esteve circunscrita à área costeira. Segundo Herrera (1986), a partir de 1870, os chineses contribuíram para a organização do espaço geográfico peruano, sobretudo da Amazônia. Isso esteve relacionado a dois principais fatores; em primeiro lugar, à mobilidade geográfica precoce em busca de novos horizontes após o fim do trabalho nas ilhas e nas fazendas e, em segundo lugar, à rede complexa de relações intra-chinesas que ultrapassava os limites do antigo assentamento (Herrera, 1986). Nesse sentido, a colônia de Quimpitirique, no distrito de Ácon e na província de Huanta, é exemplar, pois em 1873 já contava com a presença de chineses atuando no mercado regional entre a serra e a selva (Herrera, 1986).

Entretanto, foi em Iquitos que a colônia chinesa adotou a sua forma mais expressiva. De acordo com Herrera (1986), a introdução da empresa de extração do caucho (borracha) na província de Loreto, feita por seringueiros colombianos, alcançou o seu auge por volta das décadas de 1870 e 1880, e despertou o interesse geral pela exploração comercial desse produto. Os chineses de Iquitos compunham uma pequena onda de migração interna que teve origem em 1875, quando ocorreu a expiração de inúmeros contratos nas fazendas e o aumento do número de fugas do serviço por eles prestado na construção da estrada de ferro Pacasmayo-Viña (Herrera, 1986). Assim, “*en 1879 o quizás antes, algunos chinos se aunaron a la febril búsqueda de la preciada resina bautizada por entonces ‘oro negro’*” (Herrera, 1986, p. 55), e em 1899 a colônia chinesa era considerada a colônia estrangeira numericamente mais importante de Iquitos e de toda Loreto.

Os chineses que chegaram ao interior da amazônia peruana desempenharam outras atividades além da extração da borracha, na tentativa de se integrar à sociedade local (Herrera, 1986). Entre elas, destaca-se o cultivo de arroz e tabaco, o transporte de cargas e a troca de produtos cultivados por eles ou adquiridos na costa por produtos regionais cultivados por indígenas, como o cacau e a baunilha (Prieto, 2010). O contato frequente com os grupos nativos também lhes possibilitou realizar o papel de guias e intérpretes (Herrera, 1986). Além disso, segundo Prieto (2010), grandes casas comerciais estabeleceram relações de comércio com esses migrantes, inserindo-os na sua própria rede de distribuição de produtos. Tais constatações demonstram que os chineses tiveram um papel importante no desenvolvimento das relações econômicas inter-regionais da Amazônia peruana.

Atualmente, a presença chinesa nessa província se perpetua por meio de organizações como “La Beneficencia China”, criada em 1884 (Herrera, 1986). Há, também, um bairro chinês localizado em Lima denominado “Calle Capón”, onde os imigrantes começaram a se concentrar em meados do século XIX (Huamán, 2016). De acordo com dados de Huamán (2016), em 2016 havia mais de 1.360.000 chineses e descendentes de chineses que se dedicavam ao comércio local ou a restaurantes de comida chinesa no país. Esta, aliás, é outra herança da presença desse povo no território: a culinária “chifa”, que combina elementos da gastronomia peruana e chinesa, e é conhecida internacionalmente (Huamán, 2016).

7. Considerações Finais

Conforme a revisão da literatura, ressaltamos que o final do século XX foi marcante na migração chinesa. Estimava-se que cerca de 55 milhões de chineses estivessem distribuídos ao redor do mundo, sendo 3,5 milhões residentes das Américas. Os estudos sobre populações específicas na ALC e na Pan-Amazônia, como os imigrantes chineses, são importantes para entender a organização, localização e estrutura demográfica desses grupos, e para analisar como, ao interagir com o ambiente no qual foram inseridos, eles modificaram esse espaço em termos geográficos, econômicos, políticos e sociais (Aragón, 2005).

Observamos que a experiência com esses trabalhadores no século XIX esteve relacionada ao fim do tráfico de escravizados, à consequente discussão sobre a substituição dessa mão de obra nas áreas de cultivo dos países da ALC e da Pan-Amazônia e aos problemas políticos, econômicos e sociais que assolavam o território chinês em decorrência da invasão imperialista do Ocidente. O processo de deslocamento até a chegada nos países de destino era igualmente violento e não terminava quando os chineses desembarcavam. Assim, eles foram submetidos aos mais diversos tipos de maus-tratos e situações de insalubridade que, do ponto de vista das elites imbuídas pelo imaginário racista do século XIX, justificava-se por serem uma “raça intermediária” entre os africanos e o europeu.

Após o fim dos contratos, muitos se depararam com a impossibilidade do retorno ao seu país, precisando elaborar estratégias para garantir a sobrevivência em um território desconhecido e, muitas vezes, longe da antiga rede de apoio familiar. Essas estratégias incluíram a integração à sociedade local por meio de atividades econômicas como a culinária e o comércio. Dessa forma, os chineses deixaram as suas heranças culturais em todos os países da ALC e da Pan-Amazônia que os receberam.

Nesse sentido, as contribuições dos chineses merecem ser estudadas. Na atualidade, a migração chinesa para países da ALC e da Pan-Amazônia também pode ser interpretada e estudada em outros contextos como diáspora, engajamento da diáspora e comércio internacional considerando o crescente poder, papel e presença geopolítica da China nessas regiões.

Essa revisão preliminar pode servir como estimuladora para futuros estudos e, concomitantemente, lembrete sobre uma dimensão da migração quase esquecida ou propositalmente marginalizada na região de ALC.

Referências

ARAGÓN, L. E. **Populações da Pan-Amazônia**. Belém: NAEA, 2005.

ARAGÓN, L. E. **Amazônia**: conhecer para desenvolver e conservar - cinco temas para um debate. São Paulo: Hucitec, 2013.

AUGIER, F. R.; HALL, D. G.; GORDON, S. C.; RECKORD, M. **The Making of the West Indies**. Longman Caribbean, 1960.

BASSANEZI, M. S. Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, N. L. (ed.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: FUNUAP, 1995. p. 1-38.

CLEMENTI, S. C. **The Chinese British in Guiana**. Guyana: The Caribbean Press, 2010.

DALY, V. T. **A Short History of the Guyanese People**. London: Macmillan Education, 1975.

GOMES, F. S. **A hidra e os pântanos**: quilombos e mocambos no Brasil (Séculos XVII-XIX). 1997. 773 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

GUEVARA, D. L. R. **A imigração chinesa no Brasil Oitocentista**: o caso do Maranhão (1850-1860). 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Faculdade de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Ananindeua, 2023. Disponível em: <https://bdm.ufpa.br/jspui/handle/prefix/6510>. Acesso em: 21 out. 2024.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

HERRERA, I. L. Los inmigrantes chinos en la amazonia peruana. **Bulletin de l'Institut Français d'Études Andines**, Paris, v. 15, n. 3, p. 49-60, 1986. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/bifea_0303-7495_1986_num_15_3_938. Acesso em: 21 out. 2024.

HOBSBAWM, E. **A era do capital (1848-1875)**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

HUAMÁN, R. C. **Capón**: el barrio chino en Lima. Lima: Municipalidad Metropolitana de Lima, 2016. Disponível em: <https://repositoriodigital.bnp.gov.pe/bnp/recursos/15/html/capon-el-barrio-chino-de-lima/>. Acesso em: 21 out. 2024.

HU-DEHART, E.; LÓPEZ, K. Asian Diasporas in Latin America and the Caribbean: an historical overview. **Afro-Hispanic Review**, [s. l.], vol. 27, no. 1, p. 9-21, 2008. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/23055220>. Acesso em: 21 out. 2014

HUI, J. H. **Chinos en América**. Madrid: Mapfre, 1992.

JUNG, M-H. **Coolies and Cane**: race, labor and sugar in the age of emancipation. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2006.

KOWARICK, L. **Trabalho e vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

LAI, W. L. **The Chinese in the West Indies, 1806-1995**: a documentary history. Kingston: The Press University of the West Indies: 1998.

LAMAISON, D. Libres mais «réduits presque à l'esclavage»: histoire des premiers engagés chinois de Guyane française (1819-1835). **Cahiers du MIMMOC**, Paris, n. 19, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/mimmoc/3033>. Acesso em: 22 out. 2024.

LESSER, J. **A invenção da brasilidade**: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração. São Paulo: Unesp, 2015.

LIMA, A. B. A imigração para o império do Brasil: um olhar sobre os discursos

acerca dos imigrantes estrangeiros no século XIX. **Revista Acadêmica Licência&Acturas**, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 26-36, jul/dez. 2017.

LÓPEZ, K. **Chinese Cubans: a transnational history**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2013.

MILES, S. B. **Chinese Diasporas: a social history of global migration**. New York: Cambridge University Press, 2020.

OTCA. A Amazônia. **Organização do Tratado de Cooperação Amazônica**, [s. l.], 2024. Disponível em: <https://otca.org/pt/a-amazonia/>. Acesso em: 21 out. 2024.

PASTOR, H. R. **Chinos en la sociedad peruana: presencia, influencia y alcances (1850-2000)**. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos Fondo Editorial, 2017.

PIRES, M. C.; BARBOSA, L.; QUITO, V. L. Algumas notas sobre o triângulo Guiana, EUA e China. **Observatório Político dos Estados Unidos**, [s. l.], 03 jun. 2024. América Latina. Disponível em: <https://www.opecu.org.br/2024/06/03/algumas-notas-sobre-o-triangulo-guiana-eua-e-china/>. Acesso em: 10 set. 2024.

PRIETO, F. V. E. A. **Inmigrantes chinos en Iquitos**. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/4fXhckX>. Acesso em: 21 out. 2024

QUESADA, G. **Mi primera ofrenda**. New York: Imprenta de el Porvenir, 1852. Disponível em: <https://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000088065&page=1>. Acesso em: 21 out. 2024.

RIBEIRO, A. P. **“O sonho que o tempo desvaneceu”**: a imigração estrangeira no Maranhão em meados do século XIX. 2020. 162 f.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/10531>. Acesso em: 30 out. 2024.

ROJAS, Y. J. Aproximaciones al estudio de la inmigración china en Cuba: contextos, tendencias y espacios baldíos. **Revista de la Red Intercatedras de Historia de América Latina Contemporánea**, Buenos Aires, n. 12, p. 104-124, 2020. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/RIHALC/article/view/28626>. Acesso em: 21 out. 2024.

SILVA, R. T. La inmigración China en Peru. **Boletín de la Sociedad Peruana de Medicina Interna**, Lima, vol. 5, n. 3, 1992. Disponível em: <https://sisbib.unmsm.edu.pe/bvrevistas/spmi/v05n3/inmigraci%C3%B3n.htm>. Acesso em: 21 out. 2024.

SOUZA, S. D. O. **Usos da fronteira**: terras, contrabando e relações sociais no Turiaçu (Pará-Maranhão, 1790 - 1852). 2016. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

MIGRAÇÃO DE RETORNO INTERNACIONAL PARA A AMAZÔNIA LEGAL DO BRASIL: OBSERVAÇÕES RECENTES PARA ALÉM DOS DADOS CENSITÁRIOS

*José Luiz Felix Neto*⁶¹

*Hisakhana Pahoona Corbin*⁶²

1. Introdução

Ao abordar o tema migração de retorno, é importante ressaltarmos que existem fartas literaturas voltadas à Região Nordeste do Brasil, o que se deve às transformações ocorridas durante a década de 1980 no tocante à redistribuição espacial da população brasileira, percebendo um declínio de imigrantes nordestinos para o Sudeste do país e, já no decênio de 1990/2000, um aumento da migração de retorno para o Nordeste, como apontam Cunha e Baeninger (2005). Contudo, pouco se encontra do retorno de migrantes à Região Norte, Amazônia brasileira, principalmente dos países da Pan-Amazônia.

Assim, este trabalho objetiva identificar brasileiros da Amazônia que migram para outros países, bem como seu Retorno Internacional nos Estados da Amazônia Legal. Esta pesquisa, realizada no período de agosto de 2019 a julho de 2020, consistiu no desenvolvimento de um plano de trabalho de bolsa PIBIC, em que o levantamento bibliográfico reuniu alguns dados coletados por pesquisadores do tema, de modo a compreender a maneira pela qual a migração de retorno vem ocorrendo no contexto amazônico e sua relação com a migração internacional.

61 Graduado em Licenciatura em Geografia e especialista em Geografia e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: inserir

62 Doutor em Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: corbinp@ufpa.br

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Em função das limitações dos resultados do censo demográfico de 2010 em responder a questões importantes, tais quais “como e por que”, que são de interesse de pesquisadores no campo de migração, procedemos buscar dados quantitativos e qualitativos de múltiplas fontes para ter uma compreensão melhor sobre o objeto de estudo. Com o objetivo de analisar a migração de retorno na Amazônia Legal, tentamos extrair das obras listadas um perfil do comportamento do migrante da Amazônia brasileira a partir de sua saída até o cumprimento de seu objetivo, com o retorno.

Dessa forma, além desta introdução, o trabalho apresenta alguns aspectos teóricos da migração e da migração de retorno. Em seguida, aborda a migração de retorno para a Amazônia Legal e, por fim, destaca algumas considerações finais acerca da reflexão desenvolvida.

2. Algumas teorias sobre migração internacional e migração de retorno

Em sua contribuição “As leis da migração”, de 1885, sobre o tema dos deslocamentos populacionais, Ernst Georg Ravenstein (1980) tomou como base os resultados dos censos demográficos britânicos de 1871 e 1881. Para o autor, o avanço das indústrias e as novas rotas de matéria-prima e transporte das produções, visando o comércio, modificaram o espaço e o modo de vida da população, impactando diretamente nos motivos e quantidade das rotas dos deslocamentos populacionais. Desse modo, Ravenstein (1980) estabelece sete padrões de deslocamentos populacionais para entender os fenômenos migratórios: 1) migração e distância; 2) migração por etapa; 3) fluxo e refluxo; 4) diferenças urbanos-rurais na propensão a migrar; 5) predomínio das mulheres entre os que migram em curtas distâncias; 6) tecnologia e migração; e 7) predomínio dos motivos econômicos.

Ainda segundo o estudioso citado, o processo de transformação econômica na produção, nas relações sociais e na configuração espacial que o capitalismo provocou tem relação direta com a dinâmica de espaços que atraem e repelem a mão de obra, fazendo com que homens se aventurassem em busca de melhores condições financeiras para justificar as melhores condições de vida. A obra clássica de Ravenstein foi reestruturada e declarada, por Lee (1980), como teoria geral de migração. Para esse autor, a migração consiste em:

uma mudança permanente ou semipermanente de residência. Não se põem limitações com respeito à distância do deslocamento, ou à natureza voluntária ou involuntária do ato, como também não se estabelece distinção entre a migração externa e a migração interna. [...] Contudo, não se incluem nesta definição todas as classes de mobilidade espacial. Ficam de fora, por exemplo, os movimentos contínuos dos nômades e dos trabalhadores migratórios, para os quais não existe residência durante período prolongado, como também os deslocamentos temporários [...] Não importando quão curto ou quão longo, quão fácil ou quão difícil, a verdade é que todo ato migratório implica num lugar de origem, num lugar de destino e numa série de obstáculos intervenientes. Inclui-se nesta série, como um dos obstáculos que sempre estão presentes, a distância do deslocamento (Lee, 1980, p.99).

A teoria geral de Lee (1980) é também referida como o modelo *push-pull*, por contemplar fatores econômicos positivos (*atração*) e negativos (*repulsão*) que levam o indivíduo a migrar, o que o aproxima das proposições teóricas de Peixoto (2004), o qual, ao abordar a teoria microsociológica, compreende o desejo *racional* de análise crítica, imputando ao indivíduo a decisão de migrar, afastando-o da possibilidade de influências decisórias dos fatores externos na tomada de decisão. Nesse caso, o indivíduo pondera os custos e benefícios dos locais de origem e destino, como, por exemplo, custo com a viagem, com a moradia, a possibilidade do emprego, dificuldade com idioma e o alcance do mercado de trabalho.

No âmbito da escola neoclássica, o fator econômico nos estudos sobre migração será determinante na decisão racional do indivíduo, isto é, o modelo *push-pull* ou atração-repulsão, conforme apontado por Ravenstein (1980) ainda no fim do século XIX. Nesse sentido, os neoclássicos defendem que, ao migrar, o indivíduo é atraído por fatores econômicos, políticos e sociais que seu país de origem não pode lhe oferecer. Diante das disparidades entre os rendimentos salariais, o desemprego no lugar de origem, dentre outras considerações socioeconômicas, o indivíduo faria o cálculo dos fatores atrativos e repulsivos e esse confronto o ajudaria na decisão para realizar a mobilidade em busca de um local de destino. Assim, Peixoto (2004) afirma que:

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

A existência de fatores que levam a uma rejeição de origem – fatores de ordem econômica, social ou política – e outros que promove o apelo da região de destino é determinante. Entre estes (como admitia Ravenstein e confirmam numerosos estudos empíricos), os motivos materiais ocupam um lugar preponderante: condições atuais e potenciais de emprego e níveis de rendimento (Peixoto, 2004, p. 15).

Everett Lee (1980), bem como Ravenstein (1980), afirma o caráter seletivo da migração, uma vez que o indivíduo, para além dos aspectos econômicos e sociais dos locais de origem e destinos, levará em consideração o conjunto de “obstáculos intervenientes” (Lee, 1980) que estará relacionado ao custo de viagem, às distâncias entre os pontos de origem e destinos e às questões familiares. Na atualidade, os obstáculos intervenientes podem incluir outros obstáculos, como *border walls* (muros de fronteira) e outros fatores estruturais que dificultam o processo migratório.

Seguindo na escola neoclássica, o modelo capital humano surgiu a partir da década de 1960 nas áreas de educação, saúde e migração, graças aos economistas Gary Becker e Theodore Schultz, que sustentaram a importância do investimento em educação no desenvolvimento dos recursos humanos. Dessa maneira, a partir do que o indivíduo investe em suas qualificações, há um desenvolvimento natural do entorno (Sodré, 2017, p. 19). A similaridade com o modelo *push-pull* se aplica na decisão racional do indivíduo ao migrar, contudo, as informações não se restringem e o custo-benefício e o tempo de permanência no local de destino serão acrescidos com gastos com educação e deslocamento da família esperando um retorno em longo prazo, com investimentos não somente quantitativos, mas também qualitativos. Nesse caminho, Castiglioni (2009) aponta que:

O movimento migratório é considerado [...] como investimento pessoal que será realizado, se os retornos desse comportamento forem considerados satisfatórios. A análise dos custos-benefícios feita pelo migrante potencial não se limita aos fatores do momento, mas considera também os efeitos futuros, e a tomada de decisão a migrar pode resultar da avaliação positiva das perspectivas, a um prazo maior, da melhoria das condições futuras das famílias, mesmo que os custos do deslocamento sejam muito elevados para o migrante (Castiglioni, 2009, p. 46).

Nesse sentido, os gastos no presente podem ser um investimento para garantir melhor qualidade de vida no futuro.

Na corrente macrossociológica, a tomada de decisão é relacionada a diversos fatores externos ao indivíduo, forçando-o, assim, a migrar. Defensores do modelo histórico-estruturalista advogam que os impactos econômicos, sociais e culturais não podem ser analisados de forma isolada (Peixoto, 2004). Alerta-se que o conjunto desses elementos é decisivo e altera a vida do indivíduo no seu local de origem, de modo que, munido de informações do local de destino, esse indivíduo poderá influenciar a decisão de migrar (Peixoto, 2004).

Germani (1974) nos aponta que os fatores que atraem e que repelem o indivíduo se organizam em sua ação social, cultural e subjetiva, tanto no local de origem como no local de destino. Esse processo de comparação entre os locais de destino com o local de origem vem carregado de informações que o autor definirá como mobilização social. Sobre isso, Santos *et al.* (2010) nos informam que:

O primeiro nível seria o ambiental, composto pelos fatores de expulsão e de atração, pela natureza e condições das comunicações, de contato e acessibilidade existentes entre as áreas de origem e destino. O segundo nível, o normativo, seria composto pelos papéis, expectativas e padrões de comportamento socialmente institucionalizados, que forneceriam o referencial dentro do qual os indivíduos conseguiriam perceber e avaliar as suas condições objetivas de existência. O último nível de análise seria o psicossocial, ou seja, devem ser consideradas as atitudes e expectativas dos indivíduos concretos (Santos *et al.*, 2010, p. 12).

Ao longo da história recente, o sistema capitalista gerou desigualdades entre as regiões, sobretudo a partir da desestruturação das diversas formas de trabalho humano, ao concentrar e homogeneizar as oportunidades em pontos mais industrializados e proporcionar uma dependência estrutural às demais regiões menos favorecidas. Nessa perspectiva, Singer (1976) aponta o processo de migração como um fator histórico que se agravou com a ascensão do capitalismo e as desigualdades criadas nas diferentes regiões, subordinando as menos favorecidas aos polos de produção.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Cabe ressaltar que o migrante, ao chegar aos polos mais desenvolvidos, poderá exercer atividades já rejeitadas pelos nacionais ou disputar com os menos capacitados.

A migração ainda pode ser interpretada no contexto do mercado de trabalho segmentado e da economia informal. Esse modelo se baseia nas mudanças que o mercado de trabalho sofreu a partir da década de 1970, com a expansão do meio técnico-científico-informacional (Santos, 1996), alterando a necessidade de capacitação do trabalhador, ampliando a informalidade e/ou flexibilizando sua mão de obra, para sujeição de diversos tipos de trabalhos em condições precárias e expostos à exploração (Peixoto, 2004). Nesse contexto, Peixoto, (2004, p. 26) declarou “[...] que grande parte das atrações específicas exercidas sobre a migração internacional, em particular a dirigida de países menos para mais desenvolvidos tem a ver com os mercados de trabalho ‘secundário’ (e na actualidade, com as zonas de economia informal)”.

Os países onde o capital industrial se instala irão agir como fatores de atração para migrantes de países mais pobres, por mais que as vagas no campo de trabalho sejam rejeitadas pelos nacionais (que buscam por melhores condições de emprego e renda). Na comparação com as ofertas e condições do local de origem, é vantajoso ao migrante, que se sujeita, mesmo temporariamente, a condições precárias, mas financeiramente mais atrativas (Peixoto, 2004).

Assim, a abordagem teórica das redes migratórias, segundo Castiglione (2009), enfatiza que os migrantes devem ser compreendidos como parte de estruturas sociais mais amplas, mobilizando estratégias do indivíduo para o coletivo e envolvendo diversos grupos: familiares, amigos, contatos virtuais e conhecidos. O conceito de redes migratórias, conforme Massey (1988), descreve laços interpessoais que ligam os migrantes, ex-migrantes e não migrantes entre seus locais de origem e destino, tendo como base as relações próximas, de parentes, amigos e colegas de trabalho ou profissão. No entanto, as redes sociais definem as associações construídas entre pessoas através de laços profissionais, familiares, culturais ou afetivos (Figueiredo, 2005), desempenhando um papel importante na circulação de informações, principalmente sobre o local de destino, diminuindo os impactos negativos dos obstáculos intervenientes (Lee, 1980).

Para Truzzi (2008), existem três perspectivas que se complementam no uso do conceito de redes: a análise do fluxo e expansão das redes, o estudo das redes como sistemas estruturais e a abordagem das redes egocêntricas, que foca nos indivíduos como “nós”. As redes estabelecidas explicam não somente a mobilidade do indivíduo no espaço, mas também os processos de desterritorialização e reterritorialização, conectando territórios por meio de fluxos de pessoas, informações e bens (Mondardo; Saquet, 2008).

As redes migratórias apresentam contradições e, embora facilitem a mobilidade, também podem ser controladas por interesses políticos e econômicos, funcionando como instrumentos de poder que restringem ou empoderam migrantes (Mondardo; Saquet, 2008; Raffestin, 1993). Além disso, há desafios metodológicos para aplicar essa teoria em perspectivas históricas, exigindo reconstruções apresentadas dos laços sociais.

Por fim, uma abordagem das redes migratórias contrasta com teorias histórico-estruturalistas, que frequentemente reduzem a migração a fatores econômicos, ignorando nuances individuais e sociais; posturas essas que se limitam a explicações mecanicistas, como destaca Figueiredo (2005).

Um autor como Lee (1980) aponta que cada fluxo migratório é acompanhado por um contrafluxo. A ideia de retorno, defendida por Dimitri Fazito (2010), afirma que os sistemas de migração dependem do “retorno”, tanto no nível dos discursos como no nível das práticas, para a consolidação de um sistema migratório estável e expansivo. O retorno se caracteriza por ser uma boa justificativa para o emigrante⁶³ e sua comunidade na defesa da racionalidade do deslocamento:

63 Da Boa (2016, p. 15), com base em Coelho (2013), aponta que o conceito de emigração é definido como um movimento de uma população de um país/região para outro(a), implicando a mudança de residência. Peixoto (2004), por sua vez, destaca que existem dois tipos de emigração: 1) emigração permanente, quando os indivíduos abandonam o país e passam a residir no estrangeiro por um período superior a um ano; e 2) emigração temporária, quando se entende os indivíduos que abandonam o país e passam a residir no estrangeiro por um período inferior a um ano.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

De um lado, tal condição essencializa o fenômeno migratório, imputando-lhe uma causa fundamental singular, isto é, a ideia original para todo migrante de que seu projeto de deslocamento só encontra sentido se o ciclo vital da migração se fecha no retorno à terra natal - um princípio simbólico que inscreve a circularidade nas migrações (Fazito, 2010, p. 89).

No modelo *push-pull*, Lee (1980) nos mostra o comportamento subjetivo na tomada de decisão, o processo migratório, a partida da região de origem para região de destino até o possível retorno. O indivíduo é munido de informações da região de destino e essas informações serão selecionadas como positivas, negativas ou indiferentes, em comparação ao local de destino. Para uns migrantes, o ato de retorno pode estar ligado ao sonho realizado; para outros, pode ser em função de xenofobia e decepção, deportação, fracasso e/ou falência. Esses fatores podem ser mais bem compreendidos quando analisados em contextos maiores, como pressões políticas e recessão econômica, conforme retratado por Fernandes (2014):

O retorno precipitado, conduzido por pressão política ou interesses sectários, pode muito bem ser contraproducente para os próprios países que receberão os migrantes e, tão logo, para a recuperação econômica global. Pois a migração de retorno funciona bem e é geralmente mais sustentável quando é voluntária e, sobretudo, quando apoiada por um planejamento e assistida por ambas as extremidades (Fernandes, 2014, p. 28).

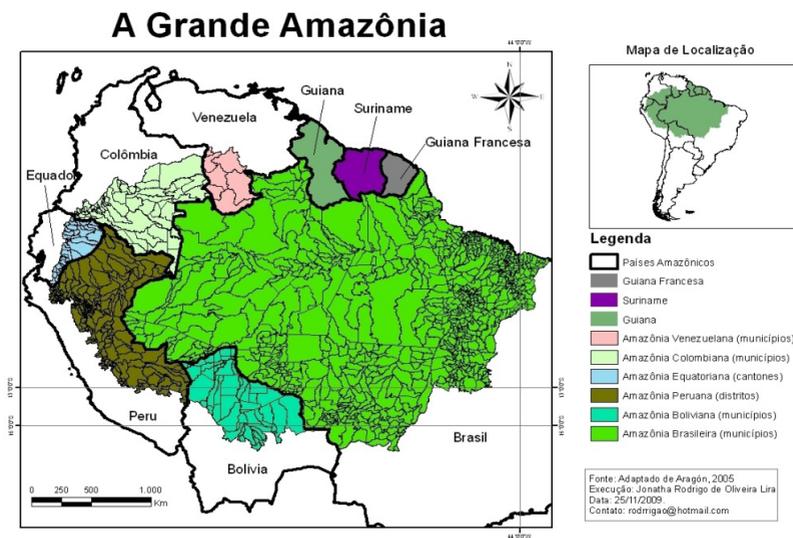
Em relação a outros migrantes, especialmente no contexto pan-amazônico, destaca-se também o retorno de curta duração, em função da proximidade geográfica e porosidade da fronteira entre país de origem e destino, antes de emigrar novamente (Corbin, 2012).

3. Migração de retorno para Amazônia Legal

“Grande Amazônia”, “Pan-Amazônia”, “Amazônia internacional”, “Amazônia sul-americana” e “Amazônia continental” são alguns termos atribuídos a esta extensa região. Como contribuição à definição regional da Grande Amazônia, o Grupo de Pesquisa Meio Ambiente, População e Desenvolvimento da Amazônia (MAPAZ), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), baseado

em levantamentos nacionais, definiu o que seria a Amazônia para fins de intervenção em nível municipal. A superfície total dessa área chegaria a 7.430.785 km², representando mais de 54% da área total dos países amazônicos, como aponta o Mapa 1:

Mapa 1: Países da Pan -Amazônia



Fonte: Aragón, 2013, p. 44).

Conforme Aragón (2009), a região amazônica é composta por Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname e Guiana Francesa. No entanto, França/Guiana Francesa não assinou o Tratado de Cooperação Amazônica de 1978 e, então, em algumas definições da Grande Amazônia, a Guiana Francesa não faz parte (Aragón, 2009), cabendo a cada país informar a delimitação de sua Amazônia. Atualmente, a Grande Amazônia conta com uma população de 48 milhões de habitantes (OTCA, 2024).

Dos países amazônicos, somente o Equador não faz fronteira geopolítica com o Brasil. No caso dos países na América do Sul, somente Chile e Equador não têm fronteiras geopolíticas com o Brasil.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Esse detalhe é muito importante no tocante à migração internacional e, sobretudo, à migração sul-sul nos contextos sul-americano e pan-amazônico.

Quando pensamos em migração para qualquer lugar ou região do mundo, a primeira ideia que se especula é a da necessidade de buscar uma melhor qualidade de vida. No entanto, a busca dessa melhoria está ligada a outros fatores, os quais levam o migrante a deixar sua cidade de origem e migrar para outras regiões, de culturas e modos de vida diferentes, deixando sua identidade e seus valores para trás. Os motivos para o ato de migrar são diversos e, em sua maioria estão ligados a questões econômicas. Corbin, Jubithana-Fernand e Hayden (2018) apontam que houve um aumento do fluxo migratório até 2010 de amazônidas brasileiros para o Suriname em busca de trabalho, os quais geralmente se estabelecem no garimpo, comércio, como trabalhadoras do sexo e representantes religiosos. No caso do Suriname e as Guianas, em geral, existem múltiplas idas e vindas. Muitas vezes, esses fluxos são altamente subestimados nos dados censitários, como podemos observar na Tabela 1.

Tabela 1: Indivíduos nascidos em determinada UF da Amazônia legal brasileira que moravam em outro país em 31 de julho de 2005 e na data do censo estavam de volta ao município de nascimento - Censo 2010

Estados	RO	AC	MA	RR	AM	MG	PA	TO	AP
Países	Vol.								
Bolívia	47	92				100			
Venezuela			25	36		21			
Peru		12							
Suriname			63						
Colômbia					20				
Equador									
Guiana Francesa			11				29		62
Guiana			12	110				5	
Suriname							39		
Cuba	12	3							
Paraguai	9					15			

(Continua)

(Continuação)

Argentina									
Uruguai			9			9			
Perú				14	58				
Canadá									
EUA	182		69		70	138	98	17	8
Japão	46		31		78	154	449	4	
Uzbequistão	6					4			
Irã							24		
Líbano							9		
França			58	5			129		12
Bélgica						5			
Grã-Bretanha									
Reino Unido	20				10	15		7	
Suíça					22		4		
Itália					22		19		
Espanha	79		22			80	79	15	12
Portugal	63		15			62	27	49	
Alemanha			52						
Holanda			4					9	
Irlanda			22			5			
San Marino					5				
Congo								22	
Gâmbia				7					
Madagáscar								5	
TOTAL	464	107	393	172	285	608	906	133	94
Total de retornados para a Amazônia Legal: 3162									

Fonte: IBGE, 2010 e Sodré, 2017.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Ao analisar o censo demográfico de 2010 sobre o retorno de migrantes brasileiros para a Amazônia Legal, no Brasil, tem-se que, em grande parte, a literatura pesquisada considera os critérios censitários referentes ao local de nascimento dos indivíduos e residência por um período em outro país, como mostram Lira e Quiroga (2016):

os dados sobre os imigrantes brasileiros que retornaram do exterior para a Amazônia no decênio 2000-2010, segundo o sexo e o país de procedência. Para este período, 9.957 brasileiros retornaram para o seu município de origem na região, sendo 5.634 homens e 4.314 mulheres, com destaque para a procedência de Paraguai, Estados Unidos e Japão (Lira; Quiroga, 2016, p. 150).

A Tabela 2 sistematiza os dados relacionados ao país de residência dos migrantes antes de retornarem para a Amazônia brasileira.

Tabela 2: País de residência antes de retornar para a Amazônia Brasileira, 2010.

PAÍSES	ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA		TOTAL
	HOMENS	MULHERES	
Paraguai	1112	814	1926
Estados Unidos	1213	663	1876
Japão	609	505	1114
Espanha	405	484	889
Portugal	420	433	853
Guiana francesa	285	253	538
Bolívia	268	140	408
Venezuela	184	115	299
Ignorado	148	135	283
Suriname	99	112	211
Guiana	123	83	206
Escócia	75	119	194

(Continua)

(Continuação)

Itália	68	68	136
França	82	47	129
Peru	41	43	84
Chile	46	35	81
Cuba	30	51	81
Argentina	63	15	78
Suíça	36	34	70
Alemanha	33	14	47
Angola	45	-	45
Irlanda	2	31	33
Moçambique	17	17	34
Canadá	16	17	33
Finlândia	5	25	30
Colômbia	23	4	27
São Tomé e Príncipe	22	5	27
Áustria	17	9	26
Santa Lúcia	17	6	23
África do sul	19	-	19
Não soube infor- mar o país	9	9	18
Bélgica	14	2	16
Macedônia	14	-	14
Niger	13	-	13
China	13	-	13
Suécia	11	-	11
Mianmar	11	-	11
Equador	6	6	12
Malásia	-	11	11

(Continua)

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

(Continuação)

Nigéria	10	-	10
Panamá	-	10	10
Congo	6	-	6
Gabão	5	-	5
Guatemala	5	-	5
Haiti	4	-	4
Timor leste	-	2	2
TOTAL	5.644	4.317	9.961

Fonte: Lira e Quiroga, 2016, com base em IBGE, 2010.

Essas estatísticas de brasileiros que retornaram não devem ser interpretadas como a quantidade total de brasileiros nesses países. A Tabela 2 evidencia que, em 2010, Paraguai, Estados Unidos, Espanha e Portugal foram identificados como os principais países de onde brasileiros saíram de volta à Amazônia Legal do Brasil. Ressalta-se nessa análise o importante corredor de fluxo migratório entre Brasil, Estados Unidos e Japão, observando o retorno desses países que foram impactados pela crise do capital de 2008, gerando desemprego principalmente aos imigrantes de diversos países, como também a elevação da xenofobia, onde, na busca por postos de trabalho, a prioridade é dos nacionais, o que aumenta o preconceito contra imigrantes indocumentados.

Os dados de retornados de países da América Latina e fronteiriços à Amazônia brasileira requerem uma observação mais detalhada dos fatores que levam ao início da mobilidade até o retorno. Isso porque, a busca por trabalho e renda é dinâmica e ultrapassa a percepção da coleta de dados do IBGE, necessitando de outras fontes para fechar uma aproximação mais fidedigna, como apontam Corbin, Jubithana-Fernand e Hayden (2018).

Os dados apresentados na Tabela 3 são agrupados por continentes e regiões, facilitando, assim, a compreensão quanto às dinâmicas migratórias em discussão.

Tabela 3: Retornados por continentes e regiões para Amazônia Brasileira (2010)

REGIÕES/ CONTINENTE	ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA		TOTAL	% do TOTAL
	HOMENS	MULHERES	Absoluto	
América do Norte	1229	680	1909	19.76%
América Latina e Caribe	2306	1687	3993	41.34%
Países da Pan- Amazônia em relação à ALC	1029	756	1785	44,70%*
Ásia	633	518	1151	11.91%
África	137	22	159	1.65%
Europa	1182	1266	2448	25.34%
Total	5487	4173	9660	100,0%

*Em relação aos dados agregados para ALC.

Fonte: Lira e Quiroga, 2016 com base em IBGE, 2010.

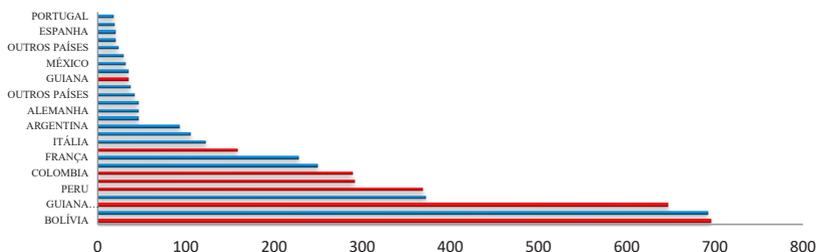
Neste formato, podemos notar o montante de migrantes retornados por continente. Nesse contexto, observamos uma taxa maior de retornados da ALC. Dentro da ALC, cabe destacar que a região da Pan-Amazônia contou com 1.785 ou 44,70% dos retornados. No entanto, o fluxo migratório dessa região requer certos cuidados na análise dos dados, pois a tendência migratória para essa região pode não captar a totalidade, considerando: a proximidade geográfica, a ausência de necessidade de ter visto e o baixo custo para viajar internacionalmente, a porosidade das fronteiras e a migração clandestina, bem como os processos de migração cíclicos e sazonais caracterizados pelo alto índice de idas e voltas entre países fronteiriços (Corbin, 2012; Corbin; Jubithana-Fernand; Hayden, 2018).

Nesses processos de idas e voltas de brasileiros nas Guianas, por exemplo, as redes sociais entre amigos e familiares desempenharam um papel importantíssimo (Arouck, 2003; Corbin, 2012; Oliveira, 2013). Esses detalhes do processo de retorno e os motivos dos múltiplos retornos não são capturados pelo censo demográfico e, por isso, requerem estudos a partir de estudos empíricos.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

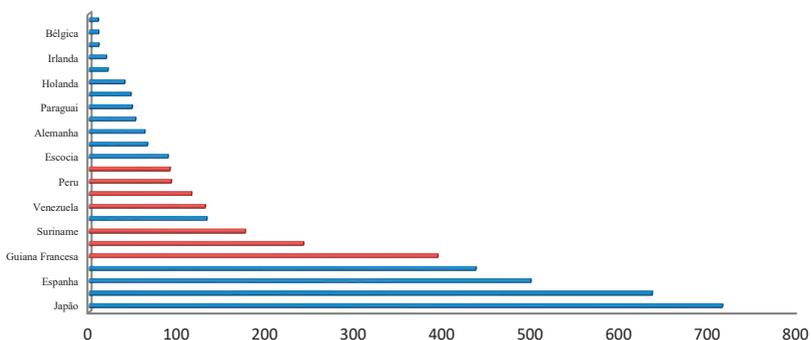
Os gráficos 1 (para o censo demográfico 2000) e 2 (para o censo demográfico 2010), respectivamente, ilustram a mobilidade para a Amazônia brasileira dos países fronteiriços, dando destaque à diferença entre as coletas do censo 2000, em que os países com o maior número de retornados eram países amazônicos (curta distância), e do censo 2010, em que os países com o maior número de retornados eram países distantes (Japão, EUA, Espanha, Portugal).

Gráfico 1: País de Residência anterior ao Retorno para Amazônia brasileira, 2000



Fonte: tabulações especiais MAPAZ/UFPA com base IBGE, 2000; Lira, 2010 e Barra, 2015.

Gráfico 2 - País de Residência Anterior ao Retorno para Amazônia Brasileira, 2010



Fonte: tabulações especiais MAPAZ/UFPA com base IBGE, 2000, 2010; Lira, 2010 e Barra, 2015.

O número de retornados dos países mais desenvolvidos aumenta devido a diversos fatores, como, mais recentemente, as crises econômicas, já citadas, que afetam diretamente o mercado de trabalho e os investimentos, diminuindo as vagas de emprego. Os primeiros a sentirem são os menos capacitados e, entre eles, os migrantes, refletindo em outro fator que é o tratamento desigual, como aponta Aragón (2013):

As recentes crises econômicas nos países desenvolvidos têm estimulado o retorno de muitos migrantes a seus respectivos países, alguns com perspectivas de investir aqui suas economias, e outros para fugir do tratamento desigual recebido nos países de destino. Entre as consequências do retorno, além de aquecer a economia, introduzem-se inovações tecnológicas, melhora-se a qualidade de vida das comunidades, e ampliam-se as redes sociais. O retorno, como afirma Sayad (2000), está implícito na condição do migrante. Para alguns o retorno é o fechamento de um ciclo, emigrar, ganhar dinheiro e voltar, para outros ele representa um círculo de contínuas idas e vindas, conforme as oportunidades econômicas o permitam. Os estudos existentes notadamente no Brasil, centram as análises no retorno de lugares de maior concentração de emigrantes, principalmente de Japão, Estado Unidos, Espanha, Portugal e Itália, para o sul do País, mas a temática é ausente na literatura que trata Amazônia. Essa lacuna precisa ser preenchida (Aragón, 2013, p. 238).

Embora exista uma carência de estudos especificamente sobre migração de retorno no contexto da Pan-Amazônia, vários estudos apontaram que, no caso de brasileiros que migram para as Guianas, eles fazem múltiplas idas e vindas em função de diversos fatores (Arouck, 2003; Corbin; 2012; Oliveira, 2013). Conforme esses autores, para alguns brasileiros o retorno é definitivo, enquanto para outros é um momento de férias, para reunir com familiares e *matar saudade* de familiares no Brasil depois de meses ou anos de trabalho lucrativo no exterior, antes de emigrar novamente. Para outros, é um momento *estacionário*, por serem deportados de volta ao Brasil, principalmente em função de crimes cometidos no exterior.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Essa dimensão é pouco estudada e merece atenção urgente por parte da comunidade acadêmica, tanto no Brasil como nos países de trânsito e destino dos migrantes. Reportagens pela mídia impressa internacional apontam vários crimes cometidos por brasileiros em países vizinhos e mutas aplicadas em moeda local:

- “*48 months in jail and \$5.5M fine for Brazilian who illegally landed helicopter in Guyana*” [48 meses de prisão e multa de \$ 5,5 milhões para brasileiro que pousou ilegalmente helicóptero na Guiana], no *News Room Guyana*, em 04 de maio de 2023 (48 months [...], 2023).
- “*Colombian, Brazilian fined almost \$1 billion for drug trafficking, aviation offences*” [Colombiano e brasileiro multados em quase \$ 1 bilhão por tráfico de drogas e crimes de aviação], no *News Room Guyana*, em 13 de julho de 2022 (Chabrol, 2022).
- “*Brazilian fined, ordered deported after using forged cards to steal from bank*” [Brasileiro multado e deportado após usar cartões falsos para roubar banco], no *Stabroek News*, em 02 de novembro de 2021 (Brazilian [...], 2021).
- “*Brazilian fined \$150,000 for immigration offences*” [Brasileiro multado em \$ 150 mil por infrações de imigração], no *Guyana Chronicle*, em 29 de março de 2013 (Brazilian fined [...], 2013).
- “*Gold smugglers will face legal consequences*” [Os contrabandistas de ouro enfrentarão consequências legais/jurídicas], no *Guyana Chronicle*, em 21 de julho de 2023 (Gold [...], 2023).
- “*Brazilian gang attacks, kills miner at Marudi Mountain*” [Gangue brasileira ataca e mata garimpeiro na montanha Marudi], no *Guyana Chronicle*, em 26 de abril de 2020 (Brazilian gang [...], 2020).
- “*Guyana, Brazil Memorandum of Understanding (MoU) to address cross-border Trafficking in Persons (TIP)*” [Guiana, Brasil Memorando de Entendimento (MoU) para abordar o Tráfico Transfronteiriço de Pessoas], no *Guyana Chronicle*, em 04 de dezembro de 2018 (Guyana [...], 2018).

- “*Illegal Brazilian miners intercepted in Region 10*” [Garimpeiros ilegais brasileiros interceptados na Região 10], no *Guyana Chronicle*, em 22 de julho de 2018 (Braithwaite, 2018).
- “*Illegal foreign miners granted amnesty to regularize*” [Garimpeiros estrangeiros ilegais recebem anistia para regularizar], no *Guyana Chronicle*, 22 de fevereiro de 2018 (Illegal [...], 2018).
- “Foragidos da Operação Maré Segura são presos no Suriname em ação de cooperação internacional”, no portal do *Ministério da Justiça e Segurança Pública*, em 9 de outubro de 2024 (Foragidos [...], 2024).
- “28 brasileiros estão presos no Suriname há 20 dias, diz embaixada”, no *GI*, em 1º de maio de 2010 (Oliveira, 2010).
- “Polícia prende 54 brasileiros em garimpo ilegal no Suriname”, na *Folha de São Paulo*, em 13 de abril de 2010 (Polícia [...], 2010).
- “Brasil deve ser exemplo e não exportador de problemas, diz embaixador no Suriname”, no *Correio Braziliense*, em 02 de maio de 2010 (Brasil [...], 2010).
- “Brasileiros são deportados da Guiana Francesa”, no *Globo*, em 24 de maio de 2007 (Brasileiros [...], 2007).

Embora o foco deste trabalho não seja sobre crime na Pan-Amazônia, esse elemento não pode ser dissociado do processo de migração e retorno (i)legal de brasileiros no contexto transfronteiriço. Enquanto Brasil e as Guianas fortalecem cooperação em setores estratégicos, como infraestrutura, energia renovável e comércio, as atividades ilícitas transfronteiriças os trazem grandes preocupações (Oil [...], 2024). No entanto, essa questão, talvez intercalada na temática de migração internacional, merece maior atenção pela comunidade acadêmica.

Mas, mesmo que muitos brasileiros nas Guianas encontrem-se indocumentados, em função de considerações humanitárias, a Guiana periodicamente oferece anistia a brasileiros ilegais para se regularizar no país, como foi apontado pela imprensa:

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

ILLEGAL foreign miners are being given a chance to regularise their status here, Minister of Citizenship Winston Felix announced Monday. [...] Foreign nationals, particularly Brazilians, had raised the concern of legalising their status with Minister Broomes last year during a visit to the said area. While they do not require a visa for entry into Guyana, they do need a landing permit and work permit. [...] These permits are granted by the Ministry of Citizenship. A work permit is valid for three years, however, the Guyana Geology and Mines Commission (GGMC) has to submit applications to the ministry for processing. It takes about three to four business days for the ministry to process the landing permit, which begins upon legal entry to Guyana. [...] Foreign nationals who overstay their time in Guyana are classified under prohibited immigrants' status, Minister Felix explained. This basically means they are illegal and could be brought before the courts and deported. "Like I said, we are not here to round up anybody and to get them out of the country, no, we are not doing that. We want to let you know what you need to do," Minister Felix assured the miners (Illegal, 2018).

Embora os brasileiros e outros estrangeiros indocumentados que se beneficiam dessa operação não tenham sido mencionados, podíamos esperar muitas idas e vindas pelo menos três anos depois dessa última operação. As mesmas idas e vindas são observados entre brasileiros no Suriname e na Guiana Francesa e em outros países vizinhos. Sobre a diáspora brasileira em países vizinhos e América do Sul em geral, em 2023 o Ministério das Relações Exteriores (MRE, 2023) apontou um total de 663,926 brasileiros, sem apresentar dados desagregados para brasileiros da primeira ou segunda geração (Tabela 4).

Tabela 4: *A diáspora brasileira na América do Sul, 2023.*

Países da América do Sul	Brasileiros	%
Argentina	101,502	15.29
Bolívia	75,700	11.40
Chile	19,500	2.94

(Continua)

(Continuação)

Colômbia	13,000	1.96
Equador	3,000	0.45
Guiana	921	0.14
Guiana Francesa	92,493	13.93
Paraguai	263,200	39.64
Peru	11,060	1.66
Suriname	30,000	4.52
Uruguai	31,050	4.68
Venezuela	11,500	1.73
Outros	11,000	1.66
	663,926	100.0

Fonte: MRE, 2023.

No caso da Guiana, foi apontado que o total de brasileiros é 921. O último censo demográfico de 2012 da Guiana apontou que 0,14% brasileiros residem no país. Contudo, a alta mobilidade de migrantes na Pan-Amazônia e o *contingente* de brasileiros na Guiana e outros países fronteiriços nos faz crer que esses números possam ser mais elevados, e por várias razões, como a porosidade das fronteiras, a existência de dupla nacionalidade, a alta mobilidade de migrantes ilegais em função da proximidade geográfica e o relativamente baixo custo de fazer múltiplas idas e vindas.

No entanto, a mobilidade populacional, por consequência da diáspora indocumentada naquele país, pode ser muito mais elevada considerando que milhares de brasileiros transitam na fronteira Brasil-Guiana mensalmente. Enquanto Guiana é o destino para alguns, Guiana é apenas o país de trânsito para outros, procedendo a Suriname e Guiana Francesa, onde a diáspora brasileira, da primeira e segunda gerações, é evidentemente maior, com 30.000 e 92.493 pessoas, respectivamente.

Como apontam Corbin, Jubithana-Fernand e Hayden (2018), cabe observar a necessidade de aprofundamento na temática sobre indivíduos retornados, mapeando os de primeira e segunda geração de brasileiros em países amazônicos, para que se possa facilitar melhor absorção/integração

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

de seus talentos adquiridos em solo estrangeiro, como os multilíngues e os de educação voltada para o empreendedorismo, como o caso das Guianas. Esse exemplo demonstra como os imigrantes e seus descendentes podem fortalecer o comércio e até o crescimento econômico, tanto de lugares de origem, quanto de destino.

Além das Guianas, o agregado de brasileiros em outros países amazônicos, como Colômbia, Peru, Equador e Bolívia, pode ser observado em um total de 102.000 em 2023. No entanto, dados do censo demográfico do Brasil referentes a 2010 indicam uma baixa taxa de retorno desses países (Tabela 5).

Tabela 5: Retornados brasileiros na América do Sul, 2010.

Países da América do Sul	Brasileiros Residentes em 2023 ⁶⁴	Retornados em 2010 ⁶⁵	
Argentina	101.502	78	2.02%
Bolívia	75.700	408	10.57%
Chile	19.500	81	2.10%
Colômbia	13.000	27	0.70%
Equador	3.000	-	₆₆
Guiana	921	206	5.34%
Guiana Francesa	92.493	538	13.95%
Paraguai	263.200	1.926	49.92%
Peru	11.060	84	2.18%
Suriname	30.000	211	5.47%
Uruguai	31.050	-	₆₇
Venezuela	11.500	299	7.75%
Total	652.926	3.858	100%

Fonte: MRE, 2023 e Lira e Quiroga, 2016 com base em IBGE, 2010.

⁶⁴ Não tivemos acesso a dados desagregados para 2010.

⁶⁵ Até esse momento, não foram encontrados dados mais atualizados.

⁶⁶ Ausência de dados nas fontes consultadas.

⁶⁷ Ausência de dados nas fontes consultadas.

No contexto de migração sul-sul, o total de brasileiros na Argentina é de 101.502, enquanto no Paraguai é de 263.200. Entretanto, esses dois países não são amazônicos; assim os processos de migração e migração de retorno devem ser estudados em outros contextos socioeconômicos e/ou geográficos.

4. Considerações Finais

Conforme a literatura revisada, podemos concluir que cada fluxo migratório é acompanhado, posteriormente, por um contrafluxo ou retorno de migrantes. Os motivos do retorno são inúmeros e incluem fatores pessoais, econômicos, políticos e sazonalidade de trabalho e xenofobia.

No contexto de migração sul-sul, que inclui a sub-região da Pan-Amazônia, o processo de migração de retorno é marcado por múltiplas idas e voltas. Talvez esse processo ocorra pelo baixo custo de migrar e retornar, pela proximidade geográfica, pela porosidade das fronteiras e pela ausência de visto para entrar na maioria de países vizinhos com o Brasil.

Esses detalhes do processo de retorno e os motivos dos múltiplos retornos não são capturados pelo censo demográfico e, por essas razões, requerem maiores pesquisas a partir de estudos empíricos.

Referências

48 MONTHS in jail and \$5.5M fine for Brazilian who illegally landed helicopter in Guyana. **News Source Archive**, Guiana, 03 maio 2023. Disponível em: <https://newssourcegy.com/news/48-months-in-jail-and-5-5m-fine-for-brazilian-who-illegally-landed-helicopter-in-guyana/>. Acesso em: 18 jan. 2024.

ARAGÓN, L. E. (org.). **Migração internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2009.

ARAGÓN, L. E. **Amazônia, conhecer para desenvolver e conservar: cinco temas para um debate**. São Paulo: Hucitec, 2013.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

AROUCK, R. C. **Brasileiros na Guiana Francesa:** fronteiras e construções de alteridades. Belém: NAEA/UFPA, 2003.

BARRA, J. V. L. **Migração internacional de retorno na Amazônia brasileira.** 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Faculdade de Geografia e Cartografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

BRAITHWAITE, V. Illegal Brazilian miners intercepted in Region 10. **Guyana Chronicle**, Guiana, 22 jul. 2018. Disponível em: <https://guyanachronicle.com/2018/07/22/illegal-brazilian-miners-intercepted-in-region-10/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL deve ser exemplo e não exportador de problemas, diz embaixador no Suriname. **Correio Braziliense**, Brasília, DF, 02 maio 2010. Mundo. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2010/05/02/interna_mundo,190043/brasil-deve-ser-exemplo-e-nao-exportador-de-problemas-diz-embaixador-no-suriname.shtml. Acesso em: 12 nov. 2023.

BRASILEIROS são deportados da Guiana Francesa. **G1**, São Paulo, 24 maio 2007. Brasil. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL41609-5598,00-BRASILEIROS+SAO+DEPORTADO S+DA+GUIANA+FRANCESA.html>. Acesso em: 12 nov. 2023.

BRAZILIAN FINED \$150,000 for immigration offences. **Guyana Chronicle**, Guiana, 29 mar. 2013. Disponível em: <https://guyanachronicle.com/2013/03/29/brazilian-fined-150000-for-immigration-offences/>. Acesso em: 22 abr. 2021.

BRAZILIAN fined, ordered deported after using forged cards to steal from bank. **Starbroek News**, Guiana, 02 nov. 2021. Disponível em: <https://www.starbroeknews.com/2021/11/02/news/guyana/brazilian-fined-ordered-deported-after-using-forged-cards-to-steal-from-bank/>. Acesso em: 16 mar. 2022.

BRAZILIAN GANG attacks, kills miner at Marudi Mountain. **Guyana Chronicle**, Guiana, 26 abr. 2020. Disponível em: <https://guyanachronicle.com/2020/04/26/brazilian-gang-attacks-kills-miner-at-marudi-mountain/>. Acesso em: 18 fev. 2022.

CASTIGLIONE, A. Migrações e abordagens teóricas. *In*: ARAGÓN, L. E. (org.). **Migração internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2009. p. 39-57.

CHABROL, D. Colombian, Brazilian fined almost \$1 billion for drug trafficking, aviation offences. **Demerara Waves**, Guiana, 13 jul. 2022. Disponível em: <https://www.winnmediaskn.com/colombian-brazilian-fined-almost-1-billion-for-drug-trafficking-aviation-offences/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

COELHO, J. F. **Obstáculos ao empreendedorismo emigrante português em Andorra**. 2013. Dissertação (Mestrado em Gestão e Tecnologia) – Instituto Politécnico de Gestão e Tecnologia, Vila Nova de Gaia, 2013.

CORBIN, H. P. **Migração de brasileiros para Guiana como estratégia de sobrevivência**. Belém: NAEA/UFPA, 2012.

CORBIN, H. P. **Observações recentes na migração de brasileiros para o interior da Guiana**. *In*: ARAGÓN VACA, L. E.; STAEVIE, P. M. (Org.). **Desenvolvimento, integração e conservação da Pan-Amazônia**. Belém: Naea/ UFPA, 2016. p. 155-170.

CORBIN, H. P.; JUBITHANA-FERNAND, A. I; HAYDEN, D. A. Observações recentes na migração de brasileiros da Amazônia brasileira para o Suriname. **Olhares Amazônicos**, Boa Vista, v. 6, n. 2, p. 1254-1268, jul./dez. 2018.

CUNHA, J. M.; BAENINGER, R. Cenários da migração no Brasil nos anos 90. **Cadernos do CRH**, Salvador, v. 18, n. 43, p. 87-101, 2005.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

DA BOA, A. F. P. **As causas/motivações da emigração dos profissionais de soldadura**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Empresariais) – Escola Superior de Ciências Empresariais, Instituto Politécnico de Setúbal, Setúbal, 2016.

FAZITO, D. **Dois aspectos fundamentais do “retorno”**: símbolos e topologias dos processos de migração e sua circularidade. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2005.

FERNANDES, J. A. L. **“Eu voltei, agora pra ficar”**: um estudo sobre as estratégias empreendedoras adotadas por decasséguis no estado do Pará. 2014. Tese (Doutorado em Ciências – Desenvolvimento Socioambiental) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

FIGUEIREDO, J. M. **Fluxos migratórios e cooperação para o desenvolvimento**: Realidades Compatíveis no Contexto Europeu. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional) – Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2005.

FORAGIDOS da Operação Maré Segura são presos no Suriname em ação de cooperação internacional. **Ministério da Justiça e Segurança Pública**, Brasília, DF, 09 out. 2024. Ação PF. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2024/10/foragidos-da-operacao-mare-segura-sao-presos-no-suriname-em-acao-de-cooperacao-internacional#:~:text=A%C3%A7%C3%A3o%20PF-,Foragidos%20da%20Opera%C3%A7%C3%A3o%20Mar%C3%A9%20Segura%20s%C3%A3o%20presos,em%20a%C3%A7%C3%A3o%20de%20coopera%C3%A7%C3%A3o%20internacional&text=Bras%C3%ADlia%20DF.,se%20encontravam%20foragidos%20no%20Suriname..> Acesso em: 20 out. 2024.

GERMANI, G. **Sociologia da modernização**: estudos teóricos, metodológicos e aplicados a América Latina. São Paulo: Mestre Jou, 1974.

GOLD smugglers will face legal consequences. **Guyana Chronicle**, Guiana, 21 jul. 2023. Disponível em: <https://guyanachronicle.com/2023/07/21/gold-smugglers-will-face-legal-consequences-jagdeo/>. Acesso em: 14 out. 2023.

GUYANA, Brazil MoU to address cross-border TIP. **Guyana Chronicle**, Guiana, 04 dez. 2018. Disponível em: <https://guyanachronicle.com/2018/12/04/guyana-brazil-mou-to-address-cross-border-tip/>. Acesso em: 14 out. 2023.

IBGE. Censo demográfico de 2000. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=783>. Acesso em: 18 jun. 2021.

IBGE. Censo demográfico de 2010. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html>. Acesso em: 18 jun. 2021.

ILLEGAL foreign miners granted amnesty to regularize. **Guyana Chronicle**, Guiana, 22 fev. 2018. Disponível em: <https://guyanachronicle.com/?s=Illegal+foreign+miners+granted+amnesty+to+regularize>. Acesso em: 27 set. 2022.

LEE, E. S. Uma teoria sobre a migração. *In*: MOURA, H. A. (coord). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. p. 89-114.

LIRA, J. R. O. Amazônia Brasileira: análise da migração de retorno de brasileiros. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: ENG-UFRGS, 2010. p. 1-11.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

LIRA, J. R. O.; QUIROGA, D. E. Migração Internacional na Amazônia Brasileira no Censo Demográfico de 2010. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 19 n. 2. p. 139-158, maio/ago. 2016.

MASSEY, D. International migration and economic development in comparative perspective. **Population and Development Review**, [s. l.], Vol. 14, p. 85-113, 1988.

MONDARDO, M. L.; SAQUET, M. A. A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 11, p. 118-123, 2008.

MRE. Comunidades Brasileiras no Exterior - Estatísticas 2023. **Ministério das Relações Exteriores**, Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/portal-consular/comunidades-brasileiras-no-exterior-estatisticas-2023#:~:text=Trata%2Dse%20de%20estimativa%20com,em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20ao%20ano%20anterior..> Acesso em: 20 set. 2024.

OIL and gas, shared hydropower in focus for Guyana, Brazil & Suriname. **News Room**, [s. l.], 29 fev. 2024. Disponível em: <https://newsroom.gy/2024/02/29/oil-and-gas-shared-hydropower-in-focus-for-guyana-brazil-suriname/>. Acesso em: 03 mar. 2024.

OLIVEIRA, M. 28 brasileiros estão presos no Suriname há 20 dias, diz embaixada. **G1**, São Paulo, 01 maio 2010. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/05/28-brasileiros-estao-presos-no-suriname-ha-20-dias-diz-embaixada.html>. Acesso em: 12 nov. 2023.

OLIVEIRA, R. S. **Mobilidade Transgressoras, Geografias Ignoradas: itinerários e emaranhamentos envolvendo territorialidades de garimpeiros no Suriname**. 2013 Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

OTCA. A Amazônia: nossa Amazônia. **Organização do Tratado de Cooperação Amazônica**, [s. l.], 2024. Disponível em: <https://otca.org/pt/a-amazonia/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

PEIXOTO, J. As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas. **Socius Working Papers**, Lisboa, n. 11, p. 1-36, 2004.

POLÍCIA prende 54 brasileiros em garimpo ilegal no Suriname. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 abr. 2010. Mundo. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/mundo/2010/04/720492-policia-prende-54-brasileiros-em-garimpo-ilegal-no-suriname.shtml>. Acesso em: 12 nov. 2023.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAVENSTEIN, E. G. As leis das migrações. *In*: MOURA, H. A. (coord). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. p. 25-88.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. A. *et al.* **Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010. (Textos para discussão, 398).

SINGER, P. **Dinâmica populacional e desenvolvimento: o papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico**. São Paulo: Cebrap, 1976.

SODRÉ, D. F. **Migração internacional de retorno para Amazônia conforme os censos do Brasil de 2000 e 2010**. 2017.

A(s) Amazônia(s) em seus múltiplos cenários e desafios:

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) –
Faculdade de Geografia e Cartografia, Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

TRUZZI, O. Redes em processos migratórios. **Tempo Social**, São
Paulo, v. 20, n. 1, 199-218, 2008.



